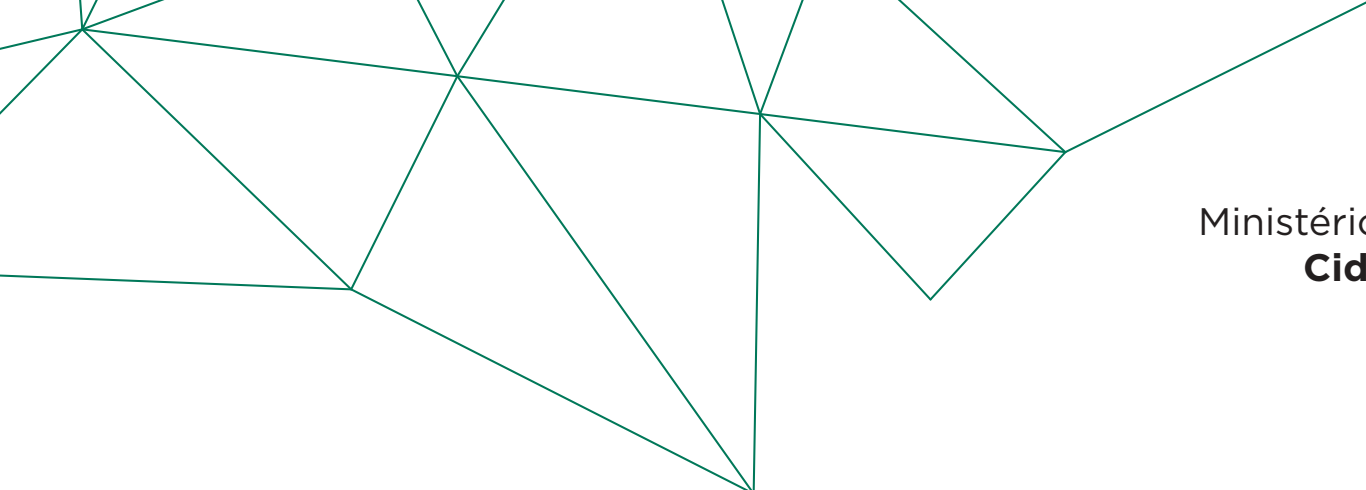
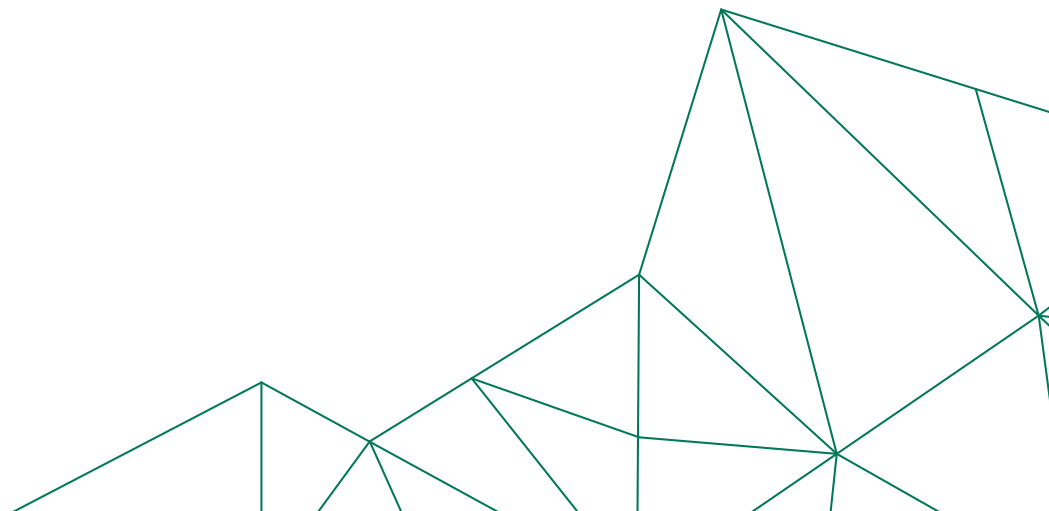




Ministério das
Cidades

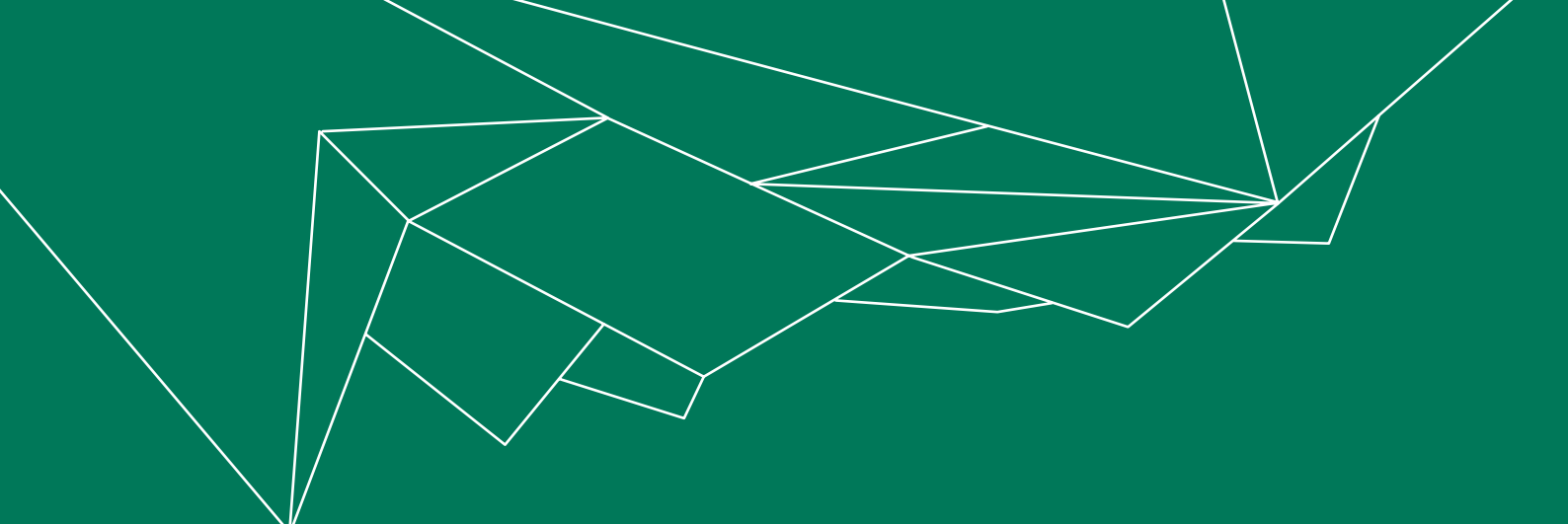
Trabalho social em programas **de habitação** **de interesse social**

2ª Edição





cidades.nute.ufsc.br



Curso de Capacitação ///

Trabalho social em programas **de habitação de interesse social**

2ª Edição

Brasília, 2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTA

Dilma Roussef

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

SECRETÁRIA NACIONAL

Inês da Silva Magalhães

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Júnia Santa Rosa

DIRETORA DE PRODUÇÃO HABITACIONAL

Maria do Carmo Avesani

DIRETORA DE URBANIZAÇÃO E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Mirna Quinderé Belmino Chaves

GERÊNCIA DE TRABALHO SOCIAL

Elzira Marques Leão

EQUIPE DA GERÊNCIA DE TRABALHO SOCIAL

Joseane Rotatori Couri

Mayara Daher de Melo

Tatiane Leonel Silvaes Resende

Mirna Lúcia de Almeida Corrêa



COORDENAÇÃO GERAL

Júnia Santa Rosa

Mirna Quinderé Belmino Chaves

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Rodrigo Morais Lima Delgado (1ª fase)

Angélia Amélia Soares Faddoul

Li Chong Lee Bacelar de Castro

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Monique Toledo Salgado

CONSULTORES

Ana Claudia Rossbach

Francesco di Villarosa

PROFESSORES

André Xavier

Andrea Paula de Carestiato Costa

Evaniza Rodrigues

Flávia Lucia Coelho Mota Pinheiro

Gislaine Magalhães

Lareyne Almeida

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Márcia Terlizzi

Pedro Strozenberg

Ruth Jurberg

Tássia Regino



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

REITORA

Prof^a. Roselane Neckel

VICE-REITORA

Prof^a. Lúcia Helena Martins Pacheco

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Roselane Fátima Campos

NÚCLEO MULTIPROJETOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Daniel Francisco Miranda

COORDENAÇÃO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS NA MODALIDADE DE EAD

Prof^a. Roseli Zen Cerny

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

Aluizia Aparecida Cadori

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Daniel Francisco Miranda

SUORTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Wilton José Pimentel Filho

CONSULTORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Prof. Elson Pereira

CONSULTORIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Prof^a. Roseli Zen Cerny

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Aluizia Aparecida Cadori

APOIO FINANCEIRO

Bruna Luyse Soares
Cláudia Manuella Fermiano

DESIGN EDUCACIONAL

Priscilla Stuart da Silva
Simara Callegari

AVALIAÇÃO

Aline Battisti Archer
Ana Carla Crispim
Gustavo Klauberg Pereira
Marco Antônio de Pinho Ávila Filho
Roberto Moraes Cruz

DESIGN GRÁFICO

Andrezza Nascimento
Camila Scaramella
Cristiane Amaral
Gabriel Young
Pedro Gomides
Talita Ávila Nunes
Vinícius da Cunha

WEBDESIGN E HIPERMÍDIA

Francisco Fernandes Soares Neto
Leandro Marques
Raíssa Esther da Silva Pereira
Ricardo Walter Hildebrand
Samuel Stefanello
Talita Ávila Nunes

AUDIOVISUAL

Delmar Gulart
Heloisa Dutra
Jerry Bittencourt
Mauro Flores
Thomaz Martins
Vinícius da Cunha

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO
AO ESTUDANTE

Dalila Barth
Mariana Cledes
Priscilla Stuart da Silva
Simara Callegari

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Contextuar

GRÁFICA

???

**FUNDAÇÃO DE ENSINO E
ENGENHARIA DE SANTA CATARINA
- FEESC**

DIRETOR PRESIDENTE

Prof. Raul Valentim da Silva

SUPERINTENDENTE

ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Prof. Fernando Antônio Forcellini

DIRETOR TÉCNICO

Prof. Edson Roberto de Pieri

©2014. Ministério das Cidades
Todos os direitos reservados à Secretaria Nacional de Habitação
do Ministério das Cidades (SNH/MCIDADES). É permitida a
reprodução parcial e total desta obra, desde que citada a fonte e
que não seja para a venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos conteúdos técnicos dos textos e
imagens desta obra é dos autores.

DIREITOS EXCLUSIVOS PARA ESTA EDIÇÃO

Ministério das Cidades
Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Lote 1/6, Bloco H, Edifício
Telemundi II, Asa Sul, Brasília - DF, CEP. 70070-010

Tiragem: 1.000 exemplares

2ª edição, revisada e atualizada. Ano 2014.

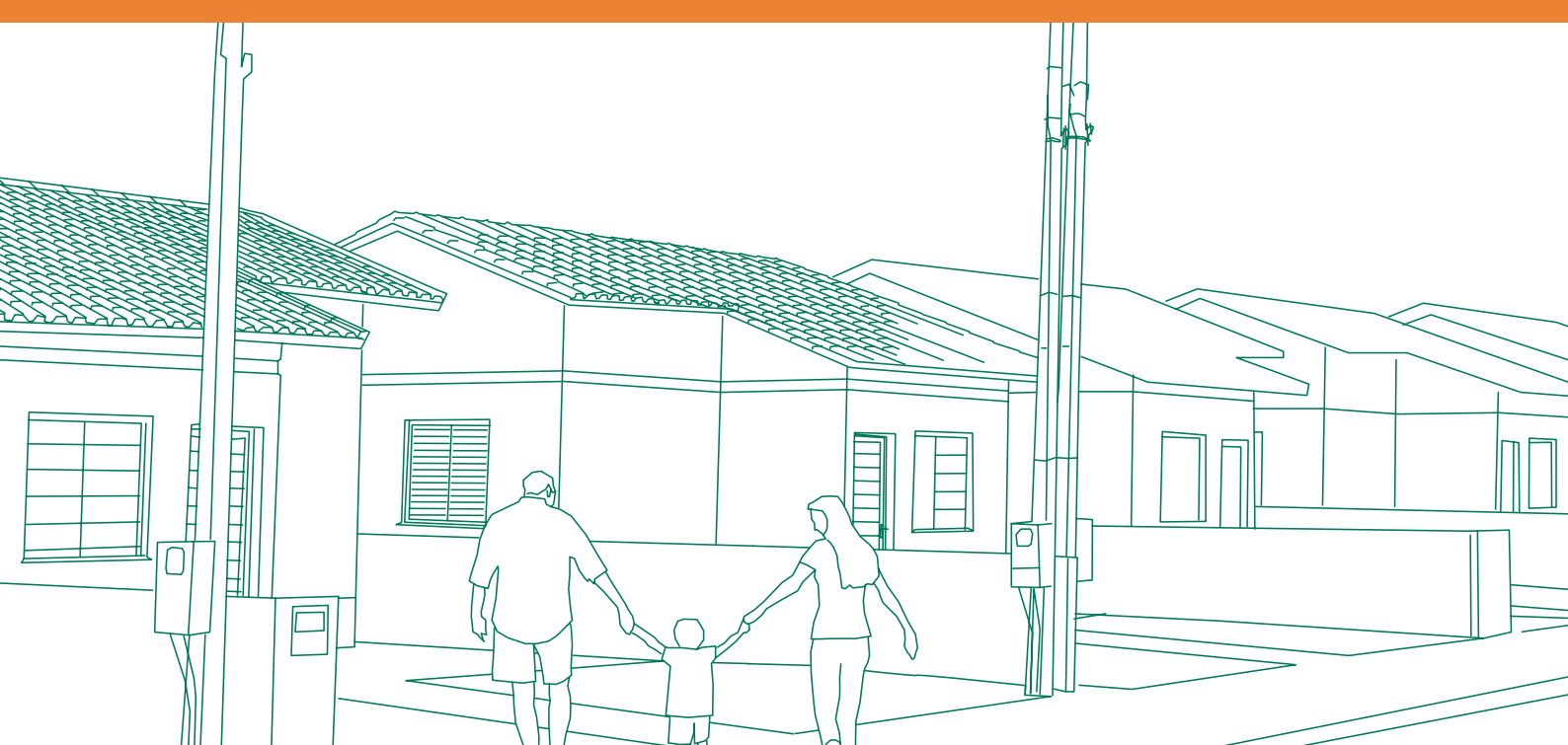
Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

B823c Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria
Nacional de Habitação
Curso de capacitação : trabalho social em
programas de habitação de interesse social /
Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de
Habitação . - 2. ed. Brasília: MCidades/SNH ;
[Florianópolis] : NUTE/UFSC, 2014.
336 p. : il., grafs., tabs.

Inclui bibliografia.

1. Habitação - Aspectos sociais. 2 . Política
habitacional I. Título.

CDU: 332.8(81)



Apresentação

Prezado(a) Estudante:

A Secretaria Nacional de Habitação (SNH) apresenta o material didático da segunda edição do *Curso à Distância de Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social* (EaD Trabalho Social) com foco na continuidade do desenvolvimento institucional dos diversos atores envolvidos na execução de seus programas e ações.

Realizado em parceria com o Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Catarina (NUTE/UFSC), o curso tem como objetivo principal capacitar técnicos em Trabalho Social em projetos integrados de urbanização de assentamentos precários, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de produção habitacional, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de acordo com as recentes inovações e atualizações introduzidas pela edição da *Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014*, do Ministério das Cidades.

EaD Trabalho Social complementa as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela SNH visando o fortalecimento institucional do setor habitacional dos municípios brasileiros e fomentando o surgimento de redes de conhecimento entre os diversos atores para o diálogo e aperfeiçoamento de práticas de Trabalho Social nas diferentes regiões brasileiras.

Socializar e atualizar conceitos, reciclar e disseminar metodologias, trocar experiências e capacitar os técnicos de municípios, estados e demais atores envolvidos vem ao encontro dos objetivos da SNH para efetividade do Trabalho Social com vistas, em especial, à sustentabilidade dos empreendimentos decorrentes de seus programas.

Um conjunto de experientes e renomados professores que pesquisam e atuam na área social e urbana, com foco em habitação e áreas correlatas, constituem a equipe docente do curso. Entre os temas abordados, destacam-se novos conceitos e diretrizes, estratégias de enfrentamento da violência nos territórios, mediação de conflitos, gestão condominial, educação patrimonial e ambiental, planejamento e orçamento familiar, reassentamento de famílias, bem como o próprio processo, por meio de novas tecnologias e a inovação de ferramentas para elaboração, gestão e implementação de planos e projetos.

Esta edição do EaD tem o desafio de capacitar 5 mil profissionais, buscando priorizar as inscrições dos responsáveis **diretos** pela supervisão e execução do Trabalho Social em empreendimentos do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Com certeza, mais este esforço na disseminação e consolidação da importância do Trabalho Social na Política Nacional de Habitação constitui-se em um indutor de princípios da boa gestão, do fortalecimento do planejamento democrático das cidades e do acesso à moradia digna com cidadania.

Bom trabalho a todos!

Inês Magalhães

Secretária Nacional de Habitação

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Brasília, março de 2014.



EaD - Trabalho Social

Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social

A dimensão continental do Brasil, com suas grandes distâncias físicas, e as grandes desigualdades regionais e locais no acesso à informação tornaram a modalidade de Educação a Distância (EaD) uma alternativa oportuna e válida para o Ministério das Cidades realizar a capacitação de técnicos e agentes sociais dos estados e municípios brasileiros.

A Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, no âmbito de suas ações de desenvolvimento institucional, implementa uma **agenda de capacitação técnica** que prioriza, desde 2008, a realização de cursos na modalidade a distância (EaD), oferecidos por meio da plataforma *Moodle*. Já foram realizados **seis** cursos na modalidade EaD, com mais de cinco mil participantes, conforme quadro resumo apresentado a seguir, envolvendo gestores públicos e agentes sociais que atuam diretamente na elaboração, implementação e avaliação de Programas e Projetos Habitacionais.

Cursos		Data de início	Nº de participantes
EaD – Urb Favelas	1ª ed.	30/06/2008	305
EaD – PLHIS	1ª ed.	06/09/2009	1877
EaD – PLHIS	2ª ed.	18/10/2009	2079
EaD – Urb Favelas	2ª ed.	18/04/2010	745
EaD – Trabalho Social	1ª ed.	18/07/2010	1977
Total			5006

A realização do curso a distância EaD TRABALHO SOCIAL vem atender uma demanda recorrente dos técnicos que trabalham na área habitacional e, mais especificamente, daqueles que são responsáveis pela supervisão e execução do Trabalho Social em empreendimentos do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A necessidade de garantir o acesso digno à moradia implica lidar com a questão da provisão habitacional em seus diversos aspectos. Deve-se, portanto, ir além do entendimento de que o combate ao *déficit* habitacional está



restrito à construção de unidades habitacionais, uma vez que implexos a ele também estão o direito à cidade e ao acesso a novos patamares de cidadania e qualidade de vida. A visão multidimensional da realidade impõe que o trabalho social nos Programas de Habitação de Interesse Social, sob o controle social, supere os limites da ação localizada, buscando não só a inserção social das famílias, mas também a inserção urbana dos empreendimentos.

Tanto o desafio e a necessidade de implementar o trabalho social em Programas de Habitação quanto a limitada oferta de capacitação motivaram a Secretaria Nacional de Habitação a realizar um processo de capacitação de profissionais vinculados à área social.

O desenvolvimento dos conteúdos e a estruturação do Curso foram realizados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional (NUTE), e com professores e consultores técnico-científicos, contratados especificamente para este fim. Tanto a coordenação geral do Curso quanto os processos de mobilização e seleção dos estudantes estiveram sob a responsabilidade da equipe do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica (DICT) da SNH/MCIDADES.

A todos os envolvidos que não mediram esforços para a realização EaD TRABALHO SOCIAL: professores, consultores técnico-científicos, coordenadores, equipe da Secretaria Nacional de Habitação, equipes de apoio e instituições parceiras, meus sinceros agradecimentos, na certeza do sucesso que indubitavelmente alcançaremos com a realização deste curso!

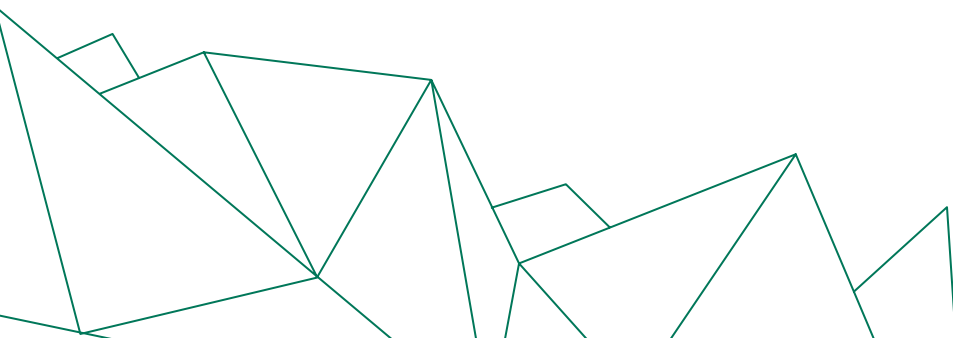
Grande abraço!

Júnia Santa Rosa

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica (DICT)

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

MINISTÉRIO DAS CIDADES



Iconografia

Este livro constitui a base do Curso. Nele, você encontra os principais conteúdos que serão aprofundados no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), nas Videoaulas e nas Teleaulas.

Observe que os ícones presentes no livro sinalizam a integração do material impresso com outros recursos pedagógicos e fontes de informação no AVEA. Vamos ver o que significam esses ícones?



Lembre-se: conteúdos que o autor deseja ressaltar, essenciais à compreensão dos conceitos.



Saiba mais: informações ou relatos de experiência considerados interessantes para o desenvolvimento dos estudos.



Glossário: utilizamos o recurso do glossário quando um termo técnico ou palavra formal e/ou de difícil entendimento necessita de definição ou ampliação do seu significado.



Link: é um recurso para expandir as informações contidas no texto.

Lista de siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

AGE - Assembleia Geral Extraordinária

AGO - Assembleia Geral Ordinária

AVSI - Associação Voluntária para o Serviço Internacional

BCB - Banco Central do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

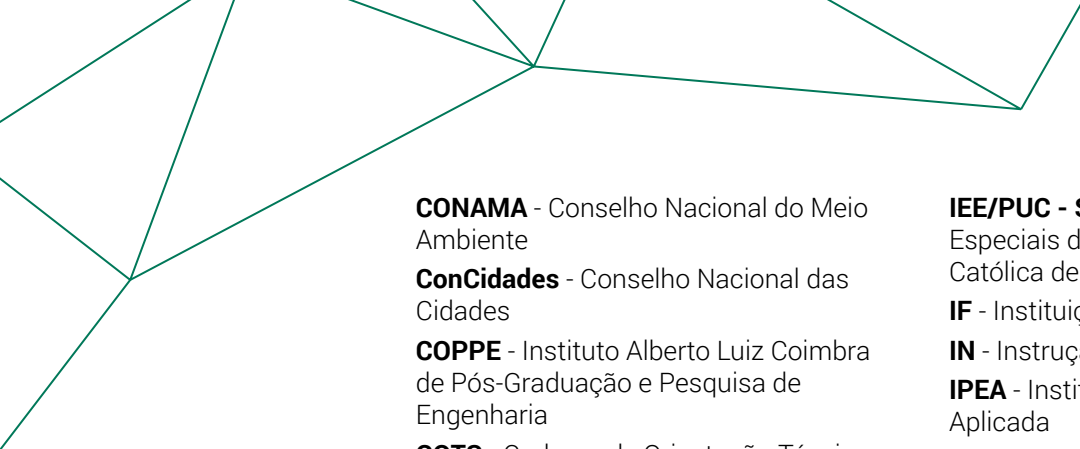
CCFGTS - Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

CEF - Caixa Econômica Federal

CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana

CGU - Controladoria-Geral da União

COHAB - Companhia de Habitação



CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
ConCidades - Conselho Nacional das Cidades
COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
COTS - Caderno de Orientação Técnico Social
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
DBF - Declaração de Benefícios Fiscais
DI - Desenvolvimento Institucional de Municípios
DOU - Diário Oficial da União
DRUP - Diagnóstico Rápido Urbano Participativo
EA - Educação Ambiental
EaD - Educação a Distância
EDPC - Educar para Construir
EGP-RIO - Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro
EO - Entidade Organizadora
FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIA - Fundo para a Infância e Adolescência
FICAM - Programa de Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social
FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HBB - Habitar Brasil
HIS - Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDF - Índice de Desenvolvimento da Família

IEE/PUC - SP - Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
IF - Instituição Financeira
IN - Instrução Normativa
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPP - Instituto Pereira Passos
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IQVU - Indicadores de Qualidade de Vida Urbana
IVS - Indicadores de Vulnerabilidade Social
MCIDADES - Ministério das Cidades
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OGU - Orçamento Geral da União
ONG - Organização não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OS - Ordem de Serviço
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAR - Programa de Arrendamento Residencial
PES - Planejamento Estratégico Situacional
PEUS - Projeto Espaços Urbanos Seguros
PDST - Plano de Desenvolvimento Socioterritorial
PEA - Pessoas Economicamente Ativas
PIA - Pessoas em Idade Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PlanHab - Plano Nacional de Habitação
PLANHAP - Plano Nacional de Habitação Popular
PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV - FAR - Programa Minha Casa Minha Vida - Fundo de Arrendamento Residencial

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNH - Plano Nacional de Habitação
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO - Pessoas Ocupadas
PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR - Programa de Erradicação da Sub-Habitação
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PTS - Projeto de Trabalho Social
PTS-P - Projeto de Trabalho Social Preliminar
PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social
RDC - Redução de Prazo e Custo
RSC - Responsabilidade Social Corporativa
QCI - Quadro de Composição de Investimento
SAS - Sistema de Acompanhamento Social
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECONCI - Serviço Social da Construção Civil
SEDU - Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPURB - Secretaria de Política Urbana
SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SESC - Serviço Social do Comércio
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI - Serviço Social da Indústria
SEST - Serviço Social de Transporte
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SM - Salário Mínimo
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TCU - Tribunal de Contas da União
TR - Termo de Referência
TS - Trabalho Social
UAS - Urbanização de Assentamentos Subnormais
UBS - Unidades Básicas de Saúde
UEL - Unidades Executoras Locais
UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta
UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
VI - Valor de Investimento
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social



Sumário

Módulo I

Marco
conceitual
p.19

Capítulo 1 /// Trabalho Social na Habitação,
conceitos básicos e novas diretrizes do
Ministério das Cidades para o Trabalho Social
p.20

Módulo II

Eixos e temas
p.47

Capítulo 2 /// Mobilização, organização,
fortalecimento social e acompanhamento e
gestão social da intervenção
p.48

Capítulo 3 /// Desenvolvimento
socioeconômico – conceitos e práticas
no âmbito do Programa de Aceleração do
Crescimento e do Programa Minha Casa
Minha Vida
p.70

Capítulo 4 /// Educação Ambiental
no Trabalho Social
p.94

Capítulo 5 /// Planejamento e
Orçamento Familiar
p.124

Capítulo 6 /// Gestão condominial e
educação patrimonial
p.146

Capítulo 7 /// Estratégias de enfrentamento
da violência nos territórios
p.170

Módulo III

Instrumentos
de
planejamento
p.195

Capítulo 8 /// Projeto de Trabalho Social em
intervenções territorializadas
p.196

Capítulo 9 /// Projeto de Trabalho Social de
intervenções destinadas à demanda aberta
p.234

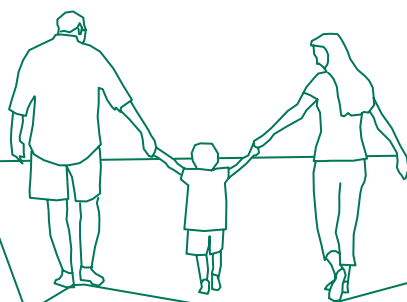
Capítulo 10 /// Plano de Desenvolvimento
Socioterritorial
p.258

Capítulo 11 /// Plano de reassentamento e
medidas compensatórias
p.282

Módulo IV

Contratação
p.303

Capítulo 12 /// Gestão, licitações, convênios
e contratos
p.304





MÓDULO I

Marco conceitual

O presente módulo inicia nosso curso e compreende apenas o primeiro capítulo; é nosso módulo introdutório. Nele veremos conceitos importantes relacionados ao Trabalho Social em Habitações de Interesse Social. O Capítulo I inicia-se com uma contextualização histórica da Política Nacional de Habitação, mostrando como ela evoluiu ao longo do tempo até chegarmos à visão de política habitacional que o Ministério das Cidades desenvolve hoje. Apresenta em seguida os princípios básicos da atual Política Nacional de Habitação com destaque para as ações como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O capítulo segue apresentando e discutindo as diretrizes do Trabalho Social na Política Nacional de Habitação através do estudo da nova Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. O capítulo e o módulo encerram seu conteúdo com a Mobilização e o fortalecimento das redes sociais locais para a ação conjunta.



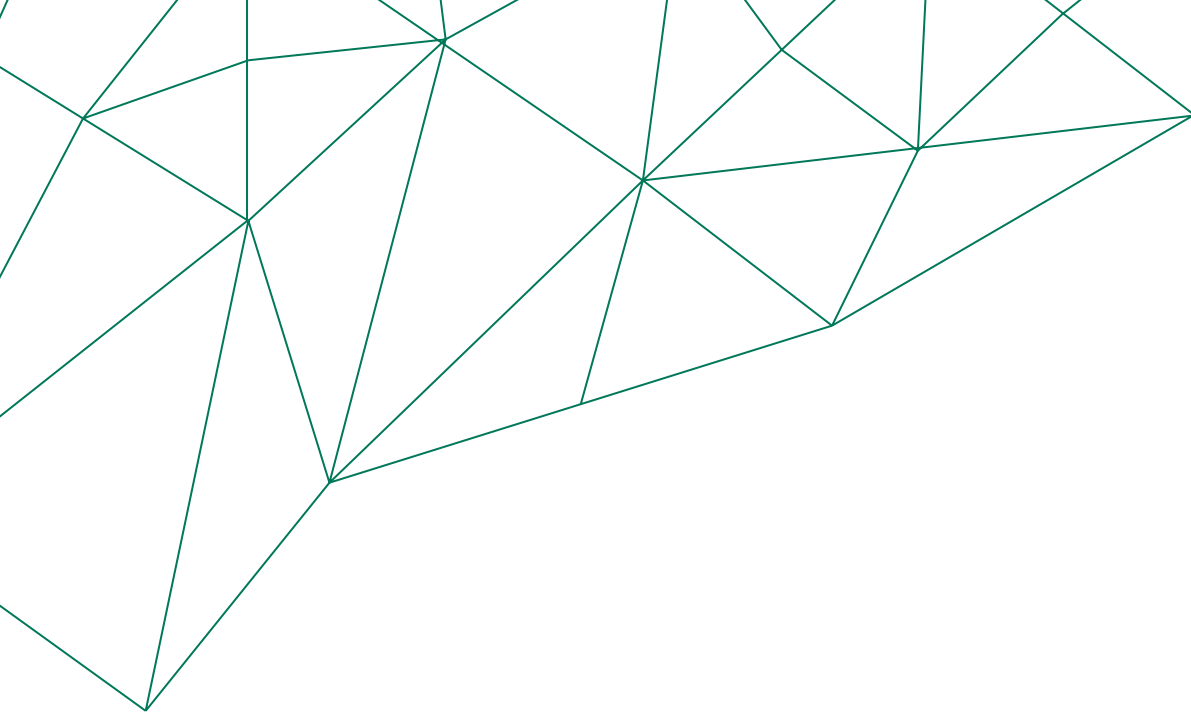




Foto: Fernanda Almeida / Divulgação

Trabalho Social na Habitação, conceitos básicos e novas diretrizes do Ministério das Cidades para o Trabalho Social





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, compreendemos o processo de evolução do trabalho social na habitação, nas fases mais recentes, desde a criação do Ministério das Cidades até a prática atual. Para isso, discutimos os referenciais metodológicos para a elaboração e execução de projetos de trabalho social em programas de habitação de interesse social, explicitando as ligações com as abordagens propostas nas novas normativas da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014).

1. Introdução

Este é nosso primeiro capítulo do curso sobre Trabalho Social na Habitação. Por isso, iniciamos com uma breve reflexão sobre a atual Política Nacional de Habitação no que se refere aos programas de habitação de interesse social. Na sequência, abordamos as concepções e a relevância do trabalho social na política social pública. Por fim, introduzimos o trabalho social em rede na habitação identificando no conjunto de conceitos e processos expressos nas diretrizes do Trabalho Social do Ministério das Cidades.

2. A política nacional de Habitação: contextos e princípios

No Brasil, as iniciativas políticas no campo da habitação de interesse social, na última metade do século XX, caracterizaram-se pela descontinuidade e, sobretudo, foram implementadas sem ancoragem em políticas de desenvolvimento urbano. Elas pouco atenderam as populações urbanas de baixa renda, revelando-se inócuas frente à expansão das periferias das grandes cidades com seus assentamentos informais e o crescimento descontrolado de suas favelas e cortiços. Algumas das soluções adotadas, na época, também se mostraram perversas, como os grandes conjuntos habitacionais construídos por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) nas periferias distantes da cidade, criando, assim, vazios urbanos que serviram para a especulação e mais valia e, **alijando** seus moradores da própria cidade.

Alijando
Excluindo

Saiba mais



Conversamos, o tempo todo, com a Portaria nº 21 (BRASIL, 2014), pois regula e subsidia nossa reflexão sobre o trabalho social. Dessa forma, é necessária a leitura dela passo a passo com o que aqui trazemos.

A ruptura com as velhas políticas de habitação foi alavancada com a Constituição Federal de 1988 que define a moradia como direito e, com o Estatuto das Cidades, que regula a gestão urbana. Contudo, a ruptura só ganhou concretude

¹Para obter mais informações sobre a questão da habitação no Brasil e as leis que a regem, consulte o site: www.cidades.gov.br.

²Consulte o PAC 2 – urbanização de assentamentos precários/MC para saber com detalhes sobre esses projetos de urbanização de assentamentos.

³Consulte o PMCMV – FAR/MC disponível em <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html> para mais informações sobre o Programa.

com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e do Conselho das Cidades, em 2004, que estabeleceram as condições para uma nova *Política Nacional de Habitação*¹.

A nova política, de 2004, alterou paradigmas. Ganhou robustez. Assentou-se na integração com as demais políticas voltadas ao desenvolvimento urbano tais como o saneamento ambiental, a mobilidade, o transporte e demais serviços sociais públicos.

Nessa perspectiva, a Política Nacional da Habitação tem como componentes principais: Integração Urbana de Assentamentos Precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação. (BRASIL, 2004, p. 29).

É importante destacar que os Programas de Integração Urbana de Assentamentos Precários assim como os de Provisão de habitação para famílias de menor renda tiveram, nos últimos anos, enorme expansão, constituindo-se em carros-chefe da política. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007, incluiu e propiciou a expansão dos projetos de urbanização de assentamentos precários prevendo obras de infraestrutura como drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública, *entre outras*². A provisão de unidades habitacionais com prioridade às famílias de baixa renda foi alavancada por meio do *Programa Minha Casa, Minha Vida*³.

Princípios básicos da Política Nacional de Habitação/2004

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social **garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.**
- **Habitação é uma política de Estado!** O poder público é agente na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo.

- **Gestão democrática com participação** dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e nos procedimentos.
- **Articulação das ações de habitação à política urbana** e integrada às demais políticas sociais e ambientais.

O trabalho social foi assumido como parte integrante do projeto habitacional desde o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), iniciado em 1999. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades (MC), o trabalho social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação estendendo esta exigência aos demais programas em que o MC concedesse **recursos a fundo perdido** e àqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios. Ratificou-se, então, essa determinação e generalizou-se a inclusão do Trabalho Social Integrado nos programas habitacionais de interesse social.

É com fundamento na nova política habitacional que se inscreve o nosso debate sobre o Trabalho Social Integrado, constitutivo dessa política. De acordo com isso, as diretrizes do trabalho social/2014 ratificam:

- projetos integrados por ações físicas e sociais, que incluem o controle da questão ambiental e a regularização fundiária;
- conteúdo mínimo exigido para o trabalho social voltado para os eixos de mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento socioeconômico;
- trabalho social exigido na fase antes das obras, durante as obras e na fase do pós-obras (consultar Portaria nº 21/2014).

Portanto, as intervenções públicas na área de habitação devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e que objetive a promoção da inclusão social, do acesso à cidade e aos serviços públicos, e que estimule a participação cidadã. Os processos e ações implementados pela via do trabalho social dão ancoragem e direção a programas de enfrentamento à desigualdade social e sustentabilidade dos programas de Habitação de Interesse Social (HIS). (PAZ; TABOADA, 2010, p. 71).

recursos a fundo perdido

Recursos sem expectativa ou previsão de retorno, de reembolso. Fonte: <http://aulete.uol.com.br/fundo>

3. Diretrizes do Trabalho Social na Política Nacional de Habitação

O Ministério das Cidades expediu neste ano de 2014 uma portaria contendo as instruções do trabalho social em seus programas e suas ações.

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

Nesse manual, encontramos as diretrizes, as especificações e os procedimentos normativos para sua consecução. Assim, de agora em diante, vamos refletir, introduzindo a todo o momento, as instruções nele presentes.

3.1. Novos conceitos e procedimentos das diretrizes/2014

As diretrizes, 2014, introduzem novos conceitos e procedimentos dos quais é necessário destacar 4 (quatro) deles.

3.1.1. Participação

Quer-se uma ampla e ativa participação de moradores, coletivos, redes sociais existentes nas comunidades afetadas pela intervenção habitacional. É preciso

dar voz às populações para que expressem seu cotidiano no território: as ausências, as potências e os arranjos urbanos de que se valem e de quais aspirariam valer-se. Para tanto, é necessário reconhecer que a população detém saberes cunhados em suas trajetórias de vida urbana imprecindíveis na formação de projetos urbanísticos habitacionais.

Quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política. Os moradores são competentes na produção de um diagnóstico urbano social quando há espaço para fruição e intercâmbio entre conhecimento vivido e o conhecimento técnico.

Oficinas participativas - Cabuçu



As imagens acima são das Oficinas participativas de diagnóstico e proposições ocorridas em Cabuçu/zona norte de São Paulo 2011/2012. Fotos tiradas por Patricia Mendes, 2011. Disponível em: <halshs.archives-ouvertes.fr/AMBIANCES2012/> Acesso em 14/10/2013.

3.1.2. Microárea e macroárea

Abrangência do trabalho social no território: a novidade é que o trabalho social não recai apenas na **microárea** onde a intervenção física ocorre, mas in-

clui a **macroárea onde se dá** a integração territorial da população-alvo em seu novo *habitat*. Esse conceito é chave para se produzir efetividade à intervenção. Não basta assegurar uma nova condição de moradia se esta não estiver atrelada a processos de inclusão nas malhas e redes sociourbanas. Nesse contexto é que o trabalho social contempla a **microárea** de intervenção e a **macroárea** para assegurar a inserção sociorrelacional e produtiva dos moradores, assim como fortalecer o sentido de pertencimento à cidade.

3.1.3. Intervenções de saneamento e Habitação

O trabalho social estende-se às **intervenções de saneamento e habitação** assim como a “todos os demais programas geridos pelo MCIDADES que envolvam deslocamento involuntário de famílias, situação em que o Trabalho Social deverá obrigatoriamente atendê-las, sendo facultativa a expansão do atendimento às famílias da macroárea”. (BRASIL, 2014, p. 7).

3.1.4. Destinatários do Trabalho Social

Ampliou-se o foco sobre os **destinatários do trabalho social** em programas habitacionais de interesse social:

Nos empreendimentos de habitação e saneamento, todas as famílias beneficiárias residentes na área de intervenção deverão ser contempladas com as ações do Trabalho Social. As ações específicas da Fase de Pós-Intervenção deverão ocorrer tanto com os beneficiários da área de intervenção quanto com os da área de reassentamento, quando houver. As famílias moradoras da macroárea também poderão ser incluídas nas ações do Trabalho Social, desde que não cause alteração dos valores de investimento previstos.

As entidades da sociedade civil da macroárea que tenham como público os moradores da área de intervenção também poderão participar das ações do Trabalho Social. (IDEM, p. 8).

3.2. O planejamento: introdução de novas fases de planejamento

As fases de planejamento, segundo a Portaria nº 21 (BRASIL, 2014, p. 30-36), dividem-nas seguintes fases:

Fases	1. Pré-contratação	2. Pré-obras	3. Obras	4. Pós-obras
Marcos Temporais	Da apresentação e seleção de propostas até a assinatura do contrato de repasse/ financiamento.	Da assinatura do instrumento de repasse/ financiamento até a Ordem de Serviço (OS) de início das obras.	Da OS de início de obras até a conclusão/ mudança das famílias.	Da conclusão das obras ou mudança das famílias pelo período de 6 a 12 meses.
Instrumentos de Planejamento	PTS-P	PTS	PDST	PDST
Atividades	Execução das ações da PTS-P.	Elaboração e discussão do diagnóstico e do PTS com os beneficiários, selagem e cadastramento, informação e discussão do projeto integrado, mobilização, plantão social etc.	Execução do PTS conforme os quatro eixos do trabalho social, elaboração e entrega do PDST ao Agente Operador. Eventual início da execução do PDST.	Execução do PDST.

O planejamento das ações é realizado de forma integrada com as demais equipes do projeto, prevendo-se 3 (três) etapas:

1. Na fase de pré-contratação, é necessária a apresentação de **Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P)** para a seleção da proposta pelo MCIDADES e, sobretudo, para indicar a intencionalidade e direção da ação. Conforme a Portaria nº 21 (BRASIL, 2014, p.12) o Projeto Preliminar

⁴ Deverão constar no Projeto do Trabalho Social a assinatura e o registro do Responsável Técnico pela sua elaboração. Esse registro poderá ser do conselho de classe, quando houver, ou de profissões regulamentadas do Ministério do Trabalho e Emprego.

é o “documento com a caracterização geral da área de intervenção, bem como da população beneficiária, da intervenção física e com os objetivos do Trabalho Social, visando a subsidiar a contratação da operação e a elaboração do PTS”. No PAC, ele deverá ser apresentado para aprovação pelo Agente Operador/Financeiro anteriormente à assinatura do instrumento de repasse/financiamento.

2. Na fase pré-obras, apresenta-se o *Projeto de Trabalho Social (PTS)*⁴. Nele, o diagnóstico da área de intervenção ganha densidade; descreve os objetivos e as metas do trabalho social, além das ações a serem realizadas nas fases de obras e pós-obra. No PAC, ele deverá ser apresentado pelo Proponente/Agente Executor e aprovado pelo Agente Operador/Financeiro entre a assinatura do instrumento de repasse/financiamento e a autorização do início de obras.

Saiba mais +

O Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias tem seu escopo e processo de elaboração definidos em ato normativo específico do MCIDADES (2014) que trata do *deslocamento involuntário de famílias*⁵, decorrentes da execução de obras e serviços de engenharia em intervenções urbanas.

Quando houver deslocamento involuntário de famílias, o PTS deverá detalhar os mecanismos de participação e gestão compartilhada na definição das alternativas de soluções aplicáveis que irão compor o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias.

3. No período de obras, apresenta-se o **Plano de Desenvolvimento Socio-territorial (PDST)**. Foi concebido com o objetivo de organizar o salto de qualidade do trabalho social nos empreendimentos, de modo que este possa ir além da intervenção direta na microárea e potencializar os meios mobilizados para fomentar o desenvolvimento de entornos também vulneráveis e favorecer a integração da área de intervenção à cidade.

O PDST é elaborado a partir da consolidação do trabalho social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, visan-

⁵ Para mais informações sobre as medidas adotadas quando houver deslocamentos involuntários de famílias, acesse a Portaria nº 317/2013: <http://migre.me/hOliN>.

do à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários.

No PAC, ele deve ser apresentado pelo Proponente/Agente Executor e aprovado pelo Agente Operador/Financeiro conforme indicado no cronograma do PTS, com prazo máximo até o final da fase de obras para as operações de habitação com número de famílias beneficiárias acima de 500 (quinhentos) e, nas de saneamento, quando for o caso. No PDST devem ser explicitados os arranjos de gestão necessários para viabilizar a organização e coordenação das ações intersetoriais previstas no Plano.

Observação importante:

- No caso das intervenções destinadas à prevenção e ao enfrentamento de desastres naturais incluídas nas regras da Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013, a elaboração do PTS-P e do PDST é dispensada, devendo o PTS ser apresentado exclusivamente por ocasião da prestação de contas final.
- No caso de intervenções de prevenção de riscos, a caracterização socioterritorial deverá abranger exclusivamente as áreas de risco em que houver deslocamento involuntário de famílias.

3.2.1 O pós-obras tem como seu guia orientador o PDST

A novidade no pós-obras é o próprio PDST! Sua relevância ocorre pelo fato de que **o trabalho social tem nesta fase papel de crucial importância para assegurar a apropriação da moradia e a sustentabilidade de territórios urbanizados.**

Não se limita a concentrar esforços no assessoramento a famílias e grupos organizados no território para consolidação dos ganhos obtidos com a nova condição habitacional. Prioriza igualmente os vínculos e a inserção das famílias na macroárea. Consolida os espaços públicos de participação e controle social. Assegura apoios às ações de geração de trabalho e renda e inclusão produtiva, encaminhamento ao mercado do trabalho; investe na presença de entidades sociais e nos projetos comunitários fortalecedores do sentido de pertencimento e desenvolvimento dos moradores.

Saiba mais +

Para o conhecimento da totalidade das ações nesta fase, recomenda-se a leitura da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014, p. 21 e 22), no qual explica-se que: “Essa Fase [pós-obras] inicia-se imediatamente após a conclusão das obras/serviços, mudança dos beneficiários para a nova unidade habitacional ou a conclusão de melhoria habitacional, quando for o caso, e terá a duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses”. (IDEM, p. 21).

3.2.2. Planejamento e diagnósticos participativos

É preciso evoluir de uma concepção de prática participativa, ainda persistente, de caráter mais consultivo, com profissionais coletando informações e dando “devolutivas” aos moradores, para um modelo mais “cooperativo”, no qual os moradores já participam ativamente (até mesmo integrando equipes de cadastramento) na coleta de dados e diagnósticos, estando mais qualificados para uma participação efetiva já no momento de elaboração do projeto e da obra. Durante a fase de pré-obras (PTS) ocorre a discussão do projeto integrado, que para ser mais equilibrada precisa contar com interlocução efetiva por parte da comunidade, no sentido de conhecimento do território, seus moradores e realidade socioeconômica.

Já não se tolera mais a produção de planos e diagnósticos elaborados tão somente pela equipe técnica com posterior apresentação à população. Quer-se, ao contrário, a participação proativa desta no diagnóstico e formulação do projeto social. Considera-se que a equipe em campo e familiarizada com as dinâmicas sociais locais e seus moradores pode induzir de forma efetiva a participação da população já no processo de coleta de informações e diagnóstico.

Cadastramento dos moradores:

Cadastrar os beneficiários de melhorias ou unidades habitacionais no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) e registrar o benefício direto concedido pelo MCIDADES, sendo essa responsabilidade exclusiva dos entes municipais independente de atuarem como Proponentes/Agentes Executores. As famílias que atendam aos requisitos dos demais programas sociais do Governo Federal também deverão ser cadastradas no CADÚNICO. (BRASIL, 2014, p. 10).

O cadastro é atividade *in loco* que se faz para a identificação e o registro dos moradores do território que serão afetados pelo projeto habitacional. Esse processo é constitutivo do diagnóstico social. Mas não só! É processo estratégico no estabelecimento de relações de proximidade, de acolhimento dos moradores e apresentação da proposta de intervenção habitacional.

Savoir-faire é uma expressão da língua francesa que significa literalmente “saber-fazer”, e que diz respeito a uma habilidade específica em alguma atividade.

Entre as condições de eficácia na produção de um diagnóstico participativo destacamos:

- revelar, na condução do processo, ao menos três dimensões: a social, com seus usos; a sensível, com suas ambiências; a construída, com sua funcionalidade;
- os habitantes do território precisam ser estimulados, pois, no geral, possuem dificuldade de expressão das qualidades latentes de seu lugar, das competências e do *savoir-faire* local; tampouco possuem canais adequados para a expressão de ideias que devem ser apropriadas pelo coletivo;
- buscar o olhar não da queixa ou da carência, mas da produção coletiva de um projeto;
- produzir sínteses diagnósticas com e para os moradores e redes sociais do território;

Stakeholders é um termo da língua inglesa que significa, literalmente, “a parte interessada”.

Endógenos ou exógenos: internos ou externos.

- identificar as redes existentes, pois é preciso reconhecer os vínculos sociorrelacionais que se tecem no território, as redes sociocomunitárias já existentes, a rede de serviços públicos já instalada e utilizada pela população local;
- identificar e envolver os grupos de interesse: os *stakeholders* da sociedade civil, do governo, da iniciativa empresarial – endógenos ou exógenos ao local ou, envolvidos com ele.

3.2.3. Indução à ação intersetorial

As ações dos profissionais dos programas de habitação não substituem as ações dos demais programas ou serviços do território (não fazem o esporte ou a educação, a capacitação de trabalhadores ou a geração de renda etc.), contudo agem na mediação entre os moradores e serviços/programas para assegurar um efetivo acesso e desenvolvimento de oportunidades capacitadoras e emancipadoras. Fazem a mobilização e desenvolvem a ação conjunta com os serviços das diversas políticas públicas e dos projetos da comunidade para esse fim.

3.3. Eixos centrais no desenvolvimento do Trabalho Social

⁶ Consulte o Manual de Instrução do Trabalho Social/MC (BRASIL, 2014, p. 11).

O *Trabalho Social*⁶ deverá observar, obrigatoriamente, todos os quatro eixos apresentados abaixo, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macroárea, quando esta existir, indicadas no diagnóstico. Vejamos:

1. **Mobilização, organização e fortalecimento social** – prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando a promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, à constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
2. **Acompanhamento e gestão social da intervenção** – visa a promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação ao longo da sua execu-

ção, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

3. **Educação ambiental e patrimonial** – visa a promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.
4. **Desenvolvimento socioeconômico** – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo. (BRASIL, 2014, p.11)

Nas intervenções de prevenção de riscos, o trabalho social deverá atender ao eixo “acompanhamento e gestão social da intervenção”, podendo ser estendido aos demais eixos, desde que devidamente justificado pelo proponente e aceito pela Instituição Financeira.

3.3.1. Monitoramento e avaliação

Compreendidos como processo contínuo presente desde a concepção, implementação e finalização do programa de habitação de interesse social. Tem sempre a perspectiva de apreender a lógica da ação planejada e a lógica dos atores no desenvolvimento do programa. Exige a definição e escolha de indicadores que permitam sinalizar processos e resultados desejáveis e obtidos pelo programa e por isso mesmo os indicadores orientam as informações a serem coletadas no *continuum* da ação programada.

Adota metodologias participativas incluindo, no processo e na produção avaliativa do programa, a participação de todos os sujeitos implicados (gestores, técnicos e beneficiários). Monitoramento e avaliação participativa gera um aprendizado coletivo sobre a ação convertendo-se em instrumento de aprimoramento do programa.

Conforme diretrizes do Trabalho Social do Ministério das Cidades, o monitoramento é atestado por meio de relatórios consecutivos que fornecem uma **medição das atividades e ações desenvolvidas no Trabalho Social**. Conforme consta na Portaria nº 21:

Nesse relatório serão registradas todas as atividades constantes no projeto aprovado de acordo com a Fase a que se refere, independente de serem custeadas com recursos do repasse/ financiamento ou de contrapartida, sendo neste caso justificadas as atividades previstas e não realizadas, quando for o caso. (BRASIL, 2014, p. 25).

3.3.2. Algumas reflexões finais sobre os conceitos abordados

O Trabalho social contém três dimensões interdependentes de ação: gestão, fortalecimento das redes sociais locais, ação direta junto aos moradores e comunidades de caráter mobilizador, educativo, socioinformacional e cultural.

3.3.3. Gestão

A gestão assegura os fluxos de ação inerentes ao trabalho social visando aos resultados pretendidos; percorre todas as fases do programa habitacional. Inclui o suporte às intervenções físicas, a escuta da população, o conhecimento e diagnóstico social, a mobilização e organização comunitária e as ações propriamente de fortalecimento dos moradores para consolidação do direito à moradia digna e à cidade.

A gestão impõe um olhar multidimensional; não apenas atividades de gerenciamento, mas processos que exigem fluxos de ação, informação e decisão. Não é uma construção individual, mobiliza a construção coletiva, é exercício da política. É processo e não apenas resultado.

Uma boa gestão se faz com uma equipe alinhada aos objetivos e diretrizes da política e do projeto específico a ser implantado. No caso de programas habitacionais de interesse social, as equipes são constituídas por profissionais responsáveis por diferentes dimensões do projeto: engenharia, ambiental, fundiária e social. Assegurar um fluxo contínuo de informações, interação, consensos e convergência de propósitos é uma das principais atividades da gestão. É desse modo que se processa a integração das equipes, mantém-se a confiança no projeto e se energizam as ações.

4. Mobilização e fortalecimento das redes sociais locais para ação conjunta

Redes e vínculos de proximidade presentes no território produzem o que chamamos de **potência da comunidade**: coesão e confiança social e por isso precisamos conhecer e avaliar o grau de coesão intra e entre redes que se movimentam no território.

As redes nos territórios de ação são constituídas pelos diversos grupos (formais e informais) presentes no local: os grupos de moradores ou de representação de moradores (associações de moradores), os grupos constituídos a partir de relações de vizinhança, parentesco, ou, de militância religiosa nas várias igrejas, militância política, grupos de jovens, organizações comunitárias locais prestadoras de serviços de proteção ou desenvolvimento social. Inclui a rede pública de serviços alocados no território (educação, saúde, assistência social, esporte etc.) e rede de empreendedores locais (desde as grandes empresas industriais ou de serviços até os pequenos empreendedores instalados nas vias locais).

Para mobilizar e agregar redes, precisamos apresentar e negociar nosso plano de ação no território com todo este conjunto de serviços, organizações e lideranças locais.

4.1. Ações diretas junto aos moradores e comunidades territoriais

Nos territórios de intervenção habitacional de interesse social (favelas, cortiços, casas precárias etc.) os maiores desafios advêm das vulnerabilidades sociais, de vínculos relacionais restritos e guetificados.

Nas grandes cidades, já sabemos, as populações de baixa renda habitam quase sempre em territórios marcados pela escassez de infraestrutura econômica, urbana e de serviços; não possuem um tecido social forte capaz de induzir seu próprio desenvolvimento.

Os vínculos de pertencimento e de relações sociofamiliares sofrem de instabilidade pela ausência de um suporte social das políticas públicas e são fra-

gilizados pela violência, pelo medo, maus tratos decorrentes da própria condição de guetificação a que estão sujeitos, tonando-se necessários:

- processos de fortalecimento da convivência social e desenvolvimento do sentido de pertencimento às redes existentes ou a serem recriadas no microterritório;
- inclusão nos serviços das políticas públicas;
- ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de competências substantivas (ampliação da fluência comunicativa e do universo informacional e cultural);
- inclusão no circuito de relações da comunidade e da cidade de pertença;
- inclusão no mundo de trabalho e renda com formações que possibilitem aumento da empregabilidade e geração de renda, assim como implementação de arranjos produtivos locais.

Considerando os eixos de ação, o trabalho social se vale de abordagens individuais (plantão social para o atendimento individualizado, visitas domiciliares etc.), abordagens grupais (reuniões, visitas grupais nas obras, oficinas etc.) e abordagens coletivas (assembleias, comissões, ação em rede etc.).

⁷ Consultar também a reflexão realizada por Rosângela Paz e Keyd, curso EAD/2010.

Constructo é uma criação mental, simples, que serve de exemplificação na descrição de uma teoria. Fonte: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/constructo/>>

4.2. Metodologias de trabalho social

É a *metodologia*⁷ que costura e assegura a intencionalidade e a efetividade social almejada pelo programa habitacional em sua implementação e realização.

Podemos dizer que metodologias de ação são **constructos** pensados a partir de intencionalidades, conhecimentos e experiências que se convertem em princípios e diretrizes fundantes na condução da ação. Define um peculiar ordenamento da ação, sempre sustentado por um quadro referencial constituído de aportes teóricos e da experiência acumulada.

Na condição de prescrição, a metodologia secundariza e mesmo mata a intencionalidade; padroniza e infantiliza os profissionais que movem a ação. Toda metodologia social oxigena seus processos de ação no contexto e conjuntura das comunidades e nas próprias demandas e potências de seu público-alvo. Nesse contexto ocorre a exigência de diagnósticos produzidos com a participação da população-alvo para refletir conjuntura, demandas e potências. “É sempre bom lembrar que o território usado é uma totalidade em mo-

vimento, indivisível”. (Maria Adélia A. Souza; fala em conferência/maio, 2013). Dessa forma, é importante agir em rede onde os demais agentes e serviços operam conjuntamente. Não os substituímos!

Lembre-se



- Metodologias de Ação constituem-se na alma do trabalho social.
- Uma metodologia não é receita de bolo; não pode se perverter numa prescrição de procedimentos.
- Sua aplicação subordina-se ao contexto em que é aplicada. Um programa habitacional de interesse social é sempre uma ação sociorrelacional, portanto, a condução da ação exige plasticidade para embeber-se do contexto.
- Metodologias de trabalho social exigem relações de proximidade; na busca de emancipação põe destaque na adesão, participação e coautoria de seu público-alvo.
- Agrega arranjos estratégicos destinados a produzir ampla informação, comunicação, negociação, adesão, articulação e participação de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais situados ou implicados no território de intervenção: serviços públicos, sociedade civil, iniciativa privada e a própria comunidade beneficiária.
- No trabalho social não basta agir com nosso público-alvo específico – apartado de suas relações e implicações com os demais grupos do território. Ou tocamos todos com nossa ação ou perdemos em efetividade.
- É imprescindível uma ação consorciada com os demais agentes e serviços.
- Metodologias de Ação desenhadas para reduzir vulnerabilidades sociais põem ênfase nas relações, no desenvolvimento de capacidades substantivas dos grupos-alvo para acessar e circular em redes socioculturais do território e da cidade, e usufruir de serviços que lhe são básicos.
- Metodologias de Trabalho social são necessariamente participativas.
- Não é possível avançar na intervenção social sem proximidade dialética entre teoria e prática. Inovação e compromisso se constroem nesta cum-plicidade reflexão-ação-reflexão.

4.3. Os processos-chave das Metodologias de trabalho social

As metodologias de trabalho social supõem dois processos-chave para mover as ações: **comunicação e articulação**.

4.3.1. Comunicação

O processo comunicativo irriga todos os anéis da ação; não é a técnica, não é a máquina que movimenta a ação e sim a própria comunicação que produz aproximação e constrói sentidos. No geral, consideramos o fluxo comunicativo como fundamental nos processos de acolhimento e construção de vínculos com os indivíduos e famílias que recorrem aos serviços públicos. Mas Comunicação é também base da mobilização da comunidade e de seu engajamento na melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

4.3.2. Articulação

O ato articulador é absolutamente necessário para conjugar e integrar a população-alvo a uma cadeia de programas e serviços complementares entre si.

Os programas habitacionais de interesse social demandam esforços para engajar os serviços do território na busca de assegurar a população-alvo, sua apropriação e usufruto. Da mesma forma, exigem a articulação com os diversos sujeitos sociais e econômicos (governo, sociedade civil, empresas produtivas de mercado para engajar-se em novos empreendimentos socioculturais ou produtivos) que desempenham determinadas funções no contexto:

- **Estado:** por meio da oferta de políticas públicas é fator central na geração de estruturas de oportunidades aos grupos sociais e cidadãos;
- **a sociedade/comunidade:** é central na oferta de oportunidades, sobretudo aquelas chamadas simbólicas: seu acolhimento, reconhecimento, valorização, pertencimento.
- **o mercado:** para atender às demandas de consumo, e, sobretudo, para o acesso ao trabalho, passo necessário à emancipação e inserção social.



Por fim, a capacidade articuladora é igualmente necessária para produzir adesão, negociação e consensos fortalecedores da coesão social. Obter consensos importantes para inovar processos e alcance dos resultados.

O que reforça a importância da comunicação e articulação no trabalho social é que as mesmas implicam em gestão e relações de proximidade para fincar as ações no território e nos seus grupos de pertença. É uma ação que toma direção agregadora e retotalizante do social para produzir desenvolvimento, pertencimento e emancipação.

A participação está presente em todo o desenvolvimento do projeto. É pela via da participação que os grupos-alvo e suas organizações se apropriam da intervenção sociourbana a eles destinadas. Mas para haver participação é preciso que gestores e técnicos a valorizem, assegurem espaços e voz à população beneficiária, ofertem toda a informação necessária, propiciem a negociação, assumam decisões coletivas e garantam o exercício do controle.

Assim é que toda metodologia de trabalho social em programas de habitação de interesse social exige **diagnóstico** (conhecimento da realidade), **formulação de projeto de trabalho social**, **monitoramento e avaliação contínuos** em movimentos cumulativos de reflexão-ação-reflexão.

5. Atividade

O Trabalho Social em habitação de interesse social consiste em um conjunto de estratégias, processos e ações por parte do agente. Com base nessa afirmação, qual é o objetivo do Trabalho Social?

- a. Articular políticas públicas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários por meio do levantamento de demanda e extinção de qualquer organização social existente.
- b. Desmotivar a participação e inserção social dos beneficiários em qualquer etapa do projeto de Trabalho Social.
- c. Promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.
- d. Promover a criação de moradias utilizando-se do território possível, independente das demandas da comunidade e dos beneficiários do projeto de habitação de interesse social.
- e. Identificar a demanda social existente na área e na comunidade escolhida, e aplicar um projeto de Trabalho Social padronizado a todas as comunidades para promover a equidade e sustentabilidade.

6. Referências:

CARVALHO, M. C. Brant. **Trabalho social/Mobilizar e articular redes sociais** – Texto produzido para Secretaria Municipal de Habitação / SEHAB, 2012.

_____. Políticas Públicas e Trabalho Social. In: ARREGUI, Carola C. et al. (Org.). **Metodologias de Trabalho Social**. São Paulo: IEE/PUC, 2008.

BARREIRA, Maria Cecília R. N.; CARVALHO, Maria do Carmo. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Política Nacional de Habitação. Cadernos MCidades Habitação. Brasília, DF, 2004.

_____. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. 3. São Paulo: Fim de Milênio, 1999.

_____. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELS, R. **Les métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

COSTA, R. Por um Novo Conceito de Comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Revista Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, UNESP, v. 9, n. 17, mar/ago, p. 235-248, 2005.

DOWBOR, L. **Gestão Social** – uma questão em debate. In: RICO et al. (Org.). São Paulo: IEE/EDUC, 1999.

DUBET, François. As desigualdades Multiplicadas. Tradução de Maria do Carmo Duffles Teixeira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Anped, n. 17, maio/jun/jul/ago. 2001.

GATTI, Bernadete. **Avaliação de programas sociais**. 2005. No prelo.

_____. Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, p. 07-14, 2006.

GOMÁ, Ricard. Processos de exclusão e políticas de inclusão social: algumas reflexões conceituais. In: **Gestão social o que há de novo**. 2004 - Volume 1 - Desafios e Tendências. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - **Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente** (Coleção Abrigos em Movimento), 2010.

KATZMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de La Cepal**, Santiago do Chile, n. 75, Dezembro, abr., 2001.

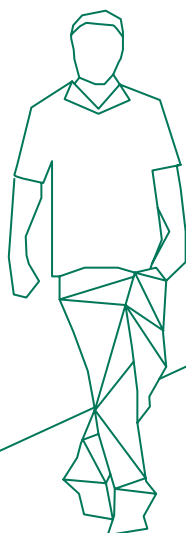
BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções para aprovação e execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

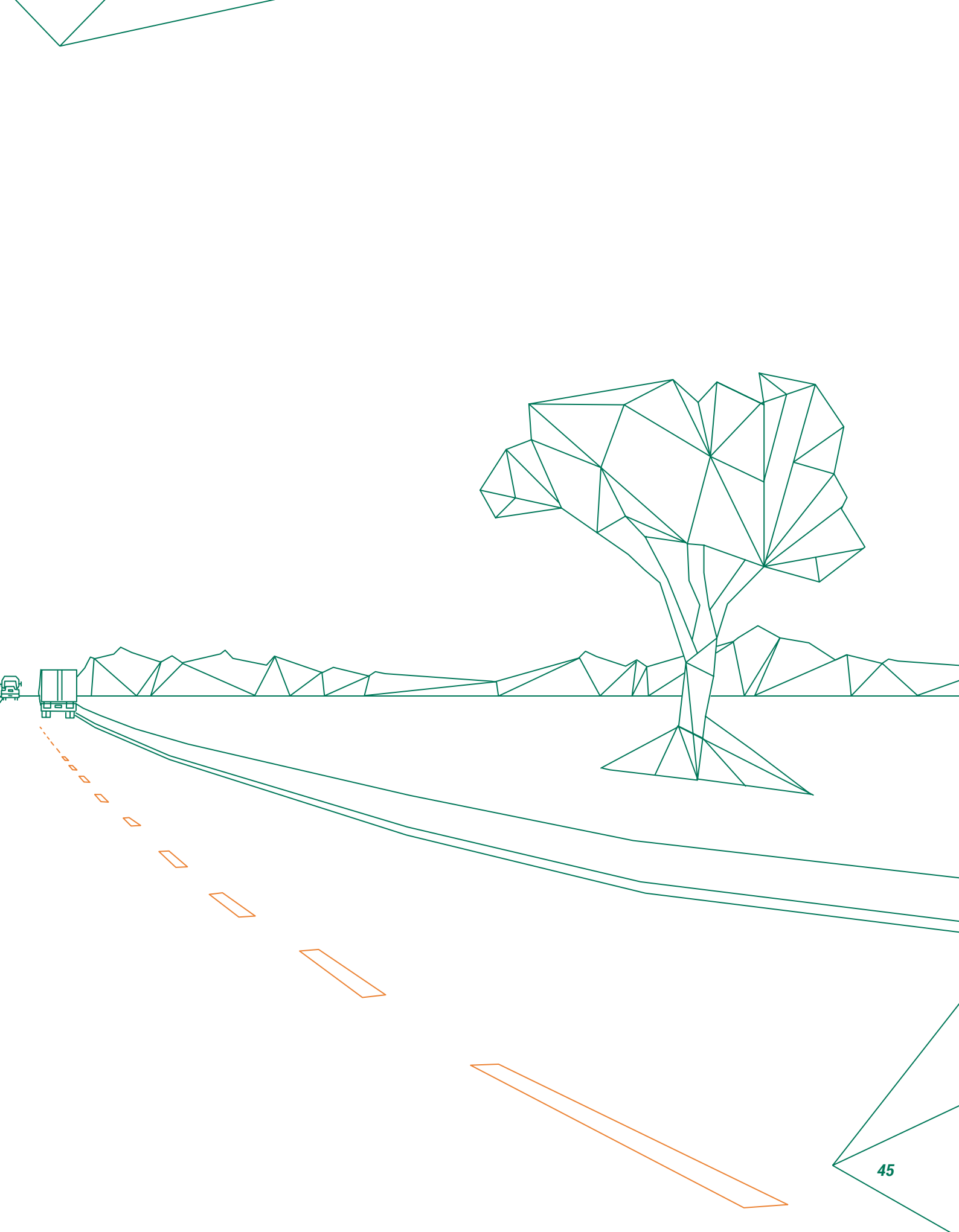
NOGUEIRA, Marco. **As Possibilidades da Política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. PAZ, Rosangela D. O da; TABOADA, Kleyd J. Ministério das Cidades. Curso EAD/2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SOUZA, Maria Adelaide. **5ª Conferência Municipal de Volta Redonda**. Fala em conferência/maio, 2013.

TEIXEIRA, R.R. As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, supl. 1, 2008.







MÓDULO II

Eixos e temas

O Módulo II compreende os capítulos de 2 a 7. O primeiro capítulo do módulo (Capítulo II) trata daquilo que chamamos de “protagonismo cidadão daqueles que terão seu direito à moradia atendido pelas intervenções dos programas habitacionais”. O capítulo seguinte, denominado “Desenvolvimento socioeconômico”, trata da necessidade de garantir a sustentabilidade econômica dos moradores dos programas habitacionais. O tema que segue apresenta a Educação Ambiental como conteúdo e prática transversal a todo o trabalho social. O Capítulo V trata do Planejamento e Orçamento Familiar, mostrando como os técnicos do Trabalho Social podem ajudar as famílias na busca do equilíbrio orçamentário. O capítulo que trata da Gestão Condominial e Educação Patrimonial introduz a necessidade do Trabalho Social apresentar aos moradores dos programas habitacionais conteúdos que para muitos são enfrentados pela primeira vez em suas vidas, como os custos coletivos da habitação, por exemplo. Finalmente, mas não menos importante, o Capítulo VII fecha o módulo falando como enfrentar a questão da violência e dos conflitos que podem acontecer nos territórios onde serão desenvolvidos os Trabalhos Sociais.

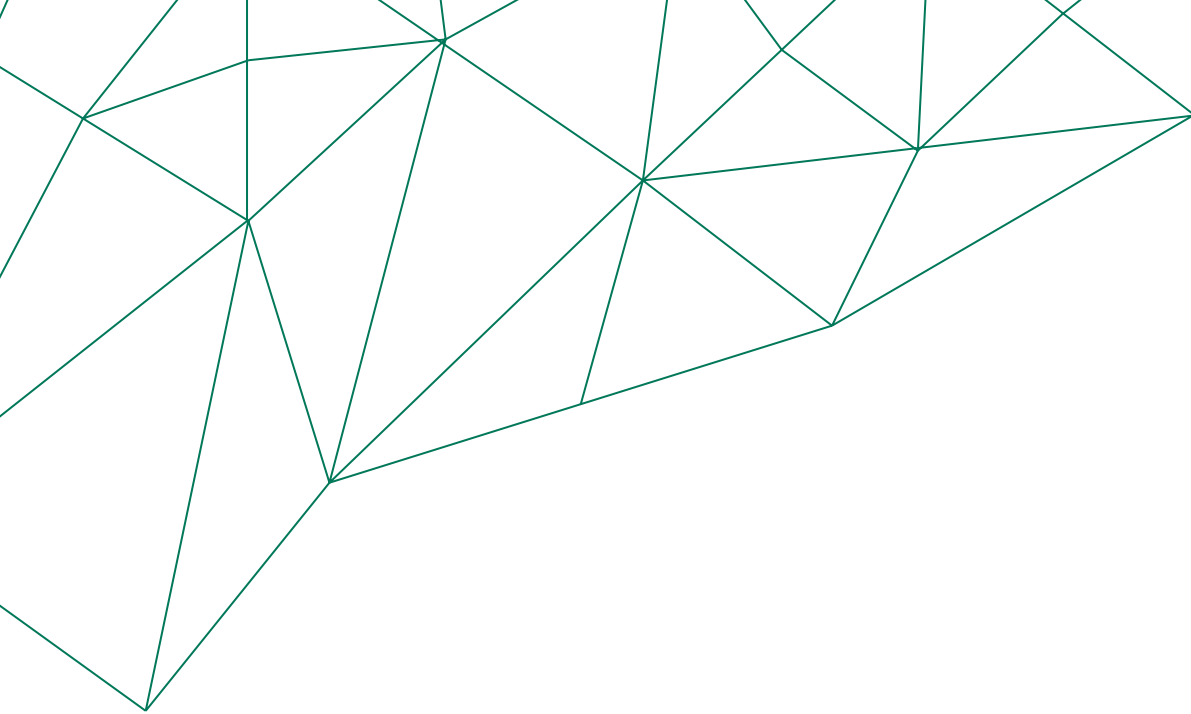


2



Foto: Acervo LUNMP / Divulgação

**Mobilização, organização,
fortalecimento social e
acompanhamento e gestão social
da intervenção**



Objetivo do capítulo

Neste capítulo, abordamos a mobilização, organização e fortalecimento social, um dos eixos estruturantes do trabalho social em habitação. Mais do que a relação com os beneficiários de ações do poder público, estamos tratando do protagonismo cidadão daqueles que terão seu direito à moradia atendido pelas intervenções dos programas habitacionais. É uma ação que visa ao engajamento individual e coletivo na implementação das intervenções e na melhoria da qualidade de vida. Desejamos apoiar a construção de comunidades atuantes, críticas e a criação de sujeitos coletivos de mudança. Nesse sentido, o trabalho social traz instrumentos importantes para o processo de mudança cultural, na conquista de cidadania e autonomia. Nosso objetivo neste capítulo é refletir sobre essa relação e indicar algumas questões a serem observadas na mobilização, organização e fortalecimento social das comunidades envolvidas.

1. Introdução

Em uma sociedade marcada pela desigualdade e pela falta de atendimento aos direitos básicos, a mobilização é uma ação, em primeiro lugar, de afirmação de direitos. É reconhecer o cidadão como sujeito e que, ao integrar um empreendimento habitacional, está efetivando seu direito à moradia. Entendemos, também, que o direito à moradia pode e deve ser a porta de entrada para os demais direitos, especialmente o direito à cidade. Isso significa a busca pela cidadania plena, melhoria da qualidade de vida e o combate às desigualdades sociais. É fundamental que a noção de atendimento a um direito essencial seja a marca do Trabalho Social (TS) no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Nesse sentido, a ação de mobilização, organização e fortalecimento social é sempre uma ação pedagógica e que visa a desenvolver o senso crítico e, como objetivo fim, a maior democratização da sociedade. É uma ação que incentiva a autonomia, fortalece a autoestima e os laços de solidariedade entre os participantes daquela intervenção e entre os que estão em situação análoga à sua. Para Paz e Taboada (2010),

o trabalho social possui uma orientação ética e política: democrática, educativa e organizadora, que incentiva a participação, a ação coletiva da população, o exercício cotidiano do protagonismo cidadão, socializando informações, investindo na capacitação dos sujeitos na apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano. (PAZ e TABOADA, 2010, p. 71).

Trata-se de ações formadoras de cultura, vinculadas a uma visão de mundo que busca combater a subserviência e o clientelismo. Não estamos falando aqui de práticas “disciplinadoras” ou de “controle” da população, dirigidas para o seu enquadramento social ou para a sua adesão acrítica às intervenções ocorridas em seu território, mas de seu **empoderamento** enquanto agentes sociais de mudança.

Também não se trata de transferir para a sociedade organizada as responsabilidades que são do Estado na formulação ou implantação de políticas públicas, sob o discurso da participação. A comunidade mobilizada precisa conhecer profundamente seus direitos e a quem cabe atendê-los.

Empoderamento

O conceito de empoderamento, quando levado à prática, devolve poder e dignidade para a obtenção do estatuto de cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino.

A participação, em todos os seus níveis, inclusive nas parcerias para a implementação de políticas, não pretende substituir o Estado ou isentá-lo, mas provocá-lo para que cumpra as suas responsabilidades constitucionais.

2. Mobilização e instâncias de participação no Trabalho Social

Pertença

Ação de pertencer a um grupo coletivo; sentimento de pertencimento.

¹Demanda dos empreendimentos do MCMV no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que deve ser selecionada a partir de cadastro público efetuado pelo município, Distrito Federal ou estado, nas condições estabelecidas pela Portaria do Ministério das Cidades nº 595/2013. Para consultar essa Portaria, acesse: <<http://migre.me/hOorR>>.

A proposta de mobilização, antes de tudo, visa a construir sentido de **pertença** das famílias envolvidas a um grupo, conseguir “ver” o outro e criar laços de identidade com ele. Para que haja mobilização, é preciso que as pessoas desejem participar, sintam necessidade e se comprometam com isso. Participar não deve ser um fardo. Por isso, Peloso fala em “ter raízes plantadas na alma da população” (PELOSO, 2001, p. 5) como a ação fundamental da mobilização. E só é possível fazê-lo quando conhecemos sua realidade, cultura e aspirações.

Esse processo exige ações específicas, com características próprias quando falamos de **demanda aberta**¹ de projetos habitacionais, onde não existe qualquer vínculo prévio entre os futuros moradores. Daí a necessidade do trabalho social iniciar antes da mudança para a nova moradia. É preciso que o Trabalho Social (TS), ao fazer o diagnóstico socioeconômico do grupo, também identifique que tipos de laços já existem e também a existência de algum tipo de conflito preexistente.

No caso de empreendimentos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a indicação de demanda será tratada no Capítulo 8 deste curso “Projeto de Trabalho Social de intervenções destinadas à demanda aberta”.

Apesar das dificuldades de trabalhar muitas vezes com uma demanda dispersa na cidade, esse momento pode ser muito rico para a mobilização e os primeiros momentos de encontro e conhecimento do grupo. As atividades do momento prévio à mudança, além de informar os participantes sobre o programa e organizar sua chegada à nova moradia, também deve servir para incentivar sua participação nos momentos seguintes do trabalho social.

Uma visita ao empreendimento antes de sua entrega é carregada de significados para aqueles que lá irão morar. Significa uma definição, uma concretiza-

ção da expectativa de direito que passa a ter endereço certo. Não é incomum, após a definição da demanda, que várias famílias, por conta própria, voltem ao local diversas vezes para acompanhar o avanço das obras, conhecer o bairro, se ambientar. Essa ação promove, de alguma forma, o princípio do sentido de pertença à nova moradia.



Visita a empreendimento em construção. Foto: Acervo UNMP / Divulgação.

No caso de *demanda fechada*² onde o Trabalho Social se instala desde a concepção da intervenção, muitas vezes já existem redes de relações entre os participantes. Também nesse caso, é importante identificar como se dão essas redes, aspectos que devem ser reforçados, conflitos a serem administrados e ações para a inclusão de todo o grupo.

Para mobilizar é preciso ir até onde as pessoas estão e não esperar apenas que elas atendam a uma convocação formal. Assim, as igrejas, clubes, escolas e demais equipamentos devem ser procurados para apoiar a mobilização e estabelecer contatos com os moradores. Os convites devem ser feitos pessoal-

² Nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV Entidades), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização (PAC Urbanização), a demanda das novas unidades habitacionais são identificadas previamente no momento da contratação do empreendimento. Também no MCMV no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), até 50% das unidades produzidas no município podem ser destinadas a “um grupo de famílias provenientes de um mesmo assentamento irregular, em razão de estarem em área de risco, terem sido desabrigadas por motivo de risco ou outros motivos justificados em projetos de regularização fundiária e que tiverem que ser realocadas”. (BRASIL, 2011, p.2)

mente, ressaltando a importância da participação e sua finalidade. É um dos objetivos do trabalho social, a promoção da

participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias. (BRASIL, 2014, p. 5).

Nesse sentido, o trabalho social é o elo entre a realização da intervenção física e a população a ser atendida. Em qualquer das situações acima descritas, é importante que se estabeleçam pactos de relacionamento, onde os participantes possam identificar claramente as responsabilidades de cada ator que incide no processo, a quem cabe cada etapa da intervenção e onde e como são tomadas as decisões, inclusive para combater os eventuais problemas e as dificuldades que o empreendimento venha a enfrentar. O trabalho social não poderá passar ao largo desses problemas e muito menos servir para amortecê-los, mas pode ser um espaço de discussão franca e busca de mecanismos para o seu enfrentamento.



Discussão de projeto de unidade habitacional. Foto: Acervo UNMP / Divulgação.

A transparência na forma de lidar com as informações certamente ajudará no fortalecimento das relações de confiança, bem como no reconhecimento das instâncias constituídas, incentivando cada vez mais a participação. Ou seja, quando os espaços de participação são valorizados pelos gestores e incidem efetivamente na intervenção, há uma probabilidade maior de que a comunidade também o valorize; no sentido oposto, espaços construídos apenas para “cumprir tabela” pouco motivarão a participação.

Na implementação da intervenção, pode ser definido um núcleo gestor, responsável pela interlocução da comunidade com os diversos atores envolvidos (poder público local responsável pelo projeto, pela obra e pelo trabalho social, entre outros). Esse grupo deve ser constituído também por membros da comunidade e ser representativo de seu conjunto. Ele poderá apoiar as discussões dos temas de conflito, trazendo as diferentes expectativas da comunidade.

O núcleo gestor, no entanto, não substitui os momentos de diálogo direto com o conjunto das famílias, em reuniões de grupo ou assembleias. Nesses momentos, o trabalho social deve consolidar as informações a serem trazidas e definir mecanismos de discussão para ampliar a participação.

Para o bom funcionamento e o reconhecimento dessas instâncias, é preciso que cada uma delas tenha seu papel bem definido para não gerarem falsas expectativas ou serem esvaziadas. Nesse sentido, é preciso pactuar previamente com o gestor da intervenção as formas de participação previstas.

Para que as atividades tenham bom resultado, algumas regras de convivência devem ser observadas, como:

- agenda acordada entre os participantes;
- reuniões bem preparadas, com as informações e materiais necessários;
- data, hora, local e pauta previstos com antecedência;
- pontualidade no início e final da atividade;
- convocação ou convite enviados previamente;
- local adequado, de fácil acesso, com o número necessário de cadeiras e equipamentos de som e vídeo suficientes para o grupo;
- participação dos diversos atores nas atividades;
- registro dos encaminhamentos deliberados;
- retorno das demandas apresentadas;
- publicidade e transparência nas informações.

Além disso, as atividades não devem se limitar à realização de reuniões e assembleias. Outras atividades podem ser organizadas, com a utilização de di-

versas linguagens e destinadas a diferentes públicos. Cinema, música, oficinas, mutirões podem atingir novas pessoas, valorizando outras expressões, além da verbal, utilizada nas reuniões.

2.1. Exemplos de ferramentas de mobilização

Alguns exemplos de Ferramentas de mobilização incluem as Campanhas e as Ferramentas digitais.

2.1.1. Campanhas

A campanha é uma das formas de mobilização para atingir um objetivo específico, focado em alguma necessidade da comunidade ou situação a ser prevenida ou combatida. Para essa finalidade, é preciso definir um conjunto de atividades a serem realizadas em um tempo determinado. A campanha pode ser utilizada para mobilizar pessoas, através de um tema que atraia a atenção, desperte reações de solidariedade ou que atenda a uma demanda. Assim, pessoas que não atenderiam a uma convocação a uma “reunião de condomínio”, por exemplo, podem se interessar por uma atividade lúdica para “reduzir os gastos com água ou energia” ou de “combate à dengue”.

2.1.2. Ferramentas digitais

Cada vez mais a interação de pessoas através de meios digitais está presente nos grupos populares. Ainda que muitas pessoas tenham acesso precário à internet e que haja poucas iniciativas públicas de inclusão digital, as ferramentas virtuais podem apoiar o processo de informação e mobilização. Nesse sentido, após um diagnóstico do grupo sobre o seu acesso às tecnologias, o trabalho social pode definir algumas estratégias de interação, como a criação de uma página em rede social, com informações sobre o trabalho social e sobre o empreendimento de forma geral (avanço de obra, atividades previstas, temas de discussão), criação de grupo de discussão por *e-mail* para temas dos grupos e interesses coletivos, criação de *blog*, envio de SMS para convidar para atividades etc. É importante garantir nessas estratégias o espaço para a interatividade, valorizando as intervenções e respostas e sua posterior manutenção pelos

próprios moradores após o final do trabalho social. Não podemos, no entanto, superestimar a capacidade dessas ferramentas. Há lapsos de eficiência nesses instrumentos que se relacionam com diversidade geracional, utilização da linguagem escrita, acesso à tecnologia. Assim, as ferramentas digitais podem ser uma das estratégias de mobilização, sem deixar de lado a visita, o atendimento pessoal, ou até mesmo o cartaz pendurado na portaria do bloco.



Apresentação de prestação de contas em Assembleia. Foto: Acervo UNMP / Divulgação.

3. Espaços comunitários de organização e/ou representação

Um dos objetivos da mobilização é a construção de **espaços comunitários de organização e/ou representação dos moradores**.

A criação de uma associação deve envolver o maior número de moradores possível e estar legitimado por eles. Uma associação representativa poderá ser

Para refletir



ESPAÇOS COMUNITÁRIOS DE ORGANIZAÇÃO E/OU REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES

Ter organização permanente e representativa fortalece a comunidade em suas demandas coletivas, evitando assim a pulverização que favorece a cultura do favor e o clientelismo.

porta-voz dos moradores, constituindo-se em um interlocutor prioritário na organização e efetivação do trabalho social e na identificação das preocupações prioritárias da comunidade.

Um primeiro passo é a identificação de organizações preexistentes, bem como das formas reconhecidas pelo grupo como legítimas para a sua representação. Já no momento do diagnóstico, podemos identificar redes, formais ou não, entre os futuros moradores do empreendimento. O trabalho social deve identificar, além de associações ou comissões de moradores, grupos culturais, religiosos, esportivos, entre outros, a fim de conhecer os laços que já existem, como fortalecê-los e quais as lacunas a ser preenchidas. Quando a demanda for pulverizada no município, também é possível, durante o diagnóstico, identificar os interesses e preocupações comuns.

Não podemos impor um modelo único de organização porque as pessoas trazem em suas histórias de vida experiências positivas e negativas de representação. Participar deve ser uma atividade prazerosa e reconhecida pelos moradores como uma forma positiva de conquista. Nesse sentido, não terá futuro muito longo os espaços calcados na obrigatoriedade: isso pode levar a organizações esvaziadas de legitimidade, apenas formais.

Os espaços podem ser ou não formais, podem ser permanentes ou temporários, mas devem ter como princípio guardar sua autonomia de ação em relação tanto à equipe do trabalho social quanto às esferas do poder público. Para Paz e Taboada (2010),

autonomia significa independência ou autodeterminação, é a possibilidade ou a capacidade que tem uma pessoa ou uma organização de se autorregular. Essa capacidade é uma construção histórica, configura-se como alternativa de grupos, segmentos, classe social, que resistem, lutam, propõem e constroem alternativas de vida. Nesse sentido, relaciona-se diretamente com as noções de protagonismo social e desenvolvimento da população. (PAZ; TABOADA, 2010, p. 80).

Assim, para uma mobilização mais abrangente, é necessário que os espaços estejam legitimados pelos moradores, mas também que sejam respeitados tanto pelas lideranças, quanto pelos agentes do trabalho social. Muitas vezes, um consenso pode tomar mais tempo do que o previsto, mas terá efeitos muito mais profundos e duradouros se forem construídos coletivamente.



Eleição de coordenação de associação.

Foto: Acervo UNMP / Divulgação.

A associação de moradores é uma das formas mais comuns de organização. Para a sua formação, é necessária a convergência em objetivos comuns de seus participantes, fundamentalmente na melhoria da qualidade de vida. As atividades prévias à sua formalização vão influir no modo de sua constituição. Assim, o processo de mobilização deve ser priorizado. Além dos aspectos formais, a associação deve definir um plano de trabalho que priorize suas ações e levante os recursos disponíveis e necessários.

Saiba mais



Para a formalização de associações, veja o texto “Como Organizar uma Associação” em <<http://migre.me/h3nVL>> e no site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) <<http://migre.me/h3nZv>>.

Podem coexistir em um mesmo território diversas formas de organização, não é necessário que se adote apenas uma forma como a correta ou única, mas fundamentalmente esses espaços devem ser representativos e legitimados pelos moradores. Além da associação de moradores, outras formas de organizações podem surgir em razão de um objetivo ou reivindicação comum (grupo para reciclagem de resíduos sólidos, por exemplo) ou de uma característica comum (como um grupo de jovens do conjunto).

Também é importante estabelecer a forma de convívio entre os diversos grupos, evitando a competição por espaço, e desenvolvendo mecanismos de cooperação entre eles.

Além disso, no caso dos conjuntos em forma de condomínio, é preciso avançar para além dos modelos preestabelecidos, contidos na legislação condominial. O Trabalho Social pode apoiar a construção de propostas mais coletivas calcadas em valores baseados na solidariedade, na construção de sujeitos coletivos e da valorização do saber e fazer popular e que, mais do que a sanção, busquem formas de inclusão social.

Faz parte dos objetivos do trabalho social fornecer ferramentas às organizações criadas ou fortalecidas para que haja continuidade das ações após a intervenção da equipe designada. Esses grupos devem gradativamente ganhar autonomia, tanto política como de funcionamento. Para isso, o trabalho social deve trabalhar noções de *gestão coletiva, ferramentas e dinâmicas de grupo e instrumentos para a elaboração de projetos e captação de recursos*.³

Caberá também ao trabalho social estimular a organização, construir atividades de formação em que seja possível a identificação de potenciais lideranças locais, multiplicando lideranças e evitando a monopolização desse papel a apenas um grupo restrito. É importante ter estratégias distintas para a abordagem de diferentes grupos sociais (mulheres, jovens, crianças, idosos).

O trabalho social deve estimular modelos mais horizontais de liderança e evitar as práticas autoritárias, presentes em organizações de base. Muito de nossa cultura está baseada em modelos verticais, como os “presidentes” de bairro, descolados de sua base. A distribuição de tarefas e responsabilidades, a definição de instâncias claras de tomada de decisão e valorização do saber popular podem ajudar na construção de modelos mais inclusivos de organização.

Para isso, é importante conhecer as pessoas que já exercem algum tipo de liderança entre os moradores e estimulá-las a somar esforços no trabalho social. Além disso, é necessário promover situações onde novas lideranças possam despontar e ampliar os mobilizadores dentro do próprio grupo. O trabalho social pode promover atividades de capacitação específica para lideranças e propor estratégias distintas para os diversos grupos presentes na comunidade, pois há diferenças geracionais, de gênero, de inserção produtiva, entre outros, que merecem a atenção.

A expressiva participação de mulheres nas associações e cooperativas tanto em sua base como, mais recentemente, na direção e responsabilidades de gestão é uma marca encontrada em grande parte das organizações. Na esfe-

³ Esses instrumentos podem ser encontrados no Manual Temático Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil <<http://www.avsi-usa.org/docs/pdf/Brazil-Integ-Urban-Manual2-CSO-pt.pdf>> e também no site <<http://migre.me/h3olg>>.

ra privada, a participação em atividades comunitárias tem questionado o papel tradicional da mulher na família, inclusive na luta contra a violência doméstica. Na esfera pública, é o reconhecimento e a porta para a participação política a melhor inserção social das mulheres. Nesse sentido, a participação das mulheres deve ser incentivada, reconhecida e facilitada pelo trabalho social. A organização, por exemplo, de uma creche para os horários de reunião, pode ampliar sensivelmente a participação das mães nas atividades. **Ou seja, precisamos de ações inclusivas para que a participação aconteça.** O mesmo ocorre com os adolescentes e jovens. É preciso identificar os códigos e a(s) linguagem(s) adotada(s) por eles para incentivar a sua participação. Os possíveis conflitos geracionais na ocupação dos espaços coletivos precisam ser enfrentados o quanto antes. Oferecer um local de encontro seguro, que não gere incômodo aos demais moradores, espaços de apoio à educação, projetos de inserção produtiva, alternativas de lazer certamente farão com que os jovens se relacionem de forma diferente com os demais grupos.

Dessa forma, é importante a identificação dos diferentes interesses presentes no grupo, respeitando a diversidade de sua constituição e dando espaço às minorias, que podem não se enquadrar nos formatos mais convencionais e também devem ser estimulados a se organizar. É preciso gerar um sentido de inclusão para que as diferenças religiosas, político-partidárias, de opção sexual, entre outras não afastem as possibilidades de convívio e organização.

4. Criação e fortalecimento de laços no território

Ao se estabelecer em um novo território, é fundamental para a comunidade conhecer e constituir laços com as comunidades do entorno. Isso fortalecerá a comunidade tanto para usufruir dos recursos existentes quanto para juntar forças para conquistar os direitos ainda não atendidos.

Uma primeira ação envolve o mapeamento e a verificação do acesso aos recursos disponíveis, estabelecendo níveis de proximidade – no conjunto, no entorno, na região, na cidade. Essa pode ser uma tarefa coletiva, onde os participantes trarão seus conhecimentos prévios e também conhecerão novos espaços. Além dos serviços e equipamentos públicos, é importante identificar

redes e organizações da sociedade, como movimentos populares, religiosos, de economia solidária, assistenciais. Essas iniciativas farão com que se estabeleçam conexões com o entorno e proporcionarão integração entre os moradores a fim de trazer iniciativas para dentro do conjunto, assim como estimular que os moradores participem de atividades e serviços em toda a cidade, evitando a discriminação e o conceito de gueto, como muitas vezes os conjuntos habitacionais são tratados.

A articulação com outras organizações semelhantes, em diversos níveis, pode fortalecer a organização local. Nesse sentido, o trabalho social deve estimular a participação em movimentos, fóruns e redes mais amplas, em nível local, regional, estadual e nacional. Caso a localidade não conte com organizações sociais, a articulação pode fomentar a sua criação.

4.1. Criando identidades visuais

O ser humano é um ser gregário. Sendo assim, o trabalho social deve apoiar a constituição de formas de identidade do novo ambiente que façam os moradores reconhecerem-se nelas e com que os outros os reconheçam. Sempre que possível, os futuros moradores devem influenciar na escolha do nome do conjunto, trazendo os significados de suas vivências e resgatando a memória coletiva. A escolha de símbolos que os identifiquem também ajuda nesse processo.

Dessa forma, o grupo passa a se apresentar em espaços externos e atividades internas com um nome, desenho, bandeira, camiseta que o identifica. É importante incentivar uma identidade positiva e que afaste as visões preconceituosas sobre os conjuntos habitacionais e seus moradores.

5. Instrumentos de participação na vida do bairro e da cidade

Os espaços de participação institucional são fruto da luta pela democratização do país. Com a democracia, amplia-se a noção de participação, trazendo o conceito de controle social para as políticas públicas. Trata-se de um conceito de esfera pública que ultrapassa o Estado e suas instituições e que compartilha parte do poder com a sociedade.

Nesse sentido, se reconhece o cidadão como sujeito de direitos e suas organizações e articulações como legítimos interlocutores na definição, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Em muitas das políticas setoriais, foram criadas instâncias formais de participação, em diversos níveis, desde a gestão de um equipamento público, como os conselhos de escola, até da política nacional, como o Conselho Nacional das Cidades.

O trabalho social deve estimular a participação nessas instâncias, buscando o maior envolvimento da comunidade com as políticas que interferem em sua vida cotidiana. Assim, é preciso identificar e divulgar os conselhos existentes nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura, transporte, estar atento à agenda da cidade, como audiências públicas do orçamento participativo, do plano diretor e de outros temas de interesse, e fazer a relação dessa agenda com a realidade e os interesses da comunidade.

Além disso, é importante que a comunidade conheça e utilize instrumentos de caráter jurídico, como representação ao Ministério Público, ação popular e ação civil pública, entre outros, na garantia de seus direitos. Para isso, a comunidade precisa organizar-se de forma autônoma e combinar estratégias de mobilização popular com instrumentos institucionais e jurídicos.

Saiba mais



Para conhecer melhor os instrumentos jurídicos de defesa dos interesses da comunidade, acesse a Cartilha no *site*: <<http://www.jfpa.jus.br/docs/cidadao/cartilha-dpu.pdf>>.

6. Mobilização e organização em situação de deslocamentos involuntários

No caso em que a população envolvida no empreendimento seja oriunda de um **deslocamento involuntário**, deve ser observado, em todo o processo, o disposto na *Portaria do Ministério das Cidades nº 317, de 18 de julho de 2013*.⁴ Esse

Deslocamento Involuntário

Alteração compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura, inclusive quando o deslocamento for motivado pela eliminação de situações de risco ou insalubridade, ou desocupação de áreas impróprias para a ocupação humana, melhorando a qualidade de vida e assegurando o direito à moradia das famílias afetadas.

⁴ Para maior aprofundamento do assunto, acesse a Portaria citada através do *site*: <http://migre.me/hOqNZ>

Reassentamento

Processo de realocação física por meio de reposição do imóvel afetado por unidade habitacional ou comercial construída especificamente para esse fim ou adquirida no mercado, de acordo com as características da intervenção, de forma onerosa ou sem custo para a família reassentada.

dispositivo visa a garantir às famílias o remanejamento e as condições dignas para o seu reassentamento e a garantia de seu direito à moradia e à cidade.

Nessa situação, é assegurada às famílias o direito de participar individual ou coletivamente de todo o processo, desde a definição da necessidade e da forma do reassentamento até a sua efetiva implementação. Assim, a organização prévia das famílias envolvidas deve ser estimulada, especialmente no sentido de se qualificar os seus interlocutores e de se estabelecer pactos e negociações entre os entes envolvidos.

É fundamental a Articulação do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias com o Plano de Trabalho Social (PTS) para que não ocorram lacunas na sua execução. Trata-se de um PTS específico para essa situação que deve levar em conta a motivação do deslocamento, as condições do reassentamento e das medidas compensatórias.

A identificação e definição do grupo a ser deslocado e reassentado devem contar com a participação das organizações locais, que por sua vez possuem mecanismos de controle social para evitar conflitos sobre o universo a ser atendido. Para essa ação, podem ser utilizadas técnicas de autorrecenciamento acompanhadas pela equipe de trabalho social.

Caso ocorra algum tipo de moradia provisória durante a construção das novas moradias, como o auxílio aluguel, o grupo deve ser acompanhado durante todo o período, inclusive com atividades para o monitoramento do reassentamento.

As situações de deslocamento podem envolver diversos tipos de conflitos. É importante identificar os conflitos existentes e potenciais, os atores internos e externos envolvidos para que a construção da alternativa de reassentamento atenda às diversas dimensões da comunidade afetada. O Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias e o PTS deverão definir mecanismos para a mediação de conflitos entre os entes envolvidos e a população e também entre os próprios moradores. Novamente, a conquista da confiança e o reconhecimento dos envolvidos no processo poderão definir o sucesso dessa estratégia.

O trabalho social pode apoiar na mediação em casos de conflitos de interesses decorrentes do remanejamento, como mudança de localização, de vizinhança, perda de espaços e conflitos de uso. Essa ação deve facilitar o diálogo entre as pessoas em conflito, estimulando-as a encontrarem soluções de benefício e satisfação mútuos, que sejam sustentáveis no tempo.

A Mediação Popular tem sido objeto de reflexão especial pelo que pode representar em avanço político, no sentido da democratização e descentralização do Direito e do acesso à Justiça. Nesse contexto, ressalta-se o protagonismo do representante da comunidade na orientação sobre direitos, no encaminhamento para serviços e na mediação de conflitos. Para conhecer o Guia de Mediação Popular, acesse: <<http://migre.me/h3oti>>.

6.1. Mobilização e organização no Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (MCMV Entidades) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

No caso de contratos firmados no âmbito dos programas Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV Entidades) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a mobilização e organização das famílias participantes ocorrem previamente à contratação do empreendimento. As intervenções são propostas por uma *Entidade Organizadora (EO)*⁵ e os participantes são associados a ela. Nesses casos, a Entidade Organizadora (EO) já possui suas estratégias de mobilização, seu histórico e suas formas de pressão e de luta. O trabalho social deve partir desse acúmulo, bem como das experiências anteriores do grupo.

O trabalho social na autogestão visa tanto a participação de todos na totalidade do processo quanto a continuidade dessa organização para a vida comunitária. Além disso, traz os valores políticos da organização e da mobilização vinculados à visão de mundo daquele movimento social. (RODRIGUES, 2013, p. 86).

O trabalho social inicia antes da contratação, apoiando a discussão da área, do projeto, do regime de construção (que pode ser por autoconstrução, mutirão assistido, autogestão, administração direta ou empreitada global) e das formas de participação na gestão da produção do empreendimento. A formação da vida comunitária e a busca por qualidade de vida são características

⁵ São entidades civis sem fins lucrativos organizadas em forma de associação ou movimento social e cooperativas que têm, dentre os seus objetivos sociais, a promoção de habitação para seus associados. São responsáveis pela apresentação de propostas e sua implementação nos Programas MCMV Entidades e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). No caso do MCMV Entidades, devem estar previamente habilitadas pelo Ministério das Cidades como disposto pela Portaria nº 107, de 26 de fevereiro de 2013, no site: <<http://migre.me/h3oxS>>.

que ultrapassam a construção da moradia. O processo qualifica a forma de inserção social daqueles que dela participam, influencia a comunidade do entorno e tende a marcar a forma de organização da comunidade e a maneira como é reconhecida externamente.

É bastante comum que profissionais ou agentes comunitários do próprio movimento integrem a equipe do trabalho social. É importante garantir o equilíbrio entre o trabalho já realizado com os conteúdos específicos do trabalho social em habitação.



Trabalho em mutirão. Foto: Acervo UNMP / Divulgação.

Parte dos grupos atuantes nos dois programas adota o regime de construção de administração direta ou autogestão. A autogestão na habitação corresponde a ações em que a produção habitacional ou a urbanização de uma área deva se dar com o controle da gestão dos recursos públicos e da obra pelos movimentos populares, associações e cooperativas. É a própria comunidade gerindo o processo da produção da solução de sua habitação, como forma de realizar o direito à moradia adequada. Falamos do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica que os acompanhará, da forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária. Na autogestão, verifica-se a criação de uma alternativa de gestão e organização popular, sendo as decisões tomadas autonomamente pela associação que congrega os participantes, a qual gerencia todo o processo de construção. Essa forma de atuação consiste não apenas na construção de moradias ou urbanização, mas na construção da vida comunitária e da busca por qualidade de vida de grupos organizados a partir de movimentos populares.

7. Atividade

A mobilização visa a construir sentido de pertença das famílias envolvidas a um grupo e criar laços de identidade com ele. Para garantir este objetivo, é necessário:

- a. estabelecer um modelo único de PTS a todas as comunidades, sem respeitar a particularidade local.
- b. identificar os laços existentes na comunidade, desconsiderando os conflitos.
- c. informar aos participantes sobre o novo projeto de Trabalho Social, para organização de suas chegadas, sem necessidade de uma rastreio prévio da comunidade.
- d. apenas rastrear e diagnosticar socioeconomicamente a comunidade, com a finalidade de implementar o PTS.
- e. reconhecer a realidade, cultura, desejos, laços e conflitos existentes.

8. Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. São Luís: UFMA, s/d. Disponível em: <http://migre.me/hmjHh>. Acesso em 25/09/2013.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

_____. **Ministério das Cidades**. Manual Temático Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil, Brasília, DF, 2013.

_____. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013. Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCM. Brasília, DF, 2013.

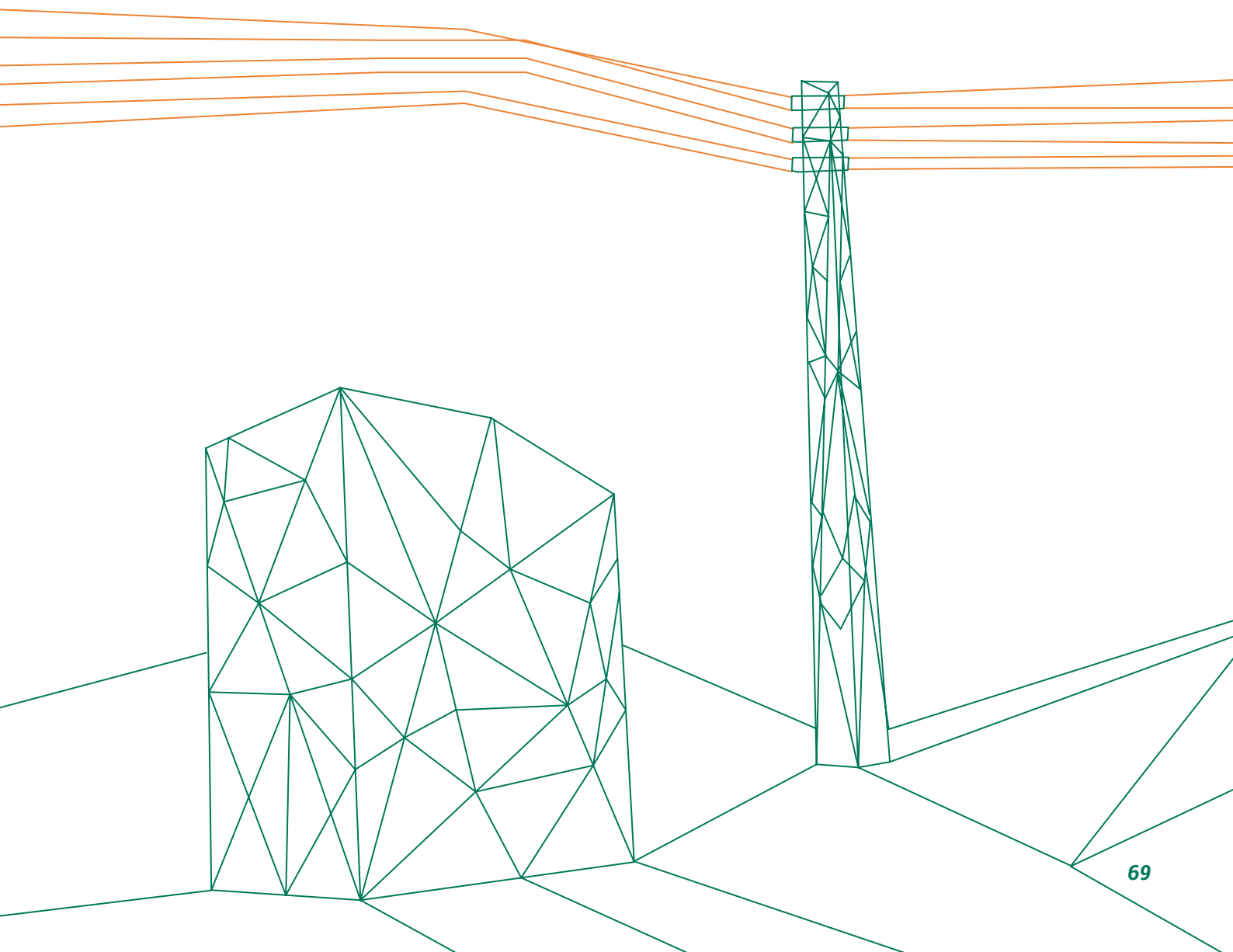
BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 317, de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Brasília, DF, 2013.

PAZ, Rosangela D. O.; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

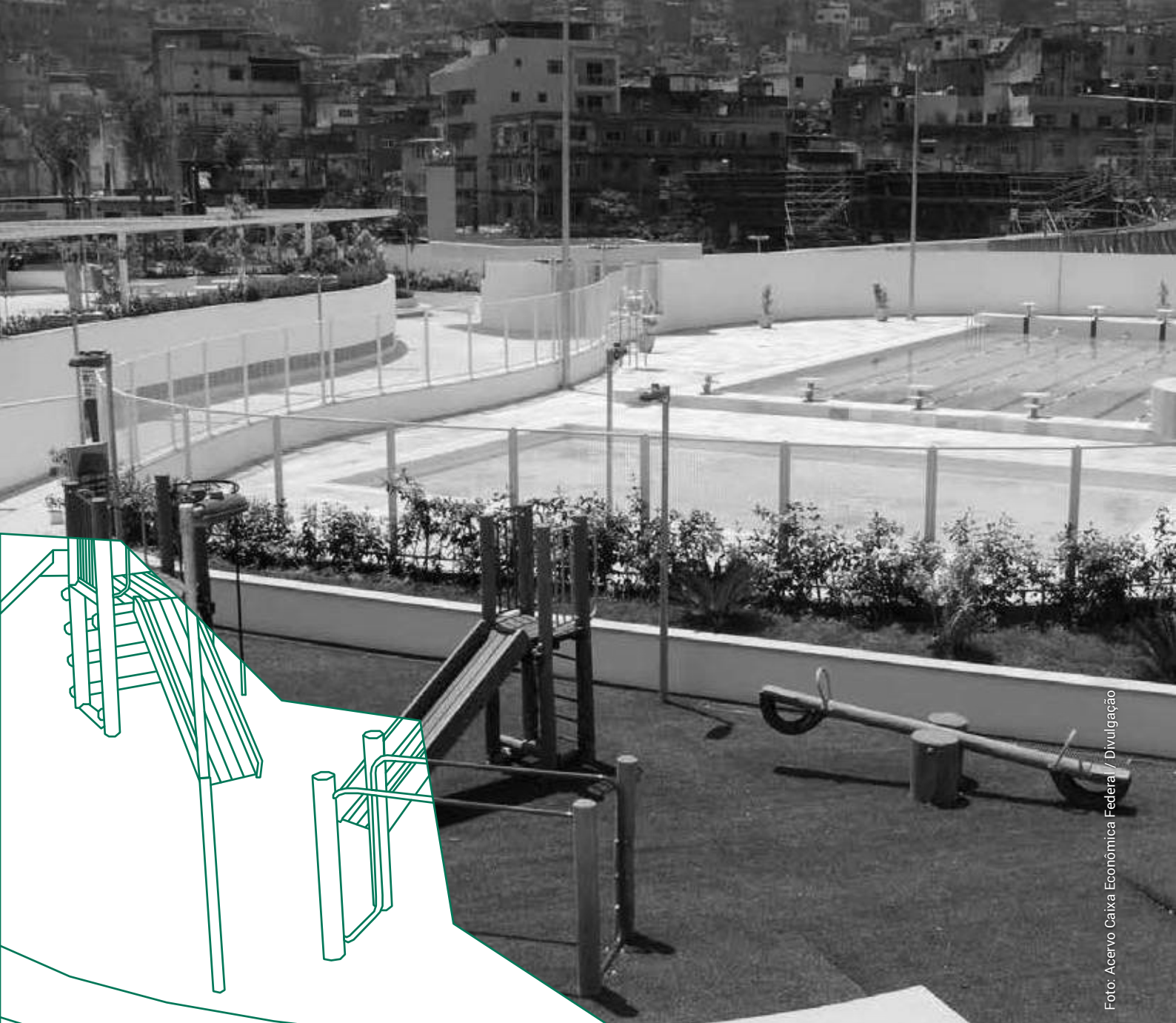
PELOSO, Ranulfo (Org). A retomada do trabalho de base. In: PELOSO, Ranulfo (Org). **Trabalho de Base**. Cartilha nº 4 da Consulta Popular, São Paulo, 6. ed., p. 17-36, out. 2001. Disponível em: <<http://executivamess.files.wordpress.com/2012/04/cartilha-sobre-trabalho-de-base-cepis.pdf>>. Acesso em: 15/09/2013.

_____. **Trabalho de base**. São Paulo: Expressao Popular, 2012.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. 2013, 233 f. (Dissertação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

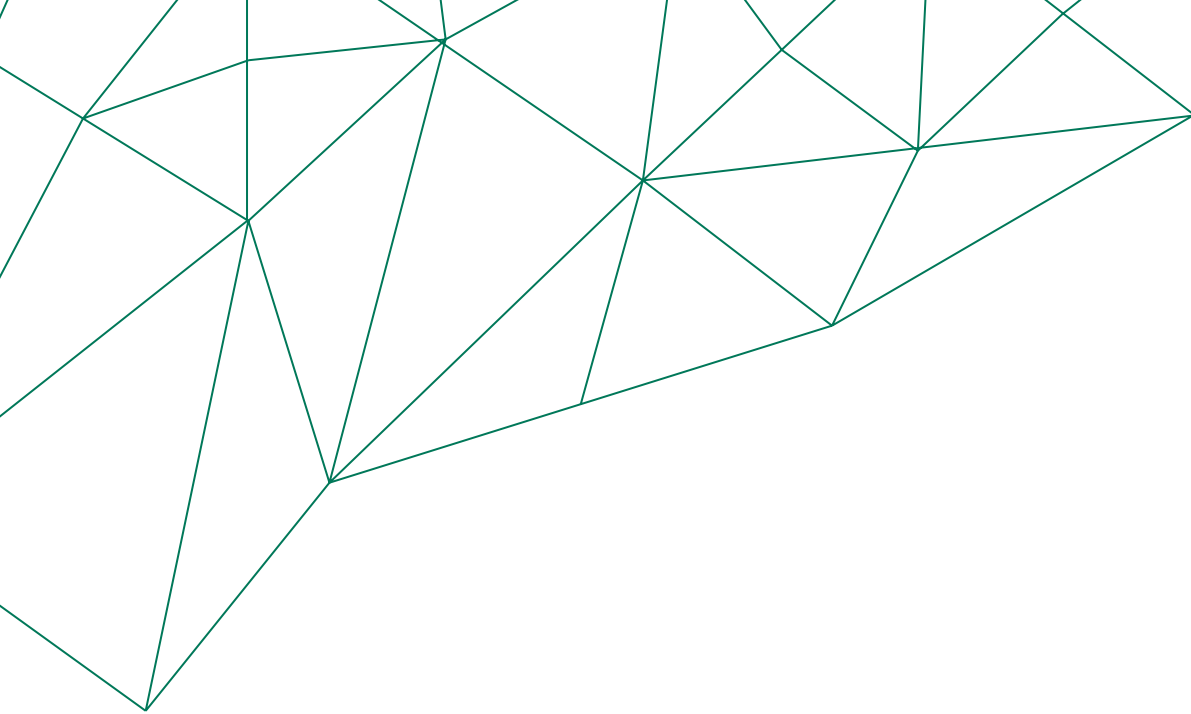


3



Desenvolvimento socioeconômico: conceitos e práticas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, compreendemos as principais questões relacionadas ao processo de qualificação profissional, de empreendedorismo e de apoio ao encaminhamento ao trabalho, tais como as orientações para identificação dos programas de inclusão econômica existentes no âmbito local, regional e federal, e como realizar a articulação de políticas de desenvolvimento socioeconômico; identificação de projetos e instituições, no âmbito da área de intervenção e macroárea, que objetivem o desenvolvimento socioeconômico da comunidade; incentivo ao desenvolvimento de novas oportunidades de trabalho e renda a partir da potencialização das vocações produtivas com base nos diagnósticos realizados.

1. Introdução

O terceiro capítulo do Módulo II deste curso de Educação a Distância em Trabalho Social tem como foco principal a questão do **Desenvolvimento Socioeconômico – conceitos e práticas** no âmbito do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Ao longo deste capítulo, apresentamos as principais questões relacionadas ao processo de qualificação profissional, empreendedorismo, apoio ao encaminhamento ao trabalho. Além disso, discutimos orientações para identificação dos programas de inclusão econômica existentes no âmbito local, regional e federal, e como as prefeituras e estados podem realizar a articulação de políticas de desenvolvimento socioeconômico com parceiros locais, através da identificação de projetos e instituições que atuam na região objeto das obras, no âmbito da área de intervenção e do seu entorno.

Como objetivo principal, abordamos a temática sobre o desenvolvimento socioeconômico das comunidades; o incentivo ao desenvolvimento de novas oportunidades de trabalho e renda a partir da potencialização das vocações produtivas com base em diagnósticos realizados.

2. Referências ao desenvolvimento socioeconômico na nova Portaria nº 21 sobre trabalho social

Entre os objetivos principais do Trabalho Social está o de:

Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda. (FÓRUM NACIONAL BNDES, 2012, p. 3.)

Um dos principais eixos definidos pela Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) sobre Trabalho Social é o do Desenvolvimento socioeconômico – que objetiva a

articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

As ações referentes ao Desenvolvimento Socioeconômico são objetos do PTS (Módulo 2, Capítulo 3) e, após consolidação do Trabalho Social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, do PDST (Módulo 2, Capítulo 2).

No diagnóstico a ser apresentado nesta fase deverão ser identificadas as potencialidades econômicas e culturais por meio de mapeamento de demandas do mercado do trabalho e setores mais dinâmicos da região, bem como disponibilidade de entidades formadoras qualificadas.

3. Contextualização

A dimensão e a diversidade do território brasileiro com seus 5.561 municípios têm demonstrado enormes desafios para serem enfrentados quer sejam relacionados à questão socioeconômica, às discrepâncias em relação à renda do trabalhador assalariado por região do país, bem como no sentido de buscar alternativas concretas para melhoria da qualidade de vida dos grandes centros urbanos que concentram elevado percentual da população brasileira, como veremos a seguir.

Não há como implementar uma “receita de bolo” única para as comunidades do país. Cada região tem suas particularidades e peculiaridades que devem ser respeitadas.

Em 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou um estudo sobre o **Desemprego e Desigualdade no Brasil Metropolitano**. O estudo aborda o tema da desigualdade no desemprego, revelando como as taxas evoluíram desde 2005 nas seis principais regiões metropolitanas do país (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife), de acordo com a classe social dos seus moradores.

De acordo com esse estudo, de 2005 a 2010 a taxa de desemprego apresentou dois movimentos distintos. Entre os anos 2005 e 2006, por exemplo, assim como entre 2008 e 2009, a taxa no Brasil metropolitano manteve-se estabilizada, ao contrário de 2010, quando apresentou importante movimento de queda.

A redução do desemprego no Brasil metropolitano não ocorreu de forma homogênea entre todos os cidadãos desde 2005. Entre 2005 e 2010, por exemplo, a taxa de desemprego para a população de menor rendimento não diminuiu, pelo contrário, aumentou. No caso dos 10% com menor rendimento, a elevação na taxa de desemprego foi de 44,2% (de 23,1% para 33,3%).

Ainda em pesquisa realizada pelo IBGE e Instituto Pereira Passos (IPP), os números mostram que nos últimos dez anos, o valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas que moram em favelas do Rio cresceu 109%, entre 2000 e 2010, passando de R\$ 244,00 para R\$ 510,00. Um crescimento acima da inflação nacional do período, que foi de 99% e dos demais estados brasileiros que foi de 85%.

Dados do Censo Demográfico de 2010 exaltam a diferença que há entre moradores das favelas e do asfalto. Uma análise feita em bairros com características de favelas e bairros nobres da cidade que se localizam próximos uns dos outros evidenciam a diferença entre eles.

Na tabela abaixo, foram selecionados bairros próximos no Rio de Janeiro como Leblon e Vidigal, Gávea e Rocinha, que fazem divisas uns com os outros, e Barra da Tijuca e Cidade de Deus, que são muito próximos. Os bairros do Leblon, Gávea e Barra da Tijuca abrigam moradores de classe alta, enquanto Vidigal, Rocinha e Cidade de Deus são bairros com características de favelas, isto é, abrigam moradores de classe baixa e média baixa.

Porcentagem de domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita: bairros do Rio de Janeiro										
Município e Bairros	Sem Rendimento	Salário Mínimo								Não Declarado
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	
Rio de Janeiro - RJ	4,3	3,4	10,8	23,6	23,7	10,0	9,9	9,2	5,1	0,1
Leblon	5,7	0,4	1,1	4,2	7,2	5,2	11,5	28,1	36,6	0,1
Vidigal	5,9	4,3	16,2	36,6	25,3	5,7	2,6	2,3	0,9	0,0
Gávea	4,7	0,2	1,4	5,6	10,8	7,4	14,4	29,3	26,2	0,1
Rocinha	6,4	4,8	18,3	38,8	26,5	3,7	1,2	0,3	0,0	0,0
Barra da Tijuca	4,8	0,5	1,0	3,0	6,0	5,9	14,5	32,7	31,4	0,3
Cidade de Deus	3,9	5,9	17,8	37,1	27,1	5,2	2,3	0,7	0,1	0,0

Outro dado importante foi o levantamento feito pelo IBGE e demonstra que 1/5 da população brasileira se situa na faixa etária entre 16 a 24 anos. Nas comunidades de baixa renda, estes jovens têm pouca ou nenhuma oportunidade em relação ao mercado formal de trabalho remunerado devido à baixa escolaridade e à falta de perspectivas de ofertas em cursos de profissionalização, levando muitos ao envolvimento com o consumo e tráfico de drogas e com a prostituição infantojuvenil.

Segundo a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (BRASIL/MTE, 2010), a desigualdade social é marcante quando se observam a idade de início do percurso de trabalho e o tipo de ocupações destinadas a jovens de baixa renda. Quando conseguem uma colocação, é geralmente em estágio rápido ou serviço precário, nos quais o trabalhador iniciante não vê perspectiva de continuidade ou qualificação. Por outro lado, aqueles com melhores condições socioeconômicas geralmente ingressam no mercado com o segundo grau completo, ou cursando o Ensino Superior, em situações legalmente mais protegidas.

Segundo o autor Marcio Pochmann, em seu artigo denominado **Superando a Pobreza**

Nas classes sociais de maior poder aquisitivo, por exemplo, a existência do financiamento familiar para a educação por maior tempo permite a postergação do ingresso no mercado de trabalho, compatível com a captura das melhores ocupações e mais altas remunerações. Na ausência do financiamento público para o acesso à educação, os filhos das famílias pobres não dispõem de alternativas que não sejam o trabalho precoce, geralmente condicionado pela ocupação precária e reduzida remuneração.

Em função disso, o mercado de trabalho transforma-se no produtor da pobreza e reproduz contínuo das desigualdades entre ricos e pobres. Ao invés de estudantes que trabalham, difundem-se trabalhadores que buscam frequentar a escola com um conjunto de atividades diárias somente comparáveis às jornadas de trabalho do século 19, com oito horas de trabalho, quatro horas na escola e mais o tempo necessário de deslocamento entre casa, trabalho e escola. Na circunstância do desemprego, a pobreza se manifesta e a escola termina possibilitando pouca aprendizagem, quando não o seu abandono. (POCHMANN, [s.d.], p. 1).

4. Algumas iniciativas relevantes

Na última década, algumas iniciativas vêm sendo realizadas através do poder público e também em parcerias público-privadas e através do *sistema S*¹. Essas iniciativas e os exemplos podem ser adotados por municípios e estados considerando o sucesso de sua implementação.

O Ministério da Justiça, por exemplo, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) lançou em 2007 uma proposta para o enfrentamento da criminalidade no país, passando por ações sociais que priorizam a prevenção e a não violência sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Além de atuar diretamente na questão da segurança pública, o programa tem também como público-alvo os jovens entre 15 e 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, presos ou egressos do sistema prisional, e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar. Algumas iniciativas do programa são na área de qualificação de jovens e mulheres que vivem em áreas urbanas com alto índice de homicídios e crimes violentos.

Um desses projetos vem sendo conduzido no Rio de Janeiro pela reforma de 21 praças situadas na Cidade de Deus. O projeto foi elaborado levando-se em conta a construção de várias praças que se situam no interior de cada quadra. A ideia era que as praças se tornassem locais de convivência entre as famílias e lazer para jovens e crianças. Com o aumento da violência, esses locais passaram a ser ponto de venda e consumo de drogas, impedindo que os moradores do local usufríssem.

A partir da implantação da Unidade de Pacificação no local em 2009 a situação começou a se modificar. O **PEUS (Projeto Espaços Urbanos Seguros)** foi iniciado em 2010 com a proposta de eleger 21 praças da comunidade para reformas. A proposta previu a realização do Trabalho Social em apoio às obras e o seu diferencial foi a implementação de reuniões denominadas Oficinas do Imaginário, onde a população de cada praça pode se expressar através de desenhos, seus desejos e demandas para os locais. Esses desenhos foram sistematizados e entregues aos arquitetos projetistas. O resultado está sendo visto *in loco*. As reformas contemplam a participação da população que se identifica com os locais. Além disso, cursos de qualificação nas áreas de pintura artística,

¹ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas ao treinamento profissional, à assistência social, à consultoria, à pesquisa e à assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

jardinagem e mosaico estão sendo realizados e esses jovens e mulheres terão a oportunidade de trabalhar na própria obra.

Outra iniciativa provada em parceria com ONGs foi denominada **Árvore da Vida- Jardim Teresópolis**, idealizada e desenvolvida pela Fiat Automóveis em parceria com as ONGs Fundação AVSI e Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM) que atua desde 2004 no Jardim Teresópolis – região do entorno da fábrica de automóveis da Fiat, em Betim (MG).

O programa foi realizado numa parceria entre uma ONG e o setor privado e tem como objetivo promover a inclusão social de crianças e jovens e seus núcleos de relacionamento (família, escola e comunidade) com atividades socioeducativas, geração de trabalho e renda e fortalecimento da comunidade. Em seis anos, o programa beneficiou cerca de 2000 pessoas da comunidade por ano, não somente através da cooperativa formada por moradores que comercializam cerca de 20 mil peças feitas a partir da reciclagem de material, gerando renda aos seus cooperados, mas também com iniciativas nas áreas de esporte para os jovens, cursos e reforço escolar, possibilitando a diminuição sensível dos indicadores de violência na região e o aumento da renda em 130%, entre os anos de 2004 e 2011. O projeto prevê várias frentes de intervenções, que estão detalhadas no site do programa, disponível em <<http://www.fiat.com.br/mundo-fiat/sustentabilidade/arvore-da-vida/>>.

Teve início em janeiro de 2009 e foi concluído em junho de 2011, o **Projeto Comunidade Viva – A Pessoa no Centro do Desenvolvimento** (AVSI), cofinanciado pela União Europeia (UE), Governo do Estado de Pernambuco e Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM).

Como objetivo principal de reduzir a pobreza de áreas urbanas às margens do Rio Beberibe, integrando ações de urbanização de áreas informais com iniciativas de promoção do desenvolvimento social. O projeto favoreceu o desenvolvimento e a consolidação de iniciativas de organizações da sociedade civil, promovendo a educação profissional e a geração de renda de jovens e adultos. As atividades de geração de trabalho envolveram 240 pessoas em atividades de formação que totalizaram 1.652 horas de formação, assim divididas:

- Jovens Aprendizes – curso para 90 jovens aprendizes de pedreiro contratados por empresas locais. O percurso de um ano foi gerido pela AVSI em parceria com o Senai, com envolvimento de mais de 20 empresas e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

- Formação profissional para adultos – os cursos de qualificação profissional envolveram 150 pessoas (maiores de 24 anos) e 31 empresas. Os cursos foram organizados pela AVSI em parceria com o Senai e o Senac.

A pesquisa de demanda realizada durou 4 meses e foi feita através de entrevistas com informantes-chave das comunidades e instituições ligadas às temáticas em questão (Ministério do Trabalho e Agência do Trabalho, Senai e Senac, Secretaria Estadual de Turismo, Porto Digital) e com base em fontes secundárias (estatísticas e estudos). Foi dada continuidade à pesquisa por meio das articulações da equipe do Trabalho Social com essas instituições, de forma a criar, através de parcerias, um arcabouço dentro do qual pudessem ser planejadas e implementadas ações de capacitação profissional voltadas ao encaminhamento dos beneficiários para as empresas envolvidas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), vem atuando em favelas desde 1996 e no Rio de Janeiro, após a pacificação de mais de 25 comunidades, realiza um trabalho em parceria com o Governo e instituições locais. Esse trabalho visa a levar o desenvolvimento institucional e socioeconômico às comunidades pacificadas a partir da política de pacificação. São realizados plantões de orientação ao empreendedor, mutirão de formalização, consultorias e capacitações.

Uma das iniciativas é o evento conhecido como **Empresa Bacana**, que visa a promover a formalização de pequenos negócios. Inicialmente, o empreendedor recebe uma consultoria sobre o processo de formalização e se será possível emitir alvará para a atividade desejada, no local indicado.

O mais importante é que seja estimulado o empreendedorismo local com o incentivo ao consumo dos produtos locais por essa classe trabalhadora e moradora de comunidades, apesar da dificuldade de acesso ao microcrédito e da concorrência, por exemplo.

Também presente como iniciativa importante após o processo de pacificação de comunidades cariocas, o programa Sesi Cidadania. O Sesi é uma das organizações do sistema FIRJAN mais amplo, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O projeto oferecido pelo Sesi inclui ações de educação, saúde, cultura, indústria do conhecimento, lazer, esporte, atividades específicas para idosos, e à formação profissional de acordo com as demandas locais levantadas previamente através de um diagnóstico socioeconômico da comunidade e com vistas ao encaminhamento ao mercado futuro de trabalho.

Para refletir



Essas experiências tiveram como marco diferencial a ideia de se construir um diagnóstico prévio da área através de uma pesquisa das entidades comunitárias presentes, pesquisa das demandas do mercado do trabalho, e do diagnóstico rápido urbano participativo. O forte investimento nessas atividades gerou um retorno estrategicamente fundamental para o projeto, propiciando informações de boa qualidade para o planejamento das ações e também uma aproximação à comunidade e a seus representantes, graças à abordagem participativa que foi adotada.

Saiba mais +

Para obter mais informações sobre o Sesi Cidadania, acesse: <<http://www.firjan.org.br/sesicidadania/>>.

Por fim, vale ressaltar a iniciativa do Governo Federal através da Lei da Aprendizagem n. 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal n. 5.598/2005. A Lei determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional.

No âmbito da Lei da Aprendizagem, aprendiz é o jovem de 14 a 24 anos, que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo, formação na profissão para a qual está se capacitando. Deve cursar a escola regular (se ainda não concluiu o Ensino Médio) e estar matriculado e frequentando instituição de ensino técnico profissional conveniada com a empresa. A jornada de trabalho não deve ser superior a seis horas diárias, admitindo-se a de oito horas para os aprendizes que já tiverem completado o Ensino Médio, se nessa jornada forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

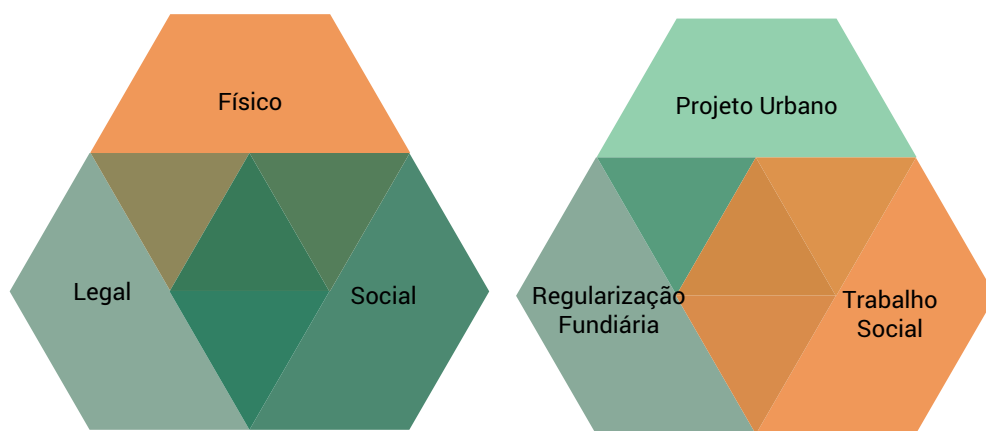
Saiba mais +

Para obter mais informações sobre a Lei da Aprendizagem, acesse <<http://migre.me/gYmUF>>

5. O estudo de caso do Rio de Janeiro – PAC Social

Lançado nacionalmente em 2007, o PAC no Rio de Janeiro contemplou cinco diferentes comunidades de baixa renda: Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Rocinha, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo e Morro do Preventório, atendendo a cerca de 350 mil moradores.

Nas três primeiras, o Governo do Estado buscou trabalhar de forma integrada o social com o físico e o legal.



O projeto visava urbanizar as comunidades, amparado num amplo Trabalho Social, cujo objetivo principal é transformar as intervenções físicas em desenvolvimento sustentável (crescimento econômico com distribuição de benefícios e sustentação de recursos sob gestão democrática). Os investimentos iniciais foram na ordem de U\$ 850.000.000,00 em obras de urbanização. Essas obras contemplaram a construção de diversos equipamentos comunitários como escolas, creches, postos de saúde, hospitais 24 horas, bibliotecas, Centro de Referência da Juventude e um teleférico, como transporte de massa, para atender em torno de 15 mil pessoas/dia além da construção de novas unidades habitacionais para população de baixa renda.

As obras geraram diretamente cerca de 9.480 empregos, sendo que 60% das pessoas eram da própria comunidade. Esse resultado positivo se deu graças à integração e proatividade da equipe do Trabalho Técnico Social juntamente com as lideranças comunitárias e com os representantes das secretarias do Governo do Estado para realização do cadastramento da mão de obra.

Além da geração de empregos, o PAC dedicou-se ainda à capacitação de 2.144 moradores em atividades da construção civil, formação de cooperativas e fortalecimento de organizações sociais.

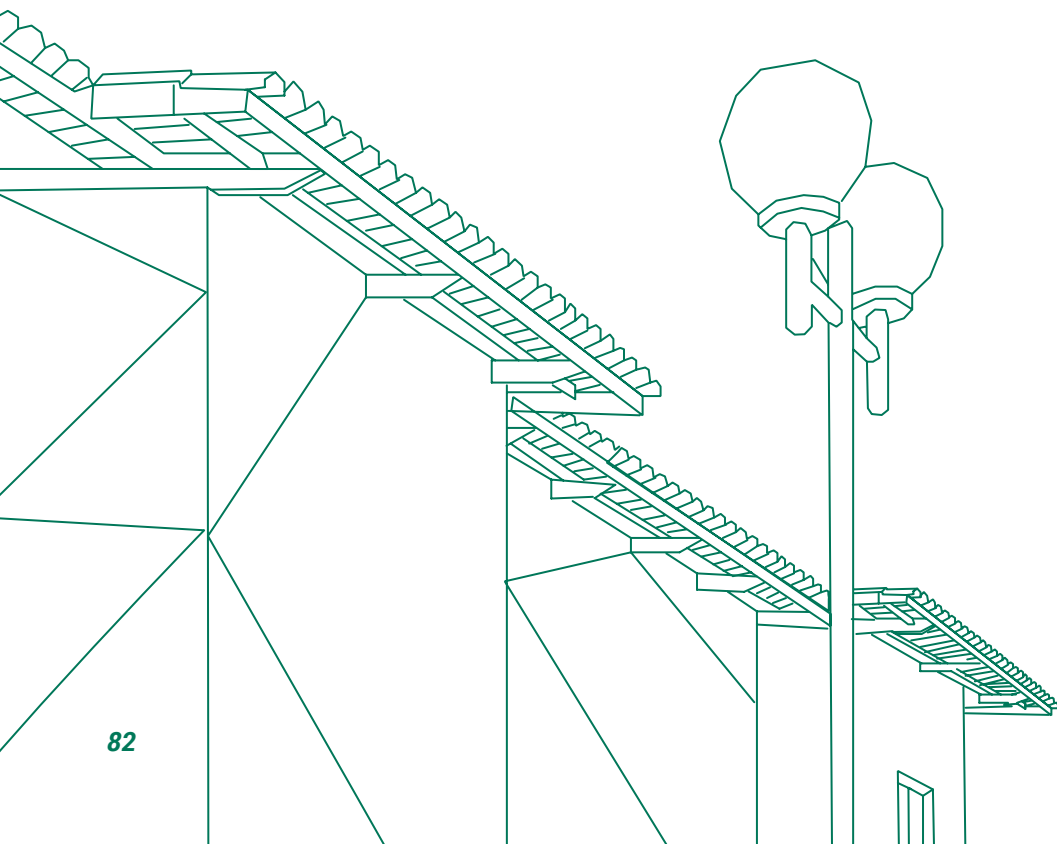
Toda essa proposta teve como base as diretrizes e normativas do Ministério das Cidades na qual:

O Trabalho Social na urbanização de assentamentos precários ou de favelas é um conjunto de ações que visa promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda. (BRASIL, 2009, p. 3).

Dentro dessa iniciativa, quatro são os importantes eixos: urbanização, construção de habitações e equipamentos sociais; realização do primeiro censo em favelas (domiciliar e empresarial); investimento no Trabalho Social como eixo transversal, que busca integrar a comunidade no processo participativo; e a regularização fundiária para cerca de 25 mil famílias que receberam o título de propriedade.

A metodologia adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro se baseia no pressuposto de integração das diversas políticas públicas, tendo como eixo principal o Trabalho Social desenvolvido em parceria com a comunidade, visando a ampliar e garantir o protagonismo da população, sua autonomia e seu desenvolvimento durante o período em que as equipes atuam no território.

A metodologia utilizada dividiu o Trabalho Social em dois principais eixos de atuação: Gestão de Impactos e Desenvolvimento Sustentável (do Território).



A Proposta de Condução

Como atingir - e superar - os objetivos estabelecidos para o TRABALHO SOCIAL em intervenções de urbanização (PAC - RJ)

2 Eixos de atuação

Eixo 1

Gestão dos impactos da obra

**Minimizar
Impactos
Negativos**

- ▶ Transtornos à Mobilidade
- ▶ Interrupção de Serviços
- ▶ Realocação

**Maximizar
Impactos
Positivos**

- ▷ **Regularização Fundiária**
- ▶ Educação Ambiental
- ▶ Geração de Trabalho e Renda
- ▶ Melhoras na infraestrutura e nos Serviços ao Cidadão ao território

Eixo 2

Desenvolvimento Sustentável

**Criar condições
para o
Desenvolvimento
Sustentável da
Comunidade**

- ▶ Mobilização e Organização
- ▶ Gestão compartilhada
- ▶ Conhecimentos e Diagnóstico
- ▶ Visão de Futuro e Plano de Ações
- ▶ Implantação e Avaliação
- ▶ Crescimento Econômico
- ▶ Desenvolvimento Social
- ▶ Sustentação de Recursos
- ▶ Gestão Democrática

Censo Domiciliar e Empresarial

No eixo de Gestão dos Impactos, a proposta visa mitigar os impactos negativos das obras (transtornos à mobilidade, interrupção de serviços, reassentamento, regularização fundiária) e maximizar os impactos positivos (absorção de mão de obra local nas obras, melhoria na infraestrutura e nos serviços ao cidadão e território, educação ambiental).

Esse projeto de absorção de mão de obra local foi iniciado com um mapeamento de oportunidades nas obras e no próprio Trabalho Social, ao qual seguem atividades de comunicação, ação e seleção, de capacitação e, enfim, de contratação e acompanhamento.

É sempre muito importante mapear e acompanhar as informações sobre a questão de ofertas de empregos através de portais e sites com esses dados. As principais fontes são:

- IBGE (<www.ibge.gov.br>) – o IBGE divulga mensalmente pesquisa de emprego em seis regiões metropolitanas da Federação;
- Ministério do Trabalho e Emprego (<<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>) – MTE divulga mensalmente o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) em todos os setores da economia;
- Agências estaduais e municipais de planejamento e de intermediação de mão de obra;
- Federação das indústrias, Sistema S, sindicatos, associações.

Outra questão importante que deve sempre ser levada em consideração é a questão das potencialidades e vocações de cada área que se está trabalhando. Para isso, a realização de um censo ou diagnóstico social prévio nas comunidades é fundamental.

No caso do PAC Social, o Governo optou por realizar um amplo censo nas três maiores comunidades. O mesmo foi feito com enfoque em dois temas: censo residencial e censo empresarial. Durante um ano e dois meses o Governo do Estado mapeou todas as famílias e negócios formais e informais destas comunidades. Foram contratados 1.500 jovens moradores das áreas para a sua realização. O trabalho pode ser acessado através do site do EGP-Rio <<http://www.egprio.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=285>>.

Também foi utilizada uma metodologia denominada *Oficina do Imaginário*², onde a população que vive nas regiões é convidada a participar de reuniões e se expressam através de desenhos.

Os resultados são sistematizados pela equipe do Trabalho Social e entregues às equipes de arquitetos e engenheiros para transformar o sonho na realidade dos projetos.

² Para conhecer a Oficina do Imaginário, acesse: <<http://migre.me/gZMQ5>>

Diagnóstico Social Prévio realizado com a Oficina do Imaginário



Fotos: Ruth Jurberg / Acervo pessoal.



Um bom exemplo foi a contratação de mulheres para trabalharem nas obras do Complexo do Alemão. Cerca de 120 mulheres foram capacitadas pelo Programa Mão na Massa e depois foram aproveitadas nas obras do PAC.

Outro exemplo foi a identificação de moradores de Manguinhos que eram pedreiros, carpinteiros e bombeiros, mas não poderiam ser contratados por serem analfabetos funcionais. Através do Trabalho Social foi possível fechar parceria com a escola pública local e esses profissionais foram contratados nas obras com a condição de estudar após o expediente. Foram formados 60 profissionais que obtiveram seus diplomas e puderam trabalhar com carteira assinada nas obras de Manguinhos. Também foram firmadas parcerias com a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), Sebrae e Serviço Social da Construção Civil (Seconci) para capacitação de moradores e que, ao final dos cursos, foram contratados nas frentes de obras, no teleférico e nos negócios que foram abertos após a conclusão das obras.

A participação também se deu através da realização de reuniões ampliadas e fóruns com mais de 1.500 moradores e ONGs locais identificadas a partir do recenseamento realizado e que construíram, em conjunto com o Governo, um Plano de Ações prioritárias para cada região. A mobilização dos participantes se deu através de um amplo processo de comunicação feito pela equipe do Trabalho Social, com apoio de moradores, dos recenseadores, e através de *folders*, convites, faixas, mídias sociais, carros e bicicletas de som.

Ao final, cada uma das comunidades obteve registrado o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável, com metas e temas que vêm sendo trabalhados e

desenvolvidos mesmo depois do final das obras do PAC, garantindo a participação direta da comunidade e a continuidade dos projetos. **Uma importante questão que deve ser mencionada foi o processo de construção de parcerias locais e articulações intersetoriais. Através do Trabalho Social foram levantados e elencados todos os atores locais e governamentais no sentido de verificar a melhor forma de condução do processo.**

Nesse sentido, é importante ressaltarmos a importância do PDST visto que o mesmo é elaborado a partir da consolidação do Trabalho Social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários. Sua estruturação é através de objetivos e ações de curto, médio e longo prazo e permite a atuação do Trabalho Social na macroárea.



Lançamento de livros dos programas sociais.

Durante esses seis anos, algumas parcerias foram firmadas com ONGs para condução do projeto, criando um Fórum de Gestão Compartilhada que debate as principais questões relacionadas ao desenvolvimento, sustentabilidade dos projetos e a geração de renda.

6. Os resultados foram bastante significativos:

Em curso de formação profissional, obtivemos 2.440 alunos em 26 cursos; 2.144 capacitações de moradores em atividades da construção civil; 3.000 jovens capacitados em projetos de educação a distância no Complexo do Alemão; 1.450 pessoas foram capacitadas e realizaram o censo nas três comunidades; 120 mulheres foram inseridas no Projeto Mão na Massa; 60 adultos foram alfabetizados e, sucessivamente, contratados como serventes de obra; 55 jovens foram contratados como Jovens Pesquisadores ou Agentes Jovens de Comunicação; 40 jovens tornaram-se fotógrafos em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura; 80 jovens do Complexo do Alemão se tornaram agentes ambientais.

Foi incentivada pelo Trabalho Social a formação de cooperativas de trabalho que pudessem dar continuidade aos projetos iniciados durante o PAC. Atualmente existem cooperativas de mosaicistas, de artesãs e de profissionais da construção civil.

Além disso, de forma inovadora, o Trabalho Social buscou identificar no Complexo do Alemão pequenas instituições e ONGs locais que tinham bons projetos, mas que não conseguiam recursos para dar andamento a suas propostas, pois muitas sequer estavam formalizadas. Foi realizado um mapeamento dessas iniciativas locais priorizando aquelas que atuam nas áreas de meio ambiente, capacitação em projetos que gerem renda e mobilização comunitária e que tem forte impacto na realidade local a partir das mudanças ocorridas pelas obras do PAC, como, por exemplo, as iniciativas de turismo local após a construção do teleférico.

Com essa seleção, foi realizado um amplo processo de capacitação dos representantes das ONGs, inclusive com apoio jurídico para obtenção de registros e CNPJ, para que ao final o Governo do Estado pudesse receber projetos consistentes que foram encaminhados à análise e aprovação da CAIXA, considerando que os recursos estão inseridos no percentual de investimentos do Trabalho Social.

Os projetos selecionados tiveram apoio do Trabalho Social com recursos alocados na parceria com sete ONGs locais para atuação na área de meio ambiente com a formação de agentes ambientais, reciclagem de lixo, reciclagem

de óleo de cozinha dos apartamentos do PAC, através da Coop Liberdade, que emprega ex-presidiários que tiveram a oportunidade de ressocialização e de inserção no mercado de trabalho. Este é um case de grande impacto social e de sucesso uma vez que a Cooperativa, após este apoio inicial, hoje trabalha com outros parceiros importantes como a COPPE, a UNISUAM e vem pleiteando recursos junto ao BNDES para a construção de um galpão e ampliação do trabalho. Foram ainda ministradas aulas de teatro e dança, fortalecendo a chamada indústria criativa. Cerca de 120 moradores foram capacitados em aulas da oficina de mosaico, 120 mulheres e jovens na oficina de bijuteria com Tetra Pack e adereços para carnaval e 210 moradores em cursos e atividade de gastronomia na área de alimentação saudável, e ainda receberam noções de higiene para a realização de um roteiro gastronômico e de uma feira com produtos típicos.



Reciclagem de óleo. Foto: Robson Borges / Divulgação.

Também devemos levar em conta, ao iniciar os projetos, a existência de pequenos comerciantes informais que trabalham em suas próprias residências. Com a realocação para os novos apartamentos, muitas atividades comerciais como bares, açougues, venda de produtos alimentícios ficou proibida no interior das unidades. Para solucionar a questão, o Governo do Estado do Rio de Janeiro construiu com recursos de contrapartida dezenas de quiosques que estão estrategicamente localizados em áreas de grande movimentação para atender a esse mercado interno das comunidades. Os moradores que tinham seus comércios informais dentro de casa passaram por um curso de formação com apoio do Sebrae e da Prefeitura e se transformaram em microempreendedores individuais.



Projeto de Gastronomia no Alemão. Foto: Ruth Jurberg / Acervo Pessoal.

Um aspecto que não pode ficar de fora desse contexto foi o processo de pacificação dessas áreas. Após a pacificação do Complexo do Alemão em 2010, seis diferentes bancos abriram agências no interior da comunidade e, segundo seus gerentes, o maior índice de adimplência com o microcrédito de um banco privado está na agência do Complexo do Alemão.

Diversas empresas procuram locais para instalar seus negócios nessas regiões. Esse quadro muda significativamente a situação econômica local. Antes, o tráfico de drogas gerava renda direta e indireta aos seus líderes, aos jovens envolvidos e ao pequeno comércio local. Com a pacificação e a entrada de novos serviços e programas sociais, o comércio cresceu, diversificou-se e o atendimento foi ampliado uma vez que a renda da população local também aumentou a partir de cursos e oportunidades de qualificação com os recursos do Trabalho Social.

7. Considerações Finais

A questão do desenvolvimento econômico em favelas é bastante complexa e envolve distintos interesses, atores e condicionantes locais e externos. Para mudar o quadro existente em diferentes regiões, é preciso muito investimento, não só de caráter financeiro, mas em organização, planejamento e integração de políticas públicas que possibilitarão a otimização das ações e dos recursos, dando maior eficiência e agilidade na implementação das ações e na transformação desses locais e de seus moradores (física e socialmente) com projetos de capacitação, geração de renda e potencialização dos valores locais.

É importante que se estabeleçam pactos e metas para que essas transformações possam de fato se concretizar ao longo do tempo. A ação de mediação entre diversos atores, a ser realizada pelo Trabalho Social, é crucial ao respeito. A dinâmica de cada território deve ser levada em consideração, uma vez que as comunidades são diferentes entre si, mesmo que localizadas geograficamente próximas umas as outras.

É preciso realizar um diagnóstico social e econômico prévio das comunidades de forma participativa, mapeando seus potenciais endógenos, suas características físicas e seus diferentes atores que precisam ser considerados como pontos focais para o desenvolvimento econômico e territorial.

Todos os envolvidos, quer sejam do setor público, privado ou do terceiro setor, precisam manter o diálogo permanente e o estabelecimento de funções e responsabilidades para que não haja a sobreposição de ações e atividades, inclusive no pós-obras, acompanhando de perto o desenvolvimento e a maturação dos projetos em parceria com as comunidades. O importante é de fato garantir o envolvimento das comunidades através do seu protagonismo local desde o começo dos trabalhos, como foi feito com a realização do censo das favelas que contratou e capacitou cerca de 1.500 jovens moradores dos locais.

As ações que serão implementadas devem buscar sempre os resultados concretos e que efetivamente possam modificar a realidade local. Assim, propostas que englobem a educação como eixo têm maior chance de sucesso em longo prazo, visto que atenderão em um primeiro momento a educação em si através do Educação de Jovens e Adultos (EJA), alfabetização e qualificação e possibilitarão a formação mais completa dos moradores, melhorando a renda e a condição de competitividade no mercado formal de trabalho.

8. Atividade

O Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV) realizam o diagnóstico socioeconômico por meio de:

- a. réplicas de um mesmo modelo de propostas em quaisquer municípios.
- b. diagnóstico social prévio, mapeamento de lideranças locais, potencialidades econômicas, e o diálogo permanente com os atores envolvidos, buscando, assim, a integração de propostas e políticas públicas.
- c. diagnóstico social prévio com objetivo de destituir lideranças locais.
- d. diagnóstico social prévio sem identificação de potencialidades econômicas da área.
- e. identificação de potencialidades socioeconômicas da área de intervenção com foco na replicação de projetos de trabalho social já utilizados, sem quaisquer alterações

9. Referências

ABREU, M. Vaz, L. Sobre as origens da favela. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991.**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano. **Comunicados do IPEA**. Fevereiro, nº 76, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110210_comunicadoipea76.pdf. Acessado em: 15/09/2013.

BRASIL. **Matriz de indicadores para avaliação da pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento intervenção em favelas**. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

_____. **Ministério das Cidades**. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Brasília: DF, 2010.

_____. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação**. Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Provisão Habitacional. Anexo a Instrução Normativa nº 8, de 26 de março de 2009. Brasília, DF, 2009.

POCHMANN, Marcio. **Superando a pobreza**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/boletimmds/217/superando-a-pobreza.pdf/download>. Acesso em: 15/09/2013.

RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Rocinha**. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.forumnacional.org.br/pub/ep/EP0533.pdf>. Acessado em: 15/08/2013.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília; PEREIRA JR, Vicente. **Favela como oportunidade**: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. Rio de Janeiro: INAE, 2012.

DI VILLAROSA, Francesco. **Relatório Final**. Avaliação do programa Comunidade Viva, 2011.

Sites consultados:

- Ministério das Cidades: <www.cidades.gov.br>
- Caixa Econômica Federal: <www.caixa.gov.br>
- Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio): <www.egprio.rj.gov.br>
- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci): <<http://migre.me/h3j7u>>
- Programa árvore da vida: <<http://www.cooperarvore.com.br/#arvore>>
- Projetos na massa: <<http://www.projetomaonamassa.org.br>>
- Favela como oportunidade: <<http://migre.me/h3j9S>>
- Territórios em rede: <<http://migre.me/h3jfy>>
- <<http://www.fiat.com.br/sustentabilidade/inclusao-social.html>>
- Prêmio Caixa – melhores práticas: <<http://www.youtube.com/watch?v=LIXN0Fv48eU>>
- Oficinas do imaginário: <<http://migre.me/h3jEC>>
- <www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/.../217/...pobreza.../download>
- <www.ibge.gov.br>



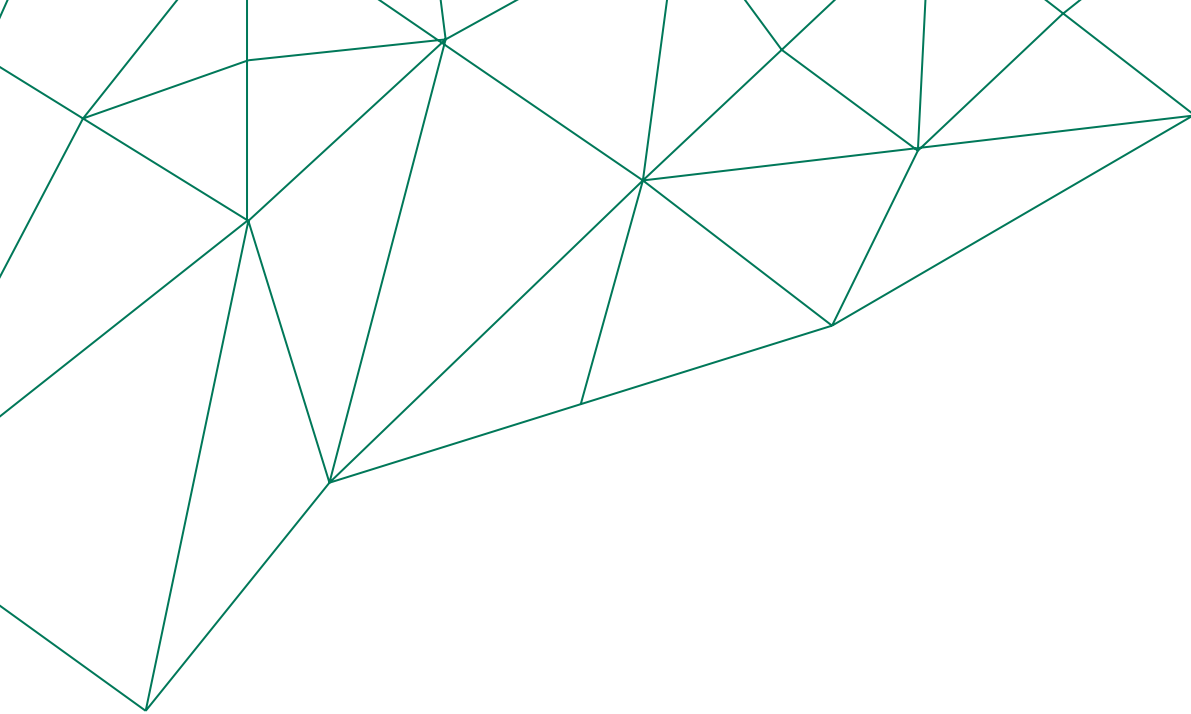
4



Foto: Acervo Caixa Econômica Federal / Divulgação

Educação Ambiental no Trabalho Social





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, abordamos a Educação Ambiental como conceito geral pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que traz diretrizes de como abordar o tema no contexto dos empreendimentos e também como eixo transversal da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014), documento referência do curso.

1. Introdução

As políticas públicas para a habitação e o saneamento básico são responsáveis por ações que interferem e condicionam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Envolvem um complexo conjunto de desafios desde a universalização da habitação digna no Brasil ao acesso de toda a população aos serviços de saneamento.

Até recentemente, quando se falava do investimento necessário à prestação desses serviços, sua organização e gestão institucional, era comum que se tratasse de obras, intervenções físicas e alocação das pessoas sem qualquer atendimento a outras dimensões que envolvessem este processo. Antes de tudo, é preciso lembrar: todas as ações são realizadas por pessoas para outras pessoas, ou seja, não pode reduzir valores e condições humanas a um conjunto de ações mecânicas e burocráticas.

De alguma forma – dramaticamente – a experiência demonstrou que para além das obras e os benefícios, é preciso promover um processo relacional entre projetos e pessoas, território e cultura.

O Ministério das Cidades dentro de sua competência em implementar políticas habitacionais e sanitárias, é sensível a essa necessária relação entre esses atores sociais, vindo paulatinamente desenvolvendo e fortalecendo no contexto dos programas federais o conceito de Trabalho Social inerente às intervenções. E mais, publica a Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) passando a explicitar como esse conceito deveria interagir com os projetos, desafiando empreendedores, gestores públicos e a sociedade civil.

Nos últimos cinco anos, a Instrução Normativa (IN) n. 08, de 26 de março de 2009, que antecedeu ao Manual, sofre uma profunda reflexão, fruto de avaliação constante por seus operadores. Foi descortinada em sua análise, elementos que se incorporam naturalmente à prática do Trabalho Social. Um deles certamente foi a Educação Ambiental (EA), sem inclusive ser designado formalmente assim.

Conceito amplo, historicamente complexo em suas manifestações, inúmeras vezes mal compreendido e tratado, ainda sim, a EA tem sido decisivamente aclamada como indispensável ao TS, a ponto de se tornar um eixo transversal a partir da IN e agora da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014), objeto do presente capítulo, em seu esforço de contextualizar melhor o sentido e bom uso da EA no TS.

É objetivo deste capítulo trazer à luz do Manual (BRASIL, 2014), como a EA se referencia e se desdobra em prática transversal.

A EA refletida pela sociedade representa um dos temas transversais mais importantes das políticas, dos programas e dos investimentos nas áreas de saneamento ambiental (e agora as obras de mitigação dos desastres ambientais), especificamente neste capítulo, da habitação. O envolvimento de vários segmentos sociais, como lideranças comunitárias, professores, gestores municipais, conselheiros, entre outros, é fator determinante para o sucesso das ações, promovendo a consolidação e a consistência dos investimentos.

No entanto, representa um grande desafio promover a Educação Ambiental da sociedade de modo a estimular a reflexão crítica e potencializar o desenvolvimento de valores, práticas rumo às mudanças de mentalidade, reconstruções culturais e sociais necessárias ao desenvolvimento de sociedades com características efetivamente sustentáveis, que devem permear os empreendimentos, contribuindo para a qualidade de vida da população e para a minimização de problemas sociais, auxiliando, ainda, na redução do déficit habitacional brasileiro.

Para efeito didático, este capítulo está dividido em três partes. O primeiro irá tratar aspectos conceituais e legais que envolvem a Educação Ambiental e suas relações com Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) e outras políticas inerentes.

A segunda parte discorrerá sobre diretrizes e lições aprendidas emanadas de experiências da implementação de projetos da EA aplicadas à habitação com sugestão de conteúdos e referências metodológicas. Esse é um dos focos da aplicação do Manual e dos amplos investimentos que o governo federal tem realizado nos últimos 10 anos.

A terceira parte apresenta como a EA age no contexto dos projetos propriamente com sua relação à cidadania, à sustentabilidade e ao controle social.

2. Planejamento e transversalização da EA nas ações estruturantes nas intervenções a partir do Manual

Compreender as implicações da relação entre as Políticas de Habitação com a Educação Ambiental é importante para o avanço dos aspectos transversais inerentes à implementação de processos que envolvam intervenções territoriais de diversas amplitudes e intensidades. Será preciso reconhecer tais condições considerando-as também como processos de gestão ambiental.

A gestão ambiental configura-se, dessa forma, como uma forma de se estabelecer o relacionamento mais harmônico entre a sociedade e o ambiente, em prol de uma estratégia de desenvolvimento condigna com a realidade mundial neste início de século XXI, definindo e redefinindo continuamente o modo como os diferentes atores alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como distribuem os custos e benefícios decorrentes de suas ações.

É nessa ampla frente de atuação, relacionada à dimensão socioambiental, que os projetos de habitação, saneamento ambiental e desastres ambientais devem desenvolver em seu trabalho social regulamentado pelo Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) buscando fomentar e potencializar ações, atividades e iniciativas nos mais diferenciados âmbitos, com vistas ao estabelecimento de novos modelos de desenvolvimento.

Nesse contexto, dentre as políticas públicas que têm atuado com o objetivo de assegurar uma maneira de viver mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática, a Lei n. 9795/99 que institui a *Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)*¹ possui diretrizes de orientação a quaisquer projetos governamentais relacionados ao tema.

A PNEA estabelece que:

entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, art.. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm).

¹Para conhecer detalhadamente esta Lei, acesse: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>

Sendo um componente essencial da educação nacional, estando presente em todos os níveis de ensino de forma articulada, contínua e permanente, de modo formal e não formal.

No entanto, a educação ambiental formal não é o objeto no qual se aplique a questão do Manual de TS. Seu enfoque tem como expectativa que sejam abordagens inter, multi e transdisciplinar, na condição da educação ambiental não formal, cujas propostas programáticas realizem “ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (IDEM, artigo 13).

Os municípios, empresas, movimentos sociais e os cidadãos beneficiários e agentes ativos nas intervenções serão decisivamente influenciados pelo Manual, cuja implementação será mais eficiente e eficaz quanto mais esses sejam também seus promotores.

A educação ambiental é um dos principais instrumentos de orientação e capacitação para que a sociedade participe como protagonista na construção e implementação de programas integrados que melhorem as condições sociais e a qualidade de vida. É imprescindível uma visão educativa e administrativa que valorize as possibilidades sociais, econômicas e ambientais de uma gestão integrada e adequada às intervenções.

Dessa forma, a Educação Ambiental constituindo um dos eixos transversais dos projetos de TS obrigatórios, implica em que o Ministério das Cidades, assim como os âmbitos análogos a essas competências nos demais órgãos governamentais, ofereçam à sociedade políticas que subsidiem e favoreçam a constituição das ações pertinentes.

A educação ambiental em uma perspectiva transformadora e emancipatória. A EA tem a função de proporcionar a apreensão crítica das situações mais gerais de modo a que, em contextos específicos, tão diferentes, cada membro da sociedade possa atuar, considerando espaços de ação, sem dúvida, maiores do que se supõe. Mais do que meros ocupantes de um lugar qualquer, os cidadãos e as cidadãs devem adotar atitu-

des coerentes com os desafios que a sua sociedade e o seu tempo enfrentam. Na mesma medida, os demais atores sociais envolvidos com a gestão ambiental também precisam assumir o seu papel de forma realista e coerente, cada qual em seus respectivos espaços, uma vez que se vive em uma sociedade extremamente complexa, diversa e desigual.

À EA cabe, em uma perspectiva transformadora e emancipatória, permitir que a sociedade, entendendo os processos e seus desdobramentos, possa decidir melhores formas de agir, de intervir ativamente, identificando suas consequências. Não se trata apenas de difundir as informações. Deve-se fazer um chamamento à atitude das pessoas, realçando o lugar e a função de cada um, insubstituível e inalienável. Sem isso, corre-se o risco de apenas seguir-se o instrumental legalista da legislação brasileira que, apesar de ser vanguardista e exemplo de construção social e democrática, não dá conta de enfrentar e resolver, sozinho, os problemas sociais e ambientais relacionados à gestão ambiental. A complexidade desses problemas e suas causas são históricas e transcendem o arcabouço legal e as estruturas institucionais de gestão.

A EA contribuirá, com sucesso, em ações aplicáveis aos projetos de Trabalho Social, a depender da capacidade de clareza e firmeza ao demonstrar à sociedade local e do entorno das intervenções, e a cada um dos segmentos envolvidos, a real necessidade de mudança em função da busca pela qualidade de vida.

A prática é um critério da verdade. Ela é informada e mobilizada pelo conhecer, pela visão conceitual que move o cidadão e a sua vontade, de maneira consciente. “O aprimoramento da Educação Ambiental no Brasil passa pela ampliação e aprofundamento dos debates e reflexões destinados a esclarecer quem se é, onde se está e para onde se quer caminhar com as ações, projetos e políticas públicas.” (QUINTAS, 2004, p. 116).

É preciso, portanto, revalorizar e trazer para o foco do primeiro plano o que está num plano secundário: o pensamento crítico e a capacidade de compreensão e análise. O cidadão que se vê no contexto, fazendo conexões e conseguindo entender os efeitos e a relação de suas ações individuais no coletivo e no ambiente – que o incluem – pode mudar a sua atitude. Isto pode parecer óbvio, mas, na prática, não é. Tanto é assim que a dimensão e a variedade dos discursos da sustentabilidade ainda não correspondem, proporcionalmente, às ações sustentáveis incipientes

2.1. Um desafio da transversalidade da Educação Ambiental

Os projetos de Trabalho Social resultantes de uma formulação participativa, em consonância com os princípios democráticos da educação ambiental, possuirão significativo potencial de efetivamente gerar a capacitação técnica e a mobilização educativa por parte dos diferentes segmentos, e os níveis da gestão compartilhada devem incentivar a participação e o exercício de uma cidadania renovada.

Iniciativas que não apenas informem e treinem, mas que também formem, capacitem e envolvam todos em uma nova cultura em relação a morar e viver bem. Uma gestão ambiental inovadora será capaz de refletir e buscar soluções até incorporar a sustentabilidade como estilo de vida.

Trata-se aqui de compreender a diversidade de públicos e agentes que envolvem cada etapa dessa cadeia, em especial o cidadão que assumirá aquele território, agente relevante nas ações de informação e educação ambiental.

Saiba mais +

Educação Ambiental e a Cultura

O Brasil é um país pluricultural, isso significa que existem diversas formas e expressões de interpretar e se relacionar com o mundo. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras. Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes, sendo, ao mesmo tempo, todos brasileiros. Essa característica do nosso povo faz com que a cultura brasileira seja tão rica, variada e possa ser um recurso para seu desenvolvimento.

Os atores envolvidos na implantação dos projetos de TS podem compreender essa dimensão socioambiental a partir do referencial legal, o que contribui aos avanços necessários à percepção pública dos temas transversais do Manual, bem como do sentido de transformação de valores em prol de uma sociedade mais sustentável.

O que se pretende com essa orientação geral é que no processo de formulação participativa dos projetos de gestão ambiental finalísticos ao TS, bem como nas ações de cada segmento, sejam considerados esses princípios e diretrizes gerais, associados aos dispositivos legais e estratégias elencadas – muitas delas em interface com a ação pedagógica e comunicativa –, assegurando a participação de educadores locais, além dos próprios segmentos, donde deverão resultar procedimentos específicos e apropriados a cada realidade.

2.2. O Eixo EA no Manual

O Manual determina como um dos seus quatro EIXOS:

Educação ambiental e patrimonial – visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção. (BRASIL, 2014, p. 30)

Embora pedagogicamente distintas no Manual, na prática dos projetos, os eixos são indissociáveis como conjunto.

Importante observar que o entendimento de EA **também** concentra as ações voltadas para assegurar a **mobilização e participação da comunidade** no projeto e, ainda, apoiar a ampliação da sua organização autônoma, incluindo:

- implantação de sistemas de participação, representação e comunicação, buscando garantir que o projeto reflita as demandas e a ação da população;
- desenvolvimento de ações para fomentar e apoiar a organização autônoma da população e fortalecer suas relações de vizinhança e solidariedade;
- desenvolvimento de ações com vistas ao envolvimento da Comunidade, através de seus grupos representativos e lideranças para a efetiva participação nas etapas de projetos, obra e ações, bem como, na preservação das intervenções.

A Educação Patrimonial embora também seja abarcada pela ação da EA em si – seja como fundamento, seja como diretriz –, necessita de distinção para seu reconhecimento quando considerado, **ou não**, nos projetos de TS.

Nesse sentido, como elemento complementar a este capítulo, é importante que a Educação Patrimonial seja tratada de modo articulado como o Eixo da Mobilização, Organização e Fortalecimento Social.

2.3. Como acontece a proposta estratégica da EA relacionada à gestão ambiental?

A dinâmica nos processos educativos requer que o Governo Federal faça planejamentos com estratégias e inovações constantes em discussões amplas baseadas em pilares de articulação, intervenção e de comunicação que consigam esclarecer o caráter multidimensional das questões socioambientais com atribuições específicas a cada caso, acompanhando as mudanças dos padrões de consumo e produção associados a resíduos sólidos, visando à prevenção, proteção, recuperação e melhoria socioambiental.

Um aspecto a ser percebido, é a necessidade de oferecer à sociedade a informação sobre as boas práticas, os conteúdos e as metodologias pedagógicas exercitadas difusamente. Esse conjunto deve somar um significativo patrimônio de experiências relevantes dessa temática como insumos que favoreçam estratégias de implementação das ações oriundas da sociedade civil no enfrentamento dos desafios da gestão ambiental. Produzindo a divulgação e acessibilidade a tal patrimônio, pode-se gerar **sinergias** e otimização no uso de recursos, tornando os processos mais céleres, eficazes e eficientes.

Outro importante viés dos processos educativos envolve monitoramento e avaliação de políticas, tanto no contexto da governabilidade como o da gestão ambiental – no caso, a gestão ambiental preconizada aqui – informações com qualidade e quantidade são requeridas, preferencialmente atualizadas e com a máxima precisão. Assim, os sistemas de informação, de indicadores e índices ambientais vêm ganhando importância nos processos de tomada de decisão e passam a ser tratados como tema prioritário nas agendas ambientais e na formulação e execução de políticas públicas.

A verificação – se os programas de gestão ambiental priorizam, em suas propostas – se dá nas causas dos problemas socioambientais e não apenas

Sinergia

Ações simultâneas
que geram um
mesmo fim.

seus efeitos; esses pilares do processo educativo como articulação, intervenção, avaliação e comunicação, devem ser dotados de capacidade técnica, para responder adequadamente à demanda por aplicação de tais instrumentos para **mitigação** dos principais problemas atuais pertinentes às mudanças climáticas, aos desmatamentos, aos resíduos sólidos, aos recursos hídricos, às mudanças de padrão de produção e ao consumo, entre outros que precisam ter a devida atenção.

Apenas políticas públicas intersetoriais e fundadas na afirmação da integração e da solidariedade social e no direito à cidade podem transformar as precárias condições de vida das pessoas.

Como a EA contribui para a implementação das políticas integradas?

Para que o futuro idealizado possa tornar-se realidade, é imperioso completar o longo processo de conquista de direitos civis, políticos e econômicos com a construção da necessária Cidadania Ambiental para enfrentar os desafios acumulados ao longo de séculos de rentismo socioeconômico e ambiental e de escasso compromisso com a solidariedade pública, inter e intrageracional.

A visão estratégica a que responde esse projeto pretende, considerando que aproximadamente metade dos brasileiros que irão compor a população nos anos 2050 já está viva, a melhoria das condições de vida da população atual visto que é a única forma eficaz de tornar real a preocupação com as gerações futuras, destino e razão de ser do Desenvolvimento Sustentável.

Por outro viés, o apoio à qualificação da gestão dos municípios para melhor implementar as ações locais de habitação e saneamento ambiental é indispensável para o sucesso no planejamento e na execução de políticas sociais do Governo Federal, na medida em que orienta a definição de estratégias de ação, a avaliação de projetos e a melhoria da prestação dos serviços públicos.

É possível qualificar a importância das políticas sociais nessa área sob duas perspectivas. Em primeiro lugar, o Saneamento Ambiental, por exemplo, é o conjunto de ações e medidas que visam à melhoria da salubridade ambiental, da prevenção de doenças e da promoção da saúde. Ainda, o saneamento é instrumento para controlar impactos da urbanização sobre o meio ambiente e para mitigar os riscos ambientais.

Uma face do saneamento ambiental são os resíduos sólidos. É precisamente nesse contexto que a Política Nacional de Resíduos Sólidos institui um ca-

Mitigação

Ação de atenuar, aliviar.

minho privilegiado, a espinha dorsal, para transformar os ainda vigentes padrões de produção e consumo em condições de bem-estar e qualidade de vida para todos os brasileiros.

Muito além do que a necessária e bem-vinda redução na produção, gestão e disposição adequada de resíduos, o que se espera é que a execução da PNRS dê lugar à primazia do bem-estar coletivo acima da busca incessante por bens materiais que pouco acrescentam à felicidade do ser humano a partir da satisfação de suas necessidades básicas. Nesse sentido, a gestão de resíduos sólidos deve favorecer o fortalecimento da solidariedade entre os indivíduos, incluídas a solidariedade entre gerações, e a defesa dos chamados direitos difusos que ultrapassam os direitos individuais por serem em geral indivisíveis e respondem à coletividade em seu conjunto na satisfação de bens comuns como meio ambiente, segurança, democracia, participação e informação, entre outros.

As Políticas Nacionais de Recursos Hídricos, de Resíduos Sólidos e de Mudanças Climáticas, se implementadas de maneira integrada, podem enfrentar positivamente os problemas causados por lixões, pela poluição dos corpos hídricos e a poluição do ar. Os Comitês de Bacia Hidrográfica fazem parte dessa estratégia, sendo espaços fundamentais de participação de prefeituras e outros atores, contribuindo com soluções regionais e locais sustentáveis.

Na gestão integrada de água e resíduos sólidos, é essencial compartilhar problemas, ações e soluções. Assim como as ações de resíduos sólidos apoiados pelos planos de bacia podem ser também transversalizados tecnologicamente por mecanismos limpos, que evitem a emissão dos gases de efeito estufa.

Todos os resultados obtidos, se avaliados no contexto estratégico que a EA propõe, o saneamento, a habitação, a produção e o consumo sustentáveis e a biodiversidade podem fechar um ciclo virtuoso de ação integrada das políticas, inaugurando uma nova racionalidade de planejamento e uso otimizado dos recursos disponíveis.

As políticas habitacionais necessitam assumir em seu modelo de gestão ancorado na função social da cidade, no controle social e no direito à cidadania.

“Cidadania ambiental como o respeito que devemos ter nas relações com as pessoas e a biodiversidade”, cuja base é o exercício da cidadania contido na educação ambiental”. (LOUREIRO, 2004, p. 65).

“Como o direito que cada pessoa tem de usufruir de um ambiente saudável. Sejam homens, mulheres, crianças ou idosos. Respirar um ar bom, beber uma água purificada, comer alimentos sãos, e não apenas manipulados quimicamente.” (QUINTAS, 2002, p. 34).

“O direito das pessoas de terem relações humanas institucionais que sejam justas, que evitem conflitos. Viverem numa atmosfera de serenidade e paz, sem que sejam sobressaltados por ameaças e que encontrem uma sociedade aberta à dimensão dos valores da solidariedade, da cooperação, da compaixão e abertas também às dimensões mais altas, que têm a ver com o sagrado. Todos se sintam cidadãos ambientalmente corretos e ambientalmente integrados com o todo maior que é o sistema vida e o sistema Terra”. (BOFF, 2009, p. 138).

Dessa forma, a educação ambiental da sociedade é fundamental e necessária para estimular o protagonismo dos diversos atores sociais na gestão das políticas de habitação.

3. Diretrizes e lições aprendidas emanadas de diversas experiências da implementação de projetos da EA

Os 4 (quatro) pilares da Educação Contemporânea: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Para atender a essas novas demandas, faz-se imprescindível um profundo processo de mudanças e inovações, interna e externamente, tanto no educador como no educando, baseado num paradigma educacional construtivista, interacionista, sociocultural. A contemporaneidade exige um novo perfil profissional caracterizado por competência, consciência crítica, participação, domínio de conteúdos e contínua atualização.

Assim, deve-se partir da concepção de Educação Continuada superando a mera atualização e acumulação de informações. Ela é compreendida como possibilidade de construção permanente do conhecimento que leve ao desenvolvimento do aluno, re-significando sua prática cotidiana. Para tanto, deve estar integrada com a formação inicial do participante, valorizando sua experiência e abordando suas necessidades e problemas reais. Deve estimular a identidade profissional, articulando o fazer e o pensar. E, fundamentalmente, deve ser geradora de grupos de estudo e de trabalho que garantam a continuidade das propostas de ação após as obras dos empreendimentos finalizados, iniciando o processo de morar propriamente.

Esse processo continuado é altamente estratégico ao TS garantindo sustentabilidade aos projetos que preveem provocar alterações profundas na prática cotidiana dos gestores e atores sociais, não só através do reconhecimento dos problemas ambientais existentes, como também através das proposições de enfrentamento dessas questões provenientes do embasamento técnico oferecido na instrumentalização para a autorreflexão sobre suas práticas.

Numa abordagem estratégica que privilegia a participação da população envolvida na busca de soluções viáveis para os problemas das intervenções territoriais, uma das ferramentas das mais importantes é a Educação Ambiental pautada na concepção de um planejamento que visa a resultados positivos, benefícios, e uma eficiente política de gestão pública dos serviços oferecidos pelos empreendimentos, esses entendidos como, a estrutura física da comunidade (bairro, condomínio), o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos.

Característica pedagógica marcante aos projetos de EA no TS é sua centralidade no mundo do trabalho e na qualificação do trabalhador adulto, onde a reflexão crítica e transdisciplinar deve ser incentivada e promovida.

Como a ação da EA é simultaneamente específica e transversal, é importante estabelecer alguns pressupostos inerentes ao desenvolvimento dos planos e projetos do TS que mesmo aparentemente já dispostos direta e indiretamente nos documentos, vale a pena reunir alguns para obter uma impressão mais objetiva de como se interconectam:

- as ações governamentais, de diferentes níveis, devem ser articuladas, e as experiências e produções pretéritas têm valor e devem ser levadas em consideração;
- a produção de diagnóstico e metas deve ser guiada pela qualidade técnica;

- os eixos transversais do TS devem ser integrados;
- o foco deve ser colocado na abordagem ambiental, como contribuição ao planejamento de cidades sustentáveis;
- o diagnóstico e o planejamento estratégico de metas ambientais urbanas será mais rico e socialmente referenciado quando for produzido de forma participativa;
- um diagnóstico socialmente referenciado não significa necessariamente um diálogo direto com os personagens envolvidos, que podem estar imbuídos de interesses e ideologias particulares, mas deve sim estar baseado num diálogo entre classes, a partir das reivindicações e lutas históricas de coletivos organizados;
- os projetos e planos devem abarcar uma porção representativa da população do município que realiza a intervenção.

Diretrizes gerais de EA para os projetos e planos de TS:

- é preciso resgatar os planos e diagnósticos já produzidos. Conhecer o que já foi feito é fundamental;
- conhecer o que já foi feito permitirá a articulação das diferentes ações, integrando-as;
- conhecer o que já foi feito em termos de diagnósticos e integrar as produções, é preciso dedicar tempo ao levantamento e à análise preliminar das ações anteriores antes de iniciar uma produção nova;
- conhecer o que já foi produzido permite resgatar em parte as reivindicações históricas da sociedade;
- buscar o resgate das reivindicações históricas é reconhecer o território urbano como palco de conflitos socioambientais, que devem ser explicitados, e a metodologia de trabalho deve privilegiar essa explicitação;
- é interessante que se constitua um Grupo de Trabalho Local que dialogue em torno dos dados e informações da realidade na escala micro, para que esse resgate aconteça e os conflitos sejam explicitados;
- a busca das soluções deve se dar pela mediação científico-tecnológica, em plenárias e audiências públicas, a partir da explicitação dos conflitos;
- assegurar a qualidade técnica dos produtos requer um acompanhamento bastante próximo do trabalho desenvolvido nos empreendimentos/municípios;

- é importante que a supervisão/acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nos empreendimentos/municípios seja feito por técnicos com conhecimento da realidade regional, para assegurar a qualidade técnica;
- a concepção de participação popular fundada na ideia da partilha do poder, que implica em envolver a população na formulação e nas decisões sobre as políticas públicas exige uma pedagogia democrática, uma intencionalidade que de fato possibilite à população apropriar-se das formas de funcionamento da administração municipal e do projeto.
- são temas estruturantes da EA para quaisquer das três etapas de composição do TS: paisagem, biodiversidade, água, esgoto, energia, resíduos sólidos;
- capacitação da população para Gestão Comunitária e Ambiental;
- orientação à população sobre as suas potencialidades e vulnerabilidades do ponto de vista ambiental;
- definir prioridades e melhorar a compreensão da população sobre os problemas ambientais;
- desenvolvimento de ações educativas com o conjunto da população com vistas a conhecer, saber usar e conservar os investimentos do projeto.

3.1. Sugestão de conteúdos e referências metodológicas de EA transversalizada para compor as diversas etapas dos planos e projetos de TS

Etapas de Sensibilização da Comunidade para a Temática Ambiental:

- a. atividades de educação quanto à condição ambiental com grupos de moradores interessados da área;
- b. realizar mutirões de limpeza nas áreas;
- c. oficinas e atividades relacionadas aos resíduos sólidos;
- d. atividades em parceria com ações prevenção em saúde, vigilância sanitária e controle de **zoonoses**;
- e. constituir grupos de agentes ambientais.

Zoonoses

Doença transmissível aos seres humanos pelos animais.

Etapa de Formulação do Plano de Educação Ambiental com a Comunidade:

- f. cursos de capacitação de agentes comunitários e ambiental;
- g. oficinas com lideranças e moradores interessados para construção do plano de ação.

Etapa de implementação de elementos a serem considerados no planejamento:

- h. articulação e integração de ações e políticas;
- i. coletivização das atividades, divisão de responsabilidades e tarefas;
- j. articulação da organização local com outras organizações e movimentos sociais e participação em mecanismos institucionais (conselhos);
- k. pactuação: explicitação de interesses, conflitos, construção de uma agenda de ações a partir de um amplo debate das alternativas e das formas de implementação;
- l. processos educativos: informação, formação, projetos culturais e de geração de renda;
- m. integrar sujeitos coletivos mapeados nas áreas ao processo de trabalho concebido: grupos, movimentos sociais, entidades, ONGs;
- n. fortalecimento das organizações autônomas existentes;
- o. adotar estratégias de fortalecimento do patrimônio social.

Etapa de implementação dos planos:

- p. assegurar metodologia participativa que garanta, durante todo o processo: pleno acesso às informações; espaços de discussão e participação nas decisões sobre os diferentes projetos; espaço institucionalizado de controle e acompanhamento das ações públicas, inclusive assegurando a explicitação de conflitos e diferenças e a negociação e pactuação de interesses coletivos;
- q. incorporar o tema da sustentabilidade do ponto de vista ambiental e financeiro;
- r. trabalhar com antecedência os elementos de mudança da vida: morar em prédio, ter ligações regulares de água e energia;
- s. instrumentos para apropriar claramente as informações e construir as regras do novo modo de vida: ações para fomentar práticas sustentáveis;
- t. estudos e ações para as situações econômicas específicas que vão se refletir nos contratos.

4. Educação Ambiental em ação nas intervenções: cidadania ambiental e sustentabilidade

O desafio está posto: como traçar uma estratégia transversal de Educação Ambiental em TS que possa atender públicos tão diversos e interesses distintos?

A possibilidade de alcançar o sucesso nessa tarefa da EA gerar ações aplicáveis ao TS depende da capacidade de clareza e firmeza para mostrar ao coletivo da sociedade o quanto a mudança é necessária.

Saber para requalificar o fazer

É preciso, portanto, revalorizar e trazer para o foco do primeiro plano o que está num plano secundário: o **pensamento crítico** e a capacidade de análise. Só o cidadão que consegue entender que suas ações individuais geram consequências coletivas (que o incluem) opta por mudar a sua atitude.

O que se precisa é da reflexão na ação, do conhecer presente e consciente no saber, que identifique e supere problemas e conflitos relativos às ações a partir de sua origem: “a nossa forma de pensar, nossos valores, nosso tempo histórico, nossa cultura, e que reflete igualmente nossas escolhas cotidianas.” (FREIRE, 1976, p. 29).

O compromisso é superar o conhecer e o fazer dualistas

É também desafio básico a que responde a educação ambiental superar o dualismo, ou seja, de superar o conhecer que ignora a interdependência das partes do processo.

Convocação de uma atitude cidadã por parte de todos os atores

Esses pontos aproximam mais os atores da questão do dualismo que para ser superado, exige a **gestão** das maneiras de pensar, sentir e perceber a vida que movem a tomada de decisão.

As ações que levarão à gestão ambiental no contexto do TS estão intimamente ligadas à necessidade de se trabalhar a mudança de **percepção** que os indivíduos, redes e organizações e os seus fluxos mentais, refletem nas formas de ser e atuar.

4.1. Educação Ambiental e o Desenvolvimento Urbano em bases sustentáveis aplicadas aos condomínios

As reflexões em relação à análise da sociedade com o meio físico natural, questões de qualidade urbana necessitam ser mediadas e compartilhadas entre os governos locais, os propositores e a percepção dos beneficiários sobre o significado de “morar” com a qualidade de vida, para então entender como incorporar a dinâmica social em estratégias integradas que promovam a conservação ambiental e o bem-estar humano ao mesmo tempo.

O papel da EA nessas interfaces se torna dinâmico e vai se misturando em ação conjunta com os demais eixos transversais do Manual desde os primórdios do planejamento até os projetos urbanísticos em si.

A consideração da sustentabilidade do desenvolvimento urbano questiona a estabilidade, vulnerabilidade e resistência do relacionamento entre componentes físicos, ecológicos, produtivos e socioculturais. A produção habitacional pode ter impactos significativos sobre a sustentabilidade e qualidade global de uma área, bairro ou cidade. Os parâmetros das escolhas técnicas estabelecem em grande parte a forma urbana que, por sua vez, implica na determinação da qualidade de vida dos moradores e a qualidade ambiental da região.

Um lado da moeda – os Projetos e a (in) sustentabilidade

O crescimento populacional concentrado nas cidades e, ao mesmo tempo, disperso nos territórios periféricos urbanos, característico de grande parte das cidades, supõe uma pressão sobre as cidades e seus domínios e, por conseguinte, sobre a deterioração dos recursos naturais. Essa deterioração tem criado situações de extensa gravidade tanto para o meio natural como para as atividades humanas. A habitabilidade urbana de várias cidades apresenta, hoje, si-

tuações de degradação elevada, tanto em relação à unidade habitacional em si, quanto ao bairro em que se localiza.

Por outro lado, buscar valorizar e estimular a qualidade geral do ambiente habitacional a favor dos moradores, do conforto ambiental, da acessibilidade e da sustentabilidade do bairro/condomínio e assim refletir na dinâmica da cidade e na qualidade de vida de todos os cidadãos é um dos aspectos importantes considerados no âmbito da EA, afinal, a construção de um instrumento de apoio ao desenvolvimento sustentável de projetos arquitetônicos urbanísticos em bairros habitacionais de interesse social, que mitiguem o impacto causado pela habitação na cidade deve ser um elemento fundamental para qualificar o empreendimento em seu alinhamento com o Manual.

Como exemplo negativo histórico brasileiro tem-se as obras realizadas sem planejamento prévio adequado ou orientação profissional que envolvesse os aspectos de sustentabilidade (elemento relativamente novo ao segmento).

Um efeito prático dessa condição são as reformas das habitações. Estas se tratam muitas vezes de uma ação de correção constante, criando-se um círculo vicioso de construir, demolir e reconstruir. Grande parte dessas reformas, além do desperdício que representam em relação aos materiais, energia e recursos, provoca o decréscimo na pouca qualidade existente no imóvel.

De modo geral, os projetos sem o viés da sustentabilidade apresentam sérios problemas em relação ao conforto das edificações, pois não há preocupação com a orientação solar, principal fator de adequação ao conforto térmico (consumo de energia elétrica mais acentuado na habitação); as instalações de água e esgoto também envolvem condições muito precárias de instalações, poluindo solo e desperdiçando água tratada.

O ordenamento do espaço define a relação entre área construída, livre e arborizada, os padrões de circulação, as densidades, os domínios públicos e privados e determina a acessibilidade, o movimento do ar e a drenagem de uma região.

A forma do espaço está vinculada à sua apropriação, condicionadas à percepção do usuário e desenvolvida nas relações entre o ser humano, seu espaço, seu habitar e seu meio ambiente. Por sua vez, o ambiente saudável e sustentável está intimamente relacionado ao conforto ambiental e à eficiência energética no alcance desse conforto. Além disso, se relaciona aos hábitos e a cultura dos moradores/população como no consumo de água, na gestão de resíduos sólidos, no tratamento do esgoto, na qualidade da sua relação com o

ecossistema local condições de convivência dos moradores com animais domésticos e/ou selvagens, o conjunto arbóreo (áreas verdes privadas e compartilhadas), todos tradicionalmente tidos como temas secundários.

Uma vez incorporado aos debates do TS, a EA pode contribuir para elevar assuntos menos validados no conceito tradicional de desenvolvimento urbano como elementos estruturantes nas regras condominiais do convívio individual/social com a natureza local.

4.2. Controle social e monitoramento da prestação de serviços públicos

Um volume substancial de recursos está sendo investido no Trabalho Social, por oportunidade do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) firmado pelo Governo Federal, através do Ministério das Cidades com os estados e municípios para ações de habitação e saneamento.

Há que potencializar a participação que, no caso brasileiro, faz-se presente como princípio norteador na legislação ambiental e nas práticas de gestão, através de audiências públicas, fóruns de debate e órgãos colegiados, como instâncias consultivas ou deliberativas.

Saiba mais



Como aspecto final dessa nota pedagógica, parece interessante trazer o conceito das “Metodologias não convencionais” como suplemento à reflexão sobre os caminhos potenciais que a EA no TS pode aderir, inclusive como item de inovação.

As metodologias não convencionais são àquelas que assumem um referencial teórico pós-positivista, que são declaradamente não tecnicistas, que visam a propiciar a produção de conhecimento interativo, valorizar as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo, que visam, finalmente, a mobilizar na esfera pública toda a riqueza do humano. Trata-se da ampla família de metodologias voltadas à gestão de trabalho de grupo, produção conjunta de conhecimento, análise, interpretação e solução participativa de situa-

ções-problema; mas também inclui o recurso às artes nas formas de uso do teatro, dança, fotografia, música e outras, como auxílios à compreensão e reflexão na vivência da realidade, instrumentos potencialmente poderosos porque tocam, despertam e legitimam sensibilidades outras com respeito àquelas puramente racionais, abrindo as portas assim aos muitos sujeitos normalmente excluídos pelos códigos lógico-verbais dominantes na esfera pública.

No caso do Manual, trata-se do controle social, cujo conceito geral é a participação social na gestão pública. É ainda um instrumento democrático no qual há a participação dos cidadãos no exercício do poder colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito das políticas públicas e que tem profunda conexão com as ações de EA.

Uma vez que os processos formativos e de mobilização social da EA contextualizadas ao longo das etapas de planejamento e execução das obras e intervenções contribuem fundamentalmente para o desencadeamento na relação do estado e da sociedade sobre o compartilhamento de responsabilidades com o intuito de tornar mais eficaz, efetivo e eficiente os Programas Públicos como o Minha casa, minha vida (PMCMV). Dessa forma, a solução se torna mais rápida porque a própria sociedade que sofre com os conflitos é a mesma que busca os mecanismos para reparar essas deficiências.

O controle natural, que é executado diretamente pelas comunidades (como é o caso das associações, fundações, sindicatos etc.) é uma maneira de estabelecer um compromisso entre o poder público e a sociedade com a finalidade de encontrar saída para os problemas econômicos, ambientais e sociais.

O envolvimento das pessoas e de grupos específicos como lideranças, agentes comunitários de saúde, educadores, gestores públicos e conselhos de representação da sociedade, entre outros, é fator determinante para o sucesso das ações, pois promove a consolidação e a consistência dos investimentos. Nesse aspecto, um dos grandes desafios é promover, com a mobilização social, *educomunicação*² e educação ambiental, a reflexão crítica e o desenvolvimento de valores e práticas rumo às mudanças culturais e sociais necessárias à construção de sociedades sustentáveis.

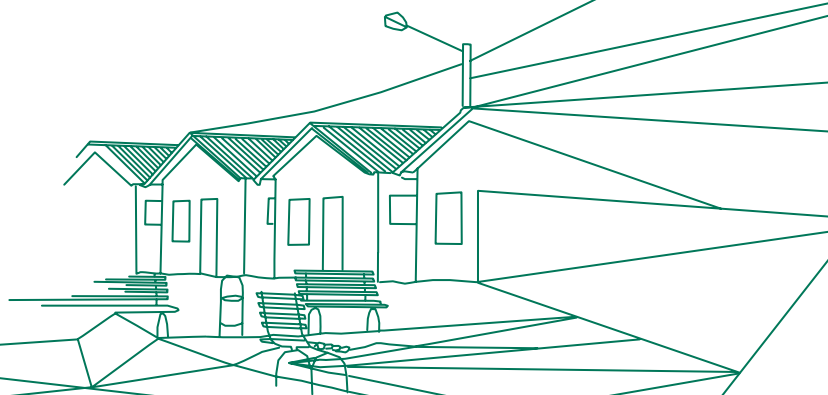
O apoio à qualificação da gestão e da participação da sociedade é fundamental para o sucesso no planejamento e na execução de políticas locais, na medida em que melhor orientam a definição de estratégias e o controle social da prestação dos serviços públicos, assim como também das concessionárias e empresas.

² Práticas educativas que visam a levar à apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação, por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação (TASSARA, 2008, p. XX).

Nesse sentido, o trabalho socioambiental, na medida em que mobiliza os usuários para o exercício do controle social (que inclui sua participação no planejamento e no acompanhamento do empreendimento) e de seu comprometimento para o uso adequado dos serviços prestados, constitui um instrumento que contribui para a qualificação do gasto público e a destinação eficiente dos recursos, de forma a assegurar que sejam alocados e aplicados com eficácia e eficiência, revertendo em benefícios diretos à população, bem como a sustentabilidade dos serviços e das obras realizadas.

5. Conclusão

Neste capítulo, compreendemos a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) como elemento fundamental para o planejamento e transversalização da Educação Ambiental (EA) nas ações estruturantes nas intervenções a partir da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) abrangendo as dimensões de sustentabilidade; a EA como EIXO do Manual; construímos entendimento sobre como a EA contribui para a implementação das políticas integradas (recursos hídricos, saneamento, produção e consumo, nutrição, meio ambiente, mudanças climáticas). EA em ação nas intervenções: cidadania ambiental; relações com animais domésticos, selvagens e vetores; jardins domésticos, coletivos e equipamentos urbanos; resíduos sólidos, água, esgoto e educação para o saneamento; construções sustentáveis; cidadania e responsabilidade ambiental nas construções – monitoramento da prestação de serviços públicos realizados pelas construtoras, concessionárias e prefeitura.



6. Atividade

A Educação Ambiental constitui um dos eixos transversais dos projetos de Trabalho Social. Com isso, é correto afirmar que:

- a. o Trabalho Social não se apoia nas diretrizes do Manual de Instruções do Trabalho Social do Ministério das Cidades.
- b. o sucesso no planejamento e na execução de políticas locais é um dos papéis da Educação Ambiental que o Manual de Instruções do Trabalho Social, na medida em que melhor orientam a definição de estratégias e o controle social da prestação dos serviços públicos.
- c. a Educação Ambiental da sociedade é tema acessório, embora muito popular, para estimular o protagonismo dos diversos atores sociais na gestão das políticas de habitação.
- d. é desnecessário que os responsáveis pelo empreendimento realizem a implantação de sistemas de acompanhamento ao projeto para verificar se os princípios da Educação Ambiental estão sendo respeitados.
- e. para que um projeto de habitação de interesse social respeite os princípios da Educação Ambiental, a sua implementação apenas deve compreender o compromisso de não poluir o ambiente e não destruir o meio ambiente.

7. Referências

ARAUJO, Rosane A. **A Cidade Sou Eu**. Rio de Janeiro: Editora Novamente, 2011.

BOFF, Leonardo. **Princípio de compaixão e cuidado**: encontro entre Ocidente e Oriente. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de Abril de 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Ministério das Cidades**. Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014. No prelo.

FREITAS, C.G.L. (Org.) et al. Habitação e Meio Ambiente: abordagem integrada em empreendimentos de interesse social. **Coleção Habitare/Finep**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2001.

GIANNELLA, Valéria. **Fomento e Capacitação em Metodologias não Convencionais para a Gestão Social. Projeto de pesquisa de Pós-Doutorado Sênior aprovado pelo CNPq, como pré-requisito para a concessão da Bolsa Individual de Fomento Científico, 2007**.

LOUREIRO, Carlos F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

QUINTAS, J.S. Educação no Processo de Gestão Ambiental: Uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.) **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

RUTKOWSKI, E.W.; DEMANTOVA, G.C. A sustentabilidade urbana: simbiose necessária entre a sustentabilidade social. In: **Arquitextos nº 088**. São Paulo:

Portal Vitruvius, setembro 2007. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp437.asp>. Acessado em: 10 ago. 13.

TASSARA, Eda. **Dicionário Socioambiental**: idéias, definições e conceitos. São Paulo: FAART, 2008.

8. Referências bibliográficas complementares

BADIOU, Alan. **Para uma nova teoria do sujeito**: conferências brasileiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARROS, Raphael T. de Vasconcelos. **Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos**. Belo Horizonte: Tessitura, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Panorama do Saneamento Básico no Brasil: análise situacional dos programas e ações federais. Volume III, Versão Preliminar. Borja, P. C. (Coordenador). Brasília: MCIDADES, 2011.

_____. **Ministério das Cidades**. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2008. Brasília: MCIDADES. SNSA, 2010.

CARVALHO, I. SCOTTO, G. **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/saneamento/reports/gens/index.php?id01=2170&lay=san>>. Acessado em: 15 set. 013.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Edições MEC e UNESCO, 2006.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DAMASIO, Antônio, R. **O erro de Descartes** – emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FISCHER, D.; LIMONT, M. O sujeito na construção de processos de gestão ambiental pública: os contornos da participação no conselho da APA de Guaraqueçaba. In: V SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, Universidade Federal do Amazonas/UFAM, 2011, Manaus, **Anais eletrônicos...** . Disponível em: <<http://www.vsapis.ufam.edu.br/apres.htm>>. Acessado em: 4 abr. 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2010.shtm> Acesso em: 07 set. 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. In: QUINTAS, J.S (Org.). **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. 2. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

MORIN, Edgar. **Os Sete Sabores Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

OLIVERA, E. M. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. Brasília: Ibmama, 1995.

PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. Saneamento e saúde pública: integrando homem e meio ambiente. In: PHILIPPI JR, A. **Saneamento saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP. Manole, 2005.

PINA, S.A.M.G. Estratégias no Ensino do Projeto: a cidade enquanto projeto educativo de arquitetos. **I Mostra Nacional de Boas Práticas Pedagógicas**. Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA. Curitiba, Nov., 2007.

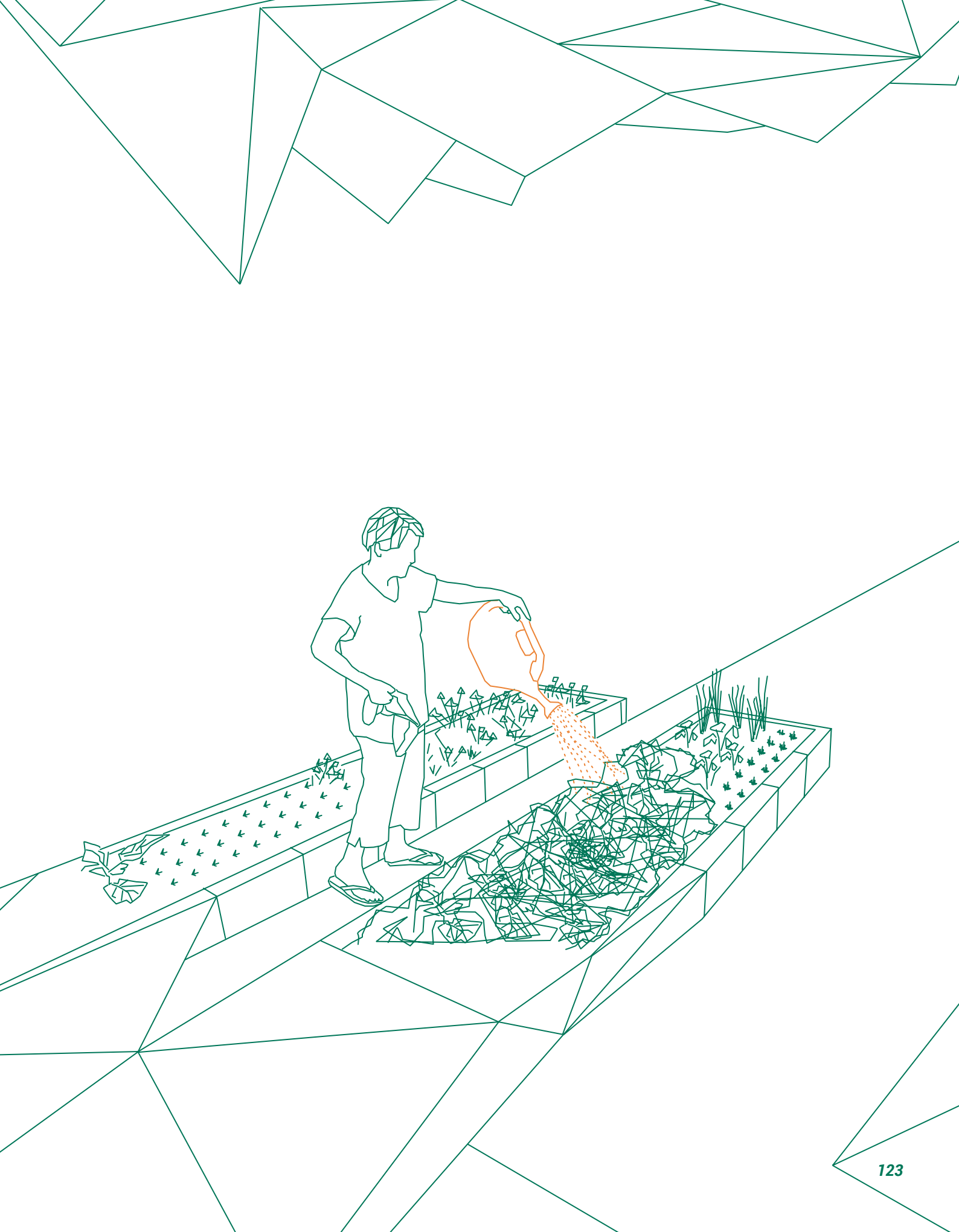
QUINTAS, J.S. e Gualda, M.J. **A Formação do Educador para Atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: Edições IBAMA, 1995 (Série Meio Ambiente em Debate 1).

QUINTAS, J.S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

TOURAINE, A. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION/UNICEF. **Primary health cares**: joint report. Geneva, 1978.



5

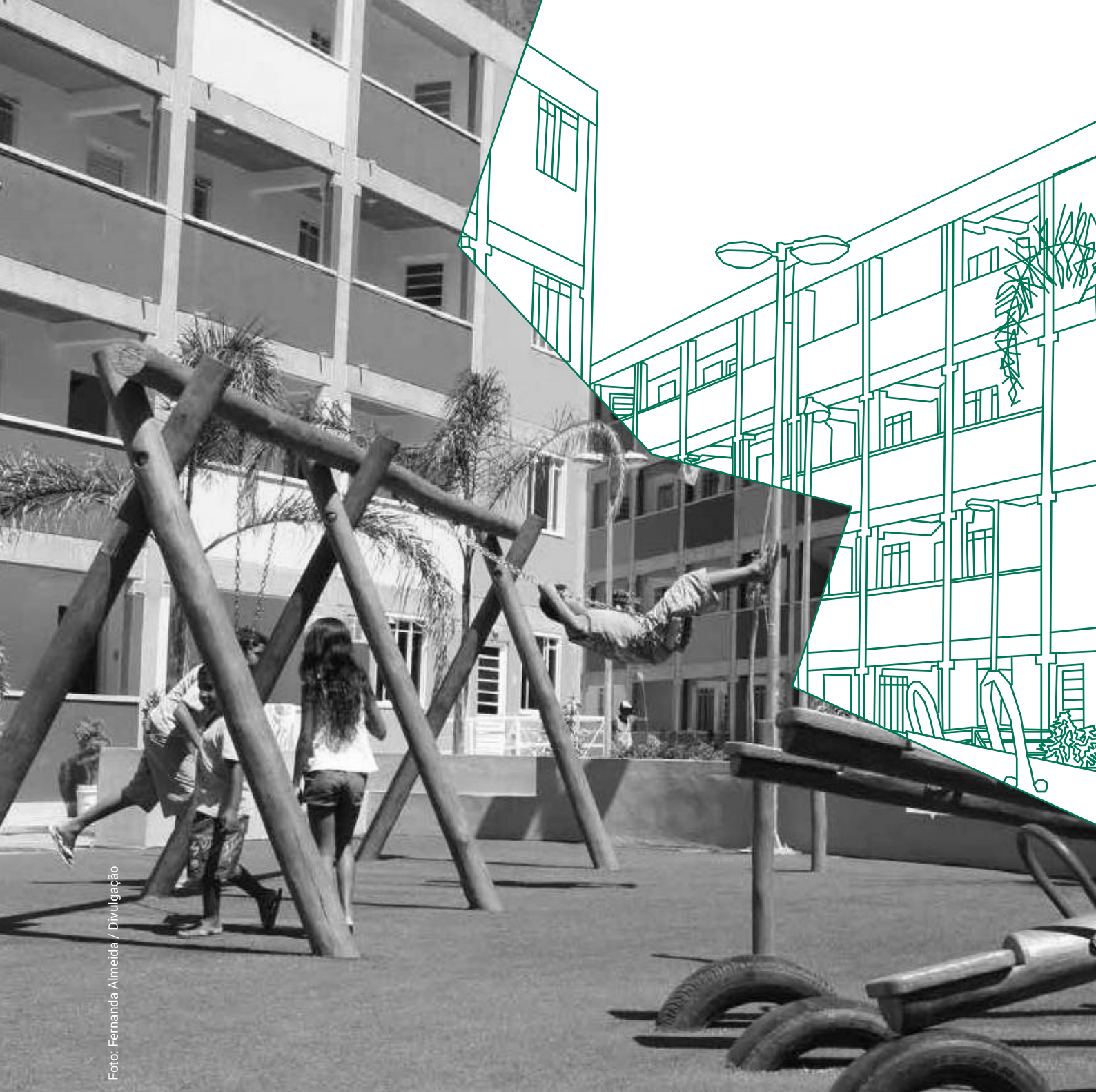
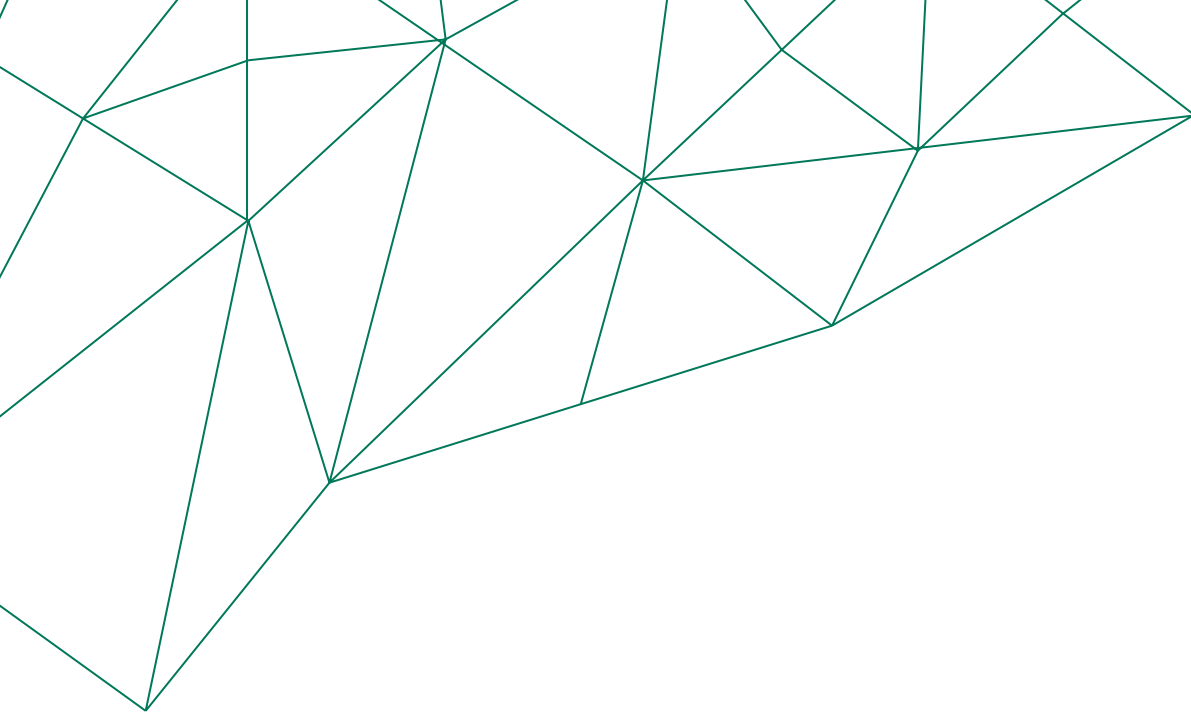


Foto: Fernanda Almeida / Divulgação

Planejamento e Orçamento Familiar





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, compreendemos como o trabalho social pode apoiar os beneficiários dos Programas Habitacionais na realização do planejamento e na gestão do orçamento familiar, a nova habitação e os possíveis custos envolvidos. Além disso, aprendemos as alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e as experiências de financiamento/poupança comunitária envolvendo bancos populares e microcrédito.

1. Introdução

O sonho de ser feliz, de ter um emprego, de gerenciar o orçamento familiar para adquirir a casa própria são elementos pertencentes às aspirações de muitas pessoas, independente do nível de renda. No entanto, entre o sonho e a realidade há desafios a serem superados e oportunidades que não devem ser desperdiçadas.

Para aproveitar as oportunidades e não tornar “o sonho em um pesadelo”, é preciso planejamento, e ter sempre em mente que planejar não é algo estático, que não pode ser mudado uma vez planejado. É importante estar ciente sobre a possibilidade de mudar os planos, caso seja necessário, o fundamental é que tudo esteja organizado.

Por isso, o objetivo deste capítulo é ajudar os participantes a compreenderem que uma das razões para que as famílias não honrem com o valor mensal da prestação está relacionado ao papel do agente de crédito ou técnico social no momento de seleção, cadastro, avaliação e acompanhamento (monitoramento) das famílias atendidas. Dessa forma, este material foi desenvolvido com o objetivo de auxiliá-lo nessa empreitada. Ao final deste capítulo, você compreenderá os fundamentos práticos do Planejamento do Orçamento Familiar e como esta ferramenta poderá ser útil no acompanhamento às famílias atendidas por programas de crédito habitacional.

Saiba mais



É muito provável que em sua experiência haja encontrado situações semelhantes ao caso que o convidamos a conhecer a seguir:

Eliseu é assistente social na ONG Educar para Construir (EDPC). A última família para a qual aprovou um crédito, com recursos do programa do Governo Federal **Minha Casa, Minha Vida**, para a construção de moradia foi à família Pacheco. Nos primeiros meses não houve problemas com o pagamento. Porém, há dois meses eles vêm atrasando esses pagamentos.

Foram realizadas visitas para conhecer o motivo do atraso e o que se descobriu com os depoimentos foi:

Hummm... agora que saímos, da comunidade Fogo Cruzado, encontramos o paraíso. O pessoal do Educar para Construir (EDPC), é gente boa. Eles nos dão casas e não nos pressionam com o pagamento. Além disso, acho que eles têm obrigação de

ajudar os mais pobres, afinal de contas, esse dinheiro vem do governo, e se é do governo, é de todos. Não vejo a hora de amanhã, segunda-feira, ir lá no banco pra vê esse negócio de cartão pra deixar a casa melhor.

Tchê!... se a casa já está construída pra que vamos nos preocupar? Tu não sabes que vamos passar o carnaval lá em Pernambuco? Precisamos juntar dinheiro, há outros gastos mais urgentes!!!!

A visita feita à família e as perguntas feitas aos vizinhos nos levam a supor que:

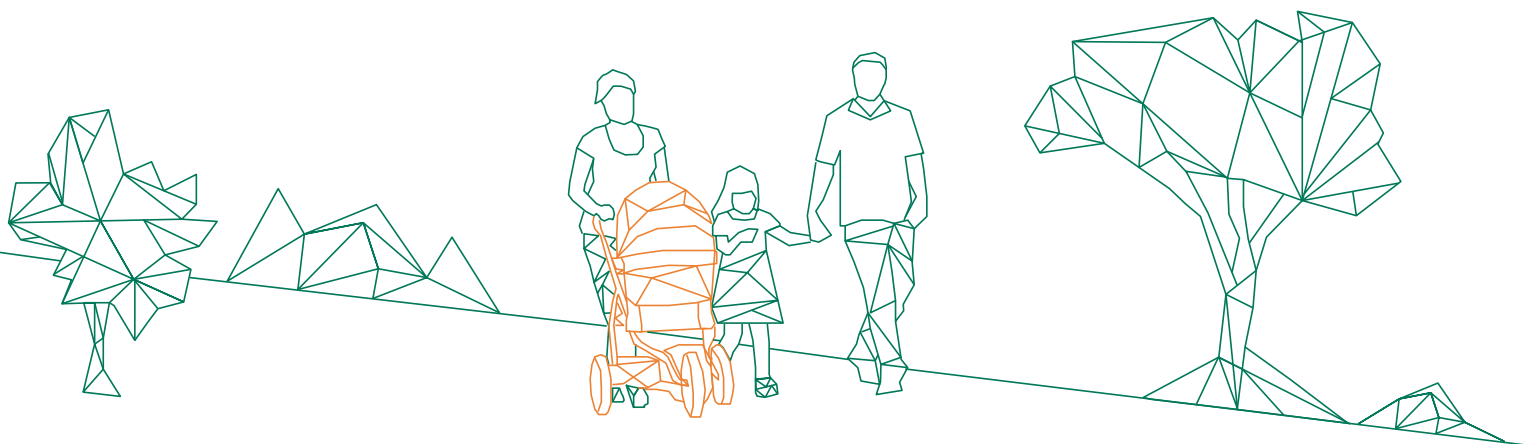
- a família Castro comemorou os cinco aninhos de sua filha e, há dois meses, financiaram um carro em prestações de 60 meses;
- outras dez famílias do condomínio também não estão pagando seu crédito com a EDPC e nada aconteceu por conta disso;
- nos últimos dois meses a família não havia sido visitada ou contatada por qualquer membro (funcionário ou voluntário) da EDPC.

Além disso,

- analisando os arquivos da ONG, Eliseu encontrou um documento de respaldo do crédito contraído pelo mutuário (contrato), mas o nome e o número de identificação do mutuário (CPF) não foram escritos corretamente.

Chat:

- Quais as causas de inadimplência da família Pacheco?
- Qual a relação entre a inadimplência e a ideia (compreensão) que uma família possui sobre o papel de um agente financeiro público ou da sociedade civil?



- Se você fosse o Eliseu, o que você faria para atender e corrigir essa situação?

2. O que é crédito?

Nesta seção, você conhecerá o que é o crédito e seus fundamentos iniciais. Perceberá também a importância do planejamento do orçamento familiar para a manutenção dos compromissos financeiros.

Ao falar em crédito, é comum associar, de imediato, ao dinheiro que se obtém por meio de um empréstimo: taxas de juros, dívidas, bancos, entre outros.

A palavra crédito vem do latim “*credere*”, que significa: **ter fé, confiar**. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o **crédito** é: **previsão de dinheiro ou mercadorias, disponível em tempo relativamente curto em um banco ou outro estabelecimento do gênero e que se tem de reembolsar dentro do prazo combinado**.

A base do crédito, como seu nome já diz, é a confiança. Sem esta, não existe crédito. Por isso é importante a forma que cada um administra seu crédito, ou seja, a responsabilidade do devedor em assumir sua obrigação de pagar.

Ao iniciar o processo do crédito, é importante que se tenha claro as características desse crédito, o que significa e, sobretudo, o compromisso que a família está assumindo.

Recomenda-se que o agente de crédito ou técnico social conheça plenamente as fases do ciclo creditício e os direitos e deveres do programa financeiro para que possa explicar de forma nítida, criando uma relação de confiança mútua entre a organização concedente e a família atendida.

Toda documentação do “cliente” (RG, CPF, comprovante de renda e residência, entre outros) deve estar atualizada, preferencialmente, autenticada em cartório e, anexada à ficha cadastral, na qual estão os dados pessoais e algumas informações socioeconômicas da família. Na ficha cadastral deve constar assinatura dos responsáveis legais da família.

Realizar oficinas de capacitação às famílias antes e durante a concessão do crédito, envolvendo temáticas como: crédito, confiança, administração de condomínio, finanças familiares etc., constitui uma das estratégias recomendadas para uma boa saúde nas operações de crédito.

No próximo tópico, serão apresentados alguns conceitos que ajudarão o técnico do trabalho social no momento de elaborar o seu planejamento com as famílias beneficiárias.

2.1. O Crédito: investimento ou gasto?

¹ Exemplos: o crédito com a CAIXA e a Educar para Construir (EDPC) são investimentos que farão parte do patrimônio familiar – uma casa digna, segura e econômica.

Quando bem administrado, *o crédito para habitação*¹ converte-se em um ativo fixo onde a família investirá progressivamente, ao longo do tempo, proporcionando:

- elevação no valor agregado do terreno, uma vez que este se valoriza com o suceder dos anos;
- qualidade de vida por meio de uma moradia digna, segura e econômica;
- melhores relações com as operações coletivas de financiamento;
- o crédito habitacional requer investimentos em infraestrutura, saneamento, equipamentos sociais comunitários, agregando valor, também, à moradia.

2.2. Quando é necessário fazer uso do crédito?

O uso do crédito é necessário quando ele contribui para melhorar a qualidade de vida do **mutuário** ao ser destinado à satisfação de uma necessidade essencial básica ou para empreender ou fortalecer uma atividade produtiva geradora de rendas.

A seguir, você encontrará a sugestão de uma dinâmica a ser realizada com as famílias atendidas, com o objetivo de inserir a temática do crédito nas reuniões de capacitação.

2.2.1. Dinâmica A: discutir o conceito de “crédito” e identificar por que as pessoas fazem empréstimos (10 minutos).

Explique para os participantes o seguinte:

- Vamos fazer um exercício de associação de palavras.

Inicie utilizando uma palavra familiar como exemplo. Selecione três pessoas e peça que elas digam o que lhes vêm a mente quando dizem a palavra

Mutuário

Aquele que recebe qualquer coisa por empréstimo. Fonte: <<http://www.dicio.com.br/mutuário/>>.

escolhida (“praia”, “novela”, “carnaval”, “Domingo” etc). Quando todos entenderem o exercício, diga:

- Agora vamos tentar a mesma coisa de novo. Digam-me o que vocês pensam quando falo a palavra **crédito**. Vou escrever o que vocês dizem no *flip chart*.

Assim que você preencher todo o *flip chart* com as associações feitas pelos participantes, revise as contribuições. Peça a eles que o ajudem a agrupar as palavras conforme o que as respostas têm em comum. Por exemplo, algumas respostas podem estar relacionadas aos custos, algumas ao dinheiro etc. Use canetas coloridas diferentes ou símbolos para identificar cada item com uma categoria. Diga:

- Baseados no que vemos aqui, qual é a definição de “crédito”? Alguém pode me ajudar a completar essa frase: “Um crédito é _____”.

Pergunte:

- Alguém já teve uma experiência positiva ou conhece alguém que teve uma negativa ao adquirir crédito anteriormente?

Escreva as respostas em algum espaço visível. Procure nas respostas três situações positivas e outras três negativas pelas quais as pessoas passam ao realizar uma operação de crédito e discuta com os participantes.

- Como vocês se sentem ao emprestar algo – qualquer coisa – para alguém e a pessoa não a devolve conforme o prometido? O que você faz ou fez quando isso aconteceu?
- Peça a dois participantes diferentes para descrever como se sentiram quando emprestaram algo que acabou não sendo devolvido.
- Convide dois participantes a falar sobre o sentimento de não conseguir devolver algo que haviam tomado emprestado.

Resuma as ideias deles. Pergunte ao grande grupo o seguinte:

- Quando alguém toma algo emprestado, quais são as suas responsabilidades?
- O que poderá acontecer se a pessoa que obteve o crédito não cumprir com a sua responsabilidade?

3. Microfinanças para habitação: uma oportunidade que merece o nosso crédito

A primeira experiência moderna de microcrédito no Brasil ocorreu em 1973, nas cidades de Recife e Salvador através do programa **União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)**.

A UNO tinha como público-alvo o setor informal urbano da economia, atuando com crédito e capacitação de pequenos empreendedores. Um dos desafios da UNO era provar a viabilidade de conceder empréstimos (microcrédito) para as pessoas que desenvolvessem alguma atividade por conta própria. Seria concedido ao trabalhador autônomo um tipo de crédito diferenciado das linhas formais existentes.

As exigências e as burocracias do programa UNO eram formuladas de acordo com o perfil e características dos pequenos empreendimentos, majoritariamente informais.

Com a liberação dos pequenos empréstimos nas unidades produtivas, ou seja, nos pequenos negócios, uma equipe de técnicos e consultores, do programa UNO, acompanhava o processo de utilização dos recursos financeiros. Orientando o pequeno empreendedor na melhor forma de aplicação do crédito.

Os técnicos da UNO, em seus acompanhamentos, não adotavam a postura de fiscalização. Ao contrário, eram facilitadores do conhecimento de gestão empresarial, que proporcionava um impacto positivo nas atividades empreendedoras, o que possibilitava ao trabalhador, por conta própria, demandante dos recursos, honrar com os seus compromissos financeiros e desenvolver a sua atividade produtiva. Tal ação resultava, também, na promoção e melhoraria da qualidade de vida, dos *trabalhadores autônomos*².

Em 1976 surge o **Grameen Bank**, o maior banco do mundo especializado em microcrédito e foi concebido pelo professor bengalês *Muhammad Yunus*³, visando a erradicar a pobreza no mundo.

A partir de então, as modalidades de crédito e serviços financeiros e não financeiros (orientação, consultoria, capacitação e assistência técnica) foram sendo ampliados formando uma área conhecida por Microfinanças.

² Informações encontradas em: DANTAS, Valdi. Tecnologia do Microcrédito. Brasília, DF: FENAP, 1999. Disponível em: <<http://migre.me/gSDAt>>.

³ Texto baseado no livro: YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Ática, 2000.

- Informações sobre Microfinanças, acesse: <<http://migre.me/gsYN7>> e <<http://migre.me/gsYPY>>.
- Com relação ao perfil das Instituições de Microfinanças (OSCIP) no Brasil, confira: <<http://migre.me/gsYTS>>.
- Sobre Microfinanças para Habitação, visite: <<http://migre.me/gsYXk>>.

As microfinanças correspondem a uma metodologia que envolve subsídio, serviços financeiros e não financeiros aos mais pobres, visando à promoção do desenvolvimento comunitário local, por meio do apoio e da criação de pequenos empreendimentos produtivos assim como a viabilidade de construção e reformas de moradia simples, digna e de baixo custo.

Para obter mais informações sobre Microfinanças, acesse os seguintes *sites*:

- **Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES):** <<http://migre.me/gDb8S>>
- **Banco Central do Brasil:** <<http://migre.me/gDbat>>
- **Perfil das Instituições de Microfinanças (OSCIP) no Brasil:** <<http://migre.me/gDbc4>>
- **Microfinanças para Habitação:** <<http://migre.me/gDbfx>>

Dessa forma, tão importante quanto o crédito concedido é a organização do orçamento familiar para conseguir pagar as prestações de forma pontual. Adiante, perceberemos o planejamento do orçamento familiar como uma ferramenta poderosa para controle financeiro.

Lembre-se !

O conceito de crédito vai além do dinheiro em espécie, por exemplo: uma compra a prazo em uma loja é também um crédito, as contas dos serviços públicos, aluguel de uma casa, pedir fiado em um bar ou mercearia etc. Um dos riscos ao assumir um crédito é o de acumular muitas dívidas sem poder saudá-las mais tarde. Corremos esse risco especialmente quando as dívidas decorrentes da aquisição dos bens desejados dificultam o pagamento dos gastos necessários. Isso gera problemas financeiros para a família, instabilidade e a perda da credibilidade. Ao assumir um crédito, nos tornamos responsáveis por fazer bom uso do mesmo para que este seja uma ajuda e não um problema.

Custo: o crédito não é gratuito. Tem um custo e com alguns créditos, estes custos podem aumentar significativamente ao longo do tempo, muito acima, do valor inicial. Antes de contratar um empréstimo ou crédito é necessário verificar a **capacidade de pagamento**: Você pode realmente pagar esta dívida sem prejudicar outras responsabilidades? Por melhor que seja a oportunidade de adquirir um bem, se você não tem condições de pagar a dívida, é melhor deixar passar a oportunidade. **Por isso, não se esqueça de levar em consideração que antes de conceder ou elaborar uma linha de crédito é necessário definir e identificar o público-alvo.**

4. Orçamento familiar

Na Introdução, observamos que a família Pacheco, após ter recebido as chaves da sua residência, estava priorizando outros gastos como: viagem, veículos, entre outros. No entanto, para que esta família possa tomar a decisão de lazer ou investimento, faz-se necessário o uso do Planejamento Financeiro.

Com o Planejamento Financeiro é possível:

- decidir quais são as prioridades de gastos para o futuro;
- disciplinar os gastos e a poupança;
- controlar o impulso para consumo;
- ajudar as famílias a terem mais confiança quanto as suas finanças.

As palavras-chave no Planejamento Financeiro são: **renda** e **despesas**. A renda corresponde a todo o dinheiro que uma determinada pessoa ou família obtém por meio do seu trabalho, ajuda de parentes ou governo (a exemplo, Bolsa Família).

Ao realizar o Planejamento Financeiro, é recomendável observar se a renda mensal é fixa ou esporádica. O ideal é ser conservador, ou seja, contabilizar os valores recorrentes, e não os eventuais.

Por outro lado, as despesas são os gastos. Isso significa dizer que a prestação da casa, a taxa do condomínio, a energia elétrica, a água, o IPTU, a taxa de Bombeiro, a alimentação, o plano de saúde, a escola, entre outros.

No caso das despesas, devemos registrar todas as fixas e as variáveis ou eventuais.

4.1. Dinâmica B: identificar as despesas e agrupá-las em categorias (35 minutos)



Esta é a família Diniz. Eles estão realizando o Planejamento Financeiro Familiar.

- Sobre quais despesas a família Diniz está pensando?

Por favor, deem suas ideias e eu irei mostrar uma figura dessa despesa – cada uma em um cartão diferente. Se uma ideia já tiver sido mencionada, por favor, sugiram uma ideia diferente.

À medida que os participantes forem contribuindo com ideias, afixe o cartão com a palavra ou imagem apropriada relativa à despesa comum em torno da figura da família Diniz.

Classifique as despesas em grupo. Sugestão:

Despesas necessárias	Eventos esperados	Pagamento de dívidas
Alimentação	Gastos com material escolar	Empréstimos
Aluguel	Aniversário	Financiamento do carro

Diga:

Deem uma olhada novamente nessas despesas.

- Que sugestões vocês têm para compor a tabela de despesas mensal da família Diniz?

Resuma as ideias deles e diga:

Para uma boa administração do dinheiro, é importante se preparar para despesas que não ocorrem normalmente. Vocês já mencionaram muitas maneiras para fazer isto, incluindo economizar e adiar compras até que o dinheiro esteja disponível.

4.2. Dinâmica C: identificar exemplos de fontes de renda (10 minutos)

Diga:

Já falamos sobre como a família Diniz gasta seu dinheiro. Agora, vamos falar de onde vem o dinheiro.

- De onde vem o dinheiro da família Diniz?

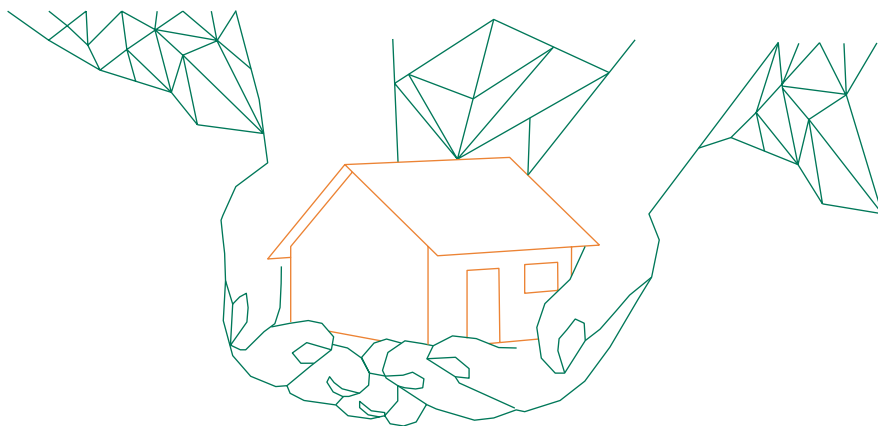
Rapidamente, escreva cada ideia ou faça um desenho em um cartão, afixando ao lado da figura da família Diniz na parede. Eis alguns exemplos ilustrativos. Na prática, as famílias participantes provavelmente irão sugerir outras fontes de renda.



Peça que os participantes organizem as fontes em grupos similares de renda e reflita sobre a importância de todos os familiares contribuírem com a renda mensal.

4.3. A importância de ter um orçamento

Para manter o **orçamento doméstico** mensal sob controle, as famílias necessitam conhecer bem as suas despesas e as suas receitas, de modo que consigam equilibrar estes dois pratos da balança.



Para refletir



ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Já discutimos sobre despesa e renda. As despesas e a renda são dois componentes fundamentais de um orçamento. Mas, o que é um orçamento? Podemos defini-lo como um resumo da renda estimada e de como ela será gasta ao longo de um determinado período.

⁴ Obtenha com mais detalhes as dicas de orçamento doméstico em: <<http://migre.me/gtJvD>>

⁵ Você encontrará outro exemplo de Planilha para controle do orçamento familiar neste link: <<http://migre.me/gtKbM>>.

Algumas recomendações são importantes: aluguel e condomínio. Nunca comprometa mais de 1/3 de seu orçamento com esses gastos, e inclua o IPTU nessa conta. Procure sempre pagar em dia para evitar juros e multas. **Vestuário:** não compre por impulso. Geralmente muitas compras são feitas sem necessidade.

Após identificar as principais fontes de *despesas*⁴ e receitas da família, é recomendável registrá-las em uma *planilha*⁵. Por exemplo:

4.3.1. Orçamento familiar mensal

Orçamento para o mês de:

Renda da família:

Gastos Essenciais	1)Montante orçado	2)Montante gasto	3)Poupança/ Déficit
Moradia			
Educação			
Alimentação			
Luz			
Água			
Telefone			
Transporte			
Higiene pessoal			
Saúde			
Roupas e calçados			
Outros Gastos			
Entretenimento			
Refeições fora de casa			

Gastos Essenciais	1)Montante orçado	2)Montante gasto	3)Poupança/ Déficit
Corte de cabelo			
Internet			
TV a Cabo			
Total			

Planilha 1 – Gastos Essenciais e Outros Gastos

Após o registro de todas as despesas na planilha, deve-se proceder com o registro das rendas.

4.3.2. Quadro de receitas da família

Semana nº1

Membros da família	Montante
TOTAL	

Semana nº2

Membros da família	Montante
TOTAL	

Semana nº3

Membros da família	Montante
TOTAL	

Semana nº4

Membros da família	Montante
TOTAL	

4.4. Dinâmica D: fazer uma lista de maneiras para cortar gastos (15 minutos)

Diga às famílias participantes o seguinte:

Pensem em todas as coisas em que vocês gastam dinheiro durante um dia, semana ou ano. Lembrem-se tanto das coisas pequenas quanto das grandes. Trabalhem sozinhos para responder a seguinte pergunta.

- Quais são as três maneiras de reduzir gastos?

Dê aos participantes 3 ou 4 minutos para essa atividade. Então peça que voluntários compartilhem as listas deles. Peça que cada novo voluntário dê uma nova ideia. Certifique-se que as seguintes ideias sejam mencionadas:

Maneiras de cortar gastos:

- consumir menor quantidade de itens não essenciais (bebidas, salgadinhos, extras);
- gastar menos com festas e *shows*;
- reduzir despesas com casamentos, batizados, dentre outros;
- economizar o suficiente para comprar itens necessários em quantidades maiores a preços mais baixos;
- comprar menos no crediário;
- carregar menos dinheiro ou economizar dinheiro em um lugar seguro; a tentação de gastá-lo irá desaparecer;
- não andar, na carteira ou na bolsa, com o cartão de crédito.

Diga:

Dirijam-se ao colega ao seu lado e comentem o seguinte.

- Mencione algo que você tenha aprendido hoje sobre como cumprir o orçamento e que você poderá aplicar em casa.

Após alguns minutos, peça que alguns voluntários compartilhem as ideias deles. Então, agradeça aos participantes pelo seu bom trabalho de hoje.

Existem muitas formas de fazer um **orçamento**. Aqui estão alguns pontos:

- quanto mais souber o que as famílias estão ganhando e gastando por um certo tempo, melhor conseguirão fazer um orçamento;
- é preciso definir os objetivos financeiros para orientar as decisões de gastos, poupança e investimento;
- as famílias devem planejar os gastos para atingirem seus objetivos sem ultrapassar suas capacidades de pagamento;
- deixar de fazer pagamentos pode levar à perda de acesso futuro ao crédito;
- as multas e os juros sobre pagamentos atrasados aumentam o risco de desequilibrar o orçamento familiar;
- as despesas básicas devem ser atendidas para o bem-estar da família;
- lembrem com frequência o quanto planejou gastar;
- se a família gastar mais em um item, terá que gastar menos com outro;
- ao investir dinheiro nos negócios, considere o que fazer se o investimento não der certo.

Para refletir



ORÇAMENTO

O orçamento familiar é o planejamento das nossas rendas e dos gastos. O orçamento nos ajuda a entender quanto dinheiro estamos ganhando, para onde ele está indo e como equilibrar nossas rendas e nossos gastos. É uma ferramenta importante que nos disciplina e permite avaliar se temos capacidade de pagamento e de economizar para poder investir em metas de longo prazo como, por exemplo, adquirir a tão sonhada casa!

5. Poupança

No item anterior, elaboramos um Orçamento Familiar e agora, após conhecer como controlar renda e despesa, é possível conseguir juntar uma pequena poupança, basta conseguir administrar os gastos familiares.

5.1. Afinal de contas, o que é poupança?

Poupança é:

- dinheiro que você separa no presente para ser utilizado no futuro;
- uma maneira de construir um patrimônio;
- a parte da renda que não é consumida;
- o ato de não gastar;
- a reserva financeira para imprevistos.

5.2. Dinâmica e: poupança – o que é e por que poupar?(5 minutos)

Distribua quatro cartões para cada participante e um pincel atômico. Faça a seguinte pergunta:

- O que é poupança?
- Quais são três motivos possíveis para as pessoas pouparem?

Escrevam a definição e um motivo em cada cartão em letras grandes.

Quando os participantes tiverem concluído, peça a eles para afixarem os seus “cartões de razões” sobre a parede.

Se os participantes não souberem ler ou escrever, encoraje-os a expressarem suas ideias através de desenhos simples ou permita que eles digam as razões e escreva cada uma em um cartão.

5.3. Estabeleça metas à poupança!

O ato de não consumir, ou seja, poupar, está relacionado à disciplina de cada família. Isso significa dizer que será necessário abdicar de algo não essencial no presente, para obter um ganho no futuro.

Para se ter meta, é necessário definir objetivos. Os objetivos podem ser de curto ou de longo prazo. Os de curto prazo são aqueles que serão alcançados em menos de um ano. Os de longo prazo são os que demandarão mais de um ano para serem alcançados.

Para refletir



POUPAR

A poupança pode ser utilizada como um indicador prévio da capacidade de pagamento das famílias.

6. Bancos comunitários

Os Bancos Comunitários são serviços financeiros realizados um grupo de pessoas, de uma determinada localidade que se reúne para, juntas, administrar um crédito. Inicialmente as famílias são apoiadas por alguma organização que desenvolve atividades relacionadas ao microcrédito e/ou economia solidária.

Nesta modalidade de crédito, as pessoas com afinidades comuns se formam em grupos, na perspectiva de desenvolverem um aval solidário. No entanto, além da responsabilidade conjunta, essas famílias constituem a poupança, antes da aprovação do crédito.

A poupança, em um Banco Comunitário, possui múltiplas finalidades. Uma delas é a de servir como fundo de reserva, para situações onde alguém do grupo tenha dificuldade de honrar as suas prestações. Outra está em “experimentar” se o valor proposto para poupar é compatível com a capacidade de pagamento das famílias. Isso significa dizer que famílias que apresentarem dificuldade em **poupar** tendem a ter maior probabilidade de inadimplência.

7. Atividade

O orçamento familiar consiste em uma importante ferramenta no planejamento das rendas e gastos. Com base no que foi apresentado, um Planejamento Financeiro adequado torna possível às famílias atendidas pelo projeto de habitação de interesse social:

- a. reorganizar as rendas e despesas e não depende da execução do controle dos custos que serão integrados à realidade da família e à realização dos orçamentos mensais de renda.
- b. decidir quais são as prioridades de gastos para o futuro, disciplinar os gastos e a poupança, controlar o impulso para consumo e ajudar as famílias a terem mais confiança quanto às suas finanças.
- c. realizar o orçamento familiar, observando somente se a renda mensal é fixa ou esporádica e contabilizar todos os valores eventuais, mas nenhum recorrente.
- d. identificar os orçamentos de custos e renda de curto e médio prazo, pois o Planejamento Financeiro não possibilita qualquer tipo de controle e estimativa de um orçamento em longo prazo.
- e. visualizar a realidade financeira por um instrumento estático, que não pode ser adaptado às diferentes demandas e configurações orçamentárias de cada família.

8. Referências

ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços). **Manual do portador de cartão**. Disponível em: <www.abecs.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2013.

ACCIÓN. Disponível em: <www.accion.org.br>. Acesso em: 03 set. 2013.

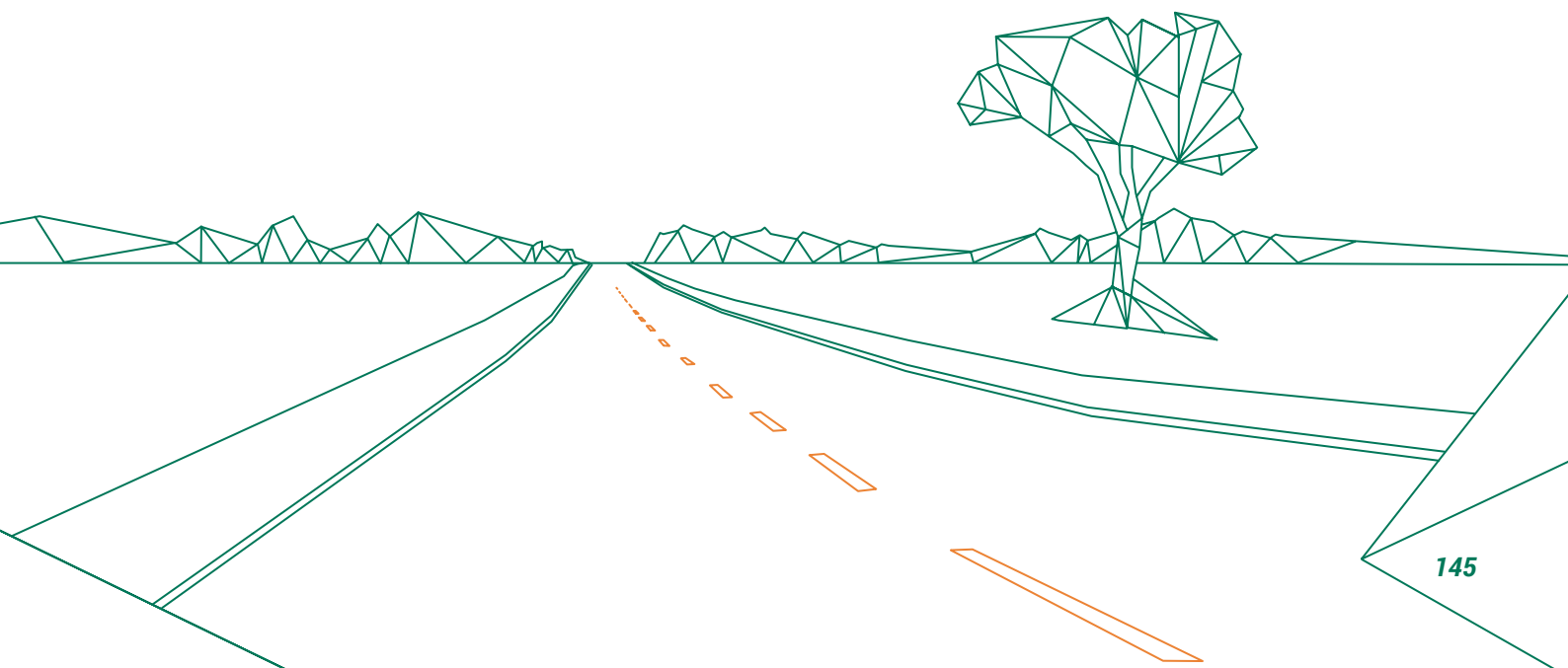
BACEN (Banco Central do Brasil). **Programa de Educação Financeira**. Disponível em: <www.bacen.gov.br/?PEF-BC>. Acesso em: 05 set. 2013.

DANTAS, Valdi. **Tecnologia do microcrédito**. Brasília: Fenape, 1999.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira**: 20 dicas para ajudar você e seu filho. 4. ed. São Paulo: Me Poupe, 2007.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. In: **VI Conferência Regional de ISTR para América Latina y el Caribe**. 8 al 11 noviembre de 2007, Salvador, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.



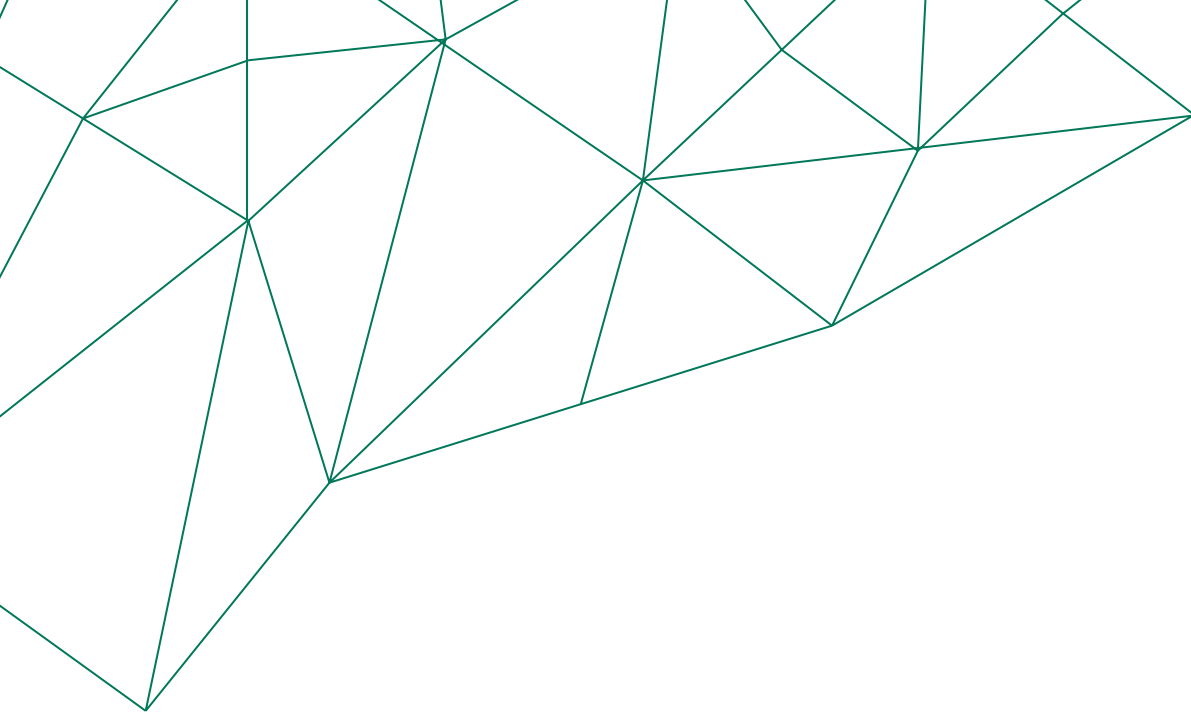
6



Foto: Acervo Caixa Econômica Federal / Divulgação

Gestão condominial e educação patrimonial





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, compreendemos os princípios e conceitos relacionados à gestão condominial, à educação patrimonial e os objetivos do Trabalho Social. Também abordamos os processos de implantação da gestão condominial, as fases de implantação e principais atividades: planejamento, pré-ocupação, pós-ocupação.

Conhecemos algumas questões fundamentais relacionadas às regras de convivência interna (solução de conflitos, convivência com o entorno, integração com a comunidade, etc.), à elaboração e ao registro de Regimento Interno, ao processo de eleições como do síndico e conselho fiscal de forma democrática e participativa, ao registro das atas de reunião. Repassamos informações básicas sobre manutenção da moradia e dos equipamentos coletivos, e sobre o uso adequado dos sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e de aquecimento solar, quando for o caso.

1. Introdução

Neste capítulo apresentamos os principais conceitos e conteúdos e as estratégias a serem utilizadas no Trabalho Social de acompanhamento e implementação da gestão condominial e patrimonial em conjuntos habitacionais de interesse social.

Estruturamos em três capítulos. Primeiramente apresentamos os principais conceitos envolvidos na gestão condominial, relacionando-os com os objetivos do Trabalho Social. Na sequência, descrevemos as etapas e atividades necessárias para a implementação dos trabalhos e, finalizando, apresentamos as diretrizes do Ministério das Cidades para o Trabalho Social na gestão condominial.

2. Princípios e conceitos fundamentais relacionados à gestão condominial

Antecedem a atuação técnica em projetos de intervenção de qualquer natureza a concepção de diretrizes e princípios e a clareza de conceitos. Estes devem ser pactuados no início da intervenção junto aos gestores e entre os profissionais que compõem a equipe de trabalho. Os conceitos devem ser explicitados e unificados, de forma a integrar as diversas áreas de atuação.

Neste capítulo, tratamos dos principais elementos e conceitos referentes à gestão condominial, relacionando-os aos objetivos e processos que integram o Plano de Trabalho Social.

2.1. O Condomínio e sua instituição

Os condomínios edilícios são constituídos por apartamentos ou casas e áreas comuns de uso coletivo de todos os seus moradores. O morador de um condomínio é denominado **condômino** e deve estar submetido a regras de convivência e de utilização tanto de seu espaço privativo, quanto do espaço que

pertence a todos os moradores, tais como as áreas de lazer, escadas, áreas de passagem, jardins, lixeiras, telhados e portaria.

A legislação estabelece que quando houver em uma edificação partes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum de diversas pessoas, devem ser convencionadas regras para uso, usufruto e disposição de cada espaço habitado. Para tal, são elaborados a Convenção Condominial e o Regulamento Interno.

- A **Convenção Condominial** descreve a estrutura física do condomínio e estabelece as normas de utilização das áreas privativas e das áreas de uso comum, bem como os direitos e deveres dos moradores.
- O **Regulamento Interno** é uma das partes da Convenção Condominial, constituindo-se como um conjunto de regras que visa a facilitar a boa convivência entre os moradores, e deve ser obedecido por todos. Poderão ser acrescentadas novas regras e/ou modificadas as existentes sempre quando houver discussão e aprovação dos moradores em assembleia.

A Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 institui o Código Civil sobre os condôminos:

Art. 1.314: cada condômino pode usar da coisa conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse e alhear a respectiva parte ideal, ou gravá-la.

Parágrafo único: nenhum dos condôminos pode alterar a destinação da coisa comum, nem dar posse, uso ou gozo dela a estranhos, sem o consenso dos outros.

Fonte: BRASIL. Lei 10.406 de 10.01.2002. Código Civil. Disponível em <<http://migre.me/gOqbf>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

2.2. Gestão e administração do condomínio

Para compreender como funciona um condomínio é necessário conhecer os elementos envolvidos na sua gestão e administração.

2.2.1. Assembleias gerais

Para a gestão do condomínio, ou seja, a deliberação sobre o custo e a forma como os condôminos administrarão o condomínio, como farão a manutenção de seus equipamentos e estruturas e sobre como solucionarão os problemas que surgirem no dia a dia, a lei exige a realização de assembleias anuais.

Essas assembleias são soberanas, quer dizer, são **órgãos deliberativos** na administração de um condomínio e suas decisões devem ser cumpridas por todos os moradores, mesmo pelos que não estiverem presentes. Existem dois tipos de Assembleia Geral previstos na legislação:

- **Assembleia Geral Ordinária (AGO)**, realizada uma vez por ano, cuja suas principais funções são analisar a administração e as contas do ano anterior e aprovar o orçamento;
- **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, realizada sempre que houver algum assunto importante que precise ser discutido com todos os moradores, principalmente o rateio de despesas emergenciais.

A assembleia será realizada com os condôminos presentes, qualquer que seja o **quórum**. Ao seu final, será elaborada uma **ata** que passará a valer como documento oficial, necessária para legitimar todas as ações que serão realizadas no condomínio. Todas as atas devem ser registradas em cartório.

2.2.2. Corpo diretivo

Para administrar o condomínio, efetivando o que foi deliberado em assembleia, deverá ser eleito um **corpo diretivo**, composto por um síndico, um ou mais subsíndicos e pelo conselho fiscal ou consultivo. O corpo diretivo é eleito em Assembleia Geral por todos os moradores e tem um mandato de até 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato.

- O **síndico** é o representante legal do condomínio, ou seja, ele assina e responde por tudo que é necessário para a administração dos interesses e dos negócios do condomínio. Ele zela pela segurança e pela saúde econômica, social e física do empreendimento e junto com o subsíndico, constituem o **órgão executor** na administração de um condomínio.
- O **subsíndico** é quem substitui o síndico temporariamente quando este não puder exercer suas funções, até o seu retorno. Na impossibilidade de o síndico retornar, uma nova eleição deverá ser convocada. Os mo-

Quórum

Número mínimo de pessoas necessário para que se faça uma votação, uma assembleia etc.

Fonte: <<http://migre.me/gAfZA>>.

radores podem eleger mais de um subsíndico, conforme a configuração física do condomínio (mais de um bloco de apartamentos, por exemplo) e a conveniência, na tentativa de facilitar a administração e aproximar o corpo diretivo de todos os moradores.

- O **conselho fiscal ou consultivo** é composto por 3 (três) membros e exerce a função de consultoria e fiscalização das contas do condomínio como colaborador do síndico e do subsíndico na administração. O conselho é considerado o **órgão consultivo** na administração de um condomínio. O mandato dos conselheiros não é irrevogável e pode ser destituídos a qualquer momento pela Assembleia Geral.

2.2.3 Despesas condominiais

Para todo condomínio deve ser realizada a previsão orçamentária, que é o cálculo do valor total das despesas mensais decorrentes de sua manutenção e administração. Com base nesta previsão orçamentária é que é feito o rateio das cotas condominiais e são emitidos mensalmente os boletos da contribuição de cada unidade.

As despesas de manutenção e administração de um condomínio podem ser ordinárias ou extraordinárias.

Também pode ser prevista a constituição de um fundo de reserva, cuja função é garantir a segurança financeira do condomínio em situações emergenciais.

- As **despesas ordinárias** são as despesas que ocorrem no dia a dia e que permitem o funcionamento normal e a manutenção do condomínio.
- As **despesas extraordinárias** são as imprevistas, emergenciais ou aquelas realizadas em benfeitorias nas áreas comuns do condomínio, como pintura e reformas.
- O fundo de reserva é destinado a despesas extraordinárias, podendo também ser usado para despesas ordinárias, se necessário. A Convenção Condominial deve determinar uma porcentagem da taxa condominial a ser reservada para esse fundo. A utilização do valor acumulado no fundo de reserva precisa passar pela aprovação em assembleia.

2.2.4. Formas de administração

Administrar um condomínio significa zelar pelo bem-estar dos condôminos. Isso inclui providenciar a execução de tarefas como contratação de funcionários, cobrança de taxas condominiais, convocação de assembleias e contratação de serviços, quando necessário.

A administração do condomínio pode ser feita de três formas:

- **autogestão:** quando os próprios condôminos são os responsáveis pela administração de seu condomínio;
- **autogestão com assessoria (cogestão):** quando os próprios condôminos são os responsáveis pela administração de seu condomínio, mas contratam profissionais ou empresas para realizar algumas atividades específicas;
- **contratação de uma empresa administradora:** quando todas as atividades administrativas são repassadas para uma administradora.

A contratação de uma empresa para administrar o condomínio não altera as funções do síndico, que continua sendo seu representante legal e deve fiscalizar a atuação da administradora.

3. Objetivos do trabalho social a partir dos conceitos relacionados à gestão condominial

A definição de gestão sempre esteve vinculada à definição de administração, como poderemos encontrar em boa parte dos dicionários de língua portuguesa. Porém, diversos artigos da área de gerenciamento traçam diferenciações bastante sutis entre ambos, atribuindo à gestão as funções mais relacionadas à tomada de decisões e aos métodos utilizados para tal, e à administração os aspectos mais direcionados à burocracia e ao desempenho das atividades de organização e planejamento de ações.

Em um condomínio também podemos aplicar essa diferenciação, considerando que a tomada de decisões, ou seja, a **gestão** de como devem ser as regras e as formas de se garantir a boa convivência cotidiana, a qualidade de vida e o acesso aos serviços, é sempre definida pela totalidade dos moradores através

das assembleias, e que os aspectos gerenciais e organizacionais voltados ao bom funcionamento e à manutenção dos elementos construtivos, ou seja, a **administração**, são delegados ao corpo diretivo, eleito por todos os moradores.

Na estruturação dos trabalhos deverão ser apresentadas, portanto, as estratégias e as atividades relacionadas à gestão do espaço de moradia, ou seja, o fortalecimento comunitário, o protagonismo social e a melhoria da qualidade de vida, e devem ser explicitadas também as formas de transmissão, ao corpo diretivo, dos conteúdos específicos referentes aos aspectos burocráticos e administrativos, com base em princípios de participação, menor custo, qualidade e transparência.

Em suma, a partir destes conceitos e perante a abrangência das ações, pode-se delinear como objetivos do Trabalho Social na implementação da gestão condominial:

- a sustentabilidade social e ambiental da intervenção, mediante o investimento na autonomia e na capacitação dos moradores na administração de seu condomínio;
- a qualidade de vida dos moradores, proporcionada pelo fortalecimento de vínculos comunitários e por um ambiente de inter-relações de confiança e solidariedade;
- o fortalecimento de vínculos com o espaço de moradia, o meio ambiente e a cidade.

4. Implantação da gestão condominial

Neste tópico, apresentamos as fases de implantação do trabalho, procurando demonstrar, de um modo geral, como estruturar o Plano de Trabalho Social a partir de um cronograma de intervenções.

4.1. Fases de implantação e principais atividades

Podemos distinguir três grandes etapas que constituem o Trabalho Social na implementação da gestão condominial:

- a etapa de planejamento e diagnóstico;
- a etapa que antecede a ocupação das unidades;
- a etapa posterior à entrega das unidades.

Em cada uma delas o trabalho apresenta especificidades no seu desenvolvimento, guardando interdependência entre si, através de um fluxo contínuo de atividades.

4.1.1. Planejamento

Considerada a mais importante, a **etapa de planejamento agrega todas as atividades que contribuem para a implementação dos trabalhos**. Nesta fase, é constituída a equipe de trabalho e é fortalecida a organização institucional que dará sustentação às ações. É escolhido o gestor do projeto de intervenção e são estabelecidos as interlocuções e os pactos necessários para a implantação do processo. É nesse contexto que nasce a necessidade de se estruturar o Plano de Trabalho Social a partir de um Diagnóstico da área de intervenção e dos seus beneficiários.

Elaboração do diagnóstico

Na construção de um plano de trabalho para a implantação da gestão condominial, será necessário caracterizar os moradores que constituirão o condomínio. Este diagnóstico – conforme será discutido nos capítulos 8, 9 e 10 – deverá se articular com os estudos físicos, urbanístico-ambientais e jurídicos existentes, e conter minimamente os seguintes elementos:

- perfil socioeconômico da população;
- caracterização do território (a área de intervenção, o seu entorno com o qual há interação imediata e os diferentes atores que nele atuam);
- nível sócio-organizacional da população (organização, participação, informação e demandas sociais).

Para sua elaboração, deverão ser utilizados os dados coletados no cadastramento das famílias que serão beneficiadas pela intervenção, além dos dados secundários preexistentes (pesquisa de entidades comunitárias, CadÚnico, cadastro dos agentes comunitários de saúde).

Podem ser propostas pesquisas específicas, utilizando métodos rápidos e participativos, além de mapeamentos *in loco* nos equipamentos sociais, nas entidades e nos setores econômicos e políticos dinâmicos e atuantes na região.

Na etapa de coleta de dados e conhecimento do território ocorre o primeiro contato com a população dos imóveis que circundam o empreendimento e com os diversos agentes que ali atuam. Trata-se de um momento essencial para o início da construção das parcerias e do planejamento das ações conjuntas que integrarão a intervenção.

Concluída esta etapa inicia-se a elaboração do Relatório de Diagnóstico Social, que pode ter um caráter descritivo de sistematização estatística dos dados coletados, e/ou analítico, prevendo cruzamento de dados, levantamento de hipóteses e propostas de intervenção para a superação das carências sociais detectadas.

Elaboração do plano de trabalho social

Com a apropriação das informações sistematizadas no Diagnóstico Social, inicia-se o processo de elaboração do Plano de Trabalho Social.

Um bom Plano de Trabalho deve esclarecer como as atividades serão estruturadas, de forma a garantir o pleno entendimento do processo de intervenção social. Deverá descrever os mecanismos, a metodologia, as técnicas e os instrumentos que serão utilizados, considerando o conteúdo a ser assimilado pelos moradores.

Deverão ser apresentados os conteúdos e as demandas que precisarão ser trabalhados na fase que antecede a ocupação das unidades, bem como o que será necessário reforçar e acompanhar na fase de pós-ocupação, sempre garantindo a continuidade dos trabalhos e a unicidade de diretrizes. As ações de natureza burocrática, administrativa e informativa deverão ser mescladas àquelas voltadas ao investimento na organização e autonomia dos moradores e à educação patrimonial.

Estabelecimento de articulações territoriais

Nesta fase de planejamento, também, devem ser concebidas atividades relacionadas ao aprimoramento do Plano de Trabalho Social, a partir dos pactos que deverão ser estabelecidos com os demais agentes públicos ou entidades que atuam na região na qual se localiza o condomínio.

Uma vez garantida a caracterização do território, é interessante já investir na integração de interesses e objetivos comuns a todos os envolvidos. Tal medida visa a atenuar futuros conflitos e auxiliar na racionalização de esforços já na fase de pré-intervenção.

A preexistência de redes sociais organizadas no território de intervenção é potencialmente um facilitador desta articulação almejada. No entanto, é importante investigar sua eficácia, quais são seus objetivos e suas metas, e se sua estrutura realmente propicia relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes.

4.1.2. Pré-ocupação

Concluído e consolidado o Plano de Trabalho Social, inicia-se a sua implementação, já considerando a existência de uma equipe estruturada, a disponibilidade de recursos, a lista definitiva de famílias que habitarão o *condomínio*¹ e a previsão da entrega das unidades habitacionais.

Na fase que antecede a ocupação das unidades, o trabalho voltado ao repasse de informações se intensifica, intercalando ações de natureza burocrática. Torna-se necessário prever reuniões e assembleias envolvendo todos os moradores, que obrigatoriamente deverão contar com a presença dos técnicos responsáveis pela burocracia contratual e financeira.

Concomitantemente precisa ser garantido o repasse dos conteúdos mínimos sobre gestão condominial – em especial os aspectos relacionados à organização dos moradores, às despesas futuras e às formas de gestão dos espaços privados e comuns – e devem ser previstas as atividades iniciais relacionadas à educação patrimonial.

Todas as atividades deverão estar muito bem especificadas no cronograma que compõe o Plano de Trabalho, com previsão de início com no mínimo três meses de antecedência à entrega da unidade habitacional, sempre contando com todos os demais profissionais que compõem a equipe de trabalho.

¹ Sobre os critérios de seleção de demanda, ver capítulo 8: Projeto de Trabalho Social de intervenções destinadas à demanda aberta.

Informações sobre os aspectos contratuais e burocráticos

Os moradores naturalmente requererão informações objetivas sobre os contratos de financiamento, valores envolvidos e sobre como e quando as unidades serão construídas e entregues.

Basicamente, os conteúdos e procedimentos relacionados à burocracia e ao processo de ocupação das unidades são os seguintes:

- apresentação da equipe de trabalho e dos técnicos responsáveis pelos contratos de financiamento;
- informações sobre os critérios de seleção;
- informações sobre o custo das unidades, valor do encargo mensal com prestação e as formas de pagamento do financiamento;
- orientações sobre as condições contratuais, prazos e documentação que deve ser apresentada;
- visitas às obras com os beneficiários ou seus representantes, apresentando a unidade habitacional e os equipamentos disponíveis nas áreas comuns;
- sorteio das unidades, quando for exigido;
- orientações sobre os procedimentos que antecedem a entrega das chaves das unidades – vistoria das unidades (*check-list*) e organização da mudança;
- informações básicas sobre oferta e localização de serviços públicos de educação, saúde, lazer, esporte, segurança pública, assistência social, cultura entre outros;
- processos de transferência escolar e demais serviços de educação;
- informações e acompanhamento do acesso dos beneficiários às tarifas sociais.

Em algumas destas atividades será necessária a participação de representantes dos órgãos financiadores e/ou promotores da intervenção, das concessionárias dos serviços públicos ou de técnicos da construtora, cabendo à equipe social organizar e fomentar a discussão e a participação de todos os futuros moradores.

Noções básicas sobre gestão condominial

No capítulo anterior foi esclarecida a diferenciação tênue entre **administração** e **gestão** dos condomínios, no sentido de distinguir as diversas ações inerentes

a cada um destes aspectos. Na fase que antecede a ocupação, ambos devem ser trabalhados, definindo atividades que envolvam tanto o início da capacitação administrativa, quanto o incentivo à organização dos moradores.

Capacitação administrativa

Na etapa de pré-ocupação ainda é precoce aprofundar os conhecimentos sobre tudo que envolve a administração de um condomínio, principalmente porque ainda não está definida a composição do futuro corpo diretivo.

Ainda de caráter geral, alguns conceitos precisarão ser transmitidos a todos os moradores, deixando para a etapa posterior, a pós-ocupação, a capacitação efetiva dos moradores que ocuparão as funções de síndico e de conselheiros fiscais.

Basicamente o conteúdo que precisa ser apresentado é o seguinte:

- conceito do que é um condomínio;
- as leis que regem um condomínio e as obrigações dos condôminos;
- a exigência de normas e regras de convivência;
- os custos de manutenção do condomínio e o rateio das despesas entre os condôminos (despesas ordinárias e extraordinárias);
- as formas de administrar um condomínio: assembleias e as obrigações do síndico e do conselho fiscal;
- a eleição de síndico e conselho fiscal.

Também nessa etapa inicial, deve-se efetuar com a construtora o levantamento das informações que subsidiarão a elaboração da previsão orçamentária do condomínio, se possível já informando os moradores sobre os valores estimados.

Torna-se necessário iniciar atividades relacionadas ao planejamento e gestão do orçamento familiar, na perspectiva de prevenir a inadimplência. Esse tema deverá ser abordado com maior intensidade na fase de pós-ocupação, quando serão imprescindíveis reuniões específicas com os moradores sobre alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e o equilíbrio *orçamentário familiar*².

Organização dos moradores

Como nessa fase a constituição de uma nova comunidade ainda não se efetivou, o trabalho direcionado à organização comunitária ainda se dá de forma

²Sobre as estratégias de trabalho relacionadas ao equilíbrio financeiro familiar, ver capítulo 05: Planejamento e Orçamento familiar.

subjetiva, devendo ser reforçado quando a vivência coletiva for concretizada. No sentido de fortalecer a organização e a autonomia da nova comunidade em formação, deverão ser tratados temas relacionados ao princípio de coletividade e cidadania. Tais conceitos devem estar presentes em todos os demais temas que serão trabalhados, fazendo sempre referências à conquista da moradia, à participação ativa na sociedade e à nova relação com o espaço de moradia e o meio ambiente.

Nessa etapa, pode parecer extenuante aprofundar a discussão sobre a convivência coletiva concreta e suas regras. No entanto, em face da necessidade de produzir coletivamente o Regulamento Interno que integrará a Convenção Condominial, preferencialmente esta discussão deve acontecer antes da ocupação das unidades, para a deliberação sobre os temas mais polêmicos (vagas de garagens, horários de utilização e uso dos espaços comuns, proibição de animais, entre outros) que impactarão a boa convivência entre os moradores.

O resultado esperado é uma nova minuta de regulamento interno, a ser distribuída posteriormente para o conhecimento e certificação de todos. Sua aprovação final se dará na fase de pós-ocupação, durante a assembleia de instituição do condomínio, conforme veremos mais adiante.

Nas diversas reuniões que acontecerão na fase pré-ocupação, é importante investir na observação atenta dos moradores mais participativos que já disponham como possíveis lideranças, convidando-os a compor comissões ou representações de bloco ou de quadra, ou mesmo a integrar o futuro corpo diretivo.

Mesmo considerando a possibilidade de existência de lideranças já estabelecidas, deve-se incentivar a constituição de uma comissão provisória, ainda independente da discussão sobre a quantidade de pessoas necessárias para a administração do condomínio.

É importante trabalhar com a estratégia da representatividade, a partir de determinado critério de origem das famílias ou de futura relação de vizinhança. Com essas comissões ou grupos de representantes, alguns assuntos relacionados à coletividade e ao fortalecimento comunitário podem ser aprofundados no sentido de fomentar a disseminação entre os demais moradores, dos princípios que devem nortear a intervenção.

Sobre os assuntos relacionados à garantia ao acesso à cidade, devem ser tratados tanto os aspectos burocráticos de transferência das crianças para as escolas próximas e a apresentação dos equipamentos sociais, comércios e serviços existentes, como também reforçar a necessidade de uma participação

ativa na sociedade, discutindo sobre o direito à cidade e sobre a importância da participação de todos nas associações ou entidades existentes na região em que o condomínio se localiza.

Princípios de educação patrimonial

Boa parte do trabalho de educação patrimonial ocorre na fase de pré-ocupação e é realizada pelos responsáveis pela construção das unidades. Antes de ocuparem suas unidades, todos os moradores devem receber informações suficientes sobre o funcionamento e a manutenção dos equipamentos privativos e comuns dos edifícios, no sentido de zelar pelo seu patrimônio individual e pelo patrimônio coletivo.

A construtora, além de realizar uma exposição sobre o uso e a manutenção dos equipamentos e das estruturas, tem a obrigação de entregar um manual da moradia, no qual estará disposta toda infraestrutura implantada nas unidades habitacionais – rede de energia, gás, água e esgoto – e as normas de funcionamento dos equipamentos coletivos, tais como bombas d'água, rede de água e energia condominial, caixas d'água, medidores de gás, entre outros.

O manual deverá trazer também normas de manutenção dos equipamentos das áreas de lazer, portarias e estacionamentos. Além da entrega deste manual, todos os moradores precisam receber informações sobre o consumo sustentável de água, energia e gás, e para tal, recomenda-se recorrer aos programas já realizados pelas concessionárias destes serviços. Os aspectos a serem abordados envolverão as rotinas e a periodicidade da manutenção preventiva e corretiva, obrigatórias, bem como as atividades cotidianas de limpeza, zelo e cuidado com as áreas comuns, alertando para a necessidade de se prever uma reserva de recursos para a manutenção emergencial.

4.1.3. Pós-ocupação

O trabalho que se inicia após a ocupação das unidades se caracteriza pelos seus aspectos formativo e organizativo. Os trabalhos precisarão ser estruturados de forma a garantir o atendimento de variadas demandas, que resumidamente se agrupam em três eixos de trabalho:

- instituição e administração do condomínio;
- organização dos moradores;
- educação patrimonial.

A etapa de pós-ocupação deverá ter a duração de no mínimo nove meses, variando conforme as regras do programa ao qual o empreendimento está inserido.

Instituição e administração do condomínio

Logo após a ocupação das unidades, a primeira e principal ação que deverá ser realizada é a eleição do corpo diretivo para a instituição do condomínio.

A comissão constituída na etapa anterior terá a atribuição de acompanhar o processo eleitoral em conjunto com a equipe técnica. Conforme o caso, todos os membros desta comissão poderão compor o corpo diretivo nas funções de síndico, subsíndico(s) e conselheiros fiscais, apresentando-se aos demais moradores como candidatos a esses cargos pouco antes da assembleia de eleição. Deverá ser convocada a Assembleia Geral de instalação do condomínio, na forma prevista pela legislação, momento em que a administração será transferida aos moradores. É necessário que já tenham sido superados na etapa anterior a elaboração do Regulamento Interno, integrante da Convenção Condominial, e o cálculo inicial das despesas condominiais.

As decisões majoritárias tomadas durante a primeira Assembleia Geral deverão ser registradas em ata a ser apresentada para registro no Cartório de Registro de Imóveis competente, visando a consolidar a instituição do condomínio. Instituído o condomínio e definido o corpo diretivo, inicia-se um amplo plano de capacitação intercalando as atividades que envolvem todos os moradores, com algumas reuniões específicas com apenas o síndico, os subsíndicos e os conselheiros.

As reuniões abrangendo todos os moradores terão o objetivo de aprofundar e deliberar sobre os temas que já foram apresentados na primeira fase, reforçando principalmente os papéis e as funções das assembleias de moradores e do síndico e os temas relacionados às despesas condominiais e à saúde financeira do condomínio. As atividades que abrangem apenas o corpo diretivo estarão relacionadas à assessoria de todos os seus membros, capacitando-os para o planejamento das diversas rotinas administrativas.

Em resumo, a assessoria aos membros do corpo diretivo deve abranger os seguintes temas:

- periodicidade da convocação, planejamento e condução de assembleias ordinárias e extraordinárias e seus respectivos procedimentos;
- elaboração de ata de todas as reuniões e assembleias realizadas com os condôminos;

- adequação do regimento interno, quando deliberado em assembleia;
- emissão de boletos de cobrança, recebimento de cotas condominiais e prestação de contas mensal do condomínio;
- controle financeiro de recebimentos, pagamentos, saldos, fluxo de caixa, balanço mensal, rateio de despesas e cobrança de inadimplentes;
- questões tributárias, contratação de empregados, contratação de serviços e encargos decorrentes.

Com relação à administração do condomínio, todos os moradores e o corpo diretivo deverão ser orientados acerca da necessidade de deliberar sobre qual a forma de gestão condominial que será adotada (autogestão, contratação de administradoras ou autogestão com assessoria). Quando os moradores optarem pela contratação de administradora ou pela autogestão com assessoria, boa parte dos temas a serem trabalhados junto ao corpo diretivo será delegada a terceiros. Isso não implica na supressão do trabalho de assessoria ao corpo diretivo, pois o monitoramento eficaz dos serviços prestados pelas administradoras ou pelos profissionais contratados pressupõe um bom conhecimento sobre administração condominial por parte do síndico e seus auxiliares.

A definição clara de atribuições, bem como uma boa compreensão sobre como são arrecadados e gastos os recursos, evitarão futuros conflitos decorrentes da falta de confiança e respeito para como o corpo diretivo. É importante propor reuniões específicas com o corpo diretivo para orientá-los em como apresentar com clareza a prestação de contas em reuniões com todos os moradores e capacitá-los no seu entendimento.

O trabalho iniciado com as famílias na etapa anterior sobre o equilíbrio financeiro familiar deve ser retomado com maior intensidade, propondo ações de incentivo à adimplência e racionalização de gastos com moradia, articuladas a atividades de desenvolvimento socioeconômico, conscientizando a todos sobre as consequências decorrentes da inadimplência das cotas condominiais perante a coletividade.

Organização dos moradores

Todas as atividades tratadas no item anterior, de caráter fortemente informativo de capacitação para o exercício autônomo da administração do condomínio, devem ser articuladas a diversas ações de fortalecimento comunitário e organizativo de todos os moradores.

Devem ser propostas dinâmicas voltadas ao uso compartilhado e à apropriação dos espaços coletivos mediação de conflitos e a uma boa convivência e coesão entre os moradores. Constantemente será necessário reforçar a pactuação e a promoção de atitudes e condutas relacionadas à apropriação e ao zelo dos espaços comuns. As regras de convivência acordadas no Regulamento Interno precisarão ser revistas e melhor discutidas no sentido de ajustar questões que ficaram pendentes ou de se criar regras para os conflitos que porventura comecem a despontar.

O conceito que exaustivamente precisará ser discutido é a importância das assembleias de moradores na gestão do condomínio.

A concepção de soberania de uma assembleia e os preceitos democráticos envolvidos na decisão coletiva sobre como deve ser conduzido o dia a dia, deverão sempre estar presentes. O incentivo à participação consciente de todos os moradores nas Assembleias Gerais convocadas pelo corpo diretivo deve ser muito bem reforçado, principalmente nos condomínios que optarem pela autogestão das questões administrativas.

Recomenda-se instituir comissões de moradores para questões específicas, estratégia muito eficaz para a integração dos moradores e para o estímulo à participação ativa na gestão do espaço de moradia.

No geral, as ações devem abranger todos os condôminos, a partir de dinâmicas que promovam a máxima participação, mas pode-se pensar em estabelecer dinâmicas direcionadas a determinadas faixas etárias e/ou gênero.

É importante também investir na organização e na criação de grupos associativos ou na participação ativa dos moradores em entidades, associações ou movimentos de moradia que atuem na região. Tais atividades propiciam a organização dos moradores e sua integração com a cidade e, quando direcionadas à instituição de cooperativas produtivas, poderão também gerar renda familiar ou recursos coletivos para o custeio e/ou requalificação do condomínio.

Especificamente com o corpo diretivo, os trabalhos deverão focar nas características que um líder deve apresentar no intuito de estabelecer uma relação de confiança e respeito com todos os demais moradores. Serão requeridos bom senso e tolerância, além da capacidade de liderança, gerenciamento e de mediação de conflitos. Será necessário reforçar com o síndico e seus auxiliares que as deliberações são sempre uma prerrogativa dos moradores, estimu-

lando a necessidade de consultá-los através de assembleias, sem cometer arbitrariedades e sobre a obrigatoriedade de sempre prestar contas dos gastos realizados de forma transparente e legítima.

Educação patrimonial

Após a ocupação das unidades, possivelmente serão requeridas pelos moradores novas reuniões para retomar e reforçar as orientações já fornecidas sobre uso adequado, manutenção e conservação dos equipamentos instalados. Os problemas relacionados a vícios construtivos (aqueles que decorrem de uma falha no projeto, do material empregado ou da própria execução da obra) deverão ser encaminhados à construtora, que dentro do prazo de garantia terá a obrigação de repará-los.

Em continuidade ao trabalho iniciado na etapa anterior, será necessário estruturar um programa de manutenção preventiva com o objetivo de estabelecer normas de uso e rotinas de manutenção de todos os equipamentos e das estruturas, evitando o dispêndio financeiro excessivo com a quebra e troca de peças e equipamentos.

O programa de manutenção preventiva deverá abordar os seguintes aspectos:

- informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos considerando seus respectivos cronogramas;
- informações básicas sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos, incluindo o treinamento para o uso adequado desses sistemas;
- orientações sobre as condições, prazos e requisitos de garantia de obras (vícios aparentes e ocultos);
- esclarecimentos sobre as responsabilidades da construtora, do condomínio e do beneficiário;
- orientações para a obtenção de orçamento e para a formação de agenda de fornecedores;
- promoção de ações socioeducativas relacionadas à conservação e à manutenção das unidades habitacionais.

4.2. Monitoramento e articulação das ações

A variedade de temas e conteúdos que precisam ser apresentados aos moradores exigirá a articulação de todas as atividades e a convergência de objetivos, **sendo imprescindível o estabelecimento de um eficiente sistema de monitoramento** constituído por indicadores de desempenho e por reuniões sistemáticas para avaliar se as ações realizadas vão ao encontro do que foi inicialmente planejado.

Tal estratégia visa à reprogramação e ao aprimoramento do planejamento inicial em face das diversas externalidades que venham a afetar o cronograma de atividades proposto. Visa também a propiciar momentos de reunião e discussão entre os diversos componentes da equipe de trabalho, atividade necessária para a integração das intervenções.

Ao final dos trabalhos, recomenda-se o investimento em uma pesquisa de avaliação do alcance do trabalho realizado, com base nos objetivos estabelecidos inicialmente, preferencialmente, realizada de forma participativa. Esta avaliação é fundamental para o planejamento de novas intervenções semelhantes, incorporando as lições aprendidas ao programa habitacional responsável pela construção do empreendimento, visando a seu aprimoramento.

5. Diretrizes do Ministério das Cidades para o trabalho social na gestão condominial

Conforme já apresentado em capítulos anteriores, o Ministério das Cidades apresenta dois grandes programas de repasse de recursos destinados à política habitacional, o PAC/Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que apresentam modalidades em que o Trabalho Social é exigido em suas normativas. Algumas dessas modalidades preveem a produção habitacional de condomínios, delegando aos municípios o acompanhamento da implantação da gestão condominial, a partir de normas e critérios definidos em instruções normativas. No âmbito exclusivo da gestão condominial, os resultados esperados nessas normativas são:

- regimento interno discutido, aprovado e registrado;

- eleição do síndico e conselho fiscal realizada de forma democrática e participativa e ata registrada;
- síndico e conselho fiscal capacitados para a gestão condominial;
- condomínio em funcionamento.

Recentemente, no âmbito do PMCMV/FAR, foi publicada a Instrução Normativa nº 518 que introduziu o anexo VII na Portaria nº 168, prevendo a contratação de uma empresa especializada em administração de condomínios, que terá como objetivo tratar dos aspectos administrativos que envolvem a instituição de um condomínio.

Suas atividades estarão vinculadas subsidiariamente ao trabalho da equipe técnica responsável pelo Trabalho Social, na constituição do corpo diretivo e na sua capacitação, na instituição formal e legal do condomínio e nas ações de educação patrimonial.

As intervenções deverão ter como diretriz principal o investimento na autonomia dos moradores na administração do condomínio, evitando sobrepor a atuação da empresa à do corpo diretivo. A intervenção não deve ser confundida com a de uma administradora de condomínios, pois sua função se restringirá apenas à capacitação dos moradores e ao apoio ao trabalho da equipe técnica responsável.

A empresa deverá apresentar um plano de trabalho que necessariamente precisará ser compatível com o Plano de Trabalho Social, não somente em seus cronogramas, mas principalmente em seus objetivos e em suas diretrizes de trabalho. A concepção dos trabalhos deverá ser norteadada pelo princípio de interdisciplinaridade, exigindo que o planejamento e a atuação da empresa e da equipe social sejam articulados e que os objetivos sejam convergentes.

6. Conclusão

Como vimos, o Trabalho Social na implantação da gestão condominial abrange complexa rede de conceitos e conhecimentos e agrega as diversas atividades exercidas por uma equipe multidisciplinar. É composto por um conjunto de processos e estratégias que sustentam a intervenção habitacional e agrega as várias dimensões e variáveis que a integram.

Tem a função estratégica de articular o planejamento das diversas ações necessárias para a implantação do programa de intervenção social, sempre no

intuito de garantir o acesso à informação e à participação ativa da população em todo processo.

Dada sua importância, não pode perder de vista seus objetivos, que sempre deverão ser os norteadores da sua atuação, prevendo um planejamento sistematizado, momentos de monitoramento e avaliação das atividades e a constante reflexão sobre sua prática.

7. Atividade

Um dos objetivos do Trabalho Social é produzir uma comunidade social e ambientalmente sustentável com qualidade de vida. Com base nessa afirmativa, o Trabalho Social voltado à gestão condominial deve priorizar:

- a. campanhas educativas sobre combate à violência e ao uso de drogas.
- b. festas com crianças e jovens nas principais datas comemorativas: Páscoa, Natal, Dia das Mães etc.
- c. dinâmicas voltadas ao uso compartilhado e à apropriação dos espaços coletivos, à mediação de conflitos e a uma boa convivência e coesão entre os moradores.
- d. bazares e venda de rifas para arrecadação de fundos para auxiliar no custeio do condomínio.
- e. plantão social no condomínio para resolver conflitos e atender às questões que os moradores apresentarem.

6. Referências

BRASIL. Lei n. 10.406 de 10.01.2002. **Código Civil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 07/11/ 2013.

SCHWARTZ, Rosely B. de Oliveira. **Revolucionando o Condomínio**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira, TABOADA, Kleyd Junqueira. **Elaboração de Projeto Social**. Curso a Distância: Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, Módulo III, aula 8, Ministério das Cidades, 2010.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

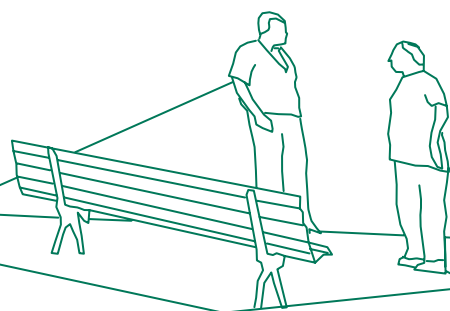
BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 518, de 11 de novembro de 2013. Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição, requalificação e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de conta no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV– PMCMV. Brasília, DF, 2013.

REGINO, Tassia. **Trabalho Social em Projetos de Habitação**. 2010. Trabalho apresentado no Seminário Temático Regional Aspectos Estratégicos do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Pessoal, Ribeirão Preto, 2010.

COSTA, Débora Cristina Beraldes. **Gestão de Pós-ocupação em Conjuntos Reabilitados para Habitação de Interesse Social no Centro de São Paulo**. 2009. 87 f. Dissertação – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Poli-USP, 2009.

CAMPOS, Maria Angela Aparecida. **Gestão Condominial**. Material didático da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Município de São Paulo, 2011.



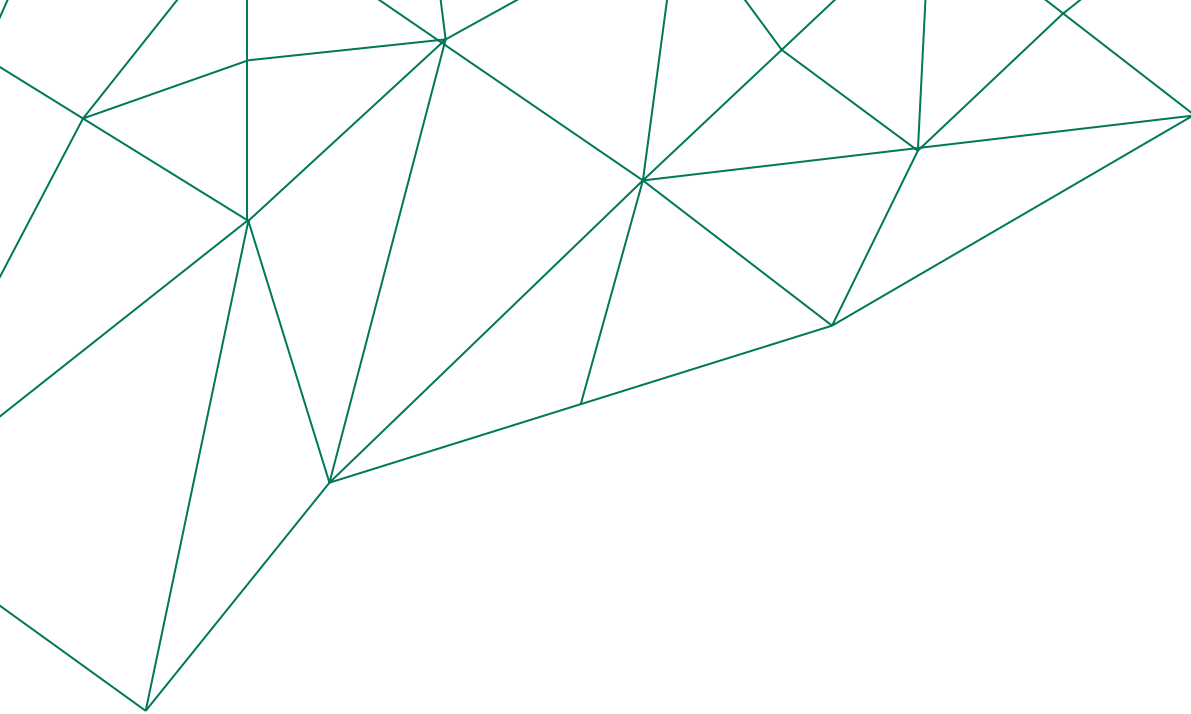
7

Foto: Acervo Caixa Econômica Federal / Divulgação



Estratégias de enfrentamento da violência nos territórios





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, compreendemos algumas das principais estratégias relacionadas aos mecanismos locais de prevenção e percepção das violências em territórios populares, destacando a articulação de políticas públicas e os desafios no fomento de uma prática que privilegie a cultura de paz.

1. Introdução

Há muitos anos a violência figura entre as principais preocupações da população brasileira, impondo uma alteração na rotina das pessoas e das cidades. Essas mudanças são percebidas em atitudes cotidianas individuais, como adaptações de horários e itinerários percorridos, ou ainda em condutas coletivas, como o fechamento de ruas e a ampliação de dispositivos de proteção, como câmeras, alarmes, segurança privada, muros, entre outras ações que aumentem, ou pareçam ampliar, a segurança das pessoas.

Além dessas medidas promovidas pela população, a questão da violência tem exigido que toda intervenção pública leve em consideração estratégias com foco na segurança. O investimento nesse tema demonstra isso. Entretanto, não existem soluções simples e universais no campo do enfrentamento à violência e, como em outros fenômenos sociais, o assunto precisa ser amplamente estudado e debatido, levando em consideração cada localidade, os atores e os cenários.

2. Reconhecendo a violência

As taxas da violência letal brasileira se estabilizaram nos últimos anos, embora não tenham reduzido quantitativamente, também não aumentaram exponencialmente. Porém, ao olharmos sua distribuição pelos estados federados, será fácil notar um movimento acentuado de deslocamento da violência em direção às cidades médias e pequenas e em direção ao nordeste brasileiro. Esses fluxos da violência têm provocado sucessivas mudanças na sociabilidade de seus habitantes, destacadamente percebidas nas retrações de direitos e esgarçando as relações humanas. Essa violência que chega ao cotidiano da população obedece a um padrão latinoamericano, cuja extrema gravidade atinge principalmente aos jovens pobres e aos centros urbanos, como poderemos observar neste capítulo.

2.1. Entre números e receios

Mesmo com uma infinidade de conceitos e teorias que procuram definir as ações necessárias para a redução dos riscos, nesse tema, é comum reconhecer a problemática da insegurança a partir de nossas experiências pessoais,

Para refletir



Estudante, como está a segurança na sua cidade? E nos bairros onde atua? Você se sente seguro?

ou mesmo pelo simples receio de nos tornarmos vítimas da violência. Assim, a construção dessa subjetividade condiciona a percepção da segurança a partir de nossos medos, e não de uma explicação estatística ou de uma lógica exclusivamente racional. Por essa razão, alguns autores, como Luiz Eduardo Soares, Gilberto Velho ou Hanna Arent costumam afirmar que o medo é um elemento definidor do padrão de insegurança na rua, na comunidade, no bairro, na cidade ou mesmo do país. Nesse sentido, as pessoas compreendem a violência, sobretudo, a partir da sensação de ameaça produzida pelo meio onde está inserida, e não diretamente pelos riscos efetivamente sofridos.

Essa é uma das razões pelas quais este tema se torna tão complexo e particular, de modo que os indicadores da violência e o sentimento de segurança podem traduzir informações contraditórias e confusas entre as diferentes pessoas na mesma cidade. A sensação de proteção ou *vulnerabilidade*¹ varia de acordo com o que experimentamos e tomamos contato, seja na conversa entre familiares, vizinhos ou naquilo expresso pela grande mídia.

Em geral, as pesquisas revelam que nas regiões das cidades onde vive a população de maior renda, o receio de sofrer um assalto ou sequestro é maior do que o de pessoas que habitam áreas mais pobres, as quais costumam temer mais os crimes contra a vida e liberdade do que os contra o patrimônio. Já mulheres, crianças e idosos, tradicionalmente vítimas de maus-tratos domésticos, vivenciam receios semelhantes independente do grupo social que frequentam.

Nem sempre as estatísticas são capazes de demonstrar a dimensão dos riscos aos quais essas populações estão submetidas, pois há uma enorme perda desses registros. Por essa razão é que, apesar das múltiplas expressões da violência, o indicador internacionalmente usado para medir o padrão de violência em uma sociedade é a taxa de homicídios. Assim, as sociedades consideradas mais violentas são aquelas em que, proporcionalmente, mais gente morre em função da violência.

Nesse contexto, o desafio do gestor público é combinar as percepções da segurança, reconhecendo, por um lado, o sentimento originário dos traumas e medos dos indivíduos, e, por outro, as estatísticas públicas. Com base nesses dois olhares, são formuladas as soluções possíveis para cada contexto. Costuma-se afirmar que a violência é um fenômeno sistêmico, complexo e dinâmico, o qual requer soluções criativas, ajustadas a cada ambiente e permanentemente monitoradas.

¹ Pode ser entendida como a condição de risco em que uma pessoa se encontra. Um conjunto de situações mais, ou menos problemáticas, que situam a pessoa numa condição de carente, necessitada, impossibilitada de responder com seus próprios recursos a dada demanda que vive e a afeta.

2.2. Contexto regional

Longe de ser uma questão exclusivamente brasileira, a expressão da violência está associada à cultura em que um povo está inserido, refletindo e reproduzindo sua história e seus valores. Desse modo, o padrão de violência brasileiro, em muitos aspectos, se assemelha ao de outros países do continente latinoamericano. Destoando de outras regiões do planeta, onde países vivenciam guerras declaradas, com exércitos, bombas e códigos de guerra, a América Latina convive com tipos de violências cotidianas e assimilada na estrutura social urbana, sendo menos visível e mais letal.

Segundo informe do *PNUD de 2013, chamado Seguridad Ciudadana con rostros humanos: diagnóstico y Seguridad para America latina*², nos encontramos na região mais violenta do mundo, tendo 11 de seus países, de acordo com os dados coletados, em situação de epidemia, ou seja, em números de mortes violentas considerados superiores aos padrões máximo aceitados pela organização mundial de saúde. São estes os países relacionados : Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Venezuela.

Ainda segundo o relatório um fator que exerce influencia na situação de violencia do continente é o fato da região ser a mais urbanizada do mundo, com cerca de 80% de sua população residindo em cidades (segunda dados do Habitat/ONU/2012), sendo uma parcela significativa em condições precárias. Levando em consideração que os delitos são majoritariamente localizados nos centros urbanos, esta informação torna-se extremamente relevante Entretanto, há outras razões que contribuem para justificar um cenário tão violento no continente, como:

- as desigualdades sociais;
- o precário acesso ao sistema de justiça e garantias de direitos;
- o facilitado acesso às armas de fogo;
- a corrupção e arbitrariedade policial;
- o comércio de drogas;
- a discriminação contra mulheres e negros.

Esses são alguns, e não exclusivos, vetores que combinados fazem dessa região a mais violenta do mundo.

O referido estudo do PNUD (2013) aponta ainda 10 recomendações para melhorar a segurança dos cidadãos nos países latinoamericanos:

² Para conhecer este informe, acesse: www.latinamerica.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDH-AL%20Informe%20completo.pdf

1. unir esforços nacionais para reduzir a criminalidade e a violência, incluindo um acordo nacional de segurança, como política de Estado;
2. gerar políticas públicas orientadas a proteger as pessoas mais afetadas pela violência e os crimes;
3. prevenir a criminalidade e a violência impulsionando um crescimento inclusivo, equitativo e de qualidade;
4. diminuir a impunidade fortalecendo as instituições de segurança e justiça ligadas aos direitos humanos;
5. potencializar a participação ativa da sociedade, especialmente as comunidades locais, na construção da segurança cidadã;
6. aumentar as oportunidades reais de desenvolvimento humano para os jovens;
7. prevenir de modo integral a violência de gênero no espaço doméstico-privado;
8. salvaguardar ativamente os direitos das vítimas de violência;
9. regular e reduzir os desencadeadores de delitos, tais como álcool, drogas e armas, em uma perspectiva integral e de saúde pública; e
10. fortalecer os mecanismos de coordenação e avaliação da cooperação internacional.

As iniciativas relatadas direcionam-se aos governos nacionais, entretanto podem ser adaptadas as práticas municipais e comunitárias em todas as regiões brasileiras.

2.3. Contexto brasileiro

As taxas gerais de homicídio pouco se alteraram nos últimos 10 anos. O país mantém uma elevada estatística, próxima a 50 mil mortes violentas a cada ano. Contudo, observamos uma significativa migração desse crime para regiões consideradas mais tranquilas, conforme descrito no Mapa da Violência, de 2012 abaixo:

Na virada do século, tínhamos quase exatamente as mesmas taxas de homicídio que nos dias de hoje: pouco mais de 26 homicídios em 100 mil habitantes. Isso já é motivo de um sentimento ambivalente. Por um lado, otimismo: conseguiu-se estancar a pesada espiral de violência que vinha acontecendo

no país. Por outro, o pessimismo: nossas taxas ainda são muito elevadas e preocupantes, considerando a nossa própria realidade e a do mundo que nos rodeia, e não estamos conseguindo fazê-las cair. Mas essa estagnação, essa semelhança numérica entre as datas é só aparente. Muita coisa parece ter mudado apesar das taxas permanecerem praticamente iguais. Estados que durante anos foram relativamente tranquilos, alheios a essa fúria homicida, entram numa acelerada voragem de violência. Outros que tradicionalmente ocupavam posições de liderança no panorama nacional da violência veem seus índices cair, e até de forma drástica em alguns casos. A violência homicida, que é patrimônio indesejado dos grandes centros urbanos do país, com seu crescimento maciço, caótico e **anômico**, deslocam-se para áreas de menor densidade e peso democrático. (WASELFISZ, 2012, p. 7)

Anômico

Anárquico, ausente de normas e regras.

Na próxima tabela poderemos ver que esta movimentação fica mais visível. Nos últimos 10 anos, destacam-se a subida dos estados do Norte e Nordeste, enquanto os estados do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam importantes reduções em seus números de homicídios.

Estudiosos buscam, ainda, compreender as razões da redução das taxas de letalidade e, mesmo sem consenso, citam alguns pontos que podem ter contribuído para a redução das mortes: políticas de desarmamento, aumento do encarceramento, investimento no aparato de segurança, controle e treinamento policial; maior acompanhamento da mídia; investimento contínuo em políticas sociais, em particular a populações socialmente mais vulneráveis.



Ordenamento das UF por Taxas de Homicídio (em 100 mil). Brasil. 2000- 2010*

UF	2000		2010*	
	Taxa	Pós	Taxa	Pós
Alagoas	25,6	11°	66,8	1°
Espírito Santo	46,8	3°	50,1	2°
Pernambuco	54,0	1°	38,8	4°
Amapá	32,5	9°	38,7	5°
Paraíba	15,1	20°	38,6	6°
Bahia	9,4	23°	37,7	7°
Rondônia	33,8	8°	34,6	8°
Paraná	18,5	16°	34,4	9°
Distrito Federal	37,5	7°	34,2	10°
Sergipe	23,3	12°	33,3	11°
Mato Grosso	39,8	5°	31,7	12°
Amazonas	19,8	14°	30,6	13°
Ceará	16,5	17°	29,7	14°
Goiás	20,2	13°	29,4	15°
Roraima	39,5	6°	27,3	16°
Rio De Janeiro	51,0	2°	26,2	17°
Mato Grosso Do Sul	31,0	10°	25,8	18°
Rio Grande Do Norte	9,0	24°	22,9	19°
Tocantins	15,5	19°	22,5	20°
Maranhão	6,1	27°	22,5	21°
Acre	19,4	15°	19,6	22°
Rio Grande Do Sul	16,3	18°	19,3	23°
Minas Gerais	11,5	22°	18,1	24°
São Paulo	42,2	4°	13,9	25°
Piauí	8,2	25°	13,7	26°
Santa Catarina	7,9	26°	12,9	27°

Fonte: SM/SVS/MS * 2010: dados preliminares

Assim, se por um lado os estados federados são considerados os protagonistas no processo de repressão à criminalidade, através do sistema de justiça e na gestão das polícias civil e militar, são os municípios os principais atores na prevenção das violências, através dos serviços públicos, com assistência ofertada diretamente à população.

Mesmo dentro dos municípios, há significativas diferenças quando cruzamos o tamanho, densidade e perfil histórico/social, com os serviços ofertados, malha associativa, policiamento ostensivo e políticas de juventudes. Segue abaixo o retrato dos municípios mais violentos, o qual pode provocar algumas surpresas.

Número e taxas médias (em 100 mil) de homicídios nos 200 municípios com mais de 10.000 habitantes. Brasil 2008/2010*

Município	UF	População Média	Homicídios			Taxa Média	Posição	
			2008	2009	2010*		Nac.	Est.
Simões Filho	BA	116.348	175	153	183	146,4	1	1
Campina Grande do Sul	PR	37.707	46	53	48	130,0	2	1
Marabá	PA	216.808	250	284	250	120,5	3	1
Guaíra	PR	30.149	40	27	35	112,8	4	2
Porto Seguro	BA	123.695	114	128	160	108,3	5	2
Ananindeua	PA	483.730	417	408	744	108,1	6	2
Coronel Sapucaia	MS	14.240	18	18	10	107,7	7	1
Itabuna	BA	208.456	208	232	210	103,9	8	3
Maceió	AL	928.446	990	876	1025	103,8	9	1
Itapissuma	PE	23.898	24	24	25	101,8	10	1
Arapiraca	AL	211.227	193	227	223	101,5	11	2
Ilha De Itamaracá	PE	20.148	25	21	15	100,9	12	2
Goianésia Do Pará	PA	29.510	39	32	18	100,5	13	3
Lauro De Freitas	BA	158.233	145	170	162	100,5	14	4
Serra	ES	403.247	433	394	381	99,9	16	1
Itupiranga	PA	46.776	68	43	24	96,2	17	4
Tailândia	PA	74.439	64	79	68	94,5	18	5

Município	UF	População Média	Homicídios			Taxa Média	Posição	
			2008	2009	2010*		Nac.	Est.
Piraquara	PR	89.610	67	74	103	90,8	19	3
Pilar	AL	32.926	36	22	28	87,1	20	3
Rondon Do Pará	PA	47.019	46	33	41	85,1	21	6
Juquitiba	SP	28.914	18	20	34	83,0	22	1
Ariquemes	RO	87.467	75	93	49	82,7	23	1
Tucumã	PA	30.591	12	22	41	81,7	24	7
Marituba	PA	103.496	64	78	111	81,5	25	8
Cariacica	ES	355.508	302	311	249	80,8	26	2
Bom Jesus Do Tocantins	PA	14.429	9	19	6	78,5	27	9
Cabo De Santo Agostinho	PE	177.506	159	124	131	77,7	28	3
Tucuruí	PA	95.572	82	77	63	77,4	29	10
Nova Ipxuna	PA	14.727	10	14	10	77,0	30	11
Messias	AL	15.615	8	17	11	76,9	31	4
Pedro Canário	ES	23.995	8	23	24	76,4	32	3
Buritiz	RO	33.131	21	22	32	75,5	33	2
Paragominas	PA	96.649	67	56	95	75,2	34	12
Teixeira De Freitas	BA	131.100	73	101	121	75,0	35	6
Linhares	ES	136.104	102	123	78	74,2	36	4
Ourilândia Do Norte	PA	24.265	7	20	27	74,2	37	13
Almirante Tamandaré	PR	99.972	70	79	73	74,0	38	4
Marechal Deodoro	AL	46.271	35	34	33	73,5	40	5
São Sebastião	AL	31.966	23	27	20	73,0	41	6
São Mateus	ES	104.842	68	86	74	72,5	42	5
Recife	PE	1.543.842	1321	1110	890	71,7	43	4
Guaratuba	PR	32.205	24	22	23	71,4	44	5
João Pessoa	PB	708.299	416	516	581	71,2	45	1
Armação dos Búzios	RJ	27.631	26	21	12	71,2	46	1

2.3. Para além da violência letal

Como vimos, se a violência letal cobre um espectro significativo das violências que assolam o contexto brasileiro, de forma alguma representa a totalidade das questões, mesmo servindo de orientação para intervenções no campo da segurança. Há um conjunto de expressões que compõem a cultura da violência em que vivemos cotidianamente e, longe de serem produtos aleatórios, retratam situações repetidas, as quais podem ser compreendidas considerando o contexto social, político e econômico do país. Os estudos mais recentes sobre a violência no Brasil tendem a se concentrar na área urbana, o que se explica pelo fato de grandes transformações da sociedade brasileira, na temática da violência, estarem localizadas, principalmente, nas médias e grandes cidades. Entretanto, não se pode ignorar a presença da violência também nas áreas rurais e nas pequenas cidades.

As diferentes representações da violência assumem distintos formatos: podem ser simbólicas ou físicas, direcionadas a um indivíduo ou a grupos de pessoas, intencional ou inconsciente, direta ou indireta. A política governamental deve se debruçar sobre todas essas representações que costumeiramente acabam sendo naturalizadas ou invisibilizadas para a população.

Também como foi mencionado anteriormente, a questão da violência impacta as diferentes iniciativas públicas e, no tema da moradia, esta interferência aparece em distintos aspectos, em destaque nos conflitos produzidos. Os desafios estão relacionados a como **reconhecer**, **prevenir** as tendências e **tratar** os impactos geradores dessas violências.

3. Lidando com Conflitos

Atualmente um dos principais desafios apresentados para implementação das políticas pública tem sido gerar ambientes favoráveis à construção do entendimento entre as pessoas. Os mecanismos tradicionais e legais têm sua importância, mas a eles cada vez mais se somam iniciativas que apostam no diálogo e na formação de uma cultura de entendimento. Modelos que não negam o conflito, ao contrário, o tornam visível e conversável, onde o contexto e as partes têm um papel destacado e ativo em sua solução.

Para refletir



Liste 7 (sete) tipos de violências mais frequentes nos locais em que você convive mais de perto. Estes tipos de violências têm influência social ou territorial? No seu município a violência diminuiu ou aumentou nos últimos 3 anos?

Para refletir



Reflita sobre essas três frases:

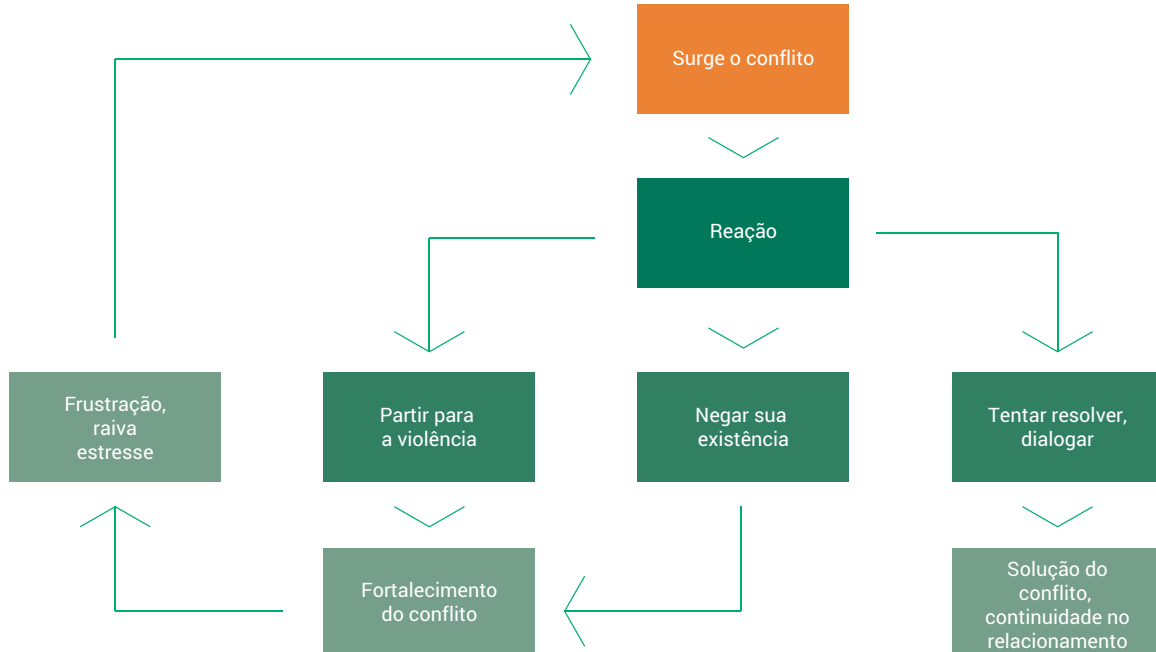
- Mudar é difícil, mas é possível. (Paulo Freire)
- A minha liberdade somente começa quando começa também a tua. (Leonardo Boff)
- A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota. (Jean Paul Sartre)

3.1. Como reconhecer os conflitos

Uma característica recorrente à maioria dos conflitos é a natureza polarizada, isto é, o antagonismo entre indivíduos, grupos ou organizações, que enxergam suas aspirações como incompatíveis. Essas divergências se agravam quando há pouca disponibilidade para a comunicação entre as partes e, portanto, pouca disposição para se gerar alternativas de entendimento, tornando a violência o elemento condutor de interação entre as pessoas ou, como opção igualmente perversa, o silenciamento ou negação do conflito.

Diferente do que se costuma afirmar, o conflito não é, necessariamente, ruim, pois pode consistir-se também em um canal para a transformação e o reconhecimento de direitos. Dessa perspectiva, as divergências são importantes pilares da democracia.

Assim, não são os conflitos essencialmente negativos, mas sim a forma como são geridos. São três os caminhos típicos em uma situação de conflito. Dois tendem a fortalecer a tensão (negação e violência) e um busca transformá-la (diálogo).



3.2. Como prevenir os conflitos

Algumas situações são cíclicas e reconhecer sua rotina facilita a identificação, a prevenção e o tratamento das mesmas. Os conflitos são parte integrante das relações humanas e, portanto, são inevitáveis, mas, se bem compreendidos, podem ser explorados positivamente.

Recorrentemente as situações de tensão ocorrem a partir de relações interpessoais e contínuas, como é o caso das relações entre vizinhos, das relações familiares ou as relações de serviços. Tais situações podem também estar relacionadas a questões sociais e coletivas, abordando segmentos ou territórios, além de criarem ambientes negativos e desgastantes, e colocarem as pessoas sob exposição do risco.

Seguem duas pequenas histórias que registram alguns vetores presentes da violência brasileira:

Violência Doméstica – Um processo cíclico

(texto adaptado – maio 2013. Não publicado.)

Se propuséssemos fazer uma caricatura das violências contra mulheres e crianças, poderíamos desenhar um homem sendo agredido na rua por um desconhecido, depois, em casa, batendo na mulher e esta maltratando seus filhos/filhas.

Com esse desenho, em um cenário hipotético, vemos algumas dinâmicas recorrentes na sociedade brasileira, independente de classe social. Os registros policiais mostram que os homens são vítimas e autores de violência no espaço público, ou seja, na rua e em ambientes públicos vemos homens brigando com homens, sem que estes tenham, necessariamente, qualquer vínculo afetivo.

Tomando como referência os dados da saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde – SINAN), notamos que as mulheres são as principais vítimas dos homens conhecidos (companheiros e ex-companheiros) e essas mulheres (mães e madrastras) se transformam nas principais agressoras de crianças. Muitas vezes, a criança que sofre violência em casa, *reproduz a mesma linguagem quando jovem/adulta*³.

Não se trata de um “ranking de vítimas”, mas de verificarmos que, historicamente, são as mulheres e as crianças que sofrem toda sorte de violações e têm naturalizada a sua falta de direitos. Se todos e todas somos criados na vio-

³Dados disponíveis no site da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/pesquisa-avon-2011.pdf>>.

lência e na competição, os homens o são para “não levar desaforo pra casa”, “lavar a honra”, e as mulheres e crianças, para obedecer, o que já os coloca nos lugares naturalizados de agressores e vítimas.

A questão da violência doméstica é complexa, na medida em que, a princípio, trata-se de relações que envolvem afeto, intimidade. Casais são violentos “por amor” – e por este, inclusive, se mata –, pais e mães cometem agressões físicas e psicológicas, justificando com a frase: “pelo bem das crianças, para educar”. Juntam-se, então, os aspectos emocionais das relações com a licença social para a violência.

Fonte: Adaptado de pesquisa Iser sobre violência contra mulher (2013)

Uso da armas - Por que os jovens estão morrendo?

Para Rubem César Fernandes, “a violência física é jovem, no Brasil ou em qualquer lugar. Não ocorre só entre jovens, é claro. Varia segundo o tipo de violência. É inegável, no entanto, que estatisticamente concentra-se na juventude. As crianças, assim como os idosos, também sofrem violência, em geral doméstica, mas, em regra, são mais protegidas pelas instituições e, conseqüentemente, menos susceptíveis de envolvimento em situações geradoras de ferimentos e mortes. Os adultos são vítimas frequentes de acidentes no trabalho, no trânsito, mas tendem a ser menos expostos a violências intencionais. Seu estilo de vida, entre o trabalho e a casa, com os compromissos implicados pela manutenção de uma família, é menos aberto a este tipo de ocorrência. É na adolescência e na juventude, período de vida de maior liberdade, que os riscos se acumulam. Liberdade e risco são duas faces de uma mesma figura. O fenômeno e a sua explicação (com dimensões sociais, psicológicas e mesmo biológicas) são universais, mas o Brasil exagerou. As taxas de vitimização de adolescentes e jovens nas cidades brasileiras estão entre as mais altas do mundo.” (BANDEIRA; BOURGOIS, apud ISER, 2005, p. 65).

Tanta morte de jovens é um fenômeno típico de países em que é fácil o seu acesso a armas de fogo. Por isto, o Estatuto do Desarmamento elevou a idade mínima de 21 para 25 anos para quem queira comprar arma. Certos críticos consideram que o jovem, por ter direito ao voto desde os 16 anos, também deveriam ter direito a comprar arma. Estes não compreenderam a motivação do legislador, a qual não se restringiu à preocupação de ordem jurídica, mas também inclui a urgência em se atingir, preventivamente, o maior grupo de risco de crimes com

arma de fogo, o que mais mata e mais morre, dificultando seu acesso às armas. Salvar essas vidas e proteger as suas vítimas potenciais foram as prioridades.

Na visão do sociólogo Luiz Eduardo Soares, essa relação do jovem excluído com a arma se confirma: “Por força da projeção de preconceitos ou por conta da indiferença generalizada, perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente os negros – sobre os quais se acumulam, além dos estigmas associados à pobreza, os que derivam do racismo. Um dia um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento – o sentimento de medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade”. (BANDEIRA; BOURGOIS, apud ISEK, 2005, p. 69).

3.3. Como tratar os conflitos

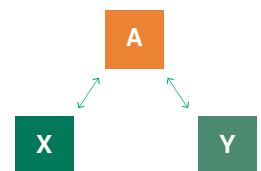
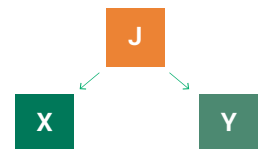
Ao excluirmos a violência como método legítimo de resolução de conflitos, restam cinco opções, complementares e independentes, com importantes diferenças entre elas: a autonomia das partes, necessidade de provas, capacidade de influência dos terceiros, ambientes, dentre outras diferenças.

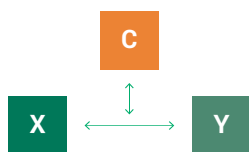
Resolução judicial

Toda pessoa tem direito de pedir ao Estado, por meio do Poder Judiciário, que analise seu caso concreto e aplique a norma abstrata (a lei), com o objetivo de alcançar a paz social. A função do juiz é julgar, de acordo com o que diz a lei e conforme as provas levantadas. A decisão determina quem tem razão.

Arbitragem

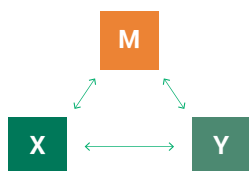
É o método pelo qual duas ou mais pessoas (físicas ou jurídicas) recorrem, de comum acordo, a um terceiro, conhecido como árbitro, que irá intervir no conflito, decidindo-o. O árbitro, geralmente, é um técnico ou especialista no assunto em disputa. A função do árbitro nomeado é conduzir o processo arbitral de forma bastante semelhante ao judicial. A sentença arbitral tem força de título executivo, ou seja, se não for respeitada por alguma das partes, pode ser levada ao Judiciário, que irá obrigar seu cumprimento. Sua aplicação está regulada por lei específica.





Conciliação

É o método pelo qual as partes submetem seu conflito à administração de um terceiro sem transferir a decisão do caso. A função do conciliador é aproximar as partes, aparando arestas, sugerindo e formulando propostas de acordo e apontando as vantagens e desvantagens de cada ponto sugerido pelas partes. Mas a decisão é das partes.



Mediação

É o método pelo qual duas ou mais pessoas, envolvidas em um conflito potencial ou real, recorrem a um terceiro que irá facilitar o diálogo entre elas, visando chegar a um acordo. O mediador não interfere na decisão final, sua função é facilitar a comunicação entre as partes, estabelecendo um ponto de equilíbrio na controvérsia, permitindo que cheguem à solução mais justa para ambos.



Negociação

Caracteriza-se por ser uma forma conjunta de solucionar conflitos. Nela, são as próprias partes envolvidas na disputa que tentam chegar a um acordo. Sem grandes formalidades, as partes fazem concessões recíprocas, barganham e compõem seus interesses buscando a solução que melhor lhes convier

4. Cultura de paz

Apesar da presença da violência em todos os bairros, nas regiões mais pobres ela ganha cores mais intensas e dramáticas. Os esforços empregados na construção ou reforma de equipamentos de moradia de baixa renda têm especial importância como medidas de prevenção, pois nos locais de vivenda é onde se formam importantes espaços de sociabilidade para a população. Reconhecer e fortalecer os vínculos de convivência saudável reforça os mecanismos de autoproteção e de promoção dos direitos.

Esses espaços de convivência têm significados distintos a cada segmento. Idosos e pessoas com mobilidade limitada demandam acessibilidade e ambientes tranquilos, crianças precisam de espaços protegidos e cercados, mulheres buscam locais de associabilidade e apoio logístico, e os jovens anseiam por áreas para a prática de lazer e esporte. São, assim, espaços com alta probabilidade de disputas e, por vezes, com interesses contraditórios.

As divergências não são evitáveis; pessoas diferentes produzem pensamentos e desejos distintos, e, por isso, o conflito é apenas a expressão dessa diversidade. A busca é por caminhos que facilitem a solução das controvérsias, evitando que o conflito se transforme em confronto, e pelos quais sejam estabelecidas redes de solidariedade entre os membros de um mesmo condomínio ou comunidade.

Neste texto, destacamos três ideias-chave em torno da cultura de paz: importância do espaço público, formação de redes de solidariedade e promoção do diálogo.

4.1. A importância da construção de uma cultura de paz

A construção de uma *cultura de paz*⁴ que promova direitos pressupõe, portanto, a criação conjunta de instrumentos que transformem valores, comportamentos e estruturas geradores de violência. Constroem-se ações que estimulem a resolução pacífica de conflitos a partir de relações democráticas e de cooperação entre poderes públicos e as pessoas. O diálogo é um elemento fundamental da cultura de paz, já que procura resolver problemas e conflitos a partir da negociação e da mediação entre partes. A ideia é ampliar a comunicação entre as pessoas, possibilitando redução do uso de recursos violentos, como armas de fogo e força física.

Uma cultura de paz só pode ser construída a partir de esforços conjuntos entre atores locais e gestores públicos. É preciso construir estratégias de formação de indivíduos preparados para lidar com situações conflitivas e que consigam multiplicar seus conhecimentos em direção a uma educação para paz. Esses indivíduos, sujeitos mediadores de conflitos, podem ser moradores e agentes de instituições capazes de mobilizar mais pessoas – associações de moradores, grupos culturais, escolas, unidades de saúde, órgãos públicos, empresas prestadoras de serviços públicos, e mesmo agentes policiais – estabelecendo pactos que envolvam diálogo e proposições.

O fortalecimento de espaços de interação comunitária e a apropriação pública dos espaços também são fundamentais para construção de uma cultura de paz. É necessário gerar responsabilização, autonomia, cooperação e estímulo ao trabalho em rede. Nesse sentido, os poderes públicos devem estar atentos às

⁴Texto produzido Rafael Gonçalves. Material Iser/Habitat.

possibilidades de redução de barreiras burocrático-legais, que facilitem o trabalho articulado entre diferentes instituições e fortaleçam agendas intersetoriais.

A resolução pacífica dos conflitos pode estabelecer, com o tempo, ordenamentos locais que consigam mesclar práticas locais e normas gerais já vigentes nos diferentes países e localidades. Os sujeitos mediadores podem estimular o surgimento de novos paradigmas de tratamento das diferenças, produzindo mudanças culturais em âmbito coletivo e individual. É por isso que a cultura de paz pode fortalecer direitos, e se manifesta, assim, como uma aposta, que pode render resultados promissores para os índices de violência e para diminuir a sensação de insegurança das pessoas.

4.2. Pensando a prática

Em larga medida, ao tratar de processos dialogais, os procedimentos e processos assumem grande importância para seus desfecho e resultados. Há tendências que mostram que quanto maior forem os sentimentos de pertencimento e participação, maior será a segurança e sustentabilidade da iniciativa. As relações de confiança se baseiam no cumprimento dos acordos e nas posturas adotadas sistematicamente.

4.2.1. Importância da prevenção na etapa pré-obra

Os processos de intervenção urbana impactam a vida dos moradores de uma cidade, aqueles diretamente afetados pelo equipamento a ser construído. Por isso, nada melhor do que a chance de partilhar os processos que giram entorno desses empreendimentos. A oportunidade de acompanhar e, quando possível, de influir, gera uma relação de compromisso e pertencimento que tende a ajudar de maneira muito positiva a convivência e manutenção do equipamento durante e depois da obra. Nesse sentido, um planejamento inclusivo, respeitoso e dialogal são alguns passos importantes na direção da sustentabilidade e qualidade de convívio.

4.2.2. Conflitos de toda a ordem

É muito difícil imaginar todos os tipos de conflitos despontados em uma relação coletiva. As expectativas são específicas, podem variar desde prazos, vi-

zinhos, obras, e desejos. A tendência é, portanto, particularizar os interesses em busca de soluções customizadas. Porém, a lógica das políticas públicas tem base generalista e busca encaminhar respostas universais e padronizadas. Essa divergência de linguagem é, ainda, um desafio a ser observado.

4.2.3. Diversidade de acordo com o contexto

Cada contexto traz sua exclusividade. Entre outras questões, chama atenção a conformação dos arranjos sociais existentes, onde as dinâmicas locais de poder se estruturam. As obras, quando localizadas em comunidades já consolidadas, parecem conseguir minimizar os impactos produzidos pelas forças criminosas e violentas, justamente pela presença das instituições.

Saiba mais



A seguir, dois exemplos de obras em comunidades já consolidadas:

O primeiro destinado a vítimas da chuva, residentes do complexo do alemão: “Depois do sorteio no Canteiro Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os condôminos vão participar do chamado encontro de integração, realizado por profissionais da Secretaria da Casa Civil. Durante uma semana e meia, os moradores do residencial poderão se conhecer e aprender juntos como cuidar de seus novos lares. Mas, o trabalho do PAC Social não termina com a entrega das chaves dos apartamentos. Os moradores serão acompanhados por seis meses. ... essas pessoas beneficiadas participam de reuniões conosco para conviver, se conhecer e criar a convenção do condomínio coletivamente. Após quinze horas de encontros, eles estarão aptos a se mudar. Os moradores só terão as chaves das unidades se fizerem esse curso. Isso é muito importante para manter a ordem desde o início. No final, eles podem se organizar para eleger um síndico e determinar a tarefa de cada um no condomínio - enfatizou Ruth Jurberg.” Fonte : <http://diariodacidaderio.blogspot.com.br/2010/11/moradores-do-alemao-mais-perto-do-sonho.html>

Destaque: matéria do jornal ‘O Globo », em 15.01.2014 : ‘... o Ayres enfrenta outros problemas. Os 421 imóveis foram entregues a famílias que vieram de diferentes comunidades do Rio controlada por facções rivais. Quase 90 apartamentos foram abandonados por moradores que se sentiam intimidados com vizinhos...

Para refletir



O que você entende por cultura de paz? Uma comunidade pacificada o que significa? Quem são atores que contribuem e os que dificultam para o estabelecimento de uma cultura de paz? Qual é o papel do técnico social na prevenção da violência?

A diversidade dos atores territoriais, demonstrada pelas distintas formas de associativismo (associações de moradores, grupos de jovens e mulheres, ONGs, instituições religiosas, escolas, posto de saúde, centros de assistência etc.), se contrapõe a grupos criminosos (juvenis ou adultos), cuja expressão e linguagem se baseiam na violência e coerção, que quando prevalecem no debate local, significam a derrota dos processos democráticos e sustentáveis.

Cultivar e estimular os arranjos sociais complexos e plurais são caminhos muito importantes, em especial nas áreas inabitadas que irão receber a população de diferentes localidades a partir de novo condomínio predial.

4.2.4. Estabelecimento de laços de confiança

Um dos pontos mais delicados da gestão do território é estabelecer processos dialogados em relações sem base de confiança. A descrença acumulada de processos inconclusos percebida pelas populações, somada a um também incrédulo processo de participação demonstrado pelos gestores públicos, dificulta uma relação transparente, participativa e autônoma.

Estabelecer uma relação franca e produtiva depende de boa vontade de todos e da determinação dos gestores públicos, que têm o mandato legal de conduzir os processos. Das iniciativas conhecidas, poucas são aquelas que conseguem superar as desconfianças e descrédito de parte a parte.

4.2.5. Sustentabilidade no pós-obra

Após a obra terminada, alguns elementos precisam ser combinados para que tenhamos um espaço efetivamente seguro. O legado deixado não deve ser apenas a obra, mas também uma cultura e os serviços assimilados. Sem prejuízo de muitos outros, destacamos os seguintes como interface entre planejamento urbano e segurança pública:

- modelo de prática policial baseada no respeito aos direitos, baixa letalidade e mecanismos de diálogo comunitário;
- amplo e qualificado acesso aos serviços públicos;
- mecanismos de participação plena de redes e grupos comunitários na discussão e solução dos problemas locais;
- priorização de espaços públicos, para uso coletivo e estimulador da convivência entre indivíduos.

5. Considerações finais

Neste capítulo, procuramos salientar a existência das diferentes violências presentes no cotidiano dos indivíduos, incidindo sobre suas vidas e reverberando na dinâmica comunitária. Destacamos, ainda, os parâmetros mundiais de medição da violência, com base em dados relativos à taxa de homicídios, e sua parcial significância na definição de políticas públicas cujo foco é a ampliação da segurança da população. A preocupação da segurança em abranger a proteção do conjunto da população – especialmente jovens, mulheres e idosos – justamente se dá, às vezes, por meio de silenciosos ciclos de perpetração da violência.

Por outro lado, é relevante buscarem-se caminhos sistêmicos para lidar com os conflitos, desde sua percepção simbólica, física e psíquica, valendo-se de métodos conhecidos de administração do conflito e de alguns elementos formadores de uma cultura de paz.

Esses temas foram enfatizados especialmente nos tópicos em que abordamos o aspecto relativo ao ambiente de intervenção urbana de construção de moradias populares, cujo impacto na vida das pessoas é de extrema importância, tanto no condizente ao exercício de sua cidadania cotidiana, no convívio com outros indivíduos, quanto no sentimento coletivo de proteção e garantia de segurança.

6. Atividade

Assinale a resposta em que todos os elementos descritos favorecem ao fortalecimento da cultura de paz.

- a. Autonomia, cooperação, trabalho em rede e competição.
- b. Trabalho em rede, obediência, cooperação e responsabilidade.
- c. Responsabilidade, autonomia, cooperação e trabalho em rede.
- d. Burocracia, responsabilidade, autonomia e cooperação.
- e. Burocracia, autonomia, segmentação e responsabilidade.

7. Referências

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BANDEIRA; BOURGOIS. **Armas de fogo**: proteção ou risco? Iser/Rio de Janeiro, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Ensaio Ética e Violência. Revista **Teoria e Debate**, ano 11, n. 39, 1998.

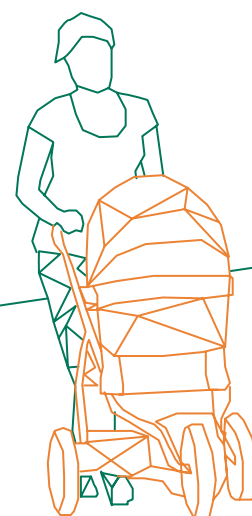
SENTO SE, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

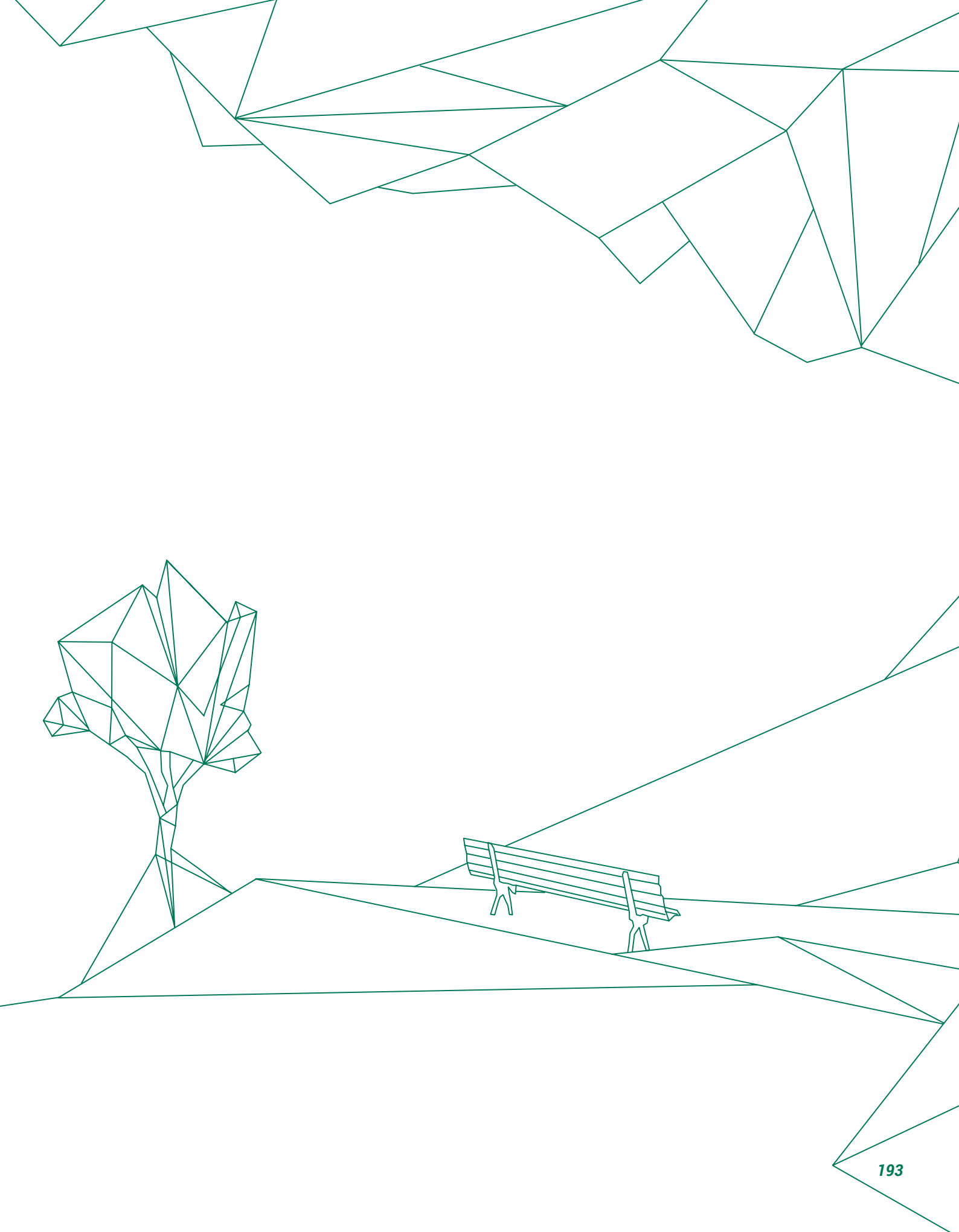
SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

VELHO, Gilberto. **Mudança, crise e violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos. (Org.) **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

ZALUAR, Alba. Oito temas para debate: violência e segurança pública. In: **Sociologia, problemas e práticas**. n. 38. Lisboa: Ed. CIES-IUL/ISCTE/Celta, 2002.







MÓDULO III

Instrumentos de planejamento

O Módulo III corresponde ao conteúdo relacionado aos Instrumentos de Planejamento. São cinco capítulos que em seu conjunto permitem ao estudante conhecer os elementos instrumentais próprios do planejamento do Trabalho Social. Começa mostrando, através do Capítulo 8, como planejar um Trabalho Social a partir da ideia da demanda aberta. Segue com o capítulo sobre Trabalho Social em intervenções territorializadas, ou seja, de projetos construídos a partir de um território definido no qual a participação é fundamental. O capítulo subsequente apresenta o conteúdo do chamado Plano de Desenvolvimento Socioterritorial a partir de uma visão conjunta dos elementos que constituem o território, em seus aspectos econômicos, sociais, ambientais, de articulação com a cidade, etc. O módulo finaliza seu conteúdo com o Capítulo 11 mostrando como elaborar um plano de reassentamento de famílias nos casos em que as populações obrigatoriamente devem, por diversos motivos, deixar suas moradias de origem; nesse caso, medidas compensatórias são necessárias.

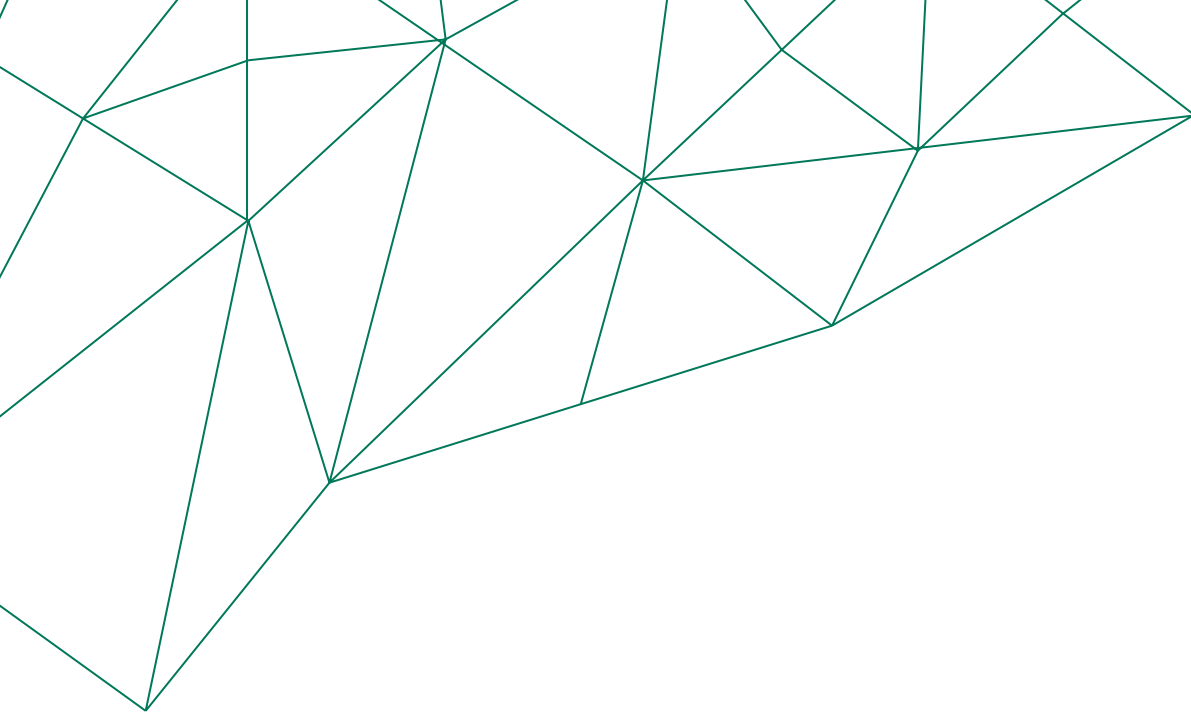






Projeto de Trabalho Social em intervenções territorializadas





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, vamos discutir o processo de formulação participativa dos instrumentos de planejamento do Trabalho Social (PTS-P e PTS) em intervenções de urbanização integrada de assentamentos precários, objeto de operações de repasse ou financiamento firmadas com o Ministério das Cidades, a partir da nova Portaria nº 21 (BRASIL, 2014). Ao mesmo tempo, vamos refletir acerca de estratégias de elaboração de projeto que favoreçam a participação da população no processo, a abordagem intersetorial, e a integração dos trabalhos no nível institucional, elementos que impactam na elaboração e implementação do Projeto de Trabalho Social.

1. Introdução

O tema deste capítulo é a elaboração do Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P) e do Projeto de Trabalho Social (PTS), dois dos instrumentos de planejamento do Trabalho Social associados a projetos de urbanização de assentamentos precários, que se constroem a partir de um território definido.

Seu texto de apoio foi organizado de modo a apresentar aos alunos os conteúdos mínimos do PTS-P e PTS, a serem elaborados em cada fase do processo de contratação e desembolso de recursos em projetos contratados com o Governo Federal; e trazer elementos de planejamento do processo de elaboração desses projetos numa perspectiva participativa e multidisciplinar a partir da experiência acumulada em projetos de urbanização de assentamentos precários.

Considerando os objetivos do capítulo, além deste texto é imprescindível a leitura da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) e da Portaria 317/13 relativa ao reassentamento de famílias, ambas emitidas pelo Ministério das Cidades e disponível em PDF no Ambiente Virtual.

2. Trabalho Social em Habitação e referências metodológicas importantes para seu planejamento e execução

Os conceitos importantes para subsidiar o processo de planejamento do Trabalho Social já foram tratados no Capítulo 1. Por isso, neste capítulo reforçaremos dois aspectos importantes.

O primeiro aspecto refere-se ao conceito de Trabalho Social em Habitação, definido pelo IEE/PUC como:

Um conjunto de ações inclusivas com caráter socioeducativo, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Habitacional, com as diretrizes dos programas e desen-

Para refletir



PROJETO

E o que esses conceitos do PES têm a ver com um Projeto de Trabalho Social? O Trabalho Social dos Projetos de Urbanização configura-se como uma ação de governo. E mais do que isto: elaborar um bom projeto exige explicar a realidade a partir de um determinado referencial, definir os problemas a abordar, a transformação da realidade que se busca, as ações necessárias para que tais transformações aconteçam, considerando a governabilidade de quem planeja e os meios para que elas sejam realizadas. Ou seja, o PES é uma boa metodologia para se formular um bom projeto de trabalho social. Mas há outras.

volvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle dos programas de moradia. (RAICHELIS et al., 2006, p. 24).

O Trabalho Social a ser planejado e implementado nos contratos firmados com recursos geridos pelo Ministério das Cidades está alinhado com esse conceito e deve ser desenvolvido junto aos beneficiários dos programas, por profissionais com formação compatível para tal. Ele:

[...] compõe-se de um conjunto de processos e estratégias de informação, mobilização, advocacy social, organização e participação da população, animação comunitária. São todos eles processos que dão ancoragem as intervenções habitacionais propriamente ditas. (CARVALHO; PAZ, 2006, p. 31).

O segundo aspecto a ressaltar refere-se aos conceitos do planejamento governamental do Planejamento Estratégico Situacional (PES) formulado por Carlos Matus. O PES é uma metodologia que dá suporte às práticas participativas de gestão. Matus (1993) define o planejamento moderno como um cálculo que precede e preside a ação, e como uma ação contínua, desde a fase de formulação, de execução e de monitoramento da intervenção.

No PES, o planejamento é norteado pelos problemas sociais. O problema é algo que tem solução e está no âmbito de ação de quem planeja. Ele é a expressão da vontade de mudar/superar uma realidade indesejável. Definidos os problemas, o passo seguinte é a definição dos resultados esperados com a ação planejada, após o que se define as “operações”, conceituadas como um conjunto articulado de iniciativas capaz de possibilitar total ou parcialmente a obtenção do resultado pretendido.

Outro conceito do PES que é estratégico para o processo de planejamento do Trabalho Social é o **Triângulo de Governo**, que preconiza que o planejamento e a intervenção sobre uma realidade pressupõem definir três questões: o **Projeto de Governo**, conteúdo das ações que quem planeja pretende realizar para alcançar seus objetivos; a **Capacidade de Governo**, que se refere à capacidade necessária à condução dos processos sociais na direção explicitada no projeto de governo; e a **Governabilidade**, que trata do poder de quem planeja sobre os elementos e atores necessários à realização do **projeto**.

3. Objetivos, diretrizes, fases e instrumentos da elaboração e implementação do Projeto de Trabalho Social

Neste tópico, vamos lembrar os elementos estruturantes a serem assegurados no Trabalho Social associado aos Projetos de Urbanização contratados com o Ministério das Cidades, nas diferentes fases de contratação, já tratados no Capítulo 1.

3.1. Objetivos

Os objetivos gerais e específicos estão definidos no Capítulo I da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) do Ministério das Cidades e estão sintetizados a seguir.

3.1.1. Objetivo Geral

“Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (BRASIL, 2014, p. 5).

Nos Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários, dadas as características de intervir em territórios constituídos, o PTS responde também a objetivos operacionais fundamentais para viabilização do projeto, como as mediações sociais necessárias à negociação da intervenção física e ao desenvolvimento das obras e reassentamentos, se previstos.

3.1.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do PTS devem ser formulados respeitando as exigências do Programa, mas considerando a realidade específica de cada área, população, intervenção proposta e os resultados pretendidos pelos agentes promotores. Os principais objetivos específicos do Trabalho Social colocados no Manual em seu Capítulo I estão assim sintetizados (BRASIL, 2014, p. 5):

- a. promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular sua plena apropriação pelas famílias beneficiárias;
- b. gerir ações sociais associadas à execução das obras contratadas e dos reassentamentos, quando houver;
- c. fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados.
- d. estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários;



Projeto de Urbanização Integrada Assentamento Batistini, Rua das Flores e Vila do Bosque - PAC2. Oficina “Desenhando nosso espaço de convivência: diversão, direitos e deveres” - DRUP (árvore de problemas e árvore de objetivos). Foto: Peabiru TCA / Acervo Prefeitura de São Bernardo do Campo.

e. apoiar a implantação da gestão condominial quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade;

f. articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local;



Projeto de Urbanização Integrada Assentamento Batistini, Rua das Flores e Vila do Bosque - PAC2. Oficina “Caminho das Águas: um olhar sobre nossos córregos e nascentes” - DRUP (mapa falante de centralidades e fluxos). Foto: Peabiru TCA / Acervo Prefeitura de São Bernardo do Campo.

g. fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação

de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, ao estímulo a sua autonomia e à geração de renda;

h. apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada deles, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida;

i. fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários;

j. articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação.

k. fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes;

l. contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da permanência das famílias no novo habitat, da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos. (BRASIL, 2014, p. 5-6).

Observadas as peculiaridades dos territórios e projetos, outros objetivos específicos devem ser considerados, tais como:

a. estabelecer os instrumentos de gestão participativa para decisão, monitoramento, acompanhamento e avaliação das diversas etapas de execução do projeto, inclusive com a constituição da Instância de Gestão Participativa/Acompanhamento de Obras e Ações desde o momento inicial do Trabalho Social;

- b. estabelecer mecanismos de comunicação que assegurem a toda a população o acesso às informações sobre o projeto;
- c. assegurar a participação das famílias nas decisões de projeto e no acompanhamento das obras, estabelecendo pactos claros quanto aos critérios de cadastros, soluções habitacionais, reassentamento e relocações, quando for o caso;
- d. desenvolver ações de educação sanitária e ambiental com vista à ampliação do conhecimento acerca do meio ambiente, ao fomento de atitudes e práticas, individuais e coletivas, ambientalmente sustentáveis;
- e. desenvolver o conjunto de ações de preparação e acompanhamento pós-obras, com ênfase no uso e na ocupação adequada dos novos ambientes construídos ou urbanizados, estabelecimento de relações positivas de conservação dos investimentos realizados e orientação quanto aos impactos dos novos gastos no orçamento familiar e, quando for o caso, preparação e fortalecimento da gestão condominial.

3.2. Diretrizes

As diretrizes para o Trabalho Social nos projetos habitacionais podem ser assim sintetizadas:

- a. fomento à organização comunitária visando à autonomia e à gestão democrática dos processos implantados;
- b. observância aos princípios da interdisciplinaridade e da intersetorialidade;
- c. adequação à demanda de modo a garantir o atendimento das especificidades da população beneficiária;
- d. disponibilização das informações do programa a todos os beneficiários;
- e. observância às características e peculiaridades quando se destinar às famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Saiba mais +

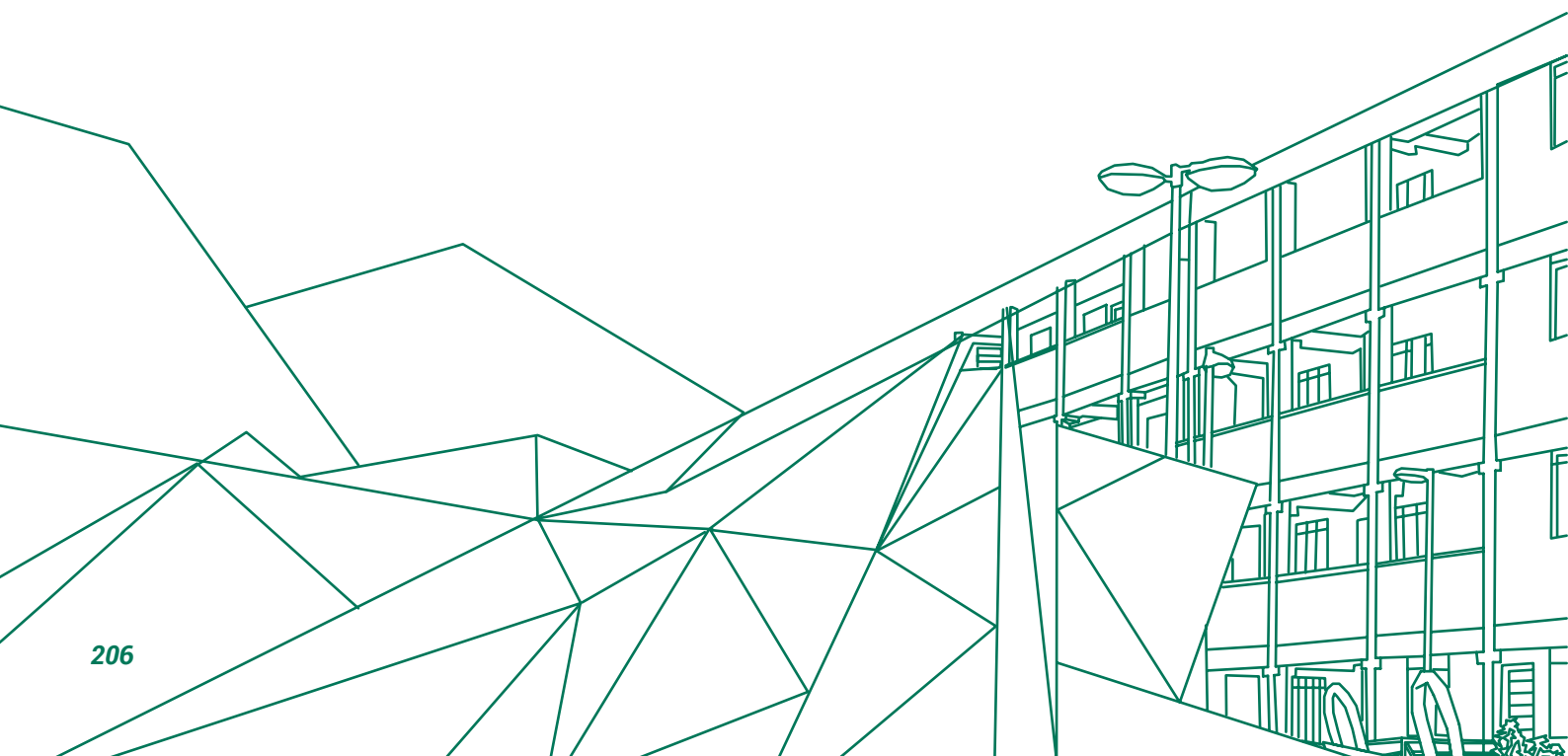
Mais elementos sobre o Trabalho Social em Habitação podem ser conhecidos na Apostila do Curso a Distância Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, realizado pelo Ministério das Cidades em parceria da Aliança de Cidades, no seguinte endereço: <http://migre.me/gHIYT>.

3.3. Fases e instrumentos de planejamento do Trabalho Social em contratos com o Ministério das Cidades

Conforme já tratado no Capítulo 1, para compatibilizar o processo de formulação e implementação do Trabalho Social com as características de estrutura técnica da maior parte dos agentes promotores e com os procedimentos de contratação dos empreendimentos habitacionais/ projetos de urbanização, mas também para assegurar avanços e saltos de qualidade nos resultados, a nova Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) do Ministério das Cidades estabeleceu distintos instrumentos de planejamento do Trabalho Social (PTS-P, PTS e PDST). Estes instrumentos são exigidos conforme a fase do processo de contratação, implementação e desembolso dos recursos.

A visualização dos objetivos, dos marcos temporais e das atividades principais de cada instrumento está facilitada no quadro síntese dessa nova concepção inclusa no Capítulo II, Item V do Manual (BRASIL, 2014), já apresentados no Capítulo 1.

O quadro a seguir contém a síntese do Manual acrescentada de alguns dados que facilitam a visualização das variáveis determinantes do processo de elaboração dos projetos.



Fases do processo de elaboração dos projetos

Fases	1. Pré-contratação	2. Pré-obras	3. Obras	4. Pós-obra
Marcos Temporais no PAC Urbanização	Da apresentação e seleção de propostas até a assinatura do contrato de repasse / financiamento	Da assinatura do instrumento de repasse/ financiamento até a Autorização de Início de Obras (AIO)	Da AIO até a conclusão das obras/ mudança das famílias	Da conclusão das obras ou mudança das famílias, pelo período de 6 a 12 meses após a conclusão das obras
Instrumentos de Planejamento	PTS-P*	PTS-P PTS	PTS PDST	PTS PDST
Atividades Principais	Execução das ações do PTS-P para a Fase Pré-Contratual (especialmente arrolamento de famílias ou equivalente) Elaboração do PTS-P /entrega e aprovação pelo Agente Financeiro	Execução das ações da PTS-P para a fase Pré-Obras Elaboração do PTS /entrega e aprovação pelo Agente Financeiro	Execução do PTS para a fase de obras Elaboração do PDST /entrega e aprovação pelo Agente Financeiro Eventual início da execução do PDST	Execução do PTS para a fase pós-obras Execução do PDST
Fonte de Financiamento das Atividades	Recursos Próprios do Agente Promotor/ pré-investimento	Recursos do Agente Promotor/ pré-investimento ou Recursos do Contrato de repasse / financiamento	Recursos do Contrato de repasse / financiamento, inclusive de contrapartida, se assim for previsto	Recursos do Contrato de repasse / financiamento, inclusive de contrapartida, se assim for previsto

Os próximos itens deste Capítulo tratarão de dois dos instrumentos de planejamento criados pelo Manual: o PTS-P e o PTS.

4. Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P)

Neste item, vamos debater o processo de elaboração e os conteúdos principais do *Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P)*¹, cuja formulação é condição para a contratação dos projetos integrados.

¹ O Manual trata mais deste Tema no capítulo II, subitem IV, tópico 2

4.1. Objeto e Objetivos do PTS-P

O PTS-P é o documento referente ao Trabalho Social exigido para a contratação da operação habitacional entre o Ministério das Cidades e o Agente Promotor. Ele traz a caracterização geral – simplificada – da área de intervenção, da população beneficiária, da intervenção física e do objeto da contratação estabelecendo os objetivos e o escopo geral do Trabalho Social a ser implementado, bem como o valor destinado para o Trabalho Social no Valor de Investimento (VI) do Contrato de Repasse/ Financiamento.

4.2. Processo de formulação do PTS-P : ações estratégicas e etapas de execução

A elaboração do PTS-P foi concebida para ser simplificada, podendo ser feita a partir de dados secundários, exceto quanto ao arrolamento das famílias da Área de Intervenção. Para este capítulo, optamos por tratar das atividades como se estivéssemos em processo de elaboração do PTS-P, o que pressupõe estabelecer um roteiro de atividades.

O processo de trabalho aqui sugerido foi organizado em 4 ações estratégicas que estão detalhadas a seguir.

4.2.1. Ação estratégica 1 – ações preliminares de planejamento e interação com a área e sua população

Esta ação tem um ponto de partida a ser estabelecido com as equipes integradas (urbanismo e fundiário) que é a definição das poligonais de trabalho, tanto da área de intervenção (que será objeto de arrolamento de imóveis), quanto da macroárea (que será objeto de levantamento de dados gerais de caráter secundário). Pelas suas características, dividimos esta ação em 2 etapas, parte das quais podem ser desenvolvidas de forma simultânea.

- Etapa 1 – Planejamento dos Trabalhos;
- Etapa 2 – Ações preliminares e preparação da entrada das equipes de trabalho nas áreas.

4.2.2. Ação estratégica 2 – Levantamento de dados e arrolamento de famílias

A organização desta ação pressupõe a definição de uma metodologia e das fontes de trabalho para a caracterização da(s) área(s). Esta aqui organizada em 3 etapas.

- Etapa 1 – Arrolamento e Selagem dos Imóveis da Área de Intervenção;
- Etapa 2 – Levantamento de Dados Secundários para formulação do PTS-P;
- Etapa 3 – Levantamentos Qualitativos sobre histórico, organização social, potencialidades e vulnerabilidades.

Lembre-se



O Manual permite a adoção de estratégias diferenciadas para assentamentos que possuem alta densidade demográfica e/ou territorial quanto às ações de Arrolamento e Cadastramento Socioeconômico das Famílias/Imóveis.

4.2.3. Ação estratégica 3 – elaboração da proposta técnica do PTS-P

Aqui estão atividades a serem realizadas com o objetivo de elaborar o documento técnico de responsabilidade do Trabalho Social a ser apresentado para contratação da operação. Dadas as definições institucionais necessárias, o processo de trabalho está sugerido aqui em duas etapas.

- Etapa 1 – Articulação Institucional e Planejamento com a Equipe Integrada;
- Etapa 2 – Elaboração do Projeto de Trabalho Social Preliminar – PTS-P.

Para esta ação acontecer de forma adequada, é importante que:

- a fase de levantamento de dados esteja concluída;
- sejam assegurados os debates com os atores institucionais envolvidos para integração dos estudos e construção de uma visão comum dos problemas a enfrentar, para as definições estruturantes do que o PTS-P deve propor para o PTS, inclusive quanto a contratações da fase subsequente.

4.2.4. Ação estratégica 4 – planejamento participativo das ações com a população

No Manual, o planejamento participativo não é obrigatório nesta fase de pré-contratação. Entretanto, ele é recomendado para um bom projeto, de modo a assegurar que a discussão do Projeto Integrado com a população se dê desde o início.



Projeto de Urbanização Integrada Assentamento Batistini, Rua das Flores e Vila do Bosque – PAC2. Foto: Peabiru TCA / Acervo Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Lembre-se



Embora esta ação seja de iniciativa do Trabalho Social estas etapas do trabalho devem ser realizadas pela Equipe Multidisciplinar, uma vez que os dados a apresentar à população são resultado do trabalho de campo de todos os profissionais envolvidos na intervenção.

4.2.5. Conteúdos do PTS-P a ser formulado para a contratação e fase pré-obras

Para este capítulo, optamos por trazer os conteúdos como se estivéssemos trabalhando no processo de elaboração do PTS-P, o que pressupõe estabelecer um roteiro do documento. Naturalmente, cada profissional organizará seu

roteiro na sua lógica. Mas vamos trabalhar aqui seguindo um roteiro que organiza os pontos básicos a serem apresentados no documento.

Ficha técnica de identificação do projeto e do proponente:

- identificação da intervenção;
- identificação do órgão responsável;
- identificação da equipe técnica.

Capítulo 1 – Caracterização da intervenção integrada e do contexto de desenvolvimento do Trabalho Social: síntese da intervenção a ser contratada que demanda o Trabalho Social.

Capítulo 2 – Caracterização socioterritorial da área de intervenção: trata-se de uma caracterização preliminar e, exceto quanto ao arrolamento de imóveis e famílias, os demais dados poderão ser obtidos a partir de dados secundários.

Capítulo 3 – Justificativa e Objetivos do Trabalho Social - define os objetivos geral e específicos do Trabalho Social que devem ser detalhados no PTS e apresenta brevemente as necessidades do Trabalho Social considerando a intervenção a ser realizada e define os objetivos geral e específicos do Trabalho Social que devem ser detalhados no PTS.

Capítulo 4 – Estratégias, Eixos e Ações Estruturantes do Trabalho Social na fase pré-obras e para elaboração do Projeto de Trabalho Social (PTS): trata-se de apresentar as estratégias gerais para o desenvolvimento dos eixos do Trabalho Social, na fase do PTS-P considerando o contexto da intervenção e as normativas do Trabalho Social e também as ações a serem desenvolvidas até a elaboração do PTS.

Lembre-se



Em seu Capítulo II, Item V, tópico 4, O Manual do Trabalho Social aponta as atividades principais, a serem realizadas após a assinatura do Contrato de Repasse/Financiamento do Projeto Integrado, na fase pré-obras.

Capítulo 5 – Equipe a ser mobilizada para a elaboração do Projeto de Trabalho Social (PTS) e Regime de execução dos serviços: neste tópico deve ser apresentada a equipe a ser mobilizada para a execução da próxima etapa de trabalho. Abrange a apresentação da equipe própria e a opção de regime de execução/contratação das ações do Trabalho Social (indireta, direta, ou mista

- direta e indireta), descrevendo, quando for o caso, o procedimento licitatório para as ações a serem executadas de forma terceirizada (poderão ocorrer mais de um processo licitatório) diferenciando por item.

Capítulo 6 – Orçamento estimativo para elaboração e execução do PTS e para elaboração do PDST: como se trata de um projeto preliminar, têm-se aqui os valores globais para o Trabalho Social, definidos a partir do valor do investimento a ser contratado. Deve-se apresentar os valores de referência a desembolsar para as próximas fases contratuais do Trabalho Social, definindo valores de referência para elaboração do PTS e valores de referência para implementação do PTS e elaboração do PDST.

Capítulo 7 – Cronograma de Atividades para elaboração e execução do PTS e para elaboração do PDST: trata-se de cronograma geral preliminar compatibilizado com o Cronograma de Obras, com a previsão das atividades da Fase Pré-Obras incluindo, quando for o caso, as etapas relativas ao processo licitatório. Aqui deve ser estabelecido o prazo de detalhamento do PTS e da execução do Trabalho Social na fase de obras e pós-obras.

Capítulo 8 – Cronograma físico-financeiro estimado para elaboração e execução do PTS e para elaboração do PDST: este cronograma compõe o Cronograma Geral do Contrato de Repasse/Financiamento. Assim, ele apresenta a estimativa de desembolso das atividades inerentes à fase pré-obras, mas também das demais fases que integram o contrato. Nesta fase, pode ser feito global ou estimativo por fases e seu detalhamento deverá acontecer quando da elaboração do PTS.

Lembre-se



No PAC, a entrega e aprovação do PTS-P é condição para a assinatura do contrato de repasse/financiamento.

5. Projeto de Trabalho Social (PTS) a ser formulado para a fase de obras e pós-obras

Neste item, vamos debater o processo de elaboração e os conteúdos essenciais da proposta técnica do Projeto de Trabalho Social (PTS), também conceituado no Capítulo 1, e elemento estruturante do Trabalho Social a ser implementado na fase de obras e pós-obras.

O **projeto** é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações. É a unidade elementar do processo sistemático de racionalização de decisões. (...) É o instrumento mais próximo da execução, devendo detalhar as atividades a serem desenvolvidas, estabelecer prazos, especificar recursos humanos e materiais e estruturar receitas e custos. (BAPTISTA, 2000 apud PAZ; TABOADA, 2010, p. 97).

5.1. Objeto e objetivos do PTS

O PTS é o documento que apresenta o diagnóstico da área de intervenção, os objetivos e as metas do Trabalho Social e as ações a serem realizadas nas fases de obras e pós-obra (BRASIL, 2014). Ele é elaborado na fase que antecede ao início de obras, mas quando a operação já está contratada, estando, portanto, integralmente definidos: a área de intervenção, a população afetada e os tipos de impactos, entre outros elementos.

Tem como objetivo sistematizar o conjunto de conteúdos necessários à execução física e financeira do Trabalho Social a ser desenvolvido nos quatro eixos previstos pela Portaria nº 21 (BRASIL, 2014), considerando a intervenção habitacional contratada e os problemas e potencialidades identificadas na área e na população. Inclui ainda a caracterização inicial da macroárea em que se insere o projeto, bem como o cronograma de elaboração do PDST, que tratará da ação nessa macroárea.

O conteúdo previsto na nova Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) para o PTS guarda muitas semelhanças com o PTTS exigido anteriormente e as experiências anteriores de elaboração de PTTS certamente serão úteis nesse processo.

Para refletir



PROJETO

O projeto é instrumento de um processo maior, que responde aos objetivos para o qual o trabalho é desenvolvido. E não pode ser visto como uma “receita de bolo”.

Como estão os projetos que você tem elaborado?

Para refletir



PTS

Para atender as diretrizes da Política Nacional de Habitação, deve-se buscar formular e implementar o PTS com Participação Popular.

Você está cuidando disso nos Projetos em que está trabalhando?

Lembre-se



A entrega e aprovação desse documento é condição para Autorização de Início de Obras dos Contratos de Repasse/Financiamento do PAC.

5.2. Processo de elaboração do PTS: ações estratégicas e etapas de execução



Projeto de Urbanização Integrada Assentamento Batistini, Rua das Flores e Vila do Bosque – PAC2. Plantão de atendimento: discutindo caso a caso. Foto: Peabiru TCA / Acervo Prefeitura de São Bernardo do Campo.

O planejamento da elaboração do **PTS** pode variar conforme as metodologias escolhidas.

A seguir estão elencadas ações estratégicas necessárias para cumprir o escopo básico.

5.2.1. Ação estratégica 1 – planejamento do processo de elaboração do PTS e interação com a área e sua população

Pelas suas características, esta ação está dividida em 3 etapas, parte das quais podem ser desenvolvidas de forma simultânea.

- Etapa 1 – Planejamento dos Trabalhos com as equipes técnicas e institucionais: o desenvolvimento dos trabalhos pressupõe a definição da equipe do proponente que atuará no PTS. As atividades previstas nesta etapa são diferentes se a decisão do Proponente for contratar assessoria para elaboração (e, eventualmente implantação) do PTS. No caso da opção de Contratação da Assessoria Especializada para elaboração do PTS, efetivar a contratação será o primeiro passo.
- Etapa 2 – Ações preparatórias à entrada das equipes de trabalho nas áreas nesta fase: abrange as atividades de contato inicial e entrevistas com lideranças, reuniões com a população e suas lideranças e gestores dos Equipamentos Públicos e Comunitários da área.
- Etapa 3 – Ações Contínuas de Garantia de Informação, Mobilização e Interação com a População: esta etapa se refere às atividades de informação que são contínuas em todo processo. A Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) prevê para esta fase: intensificação da atuação do plantão social e produção e veiculação de materiais informativos aos beneficiários sobre a intervenção.

5.2.2. Ação estratégica 2 – levantamento de dados

A organização desta ação estratégica depende muito da metodologia a ser adotada para a construção do diagnóstico. Diversas metodologias podem ser usadas.

Saiba mais +

Existem diversas metodologias de diagnóstico participativo, nas quais o processo de levantamento de dados é parte do processo geral de formulação do diagnóstico (veja mais sobre este tema no Capítulo 10).

Uma forma convencional de se obter dados amplos e consistentes é organizar a coleta de dados em três etapas, da seguinte forma:

Para refletir



O PROCESSO DE TRABALHO

É muito importante no processo de formulação do PTS que não se caia em vícios comuns da formulação de projetos sociais, tais como: formular objetivos para os quais não se desenha ações ou cujas ações estão fora da governabilidade da equipe Trabalho Social; e, ainda, propor ações que dependem de Recursos Humanos e materiais de outros atores, os quais não estão comprometidos com as mesmas. Você está tendo este cuidado nos projetos que formula?

- Etapa 1 – Checagem do Arrolamento e Selagem dos Imóveis da fase do PTS-P: se o arrolamento não foi completo no PTS-P, deve ser feito completo nesta fase.
- Etapa 2 – Pesquisa Socioeconômica Censitária: levantar de forma cadastral o conjunto de informações sobre os domicílios e as famílias que ocupam a (s) área (s), de forma a subsidiar o diagnóstico e os diversos aspectos dos projetos a serem desenvolvidos.
- Etapa 3 – Levantamentos Qualitativos e de Dados Secundários na área de intervenção e macroárea: buscam aprofundar o conhecimento das condições da área, sua história, organização social, cobertura de equipamentos e serviços e subsidiar diagnóstico em relação à análise de potencialidades e vulnerabilidades.

5.2.3. Ação estratégica 3 – elaboração do Diagnóstico e da Proposta Técnica de Trabalho Social

Ela abrange etapas e atividades de integração institucional do diagnóstico e das propostas técnicas, bem como da formulação dos documentos técnicos de responsabilidade do Trabalho Social. O processo de trabalho é sugerido em três etapas, conforme descritas a seguir.

- Etapa 1 – Articulação Institucional e Planejamento Participativo: que agrupa atividades com o objetivo de integrar os estudos e construir uma visão comum dos problemas a enfrentar e formular uma proposta efetivamente integrada.
- Etapa 2 – Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e organizativo do Projeto de Trabalho Social: é importante que a fase de pesquisa socioeconômica e levantamentos de dados esteja concluída e seus resultados tenham sido debatidos com os atores sociais institucionais e com a população (Ação estratégica 4), elegendo os problemas principais e as potencialidades.
- Etapa 3 – Elaboração da Proposta Técnica de Estratégia, Ações e Componentes do Projeto de Trabalho Social: no próximo tópico deste texto abordaremos os conteúdos principais do PTS. As ações para sua elaboração demandam a consolidação do contexto da intervenção; a discussão e consolidação das diretrizes, estratégias e propostas de ações com as áreas envolvidas; e a própria elaboração do Documento Técnico do PTS.

5.2.4. Ação estratégica 4 – planejamento participativo das ações/apresentação e discussão dos estudos e projetos com a população e suas lideranças

Se refere ao processo de discussão e pactuação dos projetos com a população ao longo de toda a etapa pré-obras, quando o PTS está sendo elaborado. São atividades fundamentais para assegurar um processo participativo no qual as propostas – respeitados os limites técnicos, jurídicos e financeiros – reflitam as *expectativas da população*².

As etapas a seguir consideram as etapas técnicas de formulação do projeto.

- Etapa 1 – Devolução dos Dados Levantados e Construção do Diagnóstico Comum com a População.
- Etapa 2 – Apresentação e Discussão dos Projetos associados às obras com a Comunidade: destaca-se como fundamental nesta etapa o processo de trabalho com a população impactada pelas obras, especialmente a que será reassentada. Assim, realizam-se encontros que abordam os seguintes temas principais:
 - a. características das alternativas de solução habitacional propostas;
 - b. critérios de acesso às diferentes tipologias de solução;
 - c. ações de natureza fundiária e instrumentos de titulação e regularização das unidades;
 - d. ônus que passarão a arcar após a regularização, como prestação, impostos, e tarifas.

Como registra BRANT, no nosso Capítulo 1: “É preciso evoluir de uma concepção de prática participativa, ainda persistente, de caráter mais consultiva, com profissionais coletando informações e dando ‘devolutivas’ aos moradores, para um modelo mais “cooperativo”, onde os moradores já participam ativamente”

- Etapa 3 – Apresentação e Discussão do Projeto de Trabalho Social para a Fase de Obras e Pós-Obras: com Lideranças e/ou Instâncias de Gestão Participativa e/ou Agentes Sociais representativos da População.
- Etapa 4 – Ações de Fomento à Organização da População, Capacitação das Lideranças e Integração com o poder público: esta etapa tem um

²Os Capítulos 2 e 10 abordam a questão da participação e suas metodologias

objetivo imediato e outro futuro. Pretende ser o espaço de discussão do projeto com as lideranças, favorecendo maior apropriação dos seus conteúdos e busca fortalecer a organização para a fase da implementação. Sua dinâmica é determinada pelo nível de organização da população e o prazo de elaboração dos projetos.

Lembre-se



Como esta ação se dará após o Contrato de Repasse/Financiamento ter sido firmado, se não tiver havido discussão anterior com a população sobre o Projeto Integrado, nesta fase trabalha-se os conteúdos definidos da intervenção urbano-habitacional e busca-se assegurar que o Trabalho Social formulado seja adequado ao estágio de apropriação da intervenção pela população.

5.3. Conteúdos principais do Projeto de Trabalho Social (PTS) para a fase de obras e pós-obras

A Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) do Ministério das Cidades define que a opção metodológica, o instrumental, as estratégias e as técnicas a serem utilizadas para implementação do Trabalho Social é uma escolha do Proponente/Agente Executor. Elas devem estar apresentadas no PTS e devem levar em conta, além dos aspectos técnicos e do tipo de intervenção, as peculiaridades culturais, sociais, econômicas e ambientais da área de intervenção e dos beneficiários, bem como a caracterização socioterritorial da macroárea na fase do PTS.

Considerando as informações básicas a serem apresentadas nos termos da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) e os demais elementos importantes na elaboração de um Projeto de Trabalho Social de caráter executivo trazemos a seguir uma proposta básica de Roteiro do PTS.

Ficha técnica de identificação do projeto e do proponente:

- dados cadastrais do proponente/agente executor e identificação do órgão responsável;

- nome e localização da intervenção (endereço);
- número total de famílias beneficiárias;
- identificação da equipe técnica.

Capítulo 1 – Contexto de Desenvolvimento do PTS frente à Intervenção Integrada Contratada: recomendamos que o conteúdo inicial a ser trabalhado no PTS seja o grupo de informações relativo à intervenção integrada a ser desenvolvida no Assentamento Precário e/ou na Área de Reassentamento, quando for o caso, já que é essa intervenção que estabelece as dimensões de território e tipologias de ações com as quais a equipe social deverá trabalhar.

São informações geradas pela equipe integrada, que estabelecem as bases para o planejamento da ação, que são importantes de serem apropriados pela equipe social para que esta possa estabelecer o diálogo cotidiano com a população. Abrange:

- características gerais da área de intervenção, da área de reassentamento (quando houver) e da macroárea em que estão inseridos;
- síntese do projeto de urbanização integrada;
- população beneficiária por tipo de intervenção e sua relação com o Trabalho Social;
- metas físicas de atendimento por tipo de solução habitacional;
- critérios e parâmetros para elegibilidade para solução habitacional;
- estratégia de reassentamento adotada (quando for o caso), incluindo soluções de moradia transitória, (também quando for o caso);
- cronograma de referência das obras e ações fundiárias;
- processo de discussão e apropriação do projeto com a população.

Saiba mais



Na Apostila do “Curso a Distância: Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários”, promovido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades em parceria com a Aliança de Cidades você poderá conhecer mais sobre Projetos de Urbanização Integrada de Assentamentos Precários. A Apostila está disponível no seguinte endereço: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PNUD_Curso_a_distancia_Miolo.pdf

Lembre-se !

Constitui também elemento do contexto do projeto a ser apresentada, a forma como se deu o processo de discussão do projeto com a população e suas lideranças e a participação dos mesmos nesta construção, bem como o nível de interação e aceitação (ou não) estabelecido. Estes elementos fazem muita diferença no Trabalho Social a ser planejado.

Capítulo 2 – Diagnóstico Socioterritorial: pode-se agrupar a apresentação do diagnóstico socioeconômico e organizativo da fase do PTS em quatro grandes tópicos:

- características do banco de dados do projeto (o que é censitário, o que é amostral, etc);
- diagnóstico socioeconômico da população e da área de intervenção;
- caracterização da macroárea.
- síntese diagnóstica e análise de vulnerabilidades, potencialidades e riscos da área de intervenção e interação com a macroárea.

No PTS, que é elaborado na fase pré-obras, esta caracterização inclui necessariamente as condições de acesso a políticas sociais, equipamentos públicos e serviços para a população da área de intervenção e seu entorno, elementos que têm impacto no planejamento do PTS.

No processo de análise dos dados levantados é importante comparar os dados das áreas com dados relativos ao município, de modo a se obter informações mais efetivas sobre as condições de exclusão urbana e de vulnerabilidade social do assentamento em relação à cidade.

Outro aspecto refere-se à sustentabilidade socioeconômica das soluções geradas incluindo a capacidade de pagamento para os retornos financeiros correspondentes ao acesso às soluções adequadas. É importante uma análise clara dos custos a serem repassados para as famílias (incluindo as taxas), frente à capacidade de pagamento das mesmas, e a indicação de medidas para enfrentar eventuais impactos negativos ou incapacidade de retorno.

Capítulo 3 – Objetivos, Justificativa e Estratégia do Trabalho Social a ser desenvolvido na fase de obras e pós-obras: neste capítulo, são apresentados os

conteúdos estratégicos do Trabalho Social proposto para a intervenção contratada. Eles devem estar ancorados na definição do Trabalho Social do Manual, no Capítulo I, item I:

conjunto de estratégias, processos e ações, (...) visando promover o exercício da participação das famílias atendidas pela intervenção, e em articulação com as demais políticas públicas, a inserção social dessa população, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

Este capítulo abrange os seguintes tópicos principais:

- objetivos – neste tópico apresenta-se os objetivos do PTS proposto, considerando as definições da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) e as características da intervenção.
- justificativa e estratégias de execução do PTS – cada projeto traz particularidades que podem determinar a estratégia de execução adotada, as quais devem ser explicitadas no projeto.

Capítulo 4 – Estruturação das Atividades do Trabalho Social a ser desenvolvido por eixos na fase de obras e pós-obras.

Conteúdo fundamental do PTS, segundo as definições do Manual, no tópico do PTS relativo a Ações e Estratégias devem ser detalhadas “as atividades, os mecanismos, a metodologia, técnicas e instrumentos a serem utilizados e a sequência de operacionalização, considerando o conteúdo descrito nos 4 (quatro) eixos” (BRASIL, 2014, p. 14), nas Fases de Obras e Pós-Obra, para a Área de Intervenção e na Área de Reassentamento, quando houver. Neste sentido, a apresentação das ações pode ser agrupada de diversas formas:

- por eixos, e dentro dele divide-se em fase de obras e pós-obras;
- por fase de obras e pós-obras, e dentro de cada fase agrupa-se as atividades por eixos;
- e ainda, por território (Área de Intervenção e Área de Reassentamento) e dentro de cada território, apresenta-se atividades por eixos e fases.

Neste roteiro, optamos por agrupar por eixos, destacando os elementos específicos das fases de obras e pós-obras e das áreas de intervenção e área de reassentamento, quando for o caso. Na sequência dos eixos, registramos o

quinto grupo de atividades a ser previsto no PTS, na fase de obras, que se refere à elaboração do PDST.

Planejamento de Atividades do EIXO 1 – mobilização, organização e fortalecimento social.

Este eixo foi tratado de forma aprofundada no Capítulo 2. O Manual prevê que nele devem ser detalhadas as atividades voltadas a:

assegurar processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover à autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social. (Disponível em: <http://pt.slideshare.net/associacaocohabs/trabalho-social-mcmv-far>).

Nas ações deste eixo devem estar claramente definidas, desde o início, as instâncias do processo de gestão participativa propostas no PTS, incluindo: criação ou fortalecimento de instâncias de representação na comunidade para acompanhamento de obras e de reassentamento, oportunizando eventuais negociações de ajustes às obras.



Oficina Participativa de Diagnósticos e Diretrizes. Foto: Boldarini Arquitetura / Fábio Knoll / Acervo Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Lembre-se



Na fase pós-obras ganham destaque neste eixo:

- as atividades de consolidação dos espaços públicos de participação e controle social fomentados/constituídos ao longo da fase de obras;
- a integração das organizações sociais vinculadas ao Projeto de Urbanização com as organizações sociais atuantes na área de reassentamento (quando houver área de reassentamento).

Planejamento de Atividades do EIXO 2 – Acompanhamento e gestão social da intervenção

Este eixo agrupa as ações que têm como foco o Trabalho Social diretamente associado à intervenção urbano-habitacional. Seu planejamento variará muito conforme o tipo da intervenção planejada e o nível de apropriação e adesão da população. Dados esses componentes, ele apresenta atividades que têm um foco maior na fase de obras e outros que têm mais foco na fase pós-obras e, por isso, em termos de planejamento e cronograma, devem ser apresentadas e agrupadas pela fase de referência.

EIXO 2 – acompanhamento e gestão social da intervenção na fase de obras

Abrange todo o suporte social e as mediações junto à população para o acompanhamento das obras de urbanização e melhorias habitacionais; a pactuação, preparação e execução dos reassentamentos e relocações; a orientação das populações do entorno imediato das obras; e o apoio ao processo de regularização fundiária. Deve abranger ainda ações para inibição da expansão de ocupações irregulares.

Lembre-se



O planejamento operacional no momento inicial da fase de execução de obras também é muito importante!

Por melhor que seja o planejamento feito no Projeto de Trabalho Social, de maneira geral, mas especialmente em projetos em que tenha transcorrido um prazo longo entre sua elaboração e o início das obras, é fundamental realizar uma atualização do planejamento no início da fase de execução, quando todos os atores estão definidos. Este planejamento deve envolver: coordenação, equipes setoriais, empreiteira e gerenciadores, quando for o caso. Esta atualização tem como foco essencial a compatibilização do cronograma operacional de Trabalho Social com o Plano de Ataque da Obra, atualizado após contratação do responsável pela execução das obras e da renovação do pacto das ações a executar com aqueles que serão responsáveis pela sua implementação.

Saiba mais +

O Manual estabelece que nas operações vinculadas PAC/MCMV é necessário o encaminhamento ao Agente Operador/Financeiro, da relação das famílias beneficiárias de unidades habitacionais, até que a obra do MCMV atinja 30% de execução das obras da produção habitacional, visando a torná-las aptas para a assinatura de contrato

EIXO 2 – Acompanhamento e gestão social da intervenção na Fase Pós-Obras

Na fase pós-obras este eixo é especialmente estratégico em projetos de urbanização que preveem um grande volume de reassentamentos, os quais significam em geral uma ruptura com as práticas urbanas anteriores conhecidas pelos moradores e que demandam um trabalho de apoio e orientação para adaptação ao novo local de moradia. Exige também uma ação forte no controle urbanístico e na manutenção dos ganhos de inserção urbana conquistados, em função da situação anterior de vínculo entre irregularidade da ocupação e ausência de regras de cidade. As etapas/ações principais de organização do trabalho na fase pós-obras serão bastante diferenciadas de acordo com os projetos.

O Manual, no Capítulo II, item II, subitem 3, indica que **é de competência dos Proponentes/Agentes Executores**: cadastrar os beneficiários de unidades ou de melhorias habitacionais no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e registrar o benefício direto concedido pelo

MCIDADES, sendo essa responsabilidade exclusiva dos entes municipais independente de atuarem como Proponentes/Agentes Executores.

Lembre-se



Gestão Condominial, tema tratado no Capítulo 6, é um elemento estratégico no planejamento da fase pós-obras em intervenções com habitações em condomínio, especialmente com soluções verticalizadas.

Planejamento de Atividades do EIXO 3 - *Educação Ambiental e Patrimonial*³

³Este tema foi tratado de forma aprofundada no Capítulo 4.

Este eixo tem caráter transversal a todo o projeto e nele o PTS deve propor, tanto na fase de obras quanto na de pós-obras, ações e metodologias que possibilitem a ampliação do conhecimento da população sobre as condições ambientais da área em que reside ou vai residir, bem como informações de uso e conservação das obras implantadas pelo projeto e sobre práticas ambientais sustentáveis. As etapas e ações a serem planejadas estão vinculadas à metodologia de trabalho que for escolhida.

Planejamento de Atividades do EIXO 4 - Desenvolvimento socioeconômico

O Manual estabelece em seu capítulo II, tópico III, item 4, que este eixo foi concebido para promover:

A articulação de políticas públicas visando à inclusão produtiva, econômica e social, abrangendo o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, o planejamento e gestão do orçamento familiar, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida (...), fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo. (BRASIL, 2014, p. 11).

Para melhor objetivar o planejamento das ações, sugere-se inserir neste eixo as ações para garantia do acesso às políticas sociais básicas, especialmen-

⁴ A intersetorialidade é a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social (...) Ela norteia “uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.” (JUNQUEIRA, 2005 apud PAZ TABOADA, 2010, p. 38).

te em projetos que preveem reassentamento. Este é o eixo em que a *intersetorialidade*⁴ é determinante para sua efetividade e o grupo de ações será tanto mais amplo quanto for o nível de comprometimento institucional com a integração, por isso, ele demanda muito investimento em articulação institucional.

Planejamento das Atividades para Elaboração do PDST

No PTS devem ser apresentadas as atividades que subsidiarão a formulação do PDST, assim como os prazos de sua execução, de acordo com o conteúdo previsto na Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) do Trabalho Social.

Saiba mais +

O processo de formulação e o conteúdo do PDST são temas do Capítulo 10.

Capítulo 5 – Regime de execução dos serviços e da equipe a ser mobilizada para a execução do Trabalho Social na fase de obras e pós-obras e para elaboração do PDST

Neste capítulo do projeto, é necessário dimensionar e apresentar a equipe prevista para realizar o conjunto de atividades propostas, considerando a equipe mobilizada diretamente pelo executor e as equipes e serviços a serem contratadas, se esta for a decisão.

O dimensionamento da equipe precisa estar intrinsecamente vinculado ao conjunto de atividades planejadas, ao tamanho e à condição da população abrangida pela intervenção e ao tempo para execução do conjunto de atividades.

Nos termos definidos na Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) em seu Capítulo II, item IV, tópico 3, é necessária a “descrição das atividades/atribuições do responsável técnico pelo PTS/Coordenador e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais” (BRASIL, 2014, p. 15), devendo ser explicitados aqueles que integram a equipe do Proponente/Executor e a(s) Equipe(s) a serem terceirizadas (se for o caso), explicitando o(s) procedimento(s) licitatório(s) para as ações executadas de forma terceirizada.

Ainda na Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) (no Capítulo II, item VII), está definido que é necessário assegurar:

Equipe técnica encarregada pelo planejamento, execução e avaliação das ações de Trabalho Social, que deverá ser multidisciplinar, constituída por profissionais com experiência de atuação em Trabalho Social, em intervenções de saneamento ou habitacionais, neste caso, com população de baixa renda. (IDEM, p.25).

São agrupamentos importantes de serem analisados e apresentados:

- a. equipe de coordenação do Projeto de Trabalho Social;
- b. equipe de campo;
- c. consultores especializados/responsáveis por ações específicas.

Neste tópico do documento, é necessário também explicitar se haverá uma *contratação global*⁵ de todos os serviços ou a contratação por tipo de serviços, e ainda, quando for o caso o estabelecimento de convênios, nos termos da Lei.

Lembre-se



Estabelecer a **coordenação geral do projeto integrado** é muito importante para o bom funcionamento da equipe multidisciplinar! Essa coordenação deve abranger: Coordenador de Projeto, Responsável Técnico por Projetos e Obras, Responsável Técnico do Trabalho Social, Responsável Técnico pelas ações jurídico-fundiárias; e, dependendo das características da área, um especialista ambiental.

Capítulo 6 – Orçamento para execução do PTS e para elaboração do PDST – Notas introdutórias

O Orçamento é conteúdo obrigatório do Projeto de Trabalho Social. É neste capítulo que devem ser apresentados os custos das ações e atividades a serem implementadas, com os recursos materiais, financeiros e humanos envolvidos no projeto. O Capítulo 12 tratará deste tema de formas mais aprofundadas.

São custos típicos na composição do orçamento para execução do PTS considerando as terceirizações mais comuns:

- a. serviços especializados de assessoria, consultoria e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social;

⁵O Capítulo II, Item VIII, subitem 1.1 da Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) trata das contratações terceirizadas, assim como o capítulo 12 do nosso curso.

- b. serviços especializados de pesquisa para execução e/ou atualização cadastral e criação do banco de dados cadastrais do projeto;
- c. material didático e de comunicação;
- d. realização de oficinas e eventos;
- e. realização de atividades para capacitação/atualização técnica da equipe;
- f. realização de atividades de capacitação profissional, geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico.

Lembre-se



O orçamento deve apresentar claramente os itens que compõem repasse/financiamento e os itens que compõem contrapartida (se houver). As horas técnicas da equipe própria do proponente podem ser apropriadas como contrapartida não financeira.

Capítulo 7 – Cronograma de Atividades de implementação do PTS e elaboração do PDST

O Cronograma de atividades sistematiza e organiza os marcos temporais do conjunto de atividades propostas para o Trabalho Social. Deve ser estruturado de forma compatível com o cronograma de execução da intervenção, apresentando claramente:

- a. o período correspondente ao Trabalho Social na fase de obra;
- b. os prazos de elaboração, entrega e implementação do PDST;
- c. o período correspondente à fase pós-obra (que pode variar entre 6 e 12 meses após a conclusão das obras).

Lembre-se



O Cronograma Geral do Trabalho Social poderá ser acrescido de até 3 (três) meses para realização da avaliação pós-intervenção, se ela for prevista no Projeto Integrado.

Capítulo 8 – Cronograma financeiro para execução do PTS e elaboração do PDST

Trata-se do Cronograma de Desembolso dos recursos destinados ao Trabalho Social, desdobrado em recursos de repasse/financiamento e recursos de contrapartida (se houver).

Precisa ser compatível com o cronograma de execução da intervenção, com o volume de atividades previstas por período e respeitar as fases de obras e pós-obra.



Oficina Participativa de Diagnósticos e Diretrizes. Foto: Boldarini Arquitetura / Fábio Knoll / Acervo Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Capítulo 9 – Estratégias de monitoramento do Trabalho Social e instrumentos de documentação das atividades

É necessário definir mecanismos de monitoramento integrado do projeto do ponto de vista das equipes, mas também o monitoramento e a avaliação participativa junto com a população e seus representantes, com vistas a incorporar os sujeitos implicados nas ações públicas e fortalecer o processo de aprendizagem social. Trata-se de instrumento fundamental para reorientar a ação e garantir a adequação entre a realidade e a ação.

Devem ser definidos previamente os indicadores de monitoramento e avaliação, formulados com vistas a apreender não apenas o processo, mas também seus resultados; os prazos de cada fase; e os instrumentos de documentação e monitoramento. Nesse sentido, vale a pena investir no processo de formulação de um sistema de monitoramento e avaliação mais amplo e con-

Para refletir



ENCONTROS DE AVALIAÇÃO PERIÓDICOS

Qual é a dinâmica de monitoramento dos Projetos em que você está envolvido?

sistente – eventualmente, inclusive com sistema informatizados de processamento e análise de dados.

A produção e análise da documentação técnica e o registro das ações constituem instrumentos indispensáveis para o processo de monitoramento, controle e redefinição de planejamento e devem ser explicitados no PTS.

Existem documentos que são obrigatórios para o controle físico e financeiro do Projeto e devem integrar o sistema de monitoramento. É destaque o Relatório de Atividades, que precisa se reportar ao Projeto Contratado/formulado, pois ele é o instrumento de verificação do cumprimento ou não do Projeto.

Considerando-se a periodicidade mensal de medição dos recursos, é importante garantir pelo menos uma reunião mensal da equipe integrada para monitoramento, acompanhamento e atualização do planejamento de ações e atividades do período; e também é recomendável prever **encontros de avaliação periódicos** (trimestral, semestral).

Capítulo 10 – Anexos

São anexos obrigatórios do Projeto de Trabalho Social todos os documentos que comprovam o cumprimento das exigências previstas no Manual, como a Pesquisa Socioeconômica Censitária, os Relatórios de Levantamentos Qualitativos, etc.

6. Considerações finais

Em palestra recente (2013), a Professora Maria do Carmo Brant, responsável pelo nosso Capítulo 1, trouxe uma reflexão muito adequada para encerramos este capítulo e esta aula:

Um bom projeto ou plano precisa assegurar governança e governabilidade.

Brant conceitua a Governança como a capacidade de tomar e executar decisões, garantindo sua continuidade no tempo e efetiva adesão pelos segmentos por elas afetados.

Ela cita Diniz (2000) para tratar da governabilidade como as condições sistêmicas sob as quais se dão os fluxos e oportunidades de poder de decisão, ou seja, pressupõe a negociação política, qualidade típica de um sistema político democrático. Nestes termos, conquistar governabilidade exige uma ampla articulação e negociação com os implicados na ação para que se obtenha contribuições, participação e adesão à intervenção, bem como os resultados desejados.

Em Projetos como os que tratamos aqui, Brant destaca que a conquista de governança e governabilidade vai demandar informação e debate ao longo do seu desenvolvimento junto aos moradores, comunidade, redes sociais, agentes governamentais e pressupõe a construção de alianças e pactos facilitadores, seja para a adesão ao projeto, seja para o seu desenvolvimento.

Invista em governança e governabilidade desde a fase de planejamento e em toda a implementação de projetos para ter uma ação de qualidade!

7. Atividade

A seguir serão encontradas as atividades obrigatórias no processo de contratação e implementação do Trabalho Social, e as fases do processo de contratação e implementação do Trabalho Social:

1. Elaboração do PDST
 2. Apoio e Fortalecimento à Gestão Condominial em intervenções com habitações com soluções condominiais
 3. Aprovação do PTS pela CAIXA
 4. Elaboração do PTS-P
 5. Encaminhamento ao Agente Operador/Financeiro da relação das famílias beneficiárias de unidades habitacionais no caso das operações vinculadas PAC/ MCMV
-
- a. Fase pré-contratação
 - b. Fase pós-contratação e pré-obras
 - c. Fase de obras
 - d. Fase pós-obras

Com base neste capítulo, associe quais fases do processo de contratação e implementação do TS se relacionam às atividades obrigatórias, e indique a ordem correta:

- a. c,d,b,a,c
- b. c, b,a,a,c
- c. c,d,b,c,a
- d. d,c,b,b,a
- e. a,b,d,c,a

8. Referências bibliográficas e bibliografia complementar

BAPTISTA, Myriam Veras. **O Planejamento Social** - Intencionalidade e Instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2002.

BOAS, Renata Villas (Org.). **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo: Pólis, n. 14, 1994.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Curso a distância: Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. DENALDI, R. ; SANTA ROSA, J. (Org.). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PNUD_Curso_a_distancia_Miolo.pdf>. Acessado em: 20/11/2013.

BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Caderno de Orientação Técnica Social – COTS. CAIXA Econômica Federal, 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo B.; PAZ, Rosangela D. Oliveira. **Conceitos básicos**: avaliação, indicadores, descritores e procedimentos metodológicos. Apresentação no Seminário Técnico sobre pós-ocupação - UAS/HBB do Programa Habitar Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/gJgEI>>. Acessado em: 20/11/2013.

CURY, Thereza Christina H. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. de.(coord.). **Gestão de projetos sociais**. 3. ed. rev. São Paulo: AAPCS-Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Manual de Instrução do Trabalho Técnico Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasil, 2014.

MATUS, C. **Política, Planejamento e Governo**. Brasília: IPEA, 1993. 2. v. (Série IPEA).

_____. Os Canais Institucionais de Participação Popular. In: VILLAS BOAS (Org.). **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo: Polis, no 14, 1994.

PAZ, Rosangela D. Oliveira; TABOADA, Kleyd J. **Apostila do Curso a Distância: Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Ministério das Cidades em parceria da Aliança de Cidades. Brasília, DF, 2010.

_____. Política nacional de habitação, intersetorialidade e integração de políticas públicas. In: **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Curso à distância. Módulo II, aula 02, 2010.

PONTUAL, Pedro. Pedagogia da gestão democrática das cidades. In: Participação Popular nos Governos Locais. **Revista Pólis**, São Paulo, n. 14., 1994.

RAICHELIS DEGENSZAJN, Raquel; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de M. C; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Relatório Final: Apresentação da Metodologia**. Programa de Locação Social – PLS. Instituto de Estudos Especiais. São Paulo: PUC, 2006.

SILVA, Luis Martins da. Comunicação, Mobilização e Mudança Social. In: **UNB - Série Mobilização Social**. Vol. II.

TORO, Jose B.; WERNECK, Nisia M. Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. São Paulo: Autêntica, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

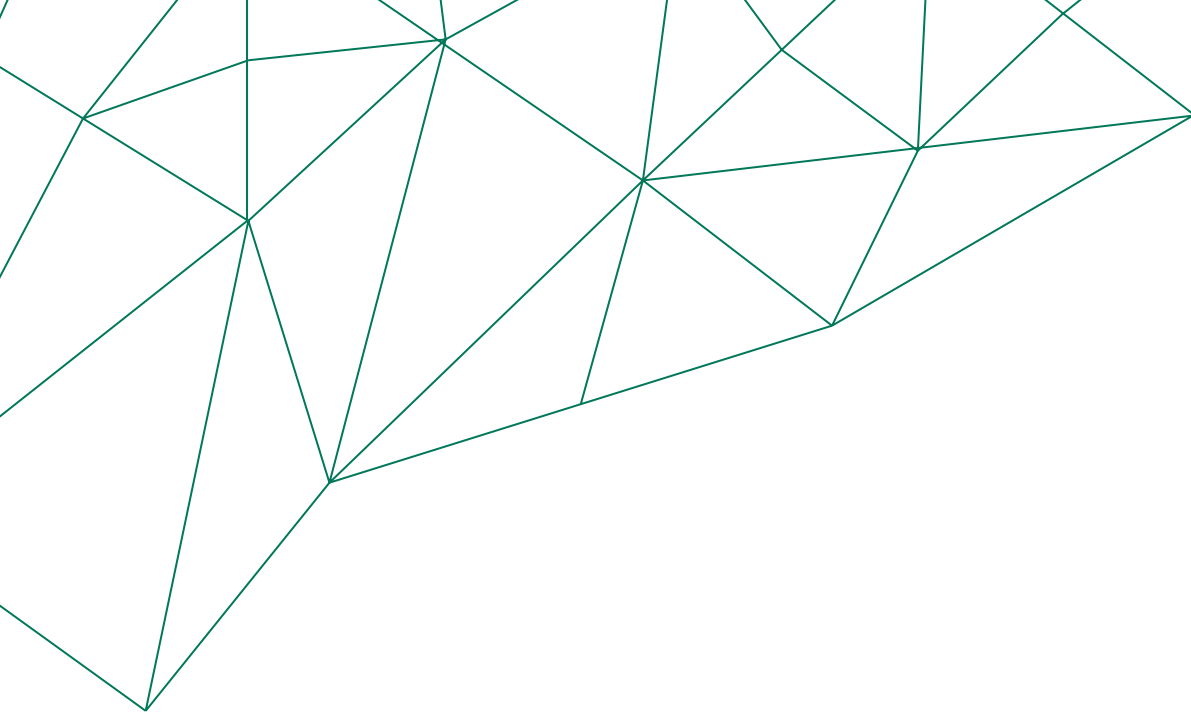
g



Foto: Acervo Caixa Econômica Federal / Divulgação

Projeto de Trabalho Social de intervenções destinadas à demanda aberta





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, reconhecemos as especificidades da demanda existente no cadastro habitacional local (demanda aberta) e como organizá-la de acordo com a oferta de programas habitacionais, com ênfase nos requisitos de enquadramento e seleção de beneficiários no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Refletimos também sobre a construção dos cadastros habitacionais, além disso abordarmos, de forma objetiva e pragmática, todos os desafios enfrentados no processo de elaboração do Projeto de Trabalho Social, levantando questões relacionadas aos seguintes temas: (i) caracterização da macroárea por dados secundários e a matriz de responsabilidades; (ii) cadastro e seleção da demanda; (iii) diagnóstico da população através de pesquisa socioeconômica quanti-qualitativa.

1. Introdução

Como atividade preparatória deste capítulo, recomenda-se a leitura da aula 07 do Primeiro Curso de Ensino a Distância (EaD) sobre Trabalho Social – Diagnóstico Social, autoras: Rosângela Dias Oliveira da Paz e Kleyd Junqueira Taboada uma vez que não temos a intenção de esgotar o tema diagnóstico. Um dos pontos levantados pelas autoras aponta que:

O diagnóstico é uma leitura da realidade, ponto de partida para o processo de planejamento do trabalho, considerado também como o marco zero para o monitoramento e avaliação dos resultados e dos impactos das ações. A elaboração do diagnóstico se baseia em diferentes informações primárias e secundárias, que relacionadas, permite chegar a uma compreensão e uma síntese de determinada situação e contexto. (PAZ; TABOADA, 2010, p. 87).

Aqui já temos um dos grandes desafios do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV): o diagnóstico, *a priori*, feito com dados secundários. Durante o curso apresentaremos formas de reverter essa situação.

Neste oitavo capítulo do segundo curso a distância do Ministério das Cidades, abordaremos a temática levando em consideração as especificidades do assunto no que diz respeito às diretrizes do Programa MCMV que prevê a seleção de famílias oriundas dos vários Programas Municipais com origens, tempos de acompanhamento social e identidade socioterritorial diversos que serão assentadas, em muitas vezes, em áreas e tempos comuns.

Todo o trabalho a ser realizado, nas suas diferentes fases e eixos, preconizará as diretrizes:

- estímulos ao exercício da participação cidadã;
- formação de entidades representativas dos beneficiários, estimulando a sua participação e exercício do controle social;
- intersetorialidade na abordagem do Trabalho Social;
- disponibilização de informações sobre as políticas de proteção social;
- articulação com outras políticas públicas de inclusão social;
- desenvolvimento de ações visando à elevação socioeconômica, à qualidade de vida das famílias e à sustentabilidade dos empreendimentos.

2. Conceitos

Abaixo alguns conceitos necessários para a compreensão do conteúdo do capítulo:

Diagnóstico socioterritorial: destina-se a apreender e interpretar os aspectos sociais, econômicos, produtivos e político-institucionais do território e da população beneficiária, buscando o envolvimento e a participação dos atores relevantes da comunidade, poderes públicos, setor privado.

Demanda Aberta: todo processo que leve em conta a livre candidatura ao benefício, sem a definição de qualquer restrição por cotas ou território.

Macroárea: região relativamente homogênea de vulnerabilidades e riscos sociais, que inclui uma ou mais áreas de intervenção física, próximas ao seu entorno com o qual tal(ais) área(s) de intervenção interage(m) para acesso aos serviços e equipamentos públicos, ao mercado de trabalho, às organizações sociais (comunitárias, ONGs e movimentos sociais).

Área de intervenção/PMCMV: área(s) que vier(em) a receber produção habitacional viabilizada pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Território: o espaço onde é projetada uma intervenção urbana; é composto pelo espaço físico-geográfico e diferentes atores com interesses nele – comunidade (em suas diversas representações), poderes públicos, movimentos sociais, agentes econômicos etc. Assim, o território é um conceito dinâmico, caracterizado por relações sociais, de poder, de convivência, e por interesses, expectativas e estratégias diversificadas.

Família: grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade e vivem sob o mesmo teto, compartilhando ganhos e despesas.



Faz-se necessário recordar os conceitos de Trabalho Social, PTS-P, PTS e PDST vistos em capítulos anteriores, mais especificamente, os capítulos 01 e 08 desta edição do EaD TS e a leitura da Portaria n. 595 do Trabalho Social. (Disponível em: <<http://migre.me/hBT0K>>).

3. Marco legal e regulatório

O primeiro recorte a ser feito para iniciar o diagnóstico é a análise do Marco Legal que define os critérios de levantamento de dados da seleção. É importante que os técnicos sociais tenham em mente que o referencial legal para essas ações possui uma evolução constante, exigindo a sua atualização periódica a respeito dos procedimentos e das normas para cadastro e seleção das famílias.

Para fins da temática proposta por esse capítulo, observamos algumas disposições legais que condicionam os elementos a serem abordados no Diagnóstico Social do MCMV, conforme os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 3º do Anexo I do Decreto n. 4.665, de 3 de abril de 2003, e considerando a Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, e o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 7.499, de 16 de junho de 2009 e a Portaria n. 595 de 18 de dezembro de 2013.

Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, serão observados critérios nacionais e adicionais de priorização, conforme segue o que diz a Portaria n. 595/2013:

4.1 São considerados critérios nacionais de priorização, conforme o disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- e
- c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

4.1.1 São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas

a desmoração e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

4.2 De forma a complementar os critérios nacionais; Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras poderão estabelecer até três critérios adicionais de priorização.

4.2.1 Os critérios adicionais deverão harmonizar-se com os nacionais, estabelecidos no subitem 4.1 desta Portaria.

4.2.2 Não poderão ser definidos critérios adicionais que priorizem o atendimento de candidatos a beneficiários cadastrados em data anterior à publicação da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009.

¹Esses critérios citados são exemplos, meramente ilustrativos, de critérios adotados por alguns municípios.

Dessa maneira, há de ser levado em conta pelos Técnicos Municipais as diretrizes existentes no município quanto à priorização da demanda e seleção de beneficiários para programas de Habitação de Interesse Social, dentre eles o PMCMV. Usualmente, são critérios adotados complementarmente nesse sentido, a comprovação de vínculo domiciliar com o município executor por um período específico de tempo, não possuir outro imóvel para moradia e não ter sido o responsável pela família beneficiada por programas de natureza habitacional nas *esferas federal, estadual ou municipal*¹.

4. Metodologia

O Trabalho Social no MCMV deverá seguir os mesmos elementos apresentados na Portaria n. 595/2013 e sistematizados abaixo com as suas especificidades detalhadas no decorrer do capítulo.

4.1. Planejamento

Como o trabalho de caracterização da macroárea por dados secundários e a matriz de responsabilidades acontece?

Os humanos são capazes de se ver no ato de ver, capazes de pensar suas emoções e de se emocionar com os seus pensamentos. Podem se ver aqui e se imaginar adiante, podem se ver como são agora e se imaginar como são amanhã. Identificar é a capacidade

de se ver além daquilo que os olhos olham, de escutar além daquilo que os ouvidos ouvem, de sentir além daquilo que toca a pele, e de pensar além do significado das palavras. (BOAL, 1998, p. 14).

Acreditando nessa concepção e conforme normas contidas na Portaria n. 595/2013, o Ente Público deverá contextualizar e caracterizar a macroárea para verificar os possíveis impactos e o fluxo do cenário atual X novas demandas de serviços nas redes públicas X cenário futuro. Portanto, não se deve restringir a coleta de informações apenas a estudos estatísticos. O depoimento de usuários e da população pode revelar outras faces dos problemas e atendimentos oferecidos. Por exemplo, o testemunho de antigos moradores pode ser interessante, principalmente no resgate do histórico do município, trazendo novas luzes sobre a conformação da questão social local e as formas tradicionais de seu enfrentamento.

A fase de planejamento do Empreendimento prevê fases importantes do Trabalho com a participação da equipe técnica da área social. São elas:

Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P):

- a. Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P): a ser apresentado pelo Ente Federado à Instituição Financeira para a assinatura do convênio para execução do Trabalho Social, definindo os objetivos e o escopo geral do Trabalho Social a ser implementado e o valor de investimento destinado para esse fim.
 - a.1. O PTS-P deverá ser apresentado pelo Ente Federado e aprovado pela Instituição Financeira com vistas à assinatura do convênio em, no máximo, 4 (quatro) meses após a notificação do Ente Federado (Secretaria responsável pelo Trabalho Social) pela Instituição Financeira ou até 15% (quinze por cento) da obra. Essa notificação deverá ocorrer imediatamente após o início das obras.
 - a.2. Após a formalização do convênio, o Ente Federado deverá realizar as ações relativas a cadastro, seleção e hierarquização da demanda, e elaboração do PTS, concluindo essa fase em até 12 (doze) meses ou até 65% (sessenta e cinco por cento) da obra.
- b. Projeto de Trabalho Social (PTS): a ser apresentado pelo Ente Federado e aprovado pela Instituição Financeira até 12 (doze) meses após assinatura do convênio ou até 65% (setenta e cinco por cento) da obra. Terá prazo de

execução de 8 (oito) meses antes da assinatura do contrato com o beneficiário ou da mudança das famílias.

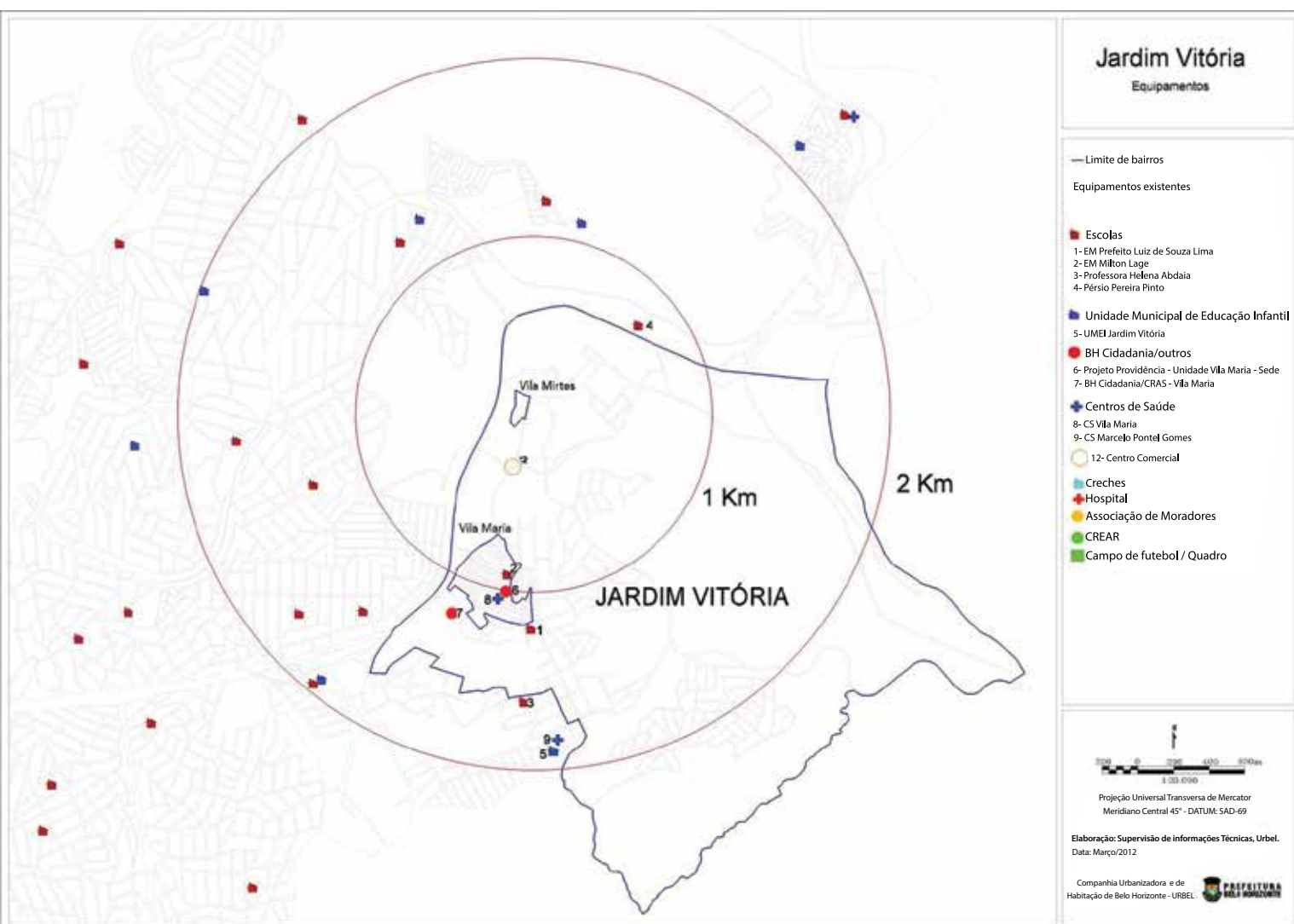
- b.1.** Quando se tratar de empreendimento destinado à demanda fechada, o Ente Federado poderá apresentar o PTS, para essas famílias, na seleção/contratação, ficando automaticamente dispensado do PTS-P.
- b.2.** No PTS devem ser explicitados os arranjos de gestão necessários para viabilizar a organização e coordenação das ações intersetoriais.
- c.** Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST): é elaborado a partir da consolidação das ações previstas e das articulações intersetoriais, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários. Deve ser apresentado pelo Ente Federado e aprovado pela Instituição Financeira, conforme indicado no cronograma do PTS até, no máximo, o final da Fase de Obras. Deve ser iniciado após a assinatura do contrato ou a mudança das famílias e ter duração de até 12 (doze) meses.

Como isso acontece?

Levantamentos preliminares e caracterização da macroárea:

- Definição do território – área de intervenção e marcoárea onde será a área acolhedora dos novos moradores. Em relação à macroárea, a Portaria n. 595/2013 diz:

limites da macroárea: forma e tempo de ocupação e dos serviços públicos e equipamentos comunitários descritos no relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos, áreas de vulnerabilidade e risco social a serem priorizadas pela ação pública, principalmente através de articulações intersetoriais, considerando características do território, habitações, infraestrutura e serviços; equipamentos, projetos, programas e políticas públicas; entidades sociais e comunitárias atuantes; demandas do mercado do trabalho, potencialidades econômicas e culturais.



Equipamentos públicos existentes no Bairro Jardim Vitória com destaque para aqueles localizados ao raio de 1 e 2 km do Empreendimento Minha Casa Minha Vida - Jardim Vitória II. Fonte: PTTS Jardim Vitória BH / Divulgação Prefeitura de Belo Horizonte.

- Contextualização e caracterização do território utilizando instrumentos de planejamento como dados do IBGE, Indicadores de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), Planos Diretores (capítulos Leitura Técnica e Comunitária), Indicadores de Vulnerabilidade Social (IVS), Planos Municipais de Assistência Social, CADÚNICO, entre outros, para utilização de indicadores sociais específicos de monitoramento dos processos e das metas do programa Pré e Pós Morar. A proposta é que seja aplicado o Índice de Desenvolvimento da

Família (IDF), desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

- Encontros com as equipes do Ente Público para apresentação e discussão do cronograma físico-financeiro de trabalho, (re)conhecimento das percepções e leitura dos técnicos com a construção de matriz de responsabilidade. Uma das técnicas recomendadas é a realização do Mapa falado com os técnicos da rede de serviços públicos e comunitário da comunidade. Interessante é, em momento oportuno, realizar este mesmo Mapa falado com a comunidade que reside na macroárea e depois com a população que mudará para os Conjuntos Habitacionais do MCMV.
- Caracterização da identidade territorial e do capital social da comunidade: lideranças locais, formais e informais, com vistas à sua participação em todas as etapas do trabalho.
- Caracterização dos atores que atuam na área para verificação de interfaces possíveis.
- Construção e elaboração do PDST com dados secundários (coletados conforme listado acima), com a percepção socioambiental da equipe multidisciplinar que atua na área e com a leitura técnica dos gestores das políticas públicas desenvolvidas na macroárea, construindo, assim, a matriz de responsabilidades na qual cada órgão, secretaria, assumam a responsabilidade de planejar e executar o Empreendimento.

4.2. Fases de execução e implementação do Trabalho Social:

O Trabalho Social deverá ser elaborado, entregue e aprovado pela instituição financeira e executado seguindo os seguintes tempos:

Fases	1. Pós-assinatura do convênio TS	2. Pré-contratual com o beneficiário	3. Pós-contratual com o beneficiário/Pós-obra
Marcos Temporais	Da assinatura do convênio TS até a entrega do PTS à IF, com duração de até 12 meses ou até a obra atingir 65% de execução.	Da aprovação do PTS pela IF até a assinatura do contrato com o beneficiário, devendo ser iniciado 8 meses antes da mudança das famílias.	A partir da mudança das famílias com duração de até 12 meses.
Instrumento de Planejamento	PTS-P	PTS	PDST
Atividades	- cadastro, seleção e hierarquização da demanda; - elaboração e aprovação do PTS.	- desenvolvimento das ações/atividades; - elaboração e aprovação do PDST.	- execução das ações/atividades descritas no PDST.

Lembre-se



Os empreendimentos contratados após 08 de julho de 2011 e que até a data de publicação desta portaria não tenham assinado o convênio com a IF para a execução do Trabalho Social poderão optar por ser desenvolvidos conforme este normativo ou seguindo os determinantes contidos em normativo específico relativo ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Nos casos em que o ente público tenha protocolado o PTS na IF e ainda não tenha firmado convênio para execução do Trabalho Social é facultado ao ente público suprimir as ações de apoio à gestão condominial e patrimonial do PTS, podendo o ente público executar diretamente ou contratar empresa especializada para apoiá-lo na execução desses serviços, conforme anexo que trata do tema em normativo específico do FAR.

Nos empreendimentos contratados após 08 de julho de 2011, com obras entregues, contrato encerrado e que não foram aplicados os recursos do Trabalho Social, fica autorizada a execução pela IF, com exceção das ações/atividades constantes no item V, subitem 3, alíneas “a”, subalíneas “a.1”; “a.2”; “a.3”; “a.4” e “a.5”; subitem 4, alíneas “b” e “e”; subitem 5, alíneas “d”; “o” e “p”.

4.2.1. Como é a fase de cadastro, definição de critérios e seleção da demanda?

Os procedimentos envolvidos na seleção da demanda podem ser ordenados de diversas maneiras levando em consideração as especificidades do território e é responsabilidade do ente federado. Contudo, um dos encadeamentos de ações possíveis e recomendados, envolve os seguintes passos:

- Divulgação das Inscrições para o PMCMV no município (divulgação ampla em diversos meios e articulando com os equipamentos públicos do município) levando em consideração o número de candidatos selecionados que deverá corresponder à quantidade de unidades habitacionais do empreendimento, acrescida de 30% (trinta por cento). Na divulgação é importante, também, informar que a Portaria estabelece a destinação de 3% (três por cento) das Unidades Habitacionais ao atendimento a pessoa com deficiência ou as famílias de que façam parte pessoas com deficiência e mais 3% (três por cento) para pessoas idosas além dos critérios nacionais e municipais.

Destaque do que diz a Portaria n. 595/2013 sobre os Procedimentos para o processo seletivo e a divulgação da relação de candidatos a beneficiários, considerando-se o excedente de 30 % (trinta por cento):

Os candidatos a beneficiários devem estar inscritos nos cadastros habitacionais do Distrito Federal, estados ou municípios.

No caso das operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS os candidatos a beneficiários deverão estar inscritos no cadastro habitacional da entidade organizadora proponente.

Os dados cadastrais do candidato a beneficiário devem contemplar as informações necessárias à aplicação dos critérios de hierarquização, priorização e seleção conforme disposto nesta Portaria.

O cadastramento dos candidatos a beneficiários, de que trata os subitens 2.1 e 2.1.1, deverá ser gratuito.

O cadastro de candidatos a beneficiários, contendo a identificação dos inscritos, deverá estar permanentemente disponível para consulta pela população, por meios físicos e eletrônicos.

A divulgação em forma não eletrônica deverá ser realizada por meio da disponibilização dos dados em meio físico, afixado em local

apropriado nas sedes dos governos do Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras, bem como na Câmara de Vereadores do município e Câmara Distrital do Distrito Federal.

Quando a quantidade de inscritos inviabilizar a afixação da relação em meio físico, poderá ser promovida forma alternativa de disponibilização do cadastro, franqueada a consulta por qualquer interessado de forma permanente.

A divulgação em forma eletrônica deverá ser realizada nos respectivos sítios eletrônicos dos governos do Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras, quando existentes. (BRASIL, Portaria n. 595/2013).

- Critérios e priorização de candidatos:

Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários serão observados critérios nacionais e adicionais de priorização, conforme descritos a seguir.

São considerados critérios nacionais de priorização, conforme o disposto na Lei n. 11.977/2009:

- a. famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b. famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c. famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como outras assim definidas pela Defesa Civil.

De forma a complementar os critérios nacionais, Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras poderão estabelecer até três critérios adicionais de priorização.

Os critérios adicionais deverão harmonizar-se com os nacionais, estabelecidos no subitem 4.1 desta Portaria.

Não poderão ser definidos critérios adicionais que priorizem o atendimento de candidatos a beneficiários cadastrados em data anterior à publicação da Medida Provisória n. 459/2009.

O ente público ou entidade organizadora poderão, ao estabelecer os critérios adicionais, contemplar critérios de territorialidade ou de vulnerabilidade social, priorizando candidatos e em sintonia com os nacionais e as orientações da Portaria n. 595/2013.

- Cadastramento dos Inscritos através do CADÚNICO, realizado em equipamentos públicos de fácil acesso à maior parte da população-alvo do programa. O cadastro único é necessário para que a família seja enviada à Caixa, que utiliza o CAD como um dos sistemas de análise socioeconômica. Além disso, é a partir do envio do registro no CAD que é gerado um arquivo, pela Caixa Matriz, para análise e habilitação da Caixa regional. É importante destacar, também, que a base de dados do CAD é municipal, o que inviabiliza o cadastro de famílias de outros municípios.

Conforme a Portaria n. 595/2013, é de responsabilidade das famílias atendidas:

- a. fornecer dados cadastrais e socioeconômicos aos entes federados;
- b. atender oportunamente às demandas dos entes federados no que tange à apresentação de documentação necessária e à execução das ações inerentes à intervenção;
- c. apropriar-se corretamente dos bens e serviços implantados pela intervenção, contribuindo para a manutenção e conservação do patrimônio gerado com investimentos públicos; e
- d. cumprir as obrigações previstas no contrato de recebimento, regularização ou cessão da unidade habitacional, especialmente quanto à vedação de transferência ou alteração de uso.

- Digitação dos Cadastros e seleção dos grupos prioritários, de acordo com os critérios estabelecidos pelo PMCMV (conforme normas estabelecidas na Portaria n. 595/2013 e decretos municipais).
- Descontadas as unidades destinadas aos candidatos enquadrados como idosos ou deficientes, a seleção dos demais candidatos deverá ser qualificada de acordo com a quantidade de critérios atendidos pelos candidatos, devendo ser agrupada conforme segue:
 - a. Grupo I – representado pelos candidatos que atendam de cinco a seis critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais;

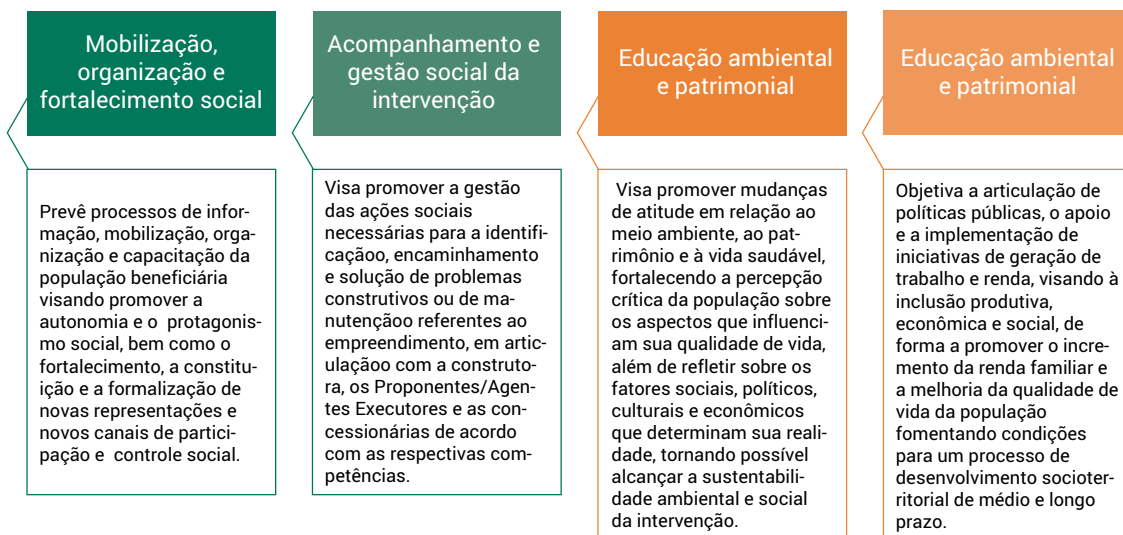
- b. Grupo II – representado pelos candidatos que atendam até quatro critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais.

Os candidatos de cada grupo serão selecionados e ordenados por meio de sorteio, obedecendo a seguinte proporção:

- a. 75% (setenta e cinco por cento) de candidatos do Grupo I;
 - b. 25% (vinte e cinco por cento) de candidatos do Grupo II.
- As famílias sorteadas devem ser informadas por meio de divulgação oficial do município e correspondência domiciliar, para comparecerem em local específico para preenchimento de cadastro para seleção, a partir dos critérios do município.
 - Realização de sindicâncias para conferência dos cadastros em amostragem aleatória.
 - Seleção das famílias de acordo com os critérios do município, dentre aquelas sorteadas a partir dos critérios gerais do PMCMV. Portanto, de acordo com esses requisitos, o Diagnóstico Social deverá selecionar potenciais beneficiários.

6. Eixos, atividades e conteúdos na execução do PTS

Contudo, o desenvolvimento de todo Trabalho Social deverá seguir os mesmos eixos já apresentados nos capítulos anteriores, que são:



A divisão por eixos temáticos é uma estratégia didática. O importante é que os técnicos sociais possam articular ações, potencializando intervenções e desenvolvendo um processo intersetorial e contínuo para além do tempo do Empreendimento.

Aqui, estão elencados, por fases, algumas atividades e conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada contrato. Necessário entender e perceber as nuances e particularidades de cada local para serem incorporados ao PTS.

	ATIVIDADE	CONTEÚDOS
PRÉ-CONTRATUAL Preparação para a Contratação e Ocupação do Empreendimento e Gestão do Condomínio	Reunião Informativas sobre o programa	Noções básicas sobre: o Programa, o contrato de financiamento a ser assinado, o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres; discussão, aprovação e divulgação do Plano de Trabalho Social; orientações sobre a mudança e ocupação do residencial; informações sobre os equipamentos sociais e serviços no entorno do empreendimento; Informações sobre: convivência em condomínio, com ênfase na diferença entre morar em casa e apartamento; gestão e administração de condomínios; despesas para manutenção do condomínio e forma do rateio dos custos.
	Assembleia de sorteio das unidades	Esclarecimentos sobre o processo de contratação e o financiamento; orientações sobre os procedimentos de escolha das unidades habitacionais e visitas aos apartamentos; acompanhamento do sorteio das unidades.

	ATIVIDADE	CONTEÚDOS
PÓS-CONTRATUAL Integração, Mobilização Comunitária e Implantação da Gestão do Condomínio	Reunião de integração	Detalhamento do Plano para os beneficiários, buscando o envolvimento e a adesão do grupo para um trabalho participativo; integração e participação dos beneficiários e demais atores envolvidos.
	Orientação para a gestão participativa e legalização do condomínio	Orientação para a gestão participativa e legalização do condomínio; procedimentos legais para a eleição da primeira gestão efetiva do condomínio; capacitação da nova gestão do condomínio para execução das suas atividades; discussão e validação do Regimento Interno e Convenção do Condomínio, incluindo discussão e definição da distribuição das vagas para estacionamento disponíveis no Residencial.
	Educação para uso do espaço construído	Disseminação de conceitos de Educação Patrimonial Ambiental e Sanitária, que favoreçam o compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis e espaços coletivos, pelos beneficiários. uso dos recursos ambientais e convivência com o meio ambiente.
PÓS-CONTRATUAL Integração, Mobilização Comunitária e Implantação da Gestão do Condomínio	Noções de educação financeira	Orientação para organização e planejamento do orçamento familiar; estímulo à adimplência.
	Organização comunitária	Atividades educativas com vistas a estabelecimento de canais de comunicação entre beneficiários Poder Público, e demais atores; formação de comissões representativas de acordo com os interesses e necessidades da população beneficiária; preparação da comunidade para a finalização do TTS visando à autonomia do grupo para continuidade das ações implantadas.

Sobre o item GESTÃO CONDOMINIAL E PATRIMONIAL, a Portaria n. 518 diz:

O desenvolvimento das ações de gestão condominial e patrimonial, nos empreendimentos sob a forma de condomínio ou de loteamentos com edificações multifamiliares verticalizados ou de tipologia mista, será de responsabilidade do ente público ou da instituição financeira oficial federal. (BRASIL, Portaria n. 518/2013).

7. Como se dá o diagnóstico da população através de pesquisa socioeconômica quanti-qualitativa?

A situação na qual um indivíduo se encontra não depende apenas ou é decorrente somente de seus recursos próprios, mas também dos recursos da comunidade local, familiares e tradições locais, padrões de cooperação e redes de sociabilidade. Uma ideia estruturante da concepção de exclusão consiste, portanto, na ênfase dada às dimensões relacionais, à centralidade dos aspectos mais especificamente sociológicos envolvidos na construção social da pobreza. Estão presentes, nas condições de pobreza e exclusão, elementos simbólicos, de natureza subjetiva, relacionados à discussão clássica da sociologia sobre a constituição e manutenção da ordem social (identidade, valores e crenças, normas e padrões sociais). A atenção às dimensões menos tangíveis do processo da pobreza, tais como perda da autoestima e da identidade, enfraquecimentos dos laços familiares, sociais e comunitários, com repercussões na manutenção da coesão social, das redes de reciprocidade e solidariedade, é o que constitui, para vários autores, a especificidade e a relevância da concepção de exclusão social. (BRONZO, 2005, p. 54).

O diagnóstico da população acolhedora deverá ser constantemente atualizado, seja através da realização de pesquisas qualitativas como as descritas abaixo ou quantitativas, como a emissão de relatórios com cruzamento de dados fornecidos pelo CADÚNICO. Os dados são de perfil socioeconômico de todos os moradores dos conjuntos.

- Realização do Mapa Falado, que é um instrumento que propicia à comunidade localizar-se espacialmente dentro de um território, ou seja, os participantes de uma reunião comunitária se percebem inseridos dentro do contexto urbano com todas as suas variáveis e garante a “Escuta Orientada” sobre demandas e potencialidades da comunidade a partir

de sua percepção e participação efetiva. Porém, mais importante que o mapa gerado, é a construção coletiva do conhecimento a partir da discussão desencadeada durante a dinâmica, que traz à tona uma grande riqueza de informações e sugestões.

Lembre-se



A realização do diagnóstico socioeconômico vai possibilitar também estabelecer o marco zero para balizar a pesquisa de pós-ocupação com as vocações econômicas da região para a inclusão destas nas ações de políticas públicas.

8. Estudo de caso

Processo metodológico construído em BH por ocasião da seleção de 1.934 famílias no Conjunto Vitória.

Cadastro de famílias – Programa Minha Casa Minha Vida

Este estudo de caso sumariza a experiência operacional da Prefeitura de Belo Horizonte no processo de seleção e cadastramento de demanda para um empreendimento inserido no programa Minha Casa, Minha Vida no período de agosto de 2013, anterior à edição do corrente normativo sobre trabalho social. O cadastro de famílias beneficiárias para o Programa Minha Casa, Minha Vida constitui um processo de trabalho que se inicia a partir do sorteio dos beneficiários e finaliza no recebimento de chaves pela família. Nesse processo, várias são as ações realizadas pela equipe técnica, dentre elas:

- Convocação das famílias para o cadastro: é enviada uma correspondência, agendado dia e horário de comparecimento da família na URBEL para uma primeira reunião, momento que são dados os esclarecimentos acerca dos critérios do programa, o processo de cadastro, os documentos necessários e os formulários a serem preenchidos. Após a reunião, é feito o agendamento do cadastro propriamente dito e o encaminhamento da família para o Cadastro Único, realizado nas regionais da Prefeitura.
- Cadastro de família: consiste em realizar uma entrevista com as famílias indicadas/sorteadas e preencher um sistema de cadastro, a partir do

qual são gerados dois formulários: um da URBEL e outro da Caixa. Nesse momento são recolhidas cópias dos documentos de todos os membros da família, que comporão dois processos: um para arquivo da URBEL e outro para envio à Caixa. Os documentos produzidos devem ser assinados pelas famílias.

- **Análise de processos com pendências e reprovados:** após o envio da documentação para a Caixa, essa instituição faz análise do grupo familiar e retorna para a URBEL as informações caso a caso. Cada processo recebe uma classificação: aprovado, pendente e reprovado. As famílias que tiveram os processos aprovados serão chamadas, posteriormente, para o sorteio das unidades. Os processos pendentes são classificados dessa forma quando há alguma divergência de informação, quando há falta de documentos ou quando há alguma pendência do cadastro da família no CADÚNICO. Há, então, a necessidade de análise, pela equipe da URBEL, do motivo da pendência e contato com a família para apresentar a documentação faltante. No caso de pendência em função de divergência de informações ou problemas no registro no CADÚNICO, é feito contato com a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, responsável pelo Cad, para acertar os dados e reenviar as informações da família através do sistema. Os processos reprovados também são reavaliados pela equipe social para identificar possíveis situações que inviabilizaram o acesso da família, além da conferência das situações que levaram a uma reprovação. Isso é necessário porque algumas famílias são reprovadas por falha de preenchimento do Cadastro Único ou por falha de preenchimento da documentação enviada à Caixa. Todos os documentos são reanalisados e, também, é feita uma análise comparativa entre os documentos apresentados e os dados constantes no sistema do Cadastro Único.
- **Busca de famílias não localizadas:** são feitos contatos telefônicos ou pessoais no sentido de localizar as famílias sorteadas que não compareceram para a primeira reunião “preparatória” para o cadastro.
- **Sindicâncias:** após o cadastro, são identificadas algumas situações que necessitam da confirmação, pela equipe social, das informações prestadas pelo beneficiário à equipe. Para que sejam confirmadas, são realizados procedimentos de sindicância, como visitas domiciliares, contato com vizinhos, contato com equipamentos públicos, dentre outros. Esses procedimentos confirmam, ou não, a situação da família e o possível atendimento aos critérios do Programa.

- Mobilização das famílias para as atividades realizadas pela equipe social: para as atividades previstas, é realizado um processo de mobilização das famílias beneficiárias para que ocorra sua participação. A mobilização é feita através de contato telefônico, envio de correspondências e mensagens de celulares (SMS).
- Manipulação de banco de dados: todas as informações produzidas em função do cadastro são lançadas em uma planilha geral, que apresenta a situação de cada uma das famílias sorteadas para atendimento habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida.

9. Considerações finais

Não obstante alguns avanços que podem ser percebidos de acordo com os dados mencionados acima, a saber, o montante expressivo de unidades já entregues e em vias de serem concluídas como também o conjunto de iniciativas de melhoria da qualidade do atendimento às populações beneficiadas, alguns problemas referidos à manutenção das intervenções assim como à vivência coletiva como um todo têm apontado para alguns desafios a serem superados: os mecanismos de exclusão do macroambiente urbano; a diversidade de origens das famílias assentadas; a adoção quase que massiva de uma única tipologia residencial (multifamiliar); a incidência de fatores de agravamento dos conflitos sociais, tais como a violência urbana, o tráfico de drogas, a marginalização, o baixo poder aquisitivo das famílias e as dificuldades inerentes à efetivação de atuações intersetoriais, visando à integralização das políticas públicas. De lado oposto, a premência de uma visão dos beneficiários da(s) política(s) como sujeitos nos remete à obrigatoriedade de rever práticas e considerar múltiplos fatores do cotidiano e da realidade que os abarca. Interpõem-se no processo, de maneira decisiva e a um só tempo, necessidades referidas tanto ao aprimoramento quanto à superação de modelos adotados.

A Portaria n. 595/2013 traz um avanço para o Trabalho Social no MCMV, embora alguns pontos mencionados a seguir precisem ser retomados.

- Os tempos de contrato X tempo de obra que prevê mudança de atitude do técnico social como será visto no capítulo 12. Faz-se necessária a otimização de esforços com a intersetorialidade de todas as partes envolvidas no território.

- Muitas vezes, as famílias são oriundas de distintos programas habitacionais, com acompanhamento social diferente e tempo previsto para o pré-morar financiado somente pelo MCidades. O bom resultado do trabalho de pré e pós-morar, também, está relacionado com o processo de acompanhamento destas famílias que já estão nos programas municipais pelas iniciativas e contrapartidas municipais.
- Articulação dos vários atores sociais: Instituição Financeira, Entes Públicos e empreiteira.

Como avanços considerados mais significativos com a nova Portaria do Trabalho Social, podemos citar:

- a obrigatoriedade que os Entes Públicos têm de evidenciar a constituição e consolidação da rede de acompanhamento social através do PDST;
- introdução da fase de cadastramento das famílias no escopo dos itens financiados pelo TS.

10. Atividade

Marque (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso nas afirmações abaixo e indique a ordem correta.

- () O Ente Público, necessariamente, não precisa reservar 3% das vagas das Unidades Habitacionais e nem 25% para deficientes.
- () Com o novo normativo, o Ente Público poderá contar no seu escopo, na fase de cadastramento das famílias, o financiamento do TS.
- () No PTS não devem ser explicitados os arranjos de gestão necessários para viabilizar a organização e coordenação das ações intersetoriais.
- () São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

- a. F, F, V, F
- b. V, F, V, V
- c. V, V, F, F
- d. V, V, F, V
- e. F, V, F, V

11. Referências

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRASIL. **Medida Provisória n. 459, de 25 de março de 2009**. Convertida na Lei nº 11.977, de 2009. Brasília, DF, 2009.

_____. **Ministério das Cidades**. Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

_____. **Portaria n. 595 de 18 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre os processos de seleção dos beneficiários do Programa Minha, Casa Minha Vida – PMCMV. Brasília, DF, 2013.

_____. **Portaria n. 518 de 08 de novembro de 2013**. Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013. Brasília, DF, 2013.

BRONZO, Carla. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2005, 334 p.

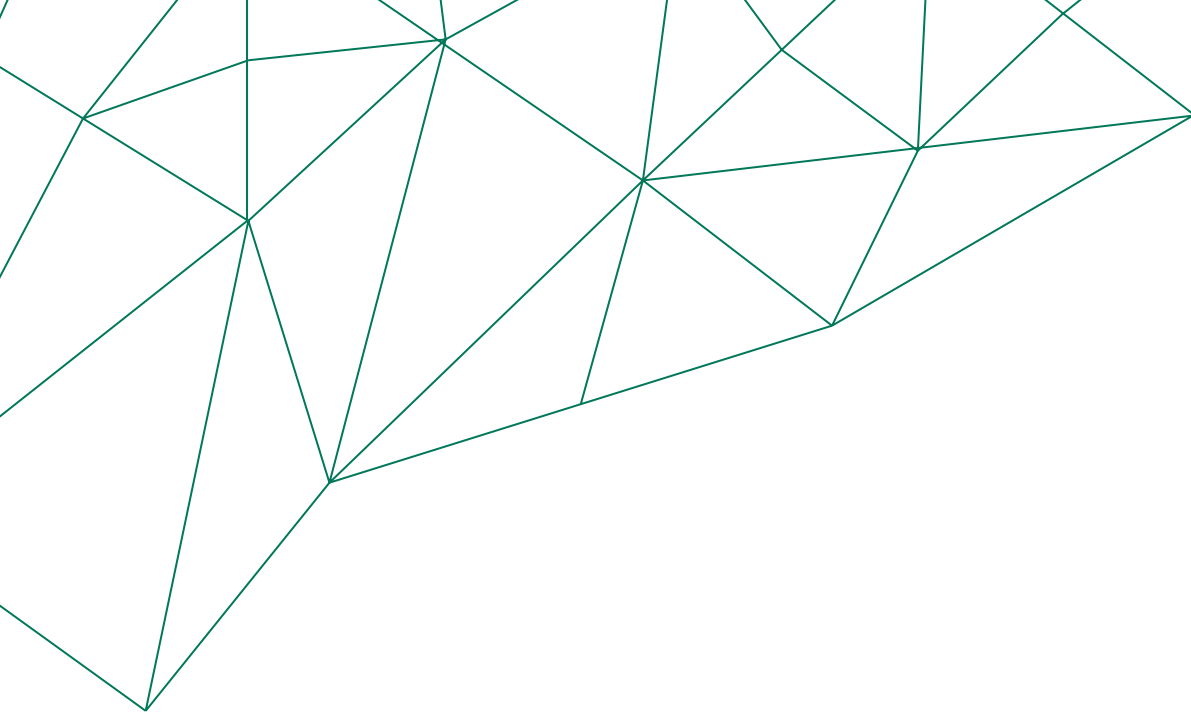
PAZ, Rosangela D. O. da; TABOADA, Kleyd J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Ensino a distância (EaD). Secretaria Nacional de Habitação. Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2010.

10



Plano de Desenvolvimento Socioterritorial





Objetivo do capítulo

O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) em nível de macroárea é uma das principais inovações propostas no novo normativo – Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) – sobre Trabalho Social e, como tal, necessita de um capítulo específico no presente curso. O PDST está previsto nas intervenções para demanda fechada e naquelas para demanda aberta. Neste capítulo abordamos o PDST em dois aspectos: (i) sua estrutura e conteúdos, e (ii) seu processo de construção e implementação com foco nos arranjos de gestão e estratégias de articulação intersetorial.

1. Introdução

A ampliação do investimento em habitação e saneamento no país favoreceu um expressivo número de intervenções, principalmente nos municípios de áreas metropolitanas, em áreas próximas com características semelhantes de vulnerabilidade urbana e social.

Esse novo contexto da política habitacional brasileira provocou a necessidade de pensar e propor as intervenções dentro de um perímetro maior, a macroárea, entendido como região relativamente homogênea de vulnerabilidades e riscos sociais que inclui uma ou mais áreas de intervenção física próximas ao seu entorno e com as quais interagem para acesso a serviços e equipamentos públicos, ao mercado de trabalho, a organizações sociais (comunitárias, ONGs e movimentos sociais).

A atuação em maior escala (macroárea) proporciona: **i)** otimização dos recursos para o Trabalho Social mediante o atendimento a um maior número de moradores; **ii)** contribuição para o envolvimento de outros órgãos públicos por se tratar de uma área mais significativa, sendo mais fácil articular com outros atores e facilitando a intersetorialidade; **iii)** estimula a reflexão sobre as conexões com o restante da cidade. Ao se atuar em uma dimensão maior do território, é necessária uma leitura de suas necessidades, considerando as intervenções de caráter supralocal (mobilidade urbana, acesso aos serviços, patrimônio ambiental, cultural, entre outros).

A Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) para as operações de habitação com número de famílias beneficiárias acima de 500 (quinhentas) e, nas de saneamento, quando o valor destinado às ações do Trabalho Social for superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo facultativo nos demais casos. Deverá ser apresentado por parte do Proponente/Agente Executor, e aprovado pelo Agente Operador/Financeiro até, no máximo, o final da fase de obras. Sua execução pode ocorrer na fase de obras, mas é aguardado mesmo para o período de pós-obras (6 a 12 meses após a conclusão da intervenção). Dependendo da representatividade e do alcance obtido na elaboração, pode se tornar um instrumento de orientação de ações para o poder público após a finalização da intervenção.

2. O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) – Estrutura e conteúdos

Com orçamento previsto no Plano de Trabalho Social (PTS), objeto do capítulo 8, o PDST é o documento resultante da evolução do Trabalho Social, estruturado em objetivos e ações de curto, médio e longo prazos, a fim de promover a continuidade e a ampliação dos processos implantados.

A estrutura mínima recomendada para o plano será apresentada nos itens subsequentes.

2.1. Identificação

Dados cadastrais do Proponente/Agente Executor; limites da área de intervenção e da macroárea, preferencialmente ilustrada por mapas (mapa do Brasil, com identificação do Estado e Município onde se localiza a macroárea; mapa do município identificando respectivamente a macroárea e a área de intervenção; mapa da macroárea com identificação da área de intervenção); dados populacionais (população absoluta, densidade demográfica, distribuição espacial) e socioeconômicos gerais (educação, saúde e renda).

2.2. Diagnóstico socioterritorial da macroárea

Este deve ser realizado, preferencialmente, durante a elaboração do Plano de Trabalho Social (PTS), concentrando os esforços de realização de estudos do território em uma única fase. A realização do diagnóstico traz dois importantes elementos positivos para o projeto determinantes para o êxito da intervenção que são o técnico e o relacional. Ademais, com os estudos realizados, os moradores também ampliam o conhecimento da área onde vivem, pois muitos não têm uma visão abrangente do território. As reuniões promovidas pelo projeto para obtenção e retorno das informações tornam-se espaços de intercâmbio de conhecimento, assim como de integração comunitária, possibilitando que um maior número de organizações e moradores se conheça, troque experiên-

cias e a partir de pontos comuns se organize, fortalecendo sua busca de melhoria das condições de vida locais.

Os métodos recomendados para sua realização são o *Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)*, *Pesquisa das Organizações da Sociedade Civil e Mapeamento do Mercado de Trabalho*¹.

É importante destacar que na geração dos dados secundários indicados pelo DRUP, é sugerida também a utilização dos setores censitários do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*², permitindo evidenciar as áreas mais críticas do território, podendo apoiar a delimitação da área de intervenção e da própria macroárea.

O capítulo do diagnóstico no Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) deve apresentar a síntese dos estudos realizados.

Sobre o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), espera-se:

- descrição da metodologia;
- caracterização geral da macroárea e áreas de intervenção;
- áreas críticas;
- caracterização do ambiente relacionado aos tipos de ocupação;
- histórico da ocupação;
- equipamentos e programas sociais públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, com respectivos mapas de localização;
- sistema de mobilidade urbana;
- tabela de comparação entre as subáreas da área de intervenção dos seguintes aspectos: extensão e população, localização e acesso, ambiente e ocupação, equipamentos públicos, trabalho e renda, demografia, escolaridade e renda;
- principais considerações;
- mapas ilustrando as gradações de pobreza na macroárea e áreas de intervenção;
- fotos.

Quanto à Pesquisa das Organizações da Sociedade Civil:

- descrição da metodologia;
- principais resultados da pesquisa referentes às entidades e aos projetos existentes das mesmas.
- Sobre as entidades, o texto deve constar pelo menos as seguintes informações, ilustradas por gráficos e fotos:
- número de entidades pesquisadas;

¹ Para conhecer as orientações de como aplicar os métodos diagnósticos indicados, acesse: Associação Voluntária para o Serviço Internacional (AVSI); Aliança de Cidades e Ministério das Cidades, 2013. Manual Temático - Conhecimento e Planejamento Integrados. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. v. 1. (Disponível em <http://migre.me/hpLI8>. Acesso em: 05/09/2013).

² Para mais informações dos setores censitários, acesse: <http://migre.me/gQOBK>

- número de entidades que executam projetos;
- tempo de existência das entidades;
- natureza institucional (se são associações, cooperativas, entidades religiosas, entre outros);
- entidades que possuem estatuto registrado e CNPJ;
- conselhos os quais as entidades são filiadas;
- situação da sede (se é própria, alugada, doada, comodato, entre outros);
- setores de atuação (educação, saúde, cultura, esporte e lazer, trabalho e qualificação profissional, meio ambiente, assistência social, entre outros);
- tipos de atividades realizadas pelas entidades no respectivo setor de atuação (ex. entidade que atua no setor de educação – tipos de atividades possíveis: reforço escolar, educação infantil, alfabetização de adultos, pré-vestibular, entre outras);
- modalidades de contratação dos colaboradores (termo de voluntariado, prestação de serviços, CLT, entre outros);
- custo mensal das entidades;
- origem do apoio financeiro das entidades (órgão público federal, órgão público estadual, órgão público municipal, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos, entre outros);
- modalidade de repasse dos recursos financeiros (convênio, doação mensal, doação anual, doação esporádica, contrato, entre outros);
- perspectivas das entidades (ampliar parcerias, obter mais financiamentos, melhorar a sede, atuar em outros setores, entre outros);
- principais dificuldades encontradas pelas entidades (recursos financeiros, estrutura física, número de colaboradores, baixa qualificação dos colaboradores, entre outros).

Em relação aos projetos das entidades, deve-se apresentar ao menos as seguintes informações, ilustradas por gráficos e fotos:

- número de projetos;
- setores de atuação dos projetos;
- idades dos beneficiários;
- recursos materiais dos projetos (computadores, linhas telefônicas, imóveis, automóveis, entre outros);
- residência dos colaboradores (na macroárea, áreas de intervenção, em outras áreas, etc.);

- capacitação dos colaboradores (se o projeto atua na capacitação dos colaboradores, se busca parceiros para profissionalizá-los, etc.);
- dificuldades encontradas na execução dos projetos (recursos financeiros, situação da sede, número de colaboradores, baixa capacidade gerencial/administrativa, violência, entre outros);
- análise das informações;
- considerações gerais;
- lista das entidades pesquisadas com respectivos projetos;
- mapa de localização das entidades.

Em relação ao Mapeamento do Mercado de Trabalho, não podem faltar:

- panorama do mercado de trabalho com indicadores como: Pessoas em Idade Ativa (PIA);
- Pessoas Economicamente Ativas (PEA);
- Pessoas Ocupadas (PO);
- participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho;
- taxa de desemprego entre homens e mulheres;
- evolução do emprego por setor de atividade (e por subsetor);
- análise da pesquisa de dados primários e secundários (quadro de demandas da comunidade, mercado e entidade formadora);
- considerações gerais.

Saiba mais +

Para mais detalhes sobre as metodologias de coleta de dados, consultar na bibliografia o Manual 1 de Diagnóstico e Planejamento Integrados).

A equipe pode sentir-se insegura para executar os métodos sugeridos, podendo acionar um ou mais consultores. Importante é ter clareza sobre o que se espera dos produtos e estar presente ao máximo nas atividades em campo, de forma a ser sempre a referência para a comunidade.

Executados diretamente ou não, os instrumentos descritos se completam, permitindo à equipe do Trabalho Social ter segurança, em razão de um profundo conhecimento gerado da área, das ações de desenvolvimento a serem propostas pelo plano.

2.3. Delimitação de Campos Temáticos (ou Diretrizes), Ações e Estratégias de Execução

O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) tem como objetivo apresentar uma proposta de melhoria das condições de vida dos habitantes da macroárea, entretanto, as necessidades a serem encontradas são infinitas. Assim, aconselhamos a definição por parte da equipe de campos temáticos ou diretrizes para nortear as ações propostas e também fazer uma “moldura” sobre os parceiros públicos e privados a serem agregados sob pena de o plano transformar-se numa listagem de demandas distintas e desconexas entre si.

Após o estabelecimento das diretrizes, inicia-se a definição das ações (sempre considerando o diagnóstico e a experiência de campo), com justificativa, atividades, orçamento estimado e possível ator para sua execução. Para melhor visualização das informações, pode-se fazer um quadro síntese da ação. Veja exemplo abaixo.

Diretriz: Habitat

Ação prioritária: Implantação de Programas e de Equipamentos Comunitários de Esporte/Lazer

A insuficiência no número e a baixa qualidade de serviços e de equipamentos públicos e comunitários para o lazer e a prática de esportes nos bairros de Jardim Margaridas e Jardim das Orquídeas, áreas de intervenção do Projeto Viva Melhor, foram identificados por meio do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP). Considerando o fato de os equipamentos serem fundamentais em comunidades localizadas em áreas de pobreza urbana, em razão do pouco ou nenhum acesso à cultura, ao esporte e ao lazer e a importância desse serviço para melhoria da qualidade de vida das pessoas, no que se refere também à saúde, redução da violência e bem-estar social, é função das políticas públicas garantir e promover a inclusão social por meio de implantação e/ou implementação de serviços, projetos e equipamentos que possam ser eficazes para o acesso a esse direito, garantido constitucionalmente.

Lazer e Esportes

Na área de Jardim das Margaridas, um bairro de 50.000 habitantes (IBGE, 2010) não possui nenhum espaço de lazer como praças ou quadra de esportes, como demonstrado no DRUP. Sendo assim, sugere-se como ação prioritária a construção de 3 (três) equipamentos de lazer – 1 praça e 2 quadras poliesportivas na localidade, priorizando as sublocalidades mais vulneráveis como Vila das Cebolas, Vila da Morte e Córrego da Escuridão.

Orçamento da ação: construção de praça e quadras poliesportivas

Componentes/Ações Sociais	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Total R\$
Projeto arquitetônico para construção dos equipamentos	unidade	3	5.000	15.000
Obras de construção da praça	unidade	1	100.000	100.000
Obras de construção das quadras	unidade	2	10.000	20.000
TOTAL				135.000

Diretriz	Ação	Atividades específicas	Ator envolvido	Valor
HABITAT	Instalação de espaços de lazer e esportes	Construção de praça na comunidade de Vila das Cebolas	Secretaria de Obras do Município Recanto das Violetas	105.000
		Construção de 2 quadras nas comunidades de Vila da Morte e Córrego da Escuridão	Secretaria de Esportes do Município Recanto das Violetas	30.000
			TOTAL	135.000

O resultado do PDST seria muito interessante se a equipe trabalhasse articulada com outros órgãos públicos e privados e que se pudesse apresentar apenas as ações já negociadas, com perspectivas reais de execução e indicação de prazo, anexando ao plano os protocolos de intenções das iniciativas propostas.

2.4. Estratégias de monitoramento

Empoderar

Dar poder a alguém.

As estratégias de monitoramento do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) serão reflexos do arranjo institucional do projeto, o qual deve prever os mecanismos e processos de estímulo à participação das pessoas e das organizações que atuam na macroárea. O processo participativo permite **empoderar** os participantes e fortalecer a responsabilidade dos moradores sobre o território, o que contribui para a sustentabilidade do investimento do projeto mesmo após o seu término.

O envolvimento ativo, consciente e responsável das pessoas no esforço de melhoria da vida da comunidade é a melhor tradução da participação. Outro aspecto importante é o comprometimento de todos os atores participantes da intervenção: governos (Município, Estado e União), equipe técnica, organizações da sociedade civil, moradores, entre outros, cada um atuando de acordo com seu perfil: o conhecimento da realidade por parte dos moradores e das organizações locais, bem como a capacidade técnica e o acúmulo de experiências de outras intervenções dos executores e financiadores do projeto. Essa é uma condição fundamental para o sucesso do projeto e, sobretudo, do PDST, cujos recursos não estão garantidos no orçamento da intervenção.



Legenda. Fotos: AVSI / Divulgação.

Portanto, é preciso prever instâncias de interlocução que *garanta a participação de moradores, entidades da sociedade civil, órgãos públicos e privados, como sugerido a seguir*³.

Grupo de organizações da sociedade civil: dada a dimensão do território, torna-se impossível para a equipe do projeto relacionar-se diretamente com toda a população. Assim, o ideal é eleger as organizações locais como as interlocutoras do projeto. Essa escolha leva em consideração que o conjunto das organizações locais tem uma presença disseminada em campo, conhecendo as necessidades e potencialidades locais, e já atuando e se relacionando diretamente com distintos grupos de moradores.

O convite a todas as entidades (formais e informais) para integrar essa instância, e não somente a algumas lideranças, torna-a mais representativa, minimizando o risco de que interesses individuais sejam interpretados como representativos de uma coletividade. Quanto maior for a participação, maior será a possibilidade de que as opiniões e posições expressadas nos encontros correspondam às verdadeiras necessidades da população. Dessa forma, será possível tanto direcionar o andamento da iniciativa, como influenciar, tratando-se de um âmbito institucional, a formulação de políticas públicas mais próximas dos desejos das pessoas e dos beneficiários ali representados.

Nessa instância, serão compartilhados todos os estudos do projeto, o planejamento e o monitoramento das ações. Serão ainda realizados encontros periódicos organizados pela equipe técnica, com a participação de membros do Comitê de Articulação.

Comitê de articulação: essa é a instância por excelência do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST). A ser liderado pelo ente público responsável pelo projeto (normalmente o órgão municipal responsável por habitação), com o suporte da equipe técnica e a representação dos moradores, o Comitê deverá envolver outras secretarias municipais, especialmente aquelas referentes às diretrizes adotadas, para definir a estratégia de desenvolvimento da área e trabalhar para a sua concretização. O Comitê deverá agir como catalisador do processo de melhoria do território, implicando um trabalho de sensibilização e atração de outros órgãos públicos e privados.

³O arranjo apresentado foi baseado no capítulo sobre participação em AVSI; Aliança de Cidades e Ministério das Cidades, 2013. Manual Temático - Conhecimento e Planejamento Integrados. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. v. 1.

3. Elemento de fortalecimento do PDST: o envolvimento da iniciativa privada

Um dos desafios do Trabalho Social ligado a programas e projetos de habitação de interesse social é o envolvimento da iniciativa privada.

3.1. Envolvimento da iniciativa privada

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está no centro das discussões das principais economias do mundo e é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável adotado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas: “às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das *gerações futuras*⁴ atenderem às suas próprias necessidades”.

Como afirmam Shommer, Rocha e Fisher (1999) e Shommer (2000), o conceito de RSC parte do princípio de que a atividade empresarial contempla compromissos com toda a cadeia produtiva da empresa ou seus *stakeholders* (pessoas ou grupo de pessoas afetados ou que podem ser afetados pelas operações de uma organização ou empresa). Todas as partes interessadas se tornam sujeitos ativos que se relacionam com a empresa, influenciam seu agir e seus resultados. Isso implica em práticas de diálogo e engajamento da empresa com todos os públicos ligados a ela. Promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade deixa de ser uma ação de filantropia para tornar-se um diferencial na manutenção e conquista de consumidores ou clientes.

Soma-se a esse cenário, a participação do Estado brasileiro com a criação de imunidades, isenções e incentivos fiscais como mecanismos de fomento indireto para atuação dos agentes de mercado.

A proposta aqui apresentada é da equipe de campo, apoiada pelo poder público, ser a promotora desse processo, aproximando as empresas dos projetos das associações sem fins lucrativos, voltados à macroárea, utilizando os fundos incentivados.

⁴ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 46.

As empresas não precisam estar na área da intervenção para aderir, pois as Federações de Indústrias (ou instituição semelhante) devem ser envolvidas em campanhas de esclarecimento e sensibilização sobre essa modalidade de investimento social privado.

Concomitante à identificação das empresas, deve se dar o fortalecimento das associações locais. Essas precisam ser estimuladas a integrar os conselhos municipais e/ou estaduais, instâncias de participação do poder público e da sociedade para discussão e proposição de políticas públicas do setor. Elas tornam-se mais politizadas, integram redes e ainda acessam formas de financiamento para suas atividades.

Dentre os fundos incentivados existentes, selecionamos 3 (três) cujas iniciativas contribuiriam para o aumento da oferta de serviços sociais à população, que podem ser previstos para integrar *as ações do PDST*⁵.

3.2. Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)

O FIA é gerido pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente estaduais e municipais, e é voltado a projetos de proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situações de risco ou vulnerabilidade, na proteção contra violência (maus-tratos, abusos, exploração sexual e/ou moral), combate ao trabalho infantil, fomento à profissionalização de adolescentes, além de orientação, apoio sociofamiliar e medidas socioeducativas.



Legenda. Foto: Cesare Simioni / Divulgação.

⁵Para mais informações, consultar AVSI, 2011: A empresa como fator de desenvolvimento do território – Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Regulamentação Legislativa da Responsabilidade Social Corporativa Conceitos e Legislação.

Os projetos a serem apoiados devem ser apresentados por organizações da sociedade civil membros dos Conselhos. Os Conselhos examinam e aprovam anualmente uma lista de iniciativas, enquanto a iniciativa privada pode doar para o fundo. A empresa, que declara lucro real para apuração do Imposto de Renda, pode doar até 1% do montante que seria pago ao FIA. Após a doação, é gerada por parte do Conselho a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) para a empresa anexá-la na sua declaração.

Esse é um processo descrito em linhas muito gerais. Cada Fundo Estadual e municipal possui regulamentação específica que a equipe de campo deve conhecer.

Saiba mais +

Veja que interessante o site e o arquivo em PDF do Ministério Público do Paraná: <<http://migre.me/gQRir>>

3.3. Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet



Legenda. Foto: Divulgação / Fiat

A Lei Rouanet possibilita às organizações sem fins lucrativos a apresentação de propostas culturais submetidas a uma análise do *Ministério da Cultura*⁶ e, se aprovada, o seu proponente poderá buscar recursos junto a empresas para apoiá-lo, tendo como contrapartida benefícios fiscais.

Esse apoio pode ser via doação ou patrocínio para iniciativas nas áreas de: teatro, dança, circo, ópera, mímica, literatura, música, artes plásticas e gráficas, gravuras, cultura popular e artesanato, patrimônio cultural material e imaterial (museu, acervo etc.), entre outros.

Após aprovação do Ministério e respectiva publicação no Diário Oficial da União (DOU), a entidade pode buscar os recursos para executá-lo. Nada impede o início do contato com doadores ou patrocinadores em potencial antes da apresentação da proposta, porém a captação só deverá ser oficializada depois da aprovação.

A empresa que atua sob o regime de declaração de lucro real pode destinar até 4% do montante a ser pago ao Imposto de Renda para projetos culturais.

⁶Para mais informações sobre a Lei, consulte <<http://migre.me/gQQEx>>

3.4. Lei Federal de Incentivo ao Esporte

A *Lei de Incentivo ao Desporto*⁷ permite a empresas doarem até 1% do montante a ser pago ao Imposto de Renda para a realização de projetos desportivos e paradesportivos apresentados por organizações da sociedade civil ou mesmo pelo poder público estadual ou municipal.

Os projetos devem ser enquadrados em apenas uma das modalidades abaixo.

- **Desporto de participação:** caracterizado pela não exigência de regras formais, objetivando o desenvolvimento do indivíduo através do esporte (é o esporte como lazer).
- **Desporto educacional:** tem como público beneficiário os alunos regularmente matriculados em instituições de ensino. Nesta modalidade, é proibida a seletividade e hipercompetitividade entre os praticantes (é o esporte como instrumento auxiliar no processo educacional).
- **Desporto de rendimento:** é o esporte de resultado, praticado segundo regras formais, nacionais e internacionais. Tem como figura de destaque a presença do atleta ou do atleta em formação.

⁷Para obter mais informações sobre a Lei, consulte o site: <<http://migre.me/gMXTu>>



Legenda. Foto: Divulgação / Fiat

O Ministério dos Esportes priorizará os projetos desportivos ou paradesportivos que:

- contemham declaração de patrocínio ou doação (ou seja, os projetos que a equipe de campo articular terão mais chances);
- estejam incluídos no calendário esportivo oficial, nacional ou internacional, das entidades de administração do desporto;
- sejam considerados como renovação de projeto executado ou em execução.

Na proposição de ações do Projeto de Trabalho Social (PTS), recomendamos a inserção de cursos para as entidades de elaboração e gestão de projetos, capacitando as entidades a apresentar projetos, inclusive orientando o consultor ou profissional responsável pelos cursos a trabalhar em sala de aula com os editais e formulários específicos dos fundos de interesse.

A ação de envolvimento das empresas, de capacitação das organizações locais e de acesso aos fundos requer tempo, planejamento e estudo (cada fundo tem suas regras e especificidades). Ou seja, desde a entrada em campo, a equipe já deve prever no seu plano de trabalho as atividades para tal.

3.5. Lei da Aprendizagem

Outro âmbito de atuação com envolvimento da iniciativa privada que merece atenção na elaboração das ações do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) é a Lei da Aprendizagem. A aprendizagem consiste, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em uma formação técnico-profissional metódica que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de uma entidade formadora qualificada, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, preferencialmente em programa correlato às ativi-

dades desenvolvidas nas empresas contratantes, sempre em funções que exijam formação profissional.

A legislação prevê a todas as empresas de médio e grande porte, com no mínimo sete empregados, a obrigação de contratar aprendizes entre 14 e 24 anos e portadores de necessidades especiais sem limite máximo de idade.

A aprendizagem é estabelecida pela Lei n. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.598/2005.

O percentual exigido por Lei – art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – é fixado entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculado sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades.

A Aprendizagem é estabelecida pela Lei n. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

A formação compreende atividades teóricas e práticas. A teórica reúne uma formação básica (português, matemática e formação humana) e outra específica (disciplinas técnicas), enquanto a prática é aquela desenvolvida na empresa, coerente com os conteúdos vistos em sala de aula.

Saiba mais



Para mais informações sobre a Lei da Aprendizagem, consulte <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31190C1601311F8633B62F14/manual-aprendizagem-MTE-web2.pdf>>.

A sugestão de o PDST propor ações no âmbito da Lei da Aprendizagem decorre dela proporcionar um ambiente de formação rico, com uma carga horária extensa de novecentas horas (900h), o que possibilita aos jovens de bai-

⁸ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas ao treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

xa renda fazer um percurso educativo mais significativo. Ademais, o aprendiz possui contrato de trabalho especial, com carteira assinada, férias, 13º salário, previdência privada e FGTS. O contato com o mundo corporativo ainda favorece a oportunidade do primeiro emprego, a obtenção de experiência e o estímulo à continuidade dos estudos, enfrentando assim a pobreza e o desemprego juvenil (cujas taxas costumam ser o dobro daquela dos adultos).

A iniciativa privada pode participar no custeio da formação de duas formas:

- Por meio da quota patronal junto ao *Sistema S*⁸, demanda ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) a formação de turmas de aprendizes, escolhendo a área de sua conveniência, sem necessitar de desembolso direto. As empresas já contribuem com a manutenção do Sistema S mediante pagamento de 1% da alíquota incidente sobre a folha de pagamento dos salários dos seus funcionários.
- Financiamento direto da formação – além de entidades do Sistema S, há outras entidades reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (tem) como entidade formadora –, assim, realiza uma ação de Responsabilidade Social Corporativa RSC gerando emprego e renda para jovens moradores da macroárea e mão de obra qualificada para sua empresa.

Assim como no acesso aos fundos incentivados, a equipe de campo tem de planejar previamente a ação. Para tanto, a recomendação é a aplicação do método diagnóstico “Mapeamento do Mercado de Trabalho”, mencionado no item 2.2 desse capítulo, que indicará as áreas de capacitação a serem realizadas no projeto, observando o grau de escolaridade e os desejos dos jovens. Recomendamos a realização de tal método no período de preparação do PTS, podendo este já prever alguma capacitação relacionada à aprendizagem e, em seguida, a equipe trabalharia no sentido de intensificar a oferta na intervenção e expandi-la aos jovens da macroárea por meio do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST).

Saiba mais +

Para orientação de como estruturar programas de aprendizagem em projetos de habitação de interesse social, consultar AVSI: Aliança de Cidades e Ministério das Cidades, 2013. Manual Temático Geração de Trabalho e Renda. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. v. 3.

4. Considerações Finais

O amadurecimento da política habitacional brasileira aponta para a necessidade de dilatar a área de intervenção. Da atuação em uma área com demanda de urbanização ou desocupação, o desafio atual é pensar a macroárea e suas conexões com o restante da cidade.

O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) é o instrumento de planejamento próprio para isso. Concebido como o documento que consolida o Trabalho Social, insere-se ainda timidamente nos novos normativos. É obrigatório apenas para as operações de habitação com número de famílias beneficiárias acima de 500 (quinhentos) e, nas de saneamento, quando o valor destinado às ações do Trabalho Social for superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo facultativo nos demais casos, mas já é um avanço.

A tendência é tornar o PDST obrigatório para todas as intervenções, assim como o PST. Contudo, o avanço será mais consistente no momento em que não houver mais dois planos, um para orientar a ação na área de intervenção (PST), e outro para a macroárea (PDST), mas um único, independente de como venha a ser denominado. Ainda se pensa o projeto em termos da área de intervenção e com a determinação dos novos normativos a equipe é demandada a refletir sobre a macroárea. O ideal é atuar sobre uma única unidade territorial (a macro), com um investimento mais intenso nas áreas de intervenção, porém sabemos que para atingir esse nível várias discussões têm de ser vencidas, a exemplo do cálculo do investimento a receber e a compatibilização do trabalho de planejamento com o acompanhamento social em decorrência das obras.

Outro aspecto merecedor de atenção, já hoje, é a composição da equipe social, cada vez mais convocada a assumir o papel de planejadora, mediadora e articuladora do desenvolvimento de um território. O PDST nada mais é do que o instrumento de planejamento dessa ação. E na qualidade de instrumento, só será efetivo se aqueles que o manejam estiverem comprometidos com a sua construção e execução.

O PDST tem um forte caráter intersetorial. É obrigatório o diálogo com outros órgãos públicos, no esforço de convergência de programas federais, estaduais e municipais em um único local; a adesão dos moradores e sua representação política local (as associações) para acompanhamento das ações e garantia da continuidade; e ainda o envolvimento da iniciativa privada (como esse é ainda incipiente em projetos dessa natureza, parte do texto foi destinada

a apontar alguns caminhos). A participação de todos os atores deve estar organizada em um arranjo institucional pertinente.

Entre os comentários finais, merece um acerca do PDST em projetos de demanda fechada e demanda aberta. Não há diferença entre ambos, destacamos apenas o olhar sobre o território. De forma geral, projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) localizam-se em territórios mais dinâmicos, com uma maior presença da sociedade civil organizada e uma população com um sentimento de comunidade e de identificação com seu bairro; enquanto aqueles do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) estão por se construir. Tal distinção exige da equipe técnica um olhar diferenciado, não só para o PDST, mas para todas as ações propostas. No caso do MCMV devem ser priorizadas ações de fortalecimento dos laços entre as pessoas e das associações (ou estímulo à criação de novas) e de uma rede de serviços sociais, inclusive com a construção de equipamentos, justamente para garantir a permanência dos moradores, a promoção de um convívio harmônico e a efetividade do investimento público realizado.

5. Atividade

É correto afirmar sobre o Plano de Desenvolvimento Sócioterritorial:

- a. É uma das principais inovações propostas no novo normativo Portaria nº 21 (BRASIL, 2014).
- b. Pode ser utilizado para as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quanto do Minha Casa, Minha Vida/Fundo de Arrendamento Residencial (MCMV/FAR).
- c. É o documento resultante da evolução do Trabalho Social, estruturado em objetivos e ações de curto, médio e longo prazos, a fim de promover a continuidade e a ampliação dos processos implantados.
- d. Tem um forte caráter intersetorial. É obrigatório o diálogo com outros órgãos públicos, moradores e as associações locais, e a iniciativa privada.
- e. Todas as afirmações anteriores estão corretas.

6. Referências

AVSI, Aliança de Cidades e Ministério das Cidades. **Manual Temático Conhecimento e Planejamento Integrados**. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Vol. 1. 2013.

AVSI, Aliança de Cidades e Ministério das Cidades. **Manual Temático Geração de Trabalho e Renda**. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Vol. 3. 2013.

AVSI, 2011. **A empresa como fator de desenvolvimento do território: Responsabilidade Social e Terceiro Setor**. Regulamentação Legislativa da Responsabilidade Social Corporativa Conceitos e Legislação. Disponível em <http://www.avsi.org/wp-content/uploads/2012/10/Livro-AVSI-Responsabilidade-Social-FINAL.pdf>. Acesso em 08.11.2013.

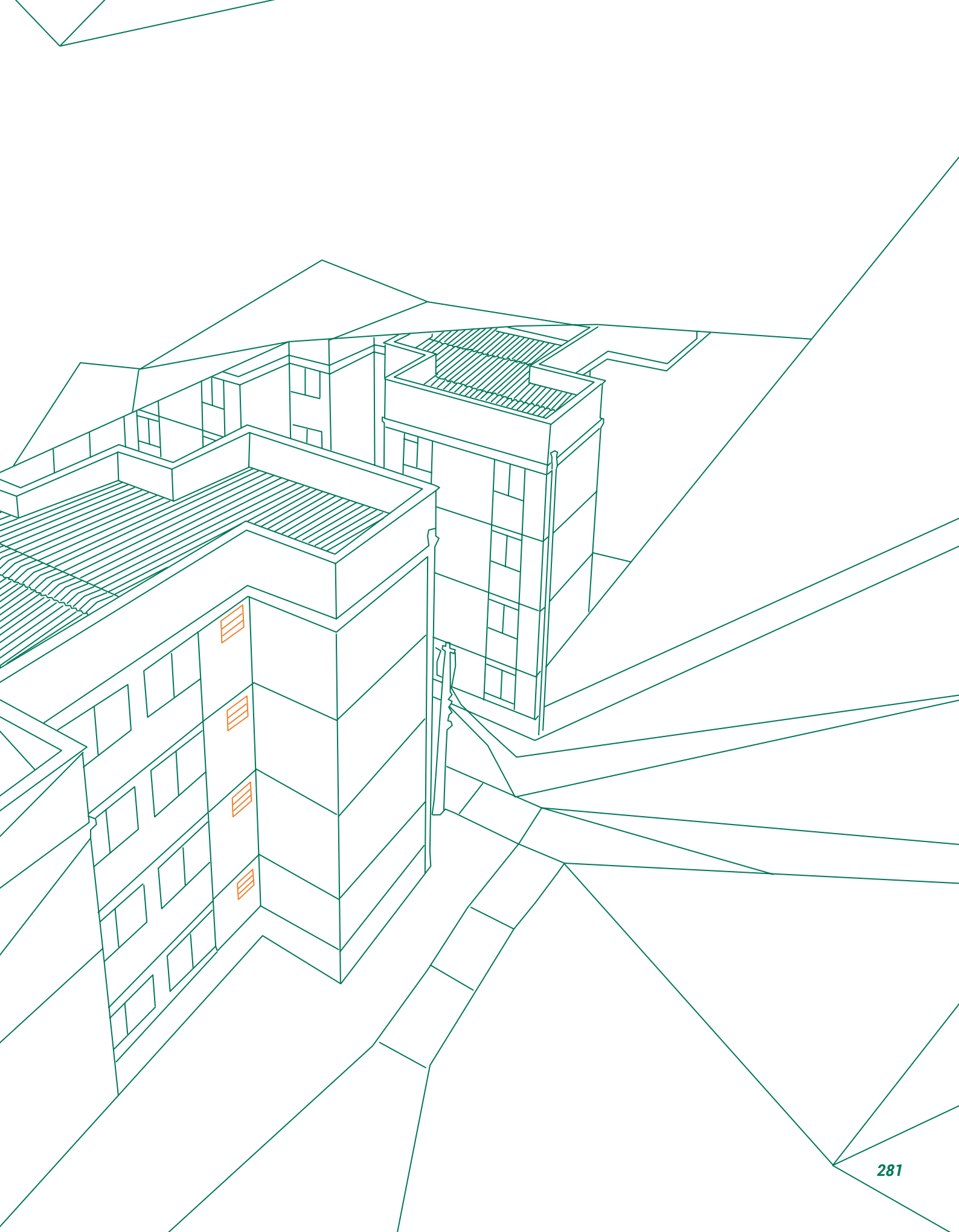
BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz.** Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31190C1601311F8633B62F14/manual-aprendizagem-MTE-web2.pdf>, acesso em 01.11.2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

SCHOMMER, P. C. When there is cooperation between business and third sector organizations. In: **ARNOVA Conference** - Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action, 2000, New Orleans, 2000.

SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; FISCHER, Tânia. Cidadania Empresarial no Brasil: Três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor. In: **XXIII ENCONTRO NACIONAL, 1999.** Foz do Iguaçu/PR. Anais... Foz do Iguaçu: Associação nacional dos programas de pós-graduação em Administração (ANPAD), 1999.



1

1

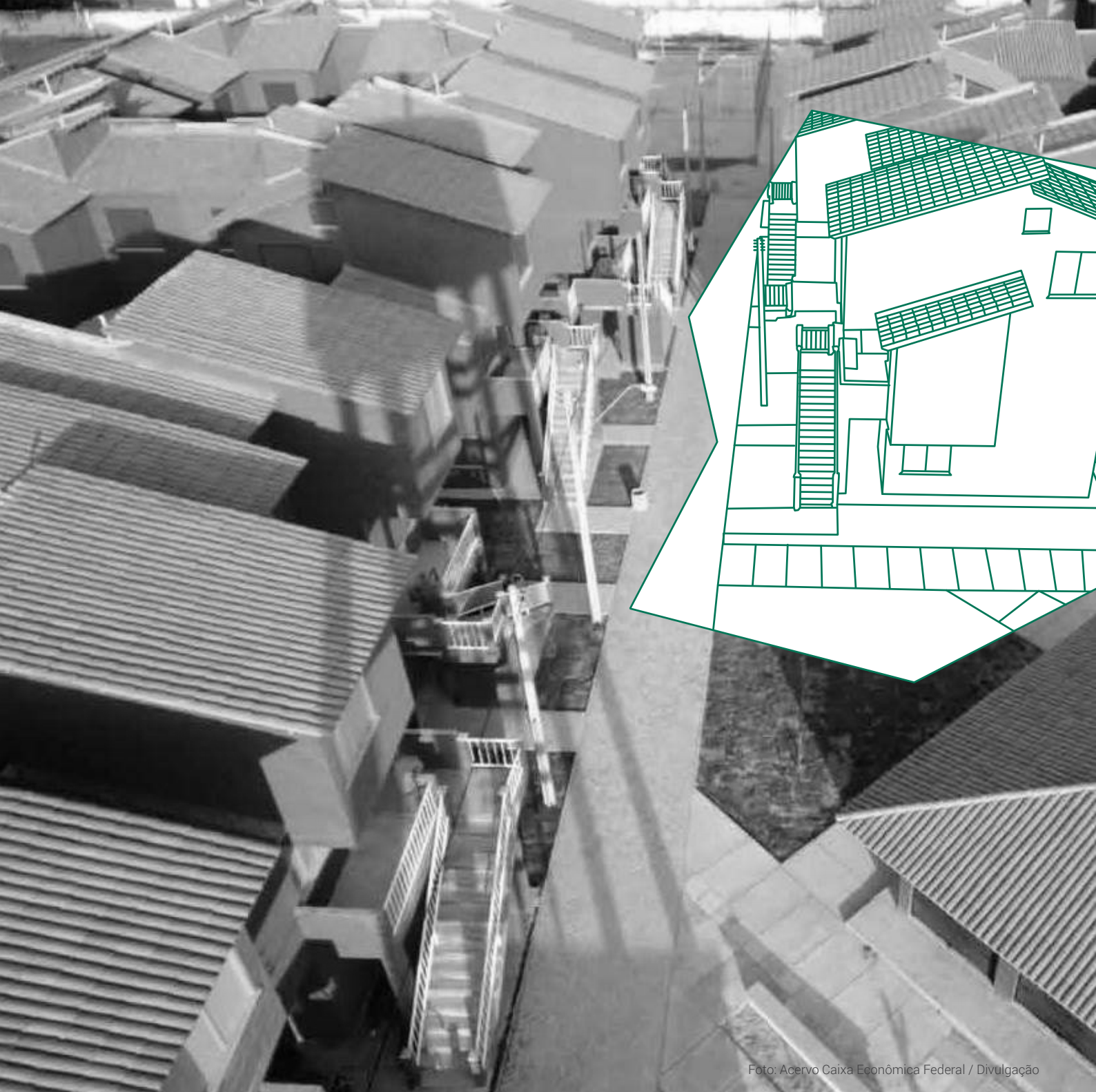
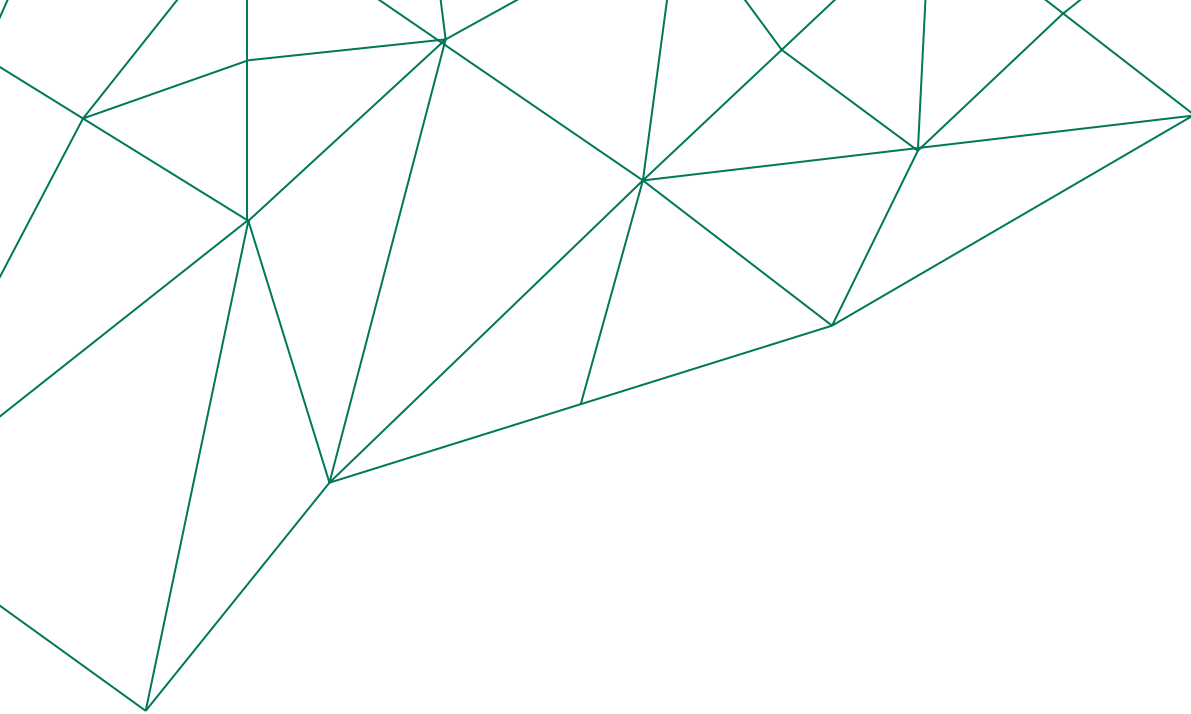


Foto: Acervo Caixa Econômica Federal / Divulgação

Plano de reassentamento e medidas compensatórias





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, abordamos o tema dos deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programas de intervenção urbano-habitacionais, de saneamento ou mobilidade urbana, promovidos pelo poder público, à luz do novo marco jurídico instituído pelo Ministério das Cidades, Portaria 317, de 18 de julho de 2013, que estabelece procedimentos e medidas que devem compor o denominado Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias, bem como sua intrínseca relação com o planejamento e a execução do Trabalho Social, tema central do presente curso.

1. Introdução

Desde já é fundamental elucidar que o capítulo ora tratado, o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias, não se confunde do ponto de vista de sua estrutura e de seu conteúdo com o Plano de Trabalho Social objeto do curso. Um não integra materialmente o outro, todavia guardam estreitos laços conceituais, se retroalimentam na fase de elaboração, conforme veremos mais à frente, e conjugam ações essenciais no seu desenvolvimento e execução.

O tema dos *deslocamentos involuntários*¹ de pessoas, causados por obras de intervenção urbana, há muito tempo ocupa o núcleo do debate acerca dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais. Essas situações necessitam de diagnóstico, planejamento e ações efetivas de enfrentamento à possibilidade de *gravames* de empobrecimento ou risco de exposição à situação de vulnerabilidade da população atingida.

De forma geral, o ordenamento jurídico, especialmente o administrativo e o civil, rege de forma bastante eficaz a preservação de direitos indenizatórios dos proprietários formais de imóveis regulares, situados em áreas valorizadas, através do instituto da *desapropriação*². Todavia, quando se trata de população atingida oriunda de áreas periféricas empobrecidas, ou de assentamentos precários, ou ainda de famílias caracterizadas por situação de média ou alta vulnerabilidade, a solução encontrada pode não bastar. Mais que isso, pode não se constituir em salvaguarda eficaz e sustentável àquelas previsões de cunho indenizatório pecuniário cujo parâmetro de valoração obedeça à lógica de mercado (preço da terra ou benfeitoria). Por isso, e com vistas à afirmação do direito social à moradia e a condições dignas de vida, inscritos na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, o Ministério das Cidades instituiu através da Portaria 317/2013 em procedimentos e medidas que devem compor o denominado *Plano de Reassentamento*³ e Medidas Compensatórias, documento exigível a todas as intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda que delegadas a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Saiba mais



A moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano

¹ Alteração compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura. Inclui também deslocamentos motivados por situações de risco ou insalubridade ou ainda desocupação de áreas impróprias para a ocupação humana.

Gravames

Ônus ou encargo pesado.

² Procedimento pelo qual o Poder Público, fundado na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, adquire para si bem, móvel ou imóvel regular, em caráter originário mediante justa e prévia indenização.

³ Leia a Introdução da Síntese para o Plano de Reassentamento do Projeto de Urbanização Integrada do Areião, em São Bernardo do Campo em: <<http://migre.me/guyMA>>.

universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas.

Considerando-se a abrangência de incidência do novo marco jurídico instituído pelo Ministério das Cidades (Portaria 317, de 18 de julho de 2013, programas de saneamento ambiental, programas de infraestrutura urbana, programas de mobilidade e acessibilidade etc.), para este curso, buscamos delimitar maior aprofundamento para o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias especialmente no âmbito dos Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.

2. Deslocamentos involuntários – direitos humanos e contexto normativo

O ordenamento urbano, bem regido pela *Lei Federal n. 10.257/2001 do Estatuto da Cidade*⁴, contém normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como do equilíbrio ambiental.

Nossas cidades, há alguns anos, passam por transformações territoriais e econômicas acompanhadas da execução de programas e obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento, qualificação e sustentabilidade ambiental urbana, recomenda-se que tais projetos e obras, para que se resguardem os princípios orientadores da função social das cidades, sejam precedidos de planejamento e participação social no sentido de se evitar deslocamentos de famílias de seu local de moradia ou do local de exercício de suas atividades econômicas; o prévio diagnóstico socioambiental e territorial, acompanhado da atuação dos órgãos e da utilização dos instrumentos de participação (conselhos setoriais ou temáticos; audiências públicas), poderão evitar ou minimizar consideravelmente a necessidade dos deslocamentos que atingem não somente a vida cotidiana das *famílias afetadas*⁵ como também as relações sociais e comunitárias existentes nas áreas de influência direta e indireta do perímetro da intervenção.

Entretanto, há situações em que o deslocamento de famílias é imprescindível para o prosseguimento da intervenção urbana, e mais, há aquelas em que

⁴ Para consultar integralmente essa Lei Federal, acesse: <<http://migre.me/gGL29>>.

⁵ Famílias que tenham entre seus integrantes proprietários, arrendatários, possuidores, inquilinos, cessionários do imóvel, total ou parcialmente, atingido pela intervenção.

o deslocamento de famílias pode ser considerado o próprio cerne justificativo da intervenção, exemplos:

- implantação de intervenções que garantam soluções habitacionais adequadas e urbanização de assentamentos precários;
- eliminação de fatores de risco ou de insalubridade a que estejam submetidas às famílias (tais como: inundação, desabamento, deslizamento, tremor de terra, proximidade à rede de energia de alta tensão, ou solo contaminado) quando a eliminação desses fatores não se constituir em alternativa econômica ou socialmente viável;
- recuperação de áreas de preservação ambiental ou faixa de amortização, em que não seja possível a consolidação sustentável das ocupações existentes.

Quando inevitável, o deslocamento deve ser precedido da elaboração do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias, já antes citados.

O contexto em que se insere a *Portaria n. 317/2013*⁶ é o das chamadas salvaguardas “da dignidade da pessoa humana”, da garantia de defesa e fruição de direitos humanos, portanto fundado em direitos constitucionais e transnacionais (Tratados e Acordos Internacionais).

O artigo 1º, III da *Constituição Federal*⁷, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, o que integra este princípio é compreendido a partir de outros preceitos basilares e garantias existentes na própria Constituição Federal (artigos 5º e 6º. Este último engloba educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados), e em *preceitos históricos e filosóficos* que inspiraram os constituintes de 1988 a traçar o modelo de Estado Democrático de Direito.

Lembre-se



Moradia Digna: aquela que abrange o acesso à habitação, à segurança da posse, à habitabilidade ao custo acessível, à adequação cultural, à acessibilidade, à localização e aos bens e serviços urbanos oferecidos pela cidade no que se refere à disponibilidade de transporte público e condições adequadas de circulação, acesso a equipamentos públicos, saneamento, saúde, segurança, trabalho, educação, cultura e lazer, nos padrões médios da cidade.

Para refletir



PRECEITOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

A vinculação essencial dos direitos fundamentais à liberdade e à dignidade humana, enquanto valores históricos e filosóficos, nos conduzirá, sem dificuldades ao significado de universalidade inerente a esses direitos como ideal da pessoa humana. A universalidade se manifestou pela vez primeira com a descoberta do racionalismo francês da Revolução, por ensejo da célebre Declaração dos direitos do Homem, de 1789. (BONAVIDES, 2009, p. 562).

⁶ Para ter acesso completo da Portaria, acesse: <<http://migre.me/guE86>>.

⁷ Para acessar a Constituição da República Federativa do Brasil, acesse: <<http://migre.me/gTn9z>>

Os direitos fundamentais, ou os direitos do homem, ou ainda, em outro dizer, os direitos humanos têm como matriz a dignidade da pessoa humana. O direito é um fenômeno histórico e cultural criado pelo ser humano para o ser humano. Portanto, do ponto de vista normativo, os direitos fundamentais variam conforme os valores expressos de uma sociedade, a ideologia e a forma de Estado, os princípios consagrados pela Constituição.

Mas, apesar destas nuances, a doutrina vem construindo o que podemos chamar de **fio histórico** da evolução dos direitos fundamentais do homem, através de **gerações ou dimensões** de afirmação, tendo como marco inicial a Declaração francesa de 1789, não pela sua concretude, mas pelo fato de que esta declaração tinha por destinatário não os membros de uma camada social, e sim o gênero humano. Não por acaso, a teoria das gerações dos direitos humanos tem sua marca inicial com os direitos da liberdade (os de segunda geração com a igualdade e, os de terceira geração com fraternidade).

É importante frisar que, conforme a teoria das gerações ou dimensões dos direitos fundamentais, é composto na história um fio evolutivo cumulativo, ou seja, afirmativo a cada geração ou dimensão, sem apagar ou reduzir aqueles pujantes na geração anterior. Assim, eles foram e são trasladados para a esfera normativa. Na quarta geração dos direitos fundamentais, pavimentando-se a institucionalização do Estado Social, corresponde a esta geração o direito à democracia (direta), o direito à informação e o direito ao pluralismo.

3. Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias

Como vimos, quando inevitável, o deslocamento de famílias por força da execução de programas e ações, sob a gestão do Ministério das Cidades, será obrigatória a prévia elaboração do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias.

A partir deste tópico estudaremos os principais aspectos dispostos na *Portaria 317/2013*⁸ e seu Anexo único.

⁸ Para conhecer a Portaria, acesse: <http://migre.me/guE86>

3.1. Conceito e abrangência

O Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias pode ser conceituado como o:

Instrumento norteador do processo de deslocamento, contendo a demarcação da área de abrangência, a identificação do público elegível e das soluções de atendimento aplicáveis, assegurando que este receba ações adequadas ao deslocamento e para as perdas ocasionadas pela intervenção, quando houver, e cujas ações devem ser executadas em consonância com os cronogramas da intervenção e do trabalho social, garantindo as atividades de pré e pós intervenção. (BRASIL, Ministério das Cidades, Portaria 317, 2013).

A natureza instrumental do Plano, ou seja, é meio e não fim em si mesmo, revela caráter dinâmico, não rígido, no que diz respeito ao seu processo de implementação. A partir do diagnóstico integrado (basilar), referente à área de influência e sua população, a identificação das famílias afetadas e a proposição de soluções de atendimento adequado às situações postas, na fase de **pactuação** e execução do plano há que se considerar um permanente processo ativo (e participativo) de monitoramento, avaliação, mediação e sujeito a ajustamentos que configuram ao Plano, em estudo, seu caráter instrumental dinâmico.

Ainda no que tange ao alinhamento de conceitos, faz-se necessário explorar as definições de Reassentamento e de Medidas Compensatórias conforme segue:

- **Reassentamento:** processo de realocação física por meio de reposição do imóvel afetado por unidade habitacional ou comercial construída especificamente para esse fim ou adquirida no mercado, que são **adjudicadas**, de acordo com as características da intervenção, com ou sem custo para a família reassentada.
- **Medidas Compensatórias:** conjunto de ações que visam a assegurar que as famílias afetadas sejam compensadas, de maneira justa, de forma a restaurar, e se possível melhorar, as condições sociais, de vida e de renda.

Os procedimentos e as medidas que integram o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias devem assegurar às famílias afetadas em decorrência da necessidade de deslocamentos, soluções adequadas para seu atendimento e para as perdas ocasionadas pela intervenção, garantindo-se o res-

Pactuação

Acordo realizado entre duas ou mais pessoas; convênio estabelecido entre Estados.

Adjudicadas

Ato de decretar judicialmente que determinada coisa pertence a alguém.
Fonte: <<http://www.lexico.pt/adjudicar/>>

⁹ Reposição de Imóveis é o reassentamento, permuta, que visa ao acesso a imóvel de mesmo uso e com as características similares àquele atingido desde que garantidas às condições de habitabilidade, de segurança jurídica e de moradia digna

Mutuário
Aquele que recebe alguma coisa por empréstimo. Neste caso, trata-se do adquirente do imóvel.

peito aos direitos individuais e sociais, em particular à moradia e à cidade. Portanto, uma diretriz fundamental é priorizar a definição dos mecanismos de atendimento aplicáveis, solução que represente garantia do direito à moradia, especialmente através da denominada *reposição de imóveis*⁹, inclusive quando se tratar de inquilinos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estudaremos mais à frente. Ademais, junto às soluções de Reassentamento ou de Medidas Compensatórias devem ser assegurados às famílias afetadas o acesso às políticas públicas e aos programas sociais.

3.2. Planejamento

A responsabilidade pela elaboração do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias é do **mutuário** ou agente executor – Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios –, da execução direta ou indireta das ações e obras financiadas pelo Ministério das Cidades.

O planejamento que precederá e presidirá a elaboração do Plano deverá observar as premissas metodológicas participativas, juntamente com as descritas para os programas e as ações do Ministério das Cidades, e, em especial, os princípios do método de construção do Plano de Trabalho Social (PTS). Sua estruturação deve ser por etapas, sugerindo pelo menos quatro (todas com eventos participativos), contendo:

- Etapa 1 – **Diagnóstico Integrado**.
- Etapa 2 – **Estudo de Concepção** das alternativas de soluções e medidas aplicáveis para a população afetada, os fundamentos jurídicos, financeiros e institucionais que dão suporte às alternativas apresentadas.
- Etapa 3 – **Pactuação e Materialização** do quadro de soluções e medidas aplicáveis conforme a caracterização de titularidade da população afetada sobre a área ou as edificações, acompanhadas dos procedimentos operacionais, jurídicos, financeiros e institucionais para disponibilização das providências (Reassentamento ou outras Medidas Compensatórias) relacionadas ao deslocamento.
- Etapa 4 – **Consolidação do documento final do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias**, contendo a síntese dos produtos da Etapa 1 e 3 e mais a definição da estrutura institucional responsável pela implementação e monitoramento do Plano até seus termos finais; a composição para instituição de mecanismo de prevenção e mediação de eventuais

conflitos decorrentes da intervenção; o orçamento para implementação do Plano; o cronograma geral de execução, compatível com o da intervenção (plano de obras), e com o do Trabalho Social.

3.3. Diagnóstico

O Diagnóstico é peça fundamental do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias. Sua elaboração precede e indica as decisões sobre o impacto socioterritorial da intervenção, primeiramente porque ele integra a própria justificativa técnica que aponta a necessidade do deslocamento das famílias, e, em seguida, a partir do conhecimento sobre a situação socioambiental e **fundiária** atingida, sobre as famílias afetadas e sua condição socioeconômica, embasará os estudos acerca das alternativas das soluções aplicáveis que se mostrem mais efetivas em face do deslocamento.

Importante frisar que a participação da comunidade local, especialmente daqueles diretamente afetados pela intervenção, deve-se dar desde a etapa de elaboração do diagnóstico até o final da execução das obras e da implementação do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias, valendo aqui as lições deste curso referentes à construção participativa no Plano de Trabalho Social (PTS). Mais adiante, trataremos de aspectos dos mecanismos de participação no âmbito deste Plano.

São elementos que compõem o Diagnóstico Integrado do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias:

- síntese do projeto de intervenção que deu origem à necessidade de deslocamento, com definição de sua área de abrangência e justificativa para sua implementação, demonstrando ser a solução adotada, dentre as alternativas estudadas para minimizar os deslocamentos involuntários, eleita aquela que apresenta melhor solução do ponto de vista econômico, técnico e socialmente sustentável e efetivo;
- relatório fotográfico, levantamento **fotoaltimétrico**, cadastro censitário atualizado, pesquisa e diagnóstico socioeconômico das famílias afetadas presentes na área de intervenção (recomendável que a base do cadastro censitário tenha menos 12 meses); definição clara dos critérios de caracterização dessas como famílias afetadas pela intervenção; e estabelecimento de medidas para inibir a entrada de novos moradores na área de intervenção;

Fundiária

Aquilo que diz respeito à posse de terra ou terrenos.

Fotoaltimétrico

São as cartas ou fotos aéreas para se medir os desníveis do local objeto de intervenção.

- quantificação e caracterização dos imóveis que serão atingidos, quanto a material de construção, porte, conservação, tipo de uso e ocupação e situação fundiária;
- tipificação (relacionada à situação de propriedade ou posse com o imóvel atingido) e quantificação das famílias afetadas, considerando aspectos socioeconômicos, condições habitacionais e de uso da área de intervenção.

Esse conjunto de elementos compõe a etapa de Diagnóstico, o rol apresentado é requisito mínimo conforme dispõe a Portaria n. 317/2013, mas não é exaustivo, e sempre que possível ou necessário para melhor proceder-se ao estudo de alternativas das soluções de atendimento aplicáveis em face do deslocamento das famílias, deve-se agregar a este conjunto outros levantamentos, novas pesquisas e análises.

Nesse sentido destacamos, a seguir, alguns outros produtos de muita valia para subsidiar o Diagnóstico Integrado do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias:

- mapeamento dos recursos naturais encontrados e as condicionantes legais e ambientais;
- laudo técnico de caracterização e quantificação da vegetação existente de acordo com a Lei n. 12.651/12 e com resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (*CONAMA*)¹⁰;
- identificação das áreas de risco e análise do laudo das áreas de risco geotécnico e de inundações;
- conhecimento e análise do marco jurídico-legal incidente e da situação jurídico-fundiária atual da área, permitindo compreender os condicionantes e as possibilidades da intervenção, abrangendo análise das matrículas das áreas e confronto com a situação implantada, o que denominamos sobreposição em planta (ou mapa) das matrículas com a situação existente.

3.4. Mecanismos de participação

Se é certo que a matéria tratada no Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias em face do deslocamento involuntário de famílias tem natureza de salvaguarda de direitos humanos e sociais consagrados constitucionalmente, é preciso, sob pena de perda absoluta de sentido e objeto, que *a participação comunitária*¹¹, especialmente aquela diretamente afetada, seja ampla

¹⁰ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>

¹¹ Processo de informação, consulta e discussão em linguagem adequada que garanta o envolvimento das famílias afetadas em todas as fases constitutivas da concepção, implementação das obras e do deslocamento involuntário.

e contínua em cada uma das etapas de construção e execução do Plano de Reassentamento.

A participação é tema transversal em todos os eixos do Trabalho Social e acompanha todas as aulas do presente curso. Não pretendemos, portanto, repetir princípios e proposições já estudadas e que deverão ser aplicadas também no contexto de elaboração e implementação do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias, pelos agentes locais. Nesse sentido, apresentaremos algumas diretrizes principais a serem observadas quanto à instituição de mecanismos de participação no Plano:

- constituição de instância específica de participação e gestão compartilhada, possibilitando o estabelecimento de acordos para a definição das soluções de atendimento que irão compor o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias;
- assegurar meios para a consulta sobre a intervenção também à população em geral, na forma de audiências públicas;
- instituir mecanismo para prevenção e mediação de eventuais conflitos decorrentes da intervenção e possibilitar o acompanhamento da situação por instância independente (abordaremos este tema em item específico).

3.5. Soluções ou medidas aplicáveis às famílias afetadas pelo deslocamento involuntário

O Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias deve se constituir, como vimos, no documento essencial à caracterização socioeconômica da população afetada, à caracterização fundiária do território ocupado por essa população e qualidade da posse, o exame de impactos do deslocamento, as soluções ou alternativas de atendimento ou indenização por situações típicas e a fundamentação que aponte a sustentabilidade das soluções ou alternativas eleitas.

As alternativas de solução ou medidas a serem construídas e pactuadas devem atender, no mínimo, ao binômio: efetividade e sustentabilidade. **A efetividade diz respeito ao princípio do máximo ressarcimento, ou seja, o reconhecimento do bem jurídico principal atingido na esfera de direitos dos afetados e a busca à máxima reposição (ou máxima condição de reposição possível).**

A Portaria do Ministério das Cidades n. 317/2013, em seu Anexo Único no item 2.1, elenca situações típicas no que tange à posse e propriedade da população afetada:

- proprietários;
- possuidores;
- titulares de benfeitoria;
- locatários.

Já no item 2.2, na Portaria do Ministério das Cidades n. 317/2012, apresenta rol de soluções aplicáveis sobre as quais o Plano poderá dispor:

- desapropriação conforme a legislação vigente;
- reposição do imóvel atingido;
- indenização pelas benfeitorias;
- pagamento pecuniário no valor correspondente a, no mínimo, três meses de aluguel de imóvel em condições similares ao que tenha sido atingido pela intervenção.

Vamos estudar algumas situações de grupos de população afetada, apresentados pela Portaria n. 317/2012:

- **Grupos de proprietários, titulados, de imóveis regulares (incluindo promitentes compradores, donatários etc.), moradores ou não:** a legislação brasileira regula de forma clássica esta situação através da Desapropriação com Indenização Pecuniária. De forma geral, o valor da indenização é apurado através de laudo pericial elaborado a partir de normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**. Havendo discordância quanto ao valor, a desapropriação deverá ser judicial (só se admite a discussão quanto ao valor, a desapropriação é ato de império da administração). Havendo concordância, a desapropriação pode ser amigável (administrativa e/ou extrajudicial).
- Neste caso, a principal alternativa é mesmo a desapropriação com indenização **pecuniária**, o que deverá se observar é se conforme as características locais, no caso de proprietários moradores, a par da indenização pecuniária, faz-se necessário agregar algum atendimento acessório, como, por exemplo, alguma assistência para aquisição de nova moradia através das linhas de financiamento oficiais.
- **Grupos de locatários de imóveis regulares, fins residenciais, que houverem sido objeto de desapropriação:** Sempre que possível devem-se respeitar os prazos do contrato, não sendo possível, é cabível que o expropriante assuma o ônus do pagamento da multa rescisória antecipada do contrato locatício, ou estando o contrato prorrogado por tempo indeterminado, pague ao expropriante algum tipo de bônus para deslocamento.
- **Grupos de locatários de imóveis regulares, fins comerciais, que houverem sido objeto de desapropriação:** a jurisprudência, de forma pacífica, reconhece o direito à indenização pecuniária pelo fundo de comércio, apurado em laudo pericial, em benefício do locatário.

Pecuniária
Em dinheiro.

Todas essas situações se apresentam bem regulamentadas pela legislação vigente, especialmente pelos normativos de direito administrativo e pelo Código Civil. E ainda existem duas situações típicas, nas quais a alternativa pode ser similar a essas, apesar de ter-se situação de irregularidade do parcelamento, são estas:

- **Grupos de proprietários, titulados, de imóveis irregulares ou situados em parcelamentos irregulares não precários (incluindo promitentes compradores, donatários etc.), em áreas de propriedade privada:** muito

comum nos casos de loteamentos irregulares, a não precariedade neste caso aponta para a viabilidade de se tratar similarmente à desapropriação com indenização pecuniária, que abrangerá terreno e benfeitoria, apurado em laudo pericial. Neste caso, o poder público expropriante sucederá nos direitos aquisitivos destes proprietários sobre a terra.

- **Grupos de proprietários, titulados, de imóveis irregulares ou situados em parcelamentos irregulares não precários, em áreas públicas:** a não precariedade neste caso aponta para a viabilidade de tratar-se similarmente à desapropriação com indenização pecuniária, que neste caso abrangerá somente a benfeitoria, apurada em laudo pericial.

Os principais desafios surgem a partir da situação típica que virá a seguir:

- **Grupos de possuidores em assentamentos precários – população em situação de vulnerabilidade moradora de assentamentos precários.** Neste caso, o principal bem jurídico afetado é a moradia, portanto a máxima efetividade será a reposição através de nova moradia, ou **compensação pecuniária** “suficiente” a se alcançar a solução de moradia, que, neste último caso, implica também na assistência às famílias para a aquisição da nova moradia, e, se necessário, para os estudos de acessibilidade às linhas de financiamento públicas disponíveis.
- O critério de indenização é patrimonial, apurado através de avaliação da benfeitoria e mesmo do terreno (o que pode ser aplicado no caso de ocupação de área privada onde estejam configurados os requisitos da *Usucapião*)¹². Pode-se ter tal entendimento através da leitura do artigo 183 disposto a seguir, que define:

Art. 183 – Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (SCHIAVONE; NOVAES, 2009, p. 12).

Na maioria das vezes, não representa o atendimento à efetividade citada. Os critérios de avaliação patrimonial utilizados pela técnica pericial apresentam itens de depreciação imobiliária que acentuam quanto mais precário o assentamento/imóvel, menor será o valor atribuído, o que, no mais das vezes, significa: quanto mais vulnerável, mais grave o dano *impingido* na esfera jurí-

¹² O conceito de usucapião dado pela Constituição Federal de 1988 ratifica que a propriedade deve cumprir com sua função social e ainda o considera como instrumento da política urbana.

Impingido

Obrigar alguém a aceitar algo; conceder com veemência.

dica (direito à moradia), menor o valor patrimonial atribuído, menor a “indenização”, ausência de efetividade e sustentabilidade na alternativa apontada.

Assim sendo, a reposição habitacional será, sempre que possível, a melhor alternativa no reassentamento de população moradora de assentamento precário e/ou de população vulnerável. Não sendo possível, restará a compensação pecuniária cujo valor deverá viabilizar o “acesso” à solução de moradia (neste caso, as características locais deverão ser atentamente observadas).

Se o deslocamento, além da moradia, implicar também na afetação de atividades comerciais ou similares constitutivas de amparo ao sustento familiar da população local atingida, estas também deverão ser remanejadas, ou seja, realocadas em unidade comercial produzida para esta finalidade em área de reassentamento ou, indenizadas pecuniariamente.

Pode-se agregar às soluções citadas acima, sempre que cabível, a aplicação de outros atendimentos de apoio e acompanhamento social.

Atenção: instrumentos de atendimento provisório como: Bolsa Aluguel; Renda abrigo; Auxílio Moradia e Alojamento (que é muito gravoso e só deve ser adotado em situação extrema) serão sempre temporários, transitórios, não sendo, portanto, soluções ou medidas aplicáveis para o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias que exigem o caráter definitivo.

3.6. Mediação de conflitos

O normativo do Ministério das Cidades dispõe sobre a obrigatoriedade da instituição de mecanismos de participação e de mediação e resolução de eventuais conflitos decorrentes da intervenção, devendo este ser acessível, e levar em conta a existência e a disponibilidade de procedimentos comunitários, judiciais e extrajudiciais.

O que se busca é estruturar no âmbito de cada intervenção o estabelecimento de um grupo pequeno de mediadores, se possível com participação de atores independentes (por exemplo: um representante da defensoria pública, ou um representante de entidade de âmbito nacional como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou ainda um representante oriundo de um organismo de Direitos Humanos) que ao lado de representantes do órgão gestor e da comuni-

dade local promovam aos interessados (população afetada) a possibilidade de debate e **construção conjunta** de solução de conflitos advindos da intervenção.

A mediação assemelha-se à conciliação: os interessados utilizam a intermediação de um terceiro, para chegarem à pacificação de seu conflito. Distingue-se dela somente porque a conciliação busca, sobretudo, o acordo entre as partes, enquanto a mediação objetiva trabalhar o conflito, surgindo o acordo como mera consequência. Trata-se mais de uma diferença de método. (CINTRA, 2013, p. 36)

3.7. Monitoramento

O Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias deve prever em seu sistema de gestão os mecanismos de monitoramento e avaliação permanente de implementação das ações previstas, em consonância ao cronograma do Trabalho Social e o Plano de Obras.

Como vimos, deve-se instituir a instância de gestão do **Plano de caráter participativo**, que, dentre outras atribuições acompanhará a implementação das ações que se constituem basicamente nos processos referentes ao Reassentamento ou à provisão das Medidas Compensatórias às famílias afetadas, observadas as etapas e o tempo previstos nos cronogramas iniciais. É comum, no que tange à execução de obras de médio e grande impacto, alterações de projeto, e também, alterações de cronograma. A matriz de monitoramento do Plano de Reassentamento deve acompanhar e ajustar sempre que necessário suas atividades e ações quando ocorrerem alterações no cronograma de obras.

Além do monitoramento do cronograma de implementação das ações, vale também, prever-se a **avaliação no processo de execução**, que acompanhe qualitativamente a aplicação das soluções de enfrentamento ao deslocamento junto às famílias e aponte a necessidade ou não de ajustes ou de complementação de outros atendimentos de apoio ou acompanhamento social. O que **coaduna**, efetivamente, com os princípios do tema exposto neste capítulo, o qual vem a ser através de ações efetivas de reparação evitar situações que possam gerar risco de empobrecimento ou exposição ainda maiores a situações de vulnerabilidade para famílias afetadas com o deslocamento involuntário provocado por obras e serviços de infraestrutura urbana e outros programas e ações sob gestão do Ministério das Cidades.

Coaduna
Une, liga.

4. Atividade

Qual alternativa corresponde aos elementos essenciais que compõem o Diagnóstico do Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias conforme a Portaria MCidades 317/13?

- a. Síntese do projeto de intervenção que deu origem à necessidade de deslocamento, com definição de sua área de abrangência e justificativa para sua implementação; relatório fotográfico; levantamento fotoaltimétrico; cadastro censitário atualizado, pesquisa e diagnóstico socioeconômico das famílias afetadas; quantificação e caracterização dos imóveis que serão atingidos; tipificação (relacionada à situação de propriedade ou posse com o imóvel atingido) e quantificação das famílias afetadas, considerando aspectos socioeconômicos, condições habitacionais e de uso da área de intervenção.
- b. Síntese do projeto de intervenção que deu origem à necessidade de deslocamento, com definição de sua área de abrangência e justificativa; relatório de vistoria; cadastro amostral, pesquisa e caracterização socioeconômica das famílias afetadas; tipificação (relacionada à situação de propriedade ou posse com o imóvel atingido) e quantificação das famílias afetadas, considerando aspectos socioeconômicos, condições habitacionais e de uso da área de intervenção.
- c. Síntese do projeto de intervenção que deu origem à necessidade de deslocamento, com definição de sua área de abrangência e justificativa para sua implementação; relatório fotográfico; levantamento fotoaltimétrico ou planialtimétrico; cadastro censitário atualizado, pesquisa e diagnóstico socioeconômico das famílias afetadas; quantificação e caracterização dos imóveis que serão atingidos.
- d. Síntese do plano de intervenção que deu origem à necessidade de deslocamento, com justificativa; relatório de vistoria com fotos; cadastro amostral e caracterização socioeconômica das famílias afetadas; tipificação (relacionada à situação de propriedade ou posse com o imóvel atingido) e quantificação das famílias afetadas, considerando aspectos socioeconômicos, condições habitacionais e de uso.
- e. Todas as alternativas estão incorretas.

5. Referências

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2009.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MEDINA, José M. G. **Constituição Federal Comentada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria n. 317, de 18 de julho de 2013. Deslocamento involuntário. **Diário Oficial da União**: seção I, 19 de julho de 2013.

SCHIAVONE, José G. P.; NOVAES, Elizabete D. A cidade e o direito à moradia: o instituto do usucapião como alternativa de regularização jurídica de habitações precárias em favelas. Revista Jurídica Eletrônica **UNICOC: Ribeirão Preto**, outubro 2009.



MÓDULO IV

Contratação

O Módulo IV, a exemplo do Módulo I, é constituído de apenas um capítulo. Ele instrumentaliza os Técnicos Sociais para a contratação do Trabalho Social. Várias questões legais e instrumentais são abordadas de forma a facilitar a contratação de Trabalhos Sociais. O módulo trata de temas como Licitações, Termos de Referência, responsabilidades das partes interessadas, (União, Estados, Municípios, Agente Operador, Agente Financeiro) etc. Trata igualmente de aspectos instrumentais como orçamento e processo licitatório. Destaca a importância do acompanhamento do desenvolvimento do Trabalho Social e do uso da tecnologia para sua gestão. O módulo é finalizado mostrando os avanços que estão sendo observados nos processos de terceirização do Trabalho Social.



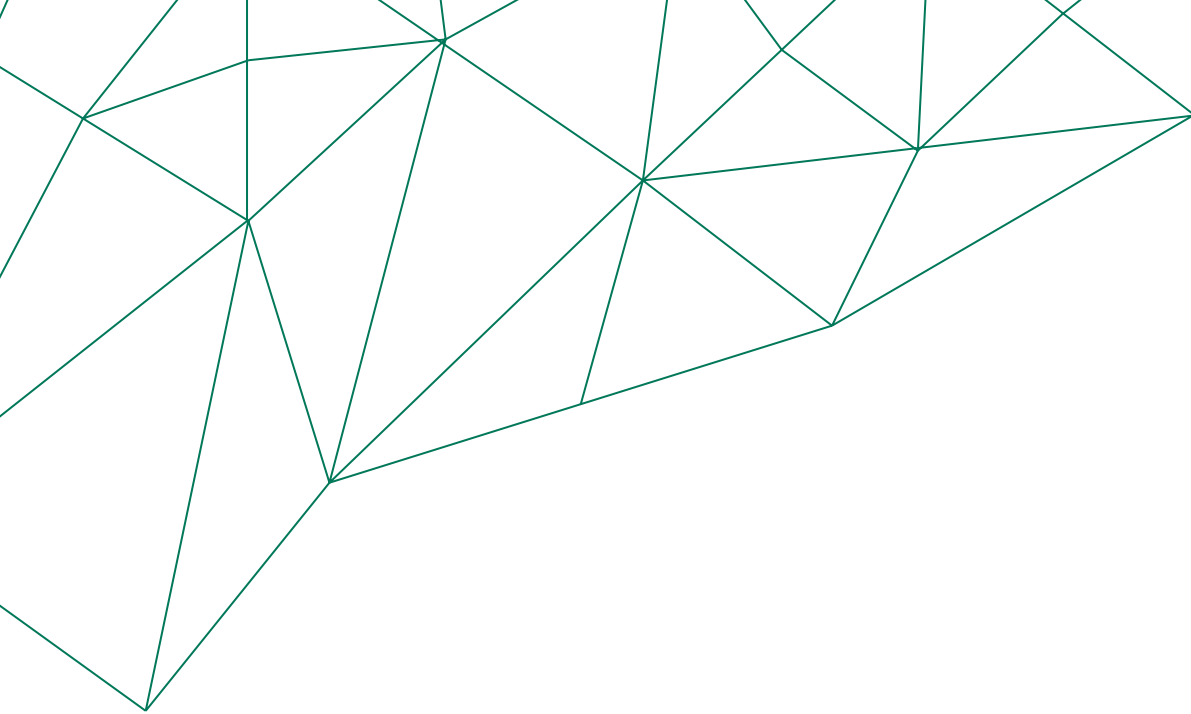
12

Foto: Acervo Caixa Econômica Federal / Divulgação



Gestão, licitações, convênios e contratos





Objetivo do capítulo

Neste capítulo, (i) fornecemos indicações e parâmetros para orçamentação do Trabalho Social; (ii) discutimos e assessoramos sobre questões ligadas aos novos desafios na gestão do Trabalho Social (planejamento, coordenação, mediação, comunicação, articulação, fortalecimento das redes, ação socioinformacional); (iii) fornecemos indicações e modelos para terceirização do Trabalho Social, desde a definição do que terceirizar – projeto e execução – até o como realizar o processo licitatório, como elaborar o Termo de Referência, modalidades de licitação possíveis, como contratar, gestão da contratação, acompanhamento da entrega dos produtos, relação com os agentes financeiros, prestação de contas.

1. Introdução

O Trabalho Social (TS) conforme já visto nos capítulos anteriores é parte integrante do empreendimento e exige cada vez mais profissionais da área social com habilidades para articulação e abordagem integrada com a macroárea onde o trabalho acontece e com as competências para a gestão de pessoas, processos, contratos e articulação junto aos órgãos financiadores. Para isso, faz-se necessário que o Responsável Técnico do Empreendimento fique atento às mudanças das normativas, faça uma gestão compartilhada com as áreas de engenharia e regularização fundiária que também compõem o empreendimento para o acompanhamento do Quadro de Composição de Investimento (QCI) e demais instrumentos de controle do Ministério das Cidades e Tribunal de Contas da União.

Veremos neste capítulo alguns conceitos, algumas sugestões e formas de gestão que poderão ajudá-los a pensar a realidade dos empreendimentos-alvo do TS com referências de soluções possíveis e ou com indicações de onde se referendar.

2. Conceitos

O tema deste capítulo é extenso e denso e exigirá de cada aluno um aprofundamento nas referências bibliográficas sugeridas e uma reflexão sobre o seu fazer social dentro de um processo de gestão cada vez mais enraizado de instrumentos de controle e monitoramento do contratado *versus* executado *versus* reprogramado. Alguns conceitos foram priorizados para o bom andamento do capítulo.

2.1. Licitação

É o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa

para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Art. 3º, alterado pela Lei n. 12.349/2010).

2.2. Termo de Referência

O Termo de Referência (TR) é parte integrante de um contrato celebrado entre uma instituição e um fornecedor, visando a execução de um produto ou serviço. Ele integra as diversas fases (internas e externas) dos processos de gestão, do planejamento a execução dos projetos. Segundo a Portaria Interministerial 127/2008:

Termo de Referência - documento apresentado quando o objeto do convênio contrato de repasse ou termo de cooperação envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto.

3. Marcos Legais e regulatórios

A elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social estão fundamentadas em procedimentos e orientações previstos em leis e decretos federais, que o vinculam como requisito para o aporte de recursos da união para execução física das intervenções além da Lei n. 8.666/93, que normativa os princípios do processo licitatório.

A Lei n. 8.666 de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com essa Lei, a celebração de contratos com terceiros na Administração Pública deve ser necessariamente precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação. Os seguintes princípios básicos que norteiam os procedimentos licitatórios devem ser observados, dentre outros: o da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e da probidade administrativa, publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Lembre-se



O Termo de Referência (TR) será encaminhado ao setor jurídico do proponente que o aprovará dando prosseguimento ao restante do processo licitatório. Mesmo assim, faz-se necessário o conhecimento do marco legal e regulatório na construção do Termo.

O Ministério das Cidades no capítulo II da Instrução Normativa (IN) 08/2009 estabelece as condições operacionais das Intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse/financiamento, firmadas com o setor público, e intervenções dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias ao estabelecer algumas atribuições.

4. Competências das partes interessadas

4.1. Mandatária da União, Agente Operador e Agente Financeiro:

- analisar e aprovar a Proposta Preliminar do Trabalho Social (PTS-P), o Projeto do Trabalho Social (PTS), de modo a assegurar a exequibilidade destes, além de analisar e aprovar o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDS), quando for o caso;

¹<<https://www.convenios.gov.br/portal/>>

- verificar a realização dos procedimentos licitatórios do Trabalho Social, que deve ser distinto do utilizado para a contratação das obras pelo Proponentes/Agentes Executores, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto pactuado ao efetivamente licitado; e, ao fornecimento pelo Proponente/Agente Executor de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade, ou registro no *Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV)*¹ que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;
- acompanhar e aferir a execução do Trabalho Social, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;
- analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos aplicados, assegurando a compatibilidade e aderência das despesas realizadas com o objeto pactuado;
- garantir a fiel observância e ampla divulgação do Manual, não estando autorizada nenhuma orientação ou aplicação divergente;
- encaminhar ao MCIDADES informações sobre o andamento do Trabalho Social e das demais informações necessárias ao processo de acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados das ações.

4.2. Administração Pública dos estados, do Distrito Federal ou municípios, e entidades privadas sem fins lucrativos, intitulados Proponentes/Agentes Executores

- apresentar ao Ministério das Cidades, nas intervenções em habitação e saneamento, no momento da seleção do empreendimento, a Proposta Preliminar do Trabalho Social;
- encaminhar ao Agente Operador/Financeiro os documentos pertinentes ao Trabalho Social, de acordo com este Manual;

- definir a forma de execução, direta, indireta ou mista do Trabalho Social;
- assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução do Trabalho Social;
- realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório do Trabalho Social em separado das obras e de outros serviços, respeitando a Lei n. 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando os procedimentos legais;
- apresentar ao Agente Operador/Financeiro declaração expressa firmada por representante legal, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- exercer, na qualidade de Proponente/Agente Executor, a fiscalização sobre o contrato de execução ou fornecimento;
- prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados é da empresa contratada para essa finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que necessário;
- gerir os contratos de Trabalho Social, visando à compatibilidade com a execução das obras físicas;
- prestar contas dos recursos repassados/financiados, na forma da legislação pertinente;
- responder, no que lhe couber, perante aos órgãos de controle, especialmente à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos apontamentos relacionados ao Trabalho Social.

Lembre-se



O monitoramento da relação metafísica e financeira do contrato social deverá ser sistemático e analisado enquanto empreendimento. Devido à especificidade do objeto, poderá acontecer incompatibilidade dos tempos, o que em Programas de Urbanização poderá ser ponto de alerta do Ministério das Cidades.

5. Orçamento

Como orçar o Trabalho Social? Como você faria em sua cidade?

5.1. Composição de investimento

Na composição de investimento das intervenções devem ser assegurados recursos para execução do Trabalho Social, observando-se, os seguintes percentuais de investimento:

- obrigatoriamente, para os projetos de habitação, no mínimo 2,5 % (dois e meio por cento) do valor de investimento, do instrumento de repasse/financiamento, sem limite máximo;
- nos casos de saneamento integrado e drenagem urbana em que estiver previsto remanejamento/reassentamento de famílias serão de 2,5% (dois e meio por cento) a 3% (três por cento) do valor de investimento do instrumento de repasse/financiamento;
- para as intervenções de saneamento das modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, drenagem urbana e saneamento integrado sem remanejamento/reassentamento de famílias, projetos de manejo de resíduos sólidos que envolverem ações com catadores, deve ser de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor de investimento do instrumento de repasse/financiamento;
- nos projetos de saneamento integrado conjugados com operações do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) têm-se de 2,5% (dois e meio por cento) a 3% (três por cento) do valor de investimento do instrumento de repasse/financiamento de saneamento.

Os recursos necessários ao pagamento das ações do Trabalho Social deverão integrar o Valor de Investimento (VI) da intervenção, o Quadro de Composição do Investimento (QCI) e o cronograma físico-financeiro da intervenção.

Os recursos de repasse, financiamento ou contrapartida aportados para as ações do Trabalho Social deverão ser utilizados, exclusivamente, no pagamento das despesas abaixo relacionadas:

- elaboração do Programa de Trabalho Social (PTS) e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST), se necessário, incluindo a elaboração ou atualização do diagnóstico socioterritorial, estudos, pesquisas e de cadastros das famílias, exceto os custos de cadastramento no *Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO)*²;
- contratação de consultoria e de serviços técnicos especializados para execução de atividades específicas e complementares necessárias para apoiar o Proponente/Agente Executor no desenvolvimento do Trabalho Social, tais como gestão condominial, instrumentos de planejamento,

² <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>

monitoramento e avaliação, além de temas específicos contidos nos eixos e nas fases previstos neste normativo, para os quais o Proponente/Agente Executor, comprovadamente, não possua quadro de pessoal;

- capacitação envolvendo oficinas educativas, seminários, e outras ações, inclusive aquelas voltadas ao fortalecimento das entidades da organização da sociedade civil, quando elas se encontrarem tanto na área de intervenção quanto na macroárea e atuarem dentro da área de intervenção;
- produção e aquisição de material pedagógico e de divulgação das ações do Trabalho Social;
- compra e locação de materiais permanentes a serem utilizados no desenvolvimento do Trabalho Social (como, por exemplo, computadores, impressoras, *datashow*, equipamento de filmagem e de fotografia) indispensáveis para a execução, o registro e a difusão das ações do projeto social, desde que o Proponente/Agente Executor não disponha de tais materiais e, caso tenham sido adquiridos, ao final deverão ser incorporados ao patrimônio do Proponente/Agente Executor para continuidade das ações;
- a compra e locação prevista na alínea “e” refere-se apenas às ações de Trabalho Social executadas diretamente pela equipe do Proponente/Agente Executor, sendo vedada para as ações executadas por empresas terceirizadas, uma vez que estas já deverão possuir as condições necessárias para o seu desenvolvimento;
- contratação de apoio logístico para suporte das atividades programadas no projeto (tais como: aluguel, instalação e manutenção do escritório/plantão social; transporte; telefonia e internet) desde que essenciais para dar viabilidade ao desenvolvimento das atividades programadas, sendo vedada a aquisição de veículos;
- custeio de projetos de geração de renda e inclusão social, produtiva e econômica dos beneficiários, inclusive os elaborados por entidades da sociedade civil, desde que presentes na macroárea e atuem na área de intervenção – esses projetos devem apresentar condições de exequibilidade e contribuir para a inserção produtiva, admitindo-se a compra de equipamentos para dar viabilidade aos referidos projetos.
- os recursos deverão ser aplicados em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias aplicável ao exercício financeiro respectivo, sendo vedadas as despesas relacionadas no art. 52, da Portaria Interministerial n. 507, de 24 de novembro de 2011, assim como aquelas destinadas à com-

pra de materiais permanentes para dar funcionalidade a equipamentos públicos, tais como escola, creche, hospital, entre outros;

Lembre-se



É vedado o pagamento de custas cartorárias voltadas à formalização de condomínios.

- Os custos com a Avaliação Pós-Intervenção não integram os recursos destinados ao Trabalho Social, sendo, quando exigível em ato normativo específico, obrigatórios na composição de investimento da intervenção;
- Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial (MCMV– FAR) com 2% do valor do repasse.

Com base no valor teto, é preciso iniciar o orçamento pelo caminho inverso, procedendo ao levantamento dos insumos e horas técnicas necessárias à execução do PTS. Para fins de estimativa de custos, podem ser adotados alguns parâmetros para orientar a formulação de PTS e de acordo com a realidade de cada empreendimento.

De modo geral, é possível estimar que, em Projetos de Trabalho Social vinculados ao PMCMV, onde a ênfase do trabalho ocorre com as famílias diretamente beneficiadas com as Unidades Habitacionais do programa, pode ser estimado que 02 (dois) Técnicos Sociais na equipe mínima são capazes de executar ações com aproximadamente 200 famílias reassentadas, por um período mínimo de 9 meses (considerando 3 meses na fase pré-contratual das famílias e 6 meses no período pós-contratual dessas).

Em programas que envolvam a realocação das famílias, ou seja, em que elas devam ser removidas da moradia atual e reassentadas em outro local, envolvendo com isso ações de cadastro socioeconômico, selagem de domicílios, produção de banco de dados georreferenciados e abordagens individuais com cada grupo domiciliar, além das demais ações previstas para todo PTS vinculado ao PMCMV, o número de profissionais estimado pode ser ampliado. Estima-se que, de modo geral, 02 (dois) Técnicos Sociais e 01 (um) Técnico de Mobilização Social (Nível Médio) sejam capazes de acompanhar um grupo de 160 famílias.

Para refletir



Já que o Município ou Estado não possuem equipe própria como fazer para contratar o Trabalho Social?

Outras estimativas de recursos também são necessárias para o trabalho, como: Material de Consumo, Material Permanente (a serem mobilizados e adquiridos para a execução do PTS), serviços de Transporte, locação de equipamentos, material de divulgação, serviços especializados, consultoria técnica, capacitação / treinamento, serviços de avaliação da pós-ocupação, serviços de apoio logístico, recursos humanos (coordenação, técnicos e apoio administrativo), entre outros.

Faz-se necessário que a equipe técnica social responsável pelo projeto e a elaboração do orçamento pense em ações conforme os Planos previstos nos capítulos 08, 09 e 10 como um processo. **O que temos visto em muitas planilhas de custos é uma avalanche de atividades desarticuladas com a compra de insumos e materiais que não tem identidade local e, por isso mesmo, não terão a sustentabilidade necessária.** É imprescindível um movimento para a consolidação de caderno de preços de Trabalho Social.

Após a definição dos recursos que serão necessários para a execução do Trabalho Social, é preciso prever o que será executado através da administração pública direta e o que deverá ser contratado a terceiros.

Com a definição do que será terceirizado, deverá ser feito um orçamento dos itens inclusos na planilha de recursos do PTS. Esse orçamento pode ser feito a partir de informações de setores da própria administração pública municipal, contato com Técnicos Sociais de outras administrações públicas e solicitação de orçamento de preços junto a empresas, que tenham entre suas finalidades o Trabalho Social. É importante que, no caso da cotação de mercado o orçamento seja feito por pelo menos três empresas distintas.

A partir da definição do escopo e do orçamento para execução, é preciso compatibilizar ambos com a previsão orçamentária definida como limite do PTS, conforme visto anteriormente. Fazendo essa compatibilização é preciso proceder à elaboração do Termo de Referência para o contrato.

5.2. Composição do Orçamento

São custos típicos na composição do orçamento para execução do PTS considerando as terceirizações mais comuns:

- **Serviços Especializados de Assessoria, Consultoria e Execução do Projeto de Trabalho Técnico Social** – tem-se a hipótese de terceirização global dos trabalhos, cuja contratação abrange a execução do con-

junto de atividades especializadas, a mobilização da equipe de campo, a execução dos trabalhos contínuos e ainda a elaboração dos Relatórios com os respectivos anexos e demais instrumentos necessários à prestação de contas junto ao Programa; e tem-se a hipótese de contratação setorial de equipes mais especializadas em processos licitatórios distintos ou convênios.

- **Serviços Especializados de Pesquisa Para Atualização Cadastral e Criação do Banco de Dados Cadastrais do Projeto** – a norma impede, entretanto, que sejam usados recursos do projeto para pagar a inserção dos beneficiários no CadÚnico.
- **Material Didático e de Comunicação** – abrange os instrumentos previstos no projeto para apoio à informação, mobilização etc.
- **Realização de Oficinas e Eventos** – o escopo do contrato pode abranger oficinas específicas e eventos para os quais se contrata técnicos com experiência compatível com a atividade, bem como deverá disponibilizar todo o material necessário e o apoio logístico para os eventos/oficinas.
- **Realização de Atividades para Capacitação/ Atualização Técnica da Equipe** – abrange contratos ou convênios voltados a capacitar as equipes em temas específicos considerados necessários.
- **Realização de Atividades de Capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda** – abrange contratos ou convênios voltados à implementação de ações na área de Geração de Trabalho e Renda.

Formulação do Sistema de Monitoramento e Avaliação – pela demanda de conhecimento metodológico específico que o tema requer, pode ser mais adequado ser contratado separadamente os serviços de consultoria técnica especializada para formulação do sistema de monitoramento e avaliação e sua implementação.

Segundo a IN, a estimativa de custos de elaboração do PTS e PDST e da implementação do Trabalho Social, tem como referência o custo total previsto da intervenção e as necessidades estimadas, distinguindo as que serão executadas com recursos do Trabalho Social das que serão realizadas com recursos complementares aos da operação de repasse/ financiamento, explicitando as fontes.

6. Como é um processo licitatório do TS e quem é responsável?

O processo licitatório do Trabalho Social deverá seguir a *Lei n. 8666/93*³ tendo o município como o responsável pelo processo licitatório.

³ Para consultar a referida Lei, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm



Como todos os processos licitatórios, existem modalidades e tipos distintos que deverão ser observados conforme especificidade e orçamento do contrato em questão:

CONCORRÊNCIA	TOMADA DE PREÇO	CONVITE
Valores acima de R\$650.000,00	Valores até R\$650.000,00	Valores até R\$80.000,00

Quanto aos tipos de licitação, existem: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, e maior lance ou oferta. Sabedores que o planejamento em torno do processo de licitação deve eleger o tipo mais adequado de licitação em face das necessidades de gestão do serviço e do objeto a ser contratado. Como já vivenciado dos tipos citados, recomendo as formas de julgamento técnico e preço por acreditar que é o que mais aproximada da possibilidade em conhecer a habilidade, experiência e conhecimento da empresa em desenvolver o Trabalho Social. A classificação é dada a partir da definição de pesos (valorização: media aritmética ponderada) definidos em edital.

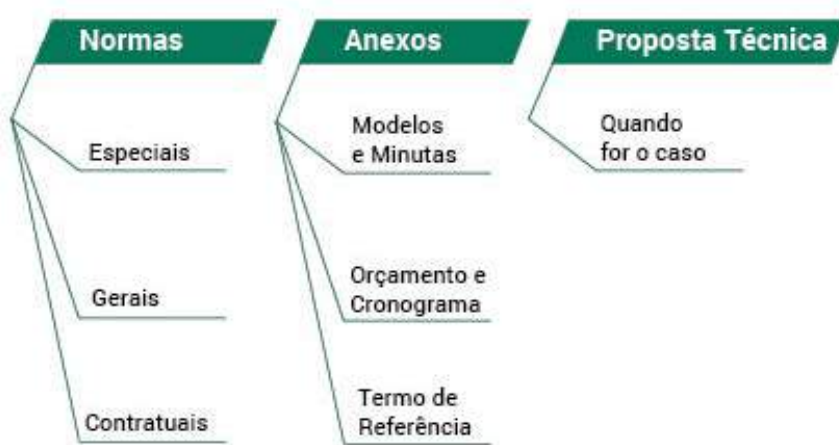
⁴ Para você encontrar maiores detalhes sobre o RDC, acesse:

<<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/apresentacoes/v/7da20669>>

Não é recomendável a realização de pregões do Trabalho Social. Embora, exista uma nova categoria de contratação de obras, serviços e produtos chamada de Redução de Prazo e Custo (RDC) que busca o aperfeiçoamento da experiência dos pregões e concessões. Das experiências conhecidas, não há registro desta modalidade no *Trabalho Social*⁴.

7. O que compõe um edital?

Um edital de um processo licitatório possui:



O edital de licitação deverá respeitar os trâmites exigidos pela Lei n. 8.666, de 1993, Lei n. 12.462, de 2011, e demais normas relacionadas ao assunto, além de observar os seguintes aspectos:

- qualificação técnica dos profissionais prestadores de serviço, comprovação de experiência, bem como a suficiência da equipe para a execução do Trabalho Social;
- exigência de que a contratada possua profissional de nível superior responsável pelos serviços, que supervisionará, em conjunto com o Coordenador do Trabalho Social, a execução e atenderá as determinações da fiscalização do Proponente/Agente Executor.
- prever a elaboração de relatórios de execução do Trabalho Social, os quais deverão conter as exigências do Proponente/Agente Executor, MCIDADES e do Agente Operador/Financeiro, visando a oferecer elementos qualitativos e quantitativos para o monitoramento do Trabalho Social;

- prever a possibilidade de reprogramações das ações previstas no PTS, sempre que o atraso/paralisação da obra física inviabilizar a execução das ações do Trabalho Social, no intuito de compatibilizar o andamento dos trabalhos;
- prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados é da empresa contratada para essa finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto relativo ao Trabalho Social.

Saiba mais +

As licitações do Trabalho Social poderão admitir a contratação de consórcio de empresas e instituições sem fins lucrativos, nos termos das normas legais vigentes.

8. Como se faz um termo de referência?

O Termo de Referência contém o “código genético” da licitação e do contrato que vier a ser lavrado e deverá ter a aprovação pela autoridade competente (Art. 7º, § 2º, I da Lei n. 8666/93). Os elementos constitutivos do TR são:

- a necessidade da contratação;
- definição do objeto;
- justificativa;
- especificações do objeto;
- responsabilidades das partes;
- estimativa de custos/orçamento;
- cronograma físico-financeiro;
- condições de recebimento e diferenciamento de gerenciamento;
- fiscalização do contrato conforme modelo apresentado na bibliografia complementar.

⁵ Veja modelos de elaboração de TR:
 - <http://migre.me/hBN5c>
 - <http://migre.me/hBN7>

Prever a possibilidade de reprogramações das ações previstas no PTS, sempre que o atraso/paralisação da obra física inviabilizar a execução das ações do Trabalho Social, no intuito de compatibilizar o andamento dos trabalhos; e prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados é da empresa contratada para essa finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto relativo ao *Trabalho Social*⁵.

9. Qual o conteúdo de uma proposta técnica para as modalidades de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço”?

Uma proposta técnica deverá solicitar:

Documentos de comprovação do conhecimento	Documentos de comprovação de capacidade técnica e experiência
• Índice • Apresentação da Proposta Técnica • Articulação da Situação-Problema • Metodologia, Plano de Trabalho e Estrutura Organizacional.	• Capacidade Técnica da Licitante • Experiência do Responsável Técnico • Experiência da Equipe Técnica Mínima

A definição dos itens pontuáveis, bem como a pontuação geral da proposta técnica será obtida a partir dos critérios elencados a seguir:

Item	Discriminação	Pontuação Máxima
	Articulação da Situação-Problema	20
	Metodologia, Plano de Trabalho e Estrutura Organizacional.	30
	Capacidade Técnica da Licitante	20
	Experiência do Responsável Técnico	20
	Experiência da Equipe Técnica Mínima	10
TOTAL DA PROPOSTA TÉCNICA		100

Saiba mais



Querem conhecer mais sobre como pedir e avaliar uma proposta técnica? Leia o texto [Proposta_Técnica_PAC_II_MORRO_MARIANO DE ABREU](http://migre.me/hBN4g) <http://migre.me/hBN4g>

Após o resultado do certame, ou seja, do resultado do processo licitatório e homologação do resultado, providências administrativas deverão ser tomadas pelo setor de licitação com o acompanhamento do RT do Trabalho Social até a assinatura do contrato e Ordem de Serviço (OS).

Como monitorar o que foi contratado com o município, com o licitado e com a prestação de contas? Como visto anteriormente, há uma necessidade crescente que a equipe social desenvolva e se capacite para o gerenciamento de projetos, coordenação de ações cada vez mais articuladas com as demais políticas públicas e o interlocutor com os agentes operadores e financiadores do projeto e exigirá um coordenador, que será Responsável Técnico pela execução do Trabalho Social. Ele deverá compor o quadro de servidores do Proponente/Agente Executor, ter graduação em nível superior, prioritariamente em Serviço Social ou Sociologia, com experiência de prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação.

Recomenda-se a busca por instrumentos de monitoramento e avaliação do processo levando em consideração os aspectos legais, administrativos e gerenciais do contrato na busca do equilíbrio necessário ao bom desenvolvimento do trabalho. A seguir, mostraremos um exemplo de monitoramento que facilitou o gerenciamento das partes envolvidas.



Busca de equilíbrio

Lembre-se



Ao fazer a análise da evolução do contrato usando instrumentos como gráficos de desembolso físico-financeiro, Web desenvolvida para esta finalidade, o gestor deverá tomar decisões para a reprogramação e ou remanejamento de itens observando as normas que regem a Lei n. 8666/93 e a Instrução Normativa 08.

10. Relatórios de Acompanhamento

Segundo a IN 08 (BRASIL, 2009):

- o monitoramento das atividades do Trabalho Social pelo Agente Operador/Financeiro é realizado por intermédio da apresentação do relatório de atividades pelo Proponente/Agente Executor, conforme modelo definido pelo Agente Operador/Financeiro;
- no relatório serão registradas todas as atividades constantes no projeto aprovado de acordo com a Fase a que se refere, independente de serem custeadas com recursos do repasse/financiamento ou de contrapartida, sendo justificadas as atividades previstas e não realizadas, quando for o caso;
- o referido relatório é o instrumento que apresenta a medição das atividades e ações desenvolvidas no Trabalho Social e que enseja o desbloqueio de recursos financeiros para pagamento do executado, quando for o caso e se aferido pelo Agente Operador/Financeiro;
- a não apresentação do relatório por 3 (três) meses consecutivos, ensejará notificação do Agente Operador/Financeiro ao Proponente/Agente Executor e comunicado ao MCIDADES para que sejam apresentadas, pelo Proponente/Agente Executor, justificativas da não realização das atividades programadas;
- a não realização do Trabalho Social impede a aprovação da prestação de contas pelo Agente Operador/Financeiro.

Observação: o Relatório de Acompanhamento constitui instrumento legal, onde serão anotadas pelo **responsável técnico** da empresa contratada todas

as ocorrências, instruções e decisões tomadas durante o desenvolvimento dos serviços, devidamente visadas pelo Proponente e pela contratada.

11. Sobre tecnologia na gestão do Trabalho Social em Programas de Habitação

A Companhia de Habitação (COHAB) Minas de gerenciamento e monitoramento do cronograma físico e financeiro dos contratos do Trabalho Social executou a realização de relatórios padronizados desenvolvido via sistema *Web* criando o Sistema de Acompanhamento Social (SAS) que tem uma melhor gestão dos projetos sociais com monitoramento de todas as etapas do Trabalho Social.

Os técnicos sociais dos municípios e da COHAB Minas, previamente cadastrados, utilizam o sistema em qualquer computador que tenha uma configuração básica e acesso à internet e através de um módulo específico preenchem os campos com as informações que darão origem ao PTS. Ao final é gerado um documento digital.

No SAS é possível armazenar manuais, referenciais teóricos, vídeos, apresentações e outros materiais que dão subsídio ao desenvolvimento do trabalho, num só ambiente, evitando assim o envio de *e-mails* que muitas vezes tem limitação para tamanhos de arquivos.

O acompanhamento *online* também é um facilitador do SAS, pois torna acessível a comunicação entre os técnicos da COHAB Minas e do município, otimizando o tempo gasto na orientação, se comparado ao tempo gasto com o deslocamento.

O SAS gera ainda estatísticas precisas dos beneficiários (renda, número de dependentes, escolaridade, entre outros) em forma de gráficos, possibilitando o cruzamento de informações para que as equipes possam elaborar atividades mais apropriadas ao perfil dos beneficiados pelo programa.

O Sistema de Acompanhamento Social (SAS) objetiva:

- promover através da automação de seus processos a melhoria na qualidade do trabalho;
- contribuir para que os profissionais dos municípios, através do uso do sistema, construam um projeto bem estruturado e de forma ágil;
- prestar contas do Trabalho Social desenvolvido com maior precisão;
- elaborar o Projeto de Trabalho Social segundo padrão recomendado pelas diversas instâncias parceiras;
- emitir relatórios das atividades executadas em formulário padrão, listas de presença e relatórios de frequência dos beneficiários.

Tem como diferencial um registro de alerta de irregularidades como: ausência excessiva de beneficiários, quantidade e distribuição das atividades, informações não preenchidas, que facilitam o acompanhamento pela equipe social da COHAB Minas.

O SAS tem se mostrado uma ferramenta eficaz na gestão de projetos sociais e a cada nova experiência é aperfeiçoado.

Saiba mais +

Prezado aluno, quer conhecer mais esta experiência exitosa? Leia o artigo Gestão do Projeto Social em Habitação – CRESS: <http://migre.me/hBN06>, os manuais: Manual Elaboração PTS e _Manual Relatório de Atividades: <http://migre.me/hBN1M>

Para refletir

Você já pensou como se faz necessário a mudança dessa nova postura profissional diante do panorama de Trabalho Social? “O vínculo ideal da co-responsabilidade se dá quando os indivíduos se sentem efetivamente envolvidos no problema e compartilham a responsabilidade pela sua solução, entendendo a sua participação como uma parte essencial no todo” (BRAGA, 2002, p. 2)

12. Os avanços na forma de terceirização do Trabalho Social com as propostas técnicas

O Trabalho Social vem a cada dia que passa exigindo uma mudança de postura dos municípios em relação à gestão dos contratos sociais. A inovação é buscar a contratação do Trabalho Social separado da empresa que realiza a obra, que a empresa que realizará o Trabalho Social demonstre experiência e capacidade técnica em realizar o trabalho da forma mais articulada e sustentável possível e que o município pratique a matriz de responsabilidade que ele assine por ocasião da captação de recursos.

A forma de contratação sendo um dos itens delicados e cruciais no desenvolvimento do trabalho evolui cada vez mais para processos licitatórios com a presença de proposta técnica e preço. Essa possibilidade, se bem abordada no processo licitatório, poderá trazer ao contrato do Trabalho Social, metodologias e tecnologias sociais inovadoras e novos repertórios de Trabalho Social, como pode ser visto na bibliografia complementar.

Com o intuito de fortalecer o Responsável Técnico do Trabalho Social, e como consequência o Trabalho Social, os municípios devem estruturar suas Unidades Executoras Locais (UEL) para que a gestão compartilhada, respeitando as especificidades de cada área, seja garantida. Reuniões sistemáticas entre os responsáveis pela área deverão acontecer para que o processo seja articulado tendo em vista a garantia de um bom trabalho e o cumprimento da matriz de responsabilidade assumida pelo município ao assinar o contrato junto ao ente financiador.

A intersetorialidade precisa ser evidenciada como rede no Território. Junqueira e Inojosa (1997) a definem, na gestão pública, como a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social” (JUNQUEIRA; INOJOSA, 1997, p. 24). Trata-se de uma nova lógica para a gestão da cidade, de decisão política de redirecionar a ação pública, buscando superar a fragmentação e considerando o cidadão na sua totalidade.

A articulação entre políticas públicas potencializa os resultados e melhora substancialmente as condições de vida da população. Possibilita melhor uti-

lização dos recursos, compartilha e define responsabilidades e atribuições. O pressuposto dos processos de articulação entre políticas públicas é de que a intersetorialidade e a complementaridade entre serviços são fundamentais para produzir alteração na qualidade de vida e no ambiente urbano.

Analizamos ao longo do capítulo e aprofundaremos durante o curso as nuances e particularidades do gerenciamento, contratação e prestação de contas do Trabalho Social envolvendo ONGs, pequenas e médias empresas que realizam o Trabalho Social.

13. Atividades

Marque (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso nas afirmações abaixo e indique a ordem correta:

- () O Trabalho social poderá ser executado somente pelos técnicos da administração direta.
- () A contratação do Trabalho Social deverá seguir a Lei de Licitação n. 8. 666 e a Instrução Normativa 08.
- () Os elementos constitutivos do Termo de Referência (TR) são: a necessidade da contratação; definição do objeto; justificativa; especificações do objeto; responsabilidades das partes; estimativa de Custos/Orçamento; cronograma físico-financeiro; condições de recebimento e diferenciação de gerenciamento e fiscalização do contrato.
- () Pela especificidade do Trabalho Social, não há necessidade de ter seu orçamento previsto no Quadro de Composição de Investimento(QCI).
- () Não há necessidade de edição de relatório mensal já que não há prestação de contas do PTTS é correto afirmar sobre o Termo de Referência (TR).

- a. V, V, F, F, F
- b. F, V, V, F, F
- c. F, V, V, F, V
- d. V, V, V, F, V
- e. F, V, F, V, F

14. Referências

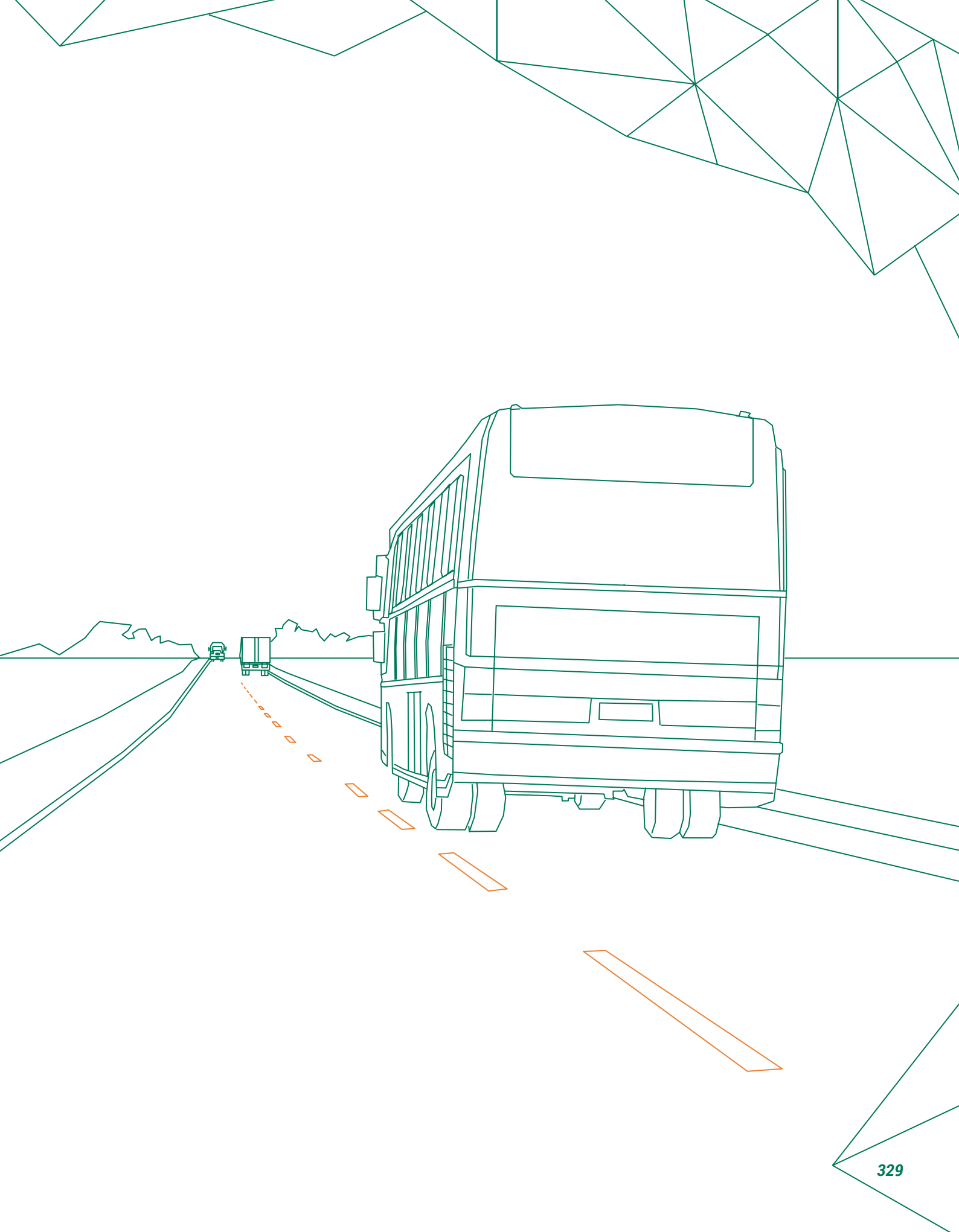
BRAGA, Clara S.; HENRIQUES, Márcio S.; MAFRA, Rennan L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Pará de Minas/MG: Gênese, 2002.

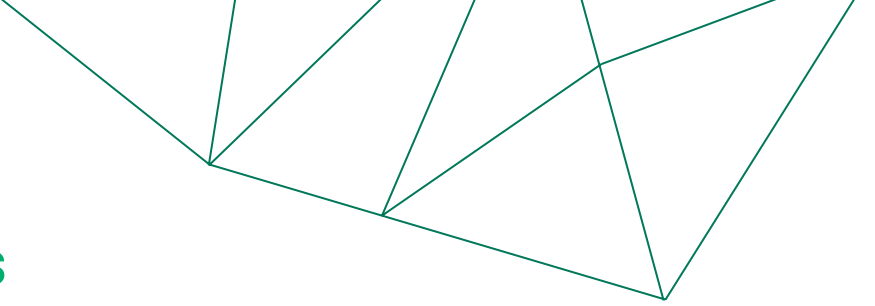
BRASIL. **Lei nº 8666-9, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

_____. **Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010**. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm

_____. **Ministério das Cidades**. Secretaria Nacional de Habitação. Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Provisão Habitacional/08. Brasília, DF, 2009.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária**. São Paulo: FUNDAP, 1997.





Autores

Capítulo 1 /// Maria do Carmo Brant de Carvalho

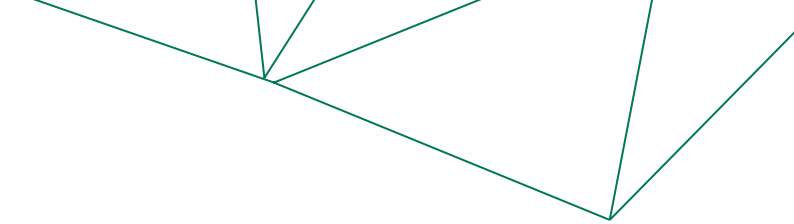
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutoranda em Ciência Política Aplicada pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris/França. Iniciou sua trajetória profissional na Secretaria Municipal de Assistência Social/SP ocupando vários cargos. Atuou como professora titular na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na disciplina de Gestão Social Pública. Realizou e assessorou diversos projetos no âmbito do Trabalho Social em programas de habitação de interesse social. É autora de vários trabalhos publicados. Atualmente realiza consultoria para diversos órgãos públicos e organizações da sociedade civil em projetos nas áreas de Educação, Habitação e Assistência Social.

Capítulo 2 /// Evaniza Rodrigues

Evaniza Rodrigues é assistente social, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e atua na área de elaboração e gestão de propostas de política urbana e habitacional nos movimentos populares e na capacitação de atores sociais. Trabalha com programas autogestionários de habitação. Foi coordenadora-executiva da União Nacional por Moradia Popular e membro da coordenação nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana e do Projeto Moradia do Instituto Cidadania. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades e assessora da presidência da Caixa Econômica Federal na implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Capítulo 3 /// Ruth Jurberg

Arquiteta e urbanista. Formada em arquitetura em 1984, com pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da FAU-UFRJ e pelo Institute for Housing Studies, Rotterdam Holanda, em 1991. Curso de especialização em Habitação pelo Tokyo International Centre, em 1992, e MBA em Políticas Públicas, em 2005, pela IUPERJ. Professora na área ambiental da UNICARIOCA e coordenadora de programas de formação e capacitação em diferentes municípios para os gestores públicos. Coordenadora de diversas atividades desenvolvidas no setor público nos últimos 25 anos na área de habitação popular na Companhia Estadual de Habitação. Secretária de Planejamento e Habitação entre 2001 e 2007 nos Municípios de Magé, Belford Roxo e Nova Iguaçu no Rio de Janeiro. Coordena-



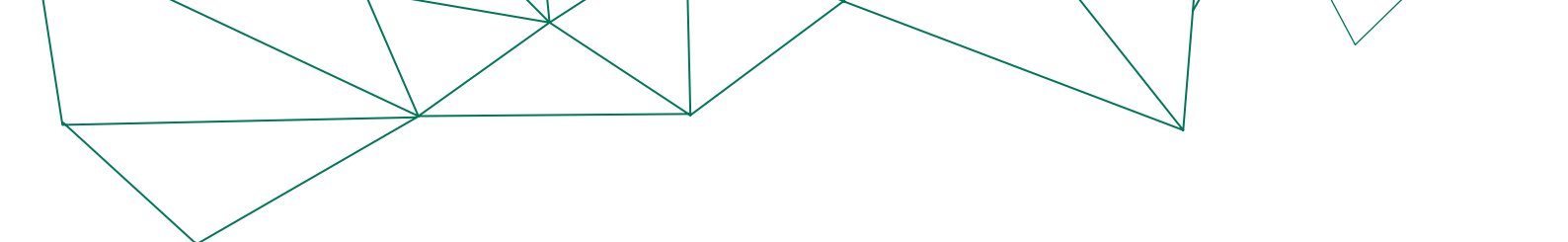
dora desde 2007 do Trabalho Técnico Social nas comunidades do Complexo do Alemão, Manguinhos, Rocinha e Pavão- Pavãozinho- Cantagalo e Santa Marta, além da coordenação do trabalho social da região serrana, em 2011, após a tragédia ocorrida. Nos anos de 2009, 2011 e 2013 recebeu o prêmio Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal selecionado na fase final para a premiação em Dubai ficando entre os 40 finalistas mundiais. Desde 2012 coordena o PAC 2 das comunidades do Complexo da Tijuca, Mangueira, Rocinha, Lins e Jacarezinho.

Capítulo 4 /// Andrea Paula de Carestiato Costa

Graduada em Licenciatura em Ciências – Habilitação Biologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1990), e mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Professora, pesquisadora, escritora e consultora técnica, possui experiência de elaboração, coordenação e execução de projetos e programas na área de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, atuando transversalmente com os temas de educação ambiental, desenvolvimento sustentável e resíduos sólidos; educação relacionada à temática ambiental (educomunicação, comunicação social e organização de campanhas educativas, cursos para professores e gestores ambientais, realização de atividades de campo associadas aos estudos de qualidade ambiental, recursos hídricos e resíduos sólidos, ensino a distância, desenvolvimento de material pedagógico) e avaliação de projetos governamentais socioambientais. Especialista em Políticas Públicas, atualmente, membro do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente como coordenadora da agenda de Educação Ambiental e Comunicação Social na gestão integrada de Resíduos Sólidos.

Capítulo 5 /// André Xavier

Graduado em Ciências Econômicas, especialista em Engenharia Econômica e de Avaliações, mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, com atuação nas áreas de: Educação Financeira, Microcrédito Produtivo e Habitacional, Gerência de Organizações não governamentais (ONG's) e Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP) a exemplo da Habitat para Humanidade (HPH), Visão Mundial (VM) e o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE). Professor Universitário lecionando, atualmente, as disciplinas: Matemática Financeira, Fundamentos da Economia, Matemática para Negócios e Estatística.



Capítulo 6 /// Marcia Terlizzi

Assessora técnica de planejamento e Coordenadora do Programa de Regularização Fundiária de Conjuntos Habitacionais da Secretaria de Habitação do município de São Paulo. Assistente Social graduada pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP em 1986, com formação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e especialista em direito imobiliário e em direito notarial e registral pela Escola Paulista de Direito – EPD. Atua há 28 anos no serviço público na área de planejamento urbano, regularização fundiária e habitação popular, e presta consultoria no planejamento e na implementação de programas e de empreendimentos habitacionais. É Secretária Municipal de Habitação da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo – SP desde janeiro de 2009. Assistente social, formada em 1985 pela Universidade Federal de Pernambuco, vem atuando há mais de 20 anos na área de habitação popular, coordenando ou integrando equipes na elaboração, gerenciamento, execução e avaliação de Projetos, Programas e Políticas habitacionais. Na sua experiência no Setor Público registra-se a atuação como Assessora de Planejamento da COHAB Santista, Diretora de Planejamento do IDHAB-DF. Na área de consultoria, foi Consultora do BID e como sócia da empresa Multissetorial, atuou com Consultoria e Assessoria a entes públicos em Projetos de Urbanização de Favelas, Trabalho Social e Projetos de Reassentamento em várias cidades e Estados do Brasil.

Capítulo 7 /// Pedro Strozenberg

Nascido na cidade do Rio de Janeiro é formado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro e doutorando na Universidade de Burgos (Espanha), tendo como área de estudo a Mediação de Conflitos Comunitários. Sua trajetória se caracteriza pela atuação e estudos na área dos Direitos Humanos e Segurança Pública no Brasil. Identificado pela participação no campo da sociedade civil, atualmente é Secretário Executivo do Instituto de Estudos da Religião (ISER), onde coordena pesquisas e estudos orientados sobre políticas sociais brasileiras.

Capítulo 8 /// Tássia Regino

É Secretária Municipal de Habitação da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo – SP desde janeiro de 2009. Assistente social, formada em 1985 pela Universidade Federal de Pernambuco, vem atuando há mais de 20 anos na área de habitação popular, coordenando ou integrando equipes na elaboração, gerenciamento, execução e avaliação de Projetos, Programas e Políticas habitacionais. Foi consultora do BID e como sócia da empresa Multissetorial, atuou com consultoria e assessoria a entes públicos em Projetos de

Urbanização de Favelas, Trabalho Social e Projetos de Reassentamento em várias cidades e Estados do Brasil. Na sua experiência no Setor Público registra-se, ainda, a atuação como Assessora de Planejamento da COHAB Santista, Diretora de Planejamento do IDHAB-DF. Participou do EAD *“Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários”*, promovido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades em parceria com a Aliança de Cidades, como responsável pela disciplina de Trabalho Social.

Capítulos 9 e 12 /// Flávia Lucia C. M. Pinheiro

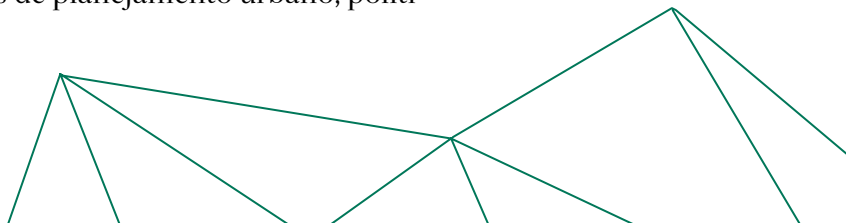
Assistente social formada pela PUC-Minas (1988). Integrante da Câmara técnica de Desenvolvimento Urbano do CRESS MG. Possui forte atuação como técnica e coordenadora de trabalhos sociais nas áreas de desenvolvimento urbano e meio ambiente e na elaboração de projetos participativos para as várias fases dos processos de licenciamento ambiental. Possui, ainda, experiência como articuladora junto a agentes financiadores do trabalho social – nacionais e internacionais – na elaboração, execução e monitoramento de planos diretores/ globais/ de assistência social. Atuou no reassentamento de cerca de 10 mil famílias e em ações de mobilização e comunicação de atores sociais. Domínio para formação, capacitação e gestão de equipe social. Participou de conselhos e conferências municipais e estaduais de Habitação, Assistência Social e das Cidades.

Capítulo 10 /// Lareyne Almeida

Graduada em Ciências Sociais, especialista e mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Experiência com projetos financiados pela União Europeia, Banco Mundial, Cooperação Italiana, governos locais e setor privado nos aspectos de estudos/ diagnósticos, planejamento integrado e participativo, execução e gerenciamento de ações sociais. É colaboradora da AVSI desde 2002, com a função atual de Responsável dos Projetos na Bahia.

Capítulo 11 /// Gislaine Magalhães

Bacharel em direito, Advogada, Diretora-Presidente da Oficina de Projetos e Estudos da Cidade URBIS, pós-graduada em Direito Processual Civil e em Direito Processual Constitucional, experiência nos seguintes temas: direito urbanístico e ambiental, regularização fundiária, habitação de interesse social, reassentamento, plano diretor e instrumentos de planejamento urbano, política de gestão de áreas públicas.



Consultores

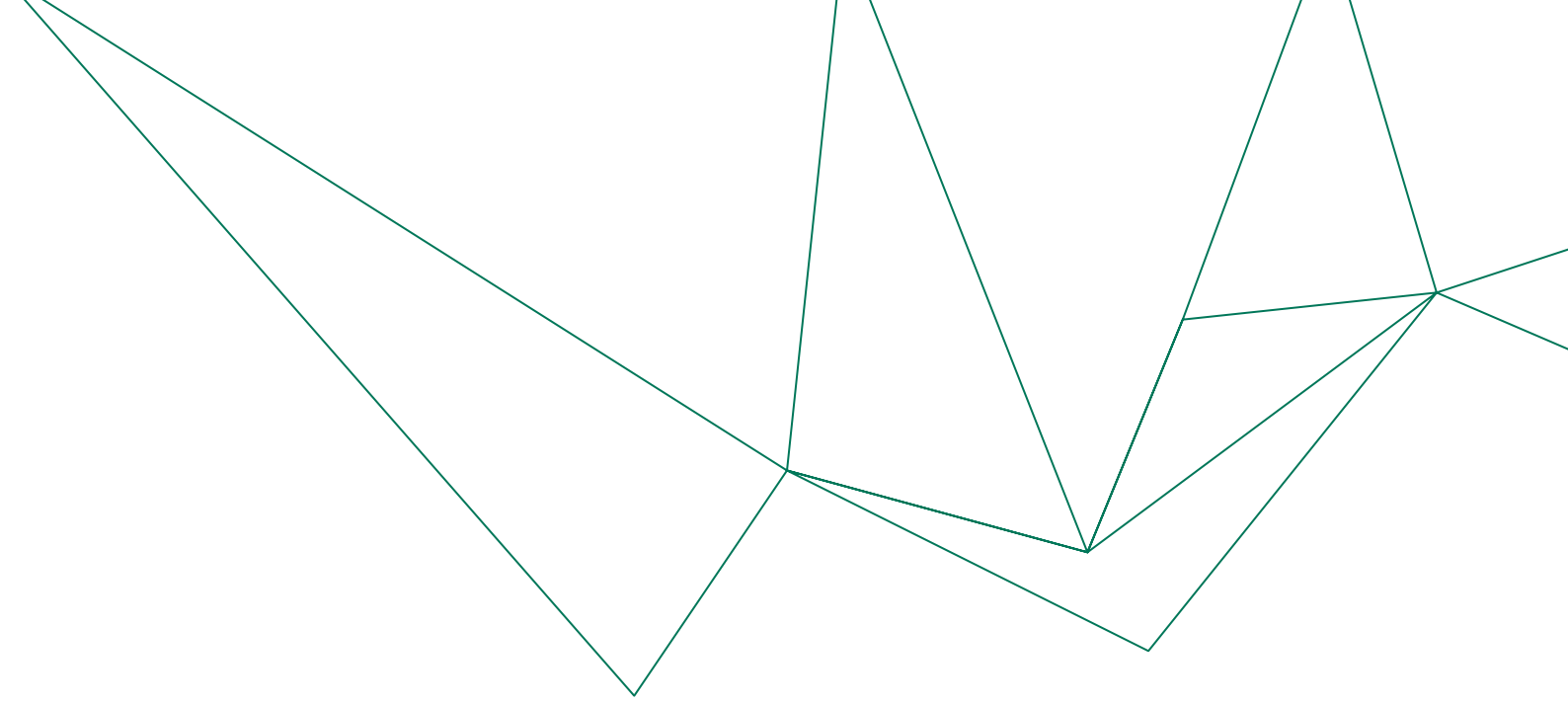
Anaclaudia Rossbach

Graduação e Mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) possui uma experiência profissional nos setores público e privado. Ocupou o cargo de Coordenadora do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo. No setor privado, atuou como auditora especializada em instituições financeiras na KPMG Peat Marwick, no Brasil e em Portugal. Consultora do Banco Mundial nas áreas de saúde e habitação, participou de projetos em parceria com o Governo Federal Brasileiro, exercendo um papel atuante no desenvolvimento de grandes projetos habitacionais no Brasil desde 2005, incluindo o Plano Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida. Participou em diversos cursos relacionados a finanças, parcerias público-privadas (PPP) e habitação. Em 2003, participou do curso Financiamento Habitacional em Mercados Emergentes promovido pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia. Exerceu o cargo de Assessora Regional para o Brasil e a América Latina pela Aliança de Cidades/Cities Alliance. Atualmente é Diretora-Presidente da ONG Rede Interação no Brasil e consultora sênior do Banco Mundial e de outras organizações nas áreas de Habitação, Desenvolvimento Social e Gestão Metropolitana para projetos no Brasil e no exterior, além de possuir o reconhecimento de “empreendedora social” concedido pela Ashoka.

Francesco Notarbartolo di Villarosa

É um sociólogo e cientista político. Graduado em Ciências Políticas pela Universidade de Turim, mestre em Sociologia pela London School of Economics, PhD em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade de Sussex. É consultor do Banco Mundial, Cities Alliance, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, de várias agências de desenvolvimento da ONU e bilaterais, governos e ONGs internacionais. A sua experiência tem sido em setores como urbanização de favelas habitação de interesse social, desenvolvimento sustentável, educação, saúde pública, assistência social, combate à pobreza, trabalho infantil e tráfico de crianças, jovens em risco.

É o autor ou editor de vários artigos, capítulos de livros e livros, entre os quais Information, Management and Participation e Urbanização de Favelas – Lições Aprendidas no Brasil.



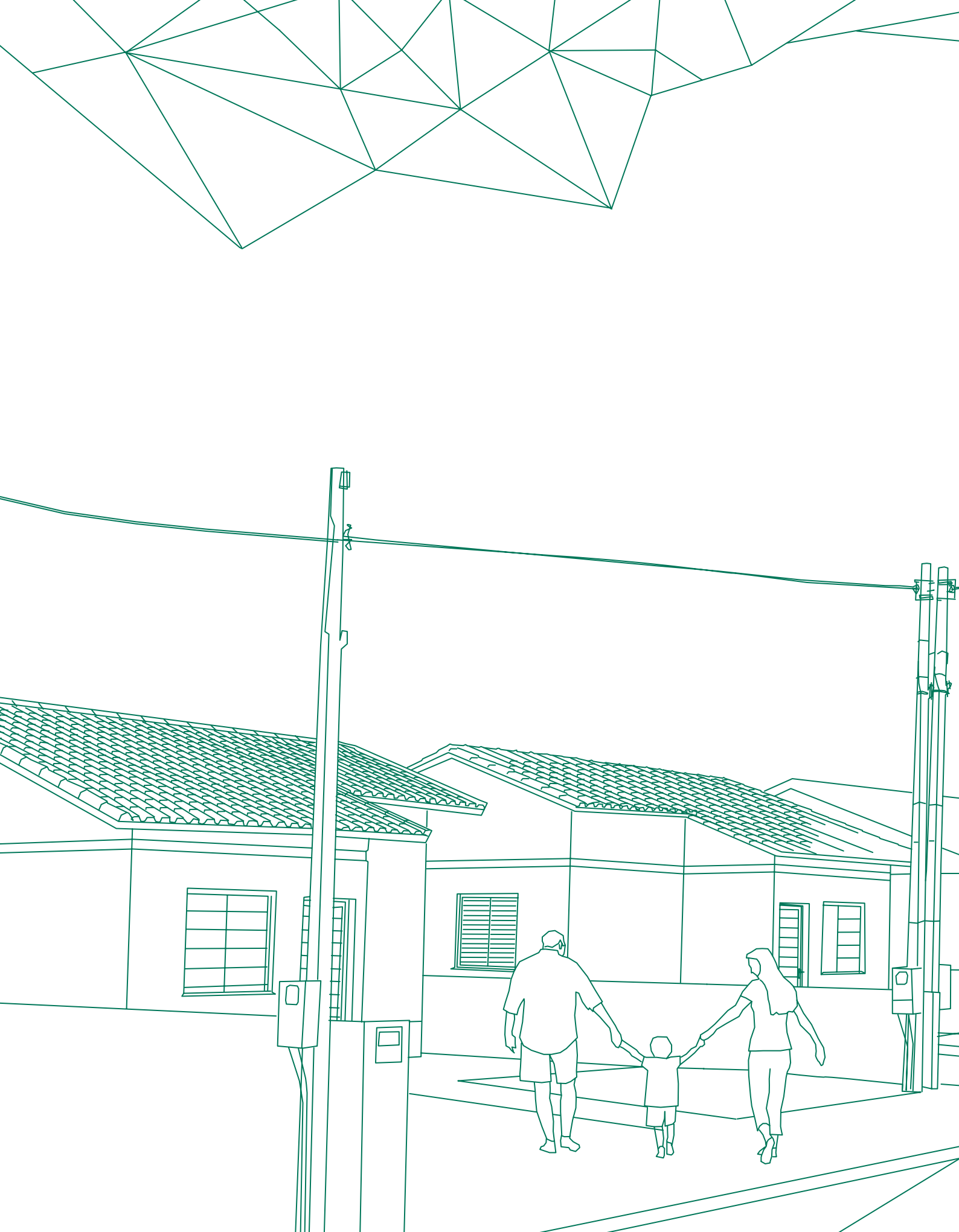
Elson Manoel Pereira

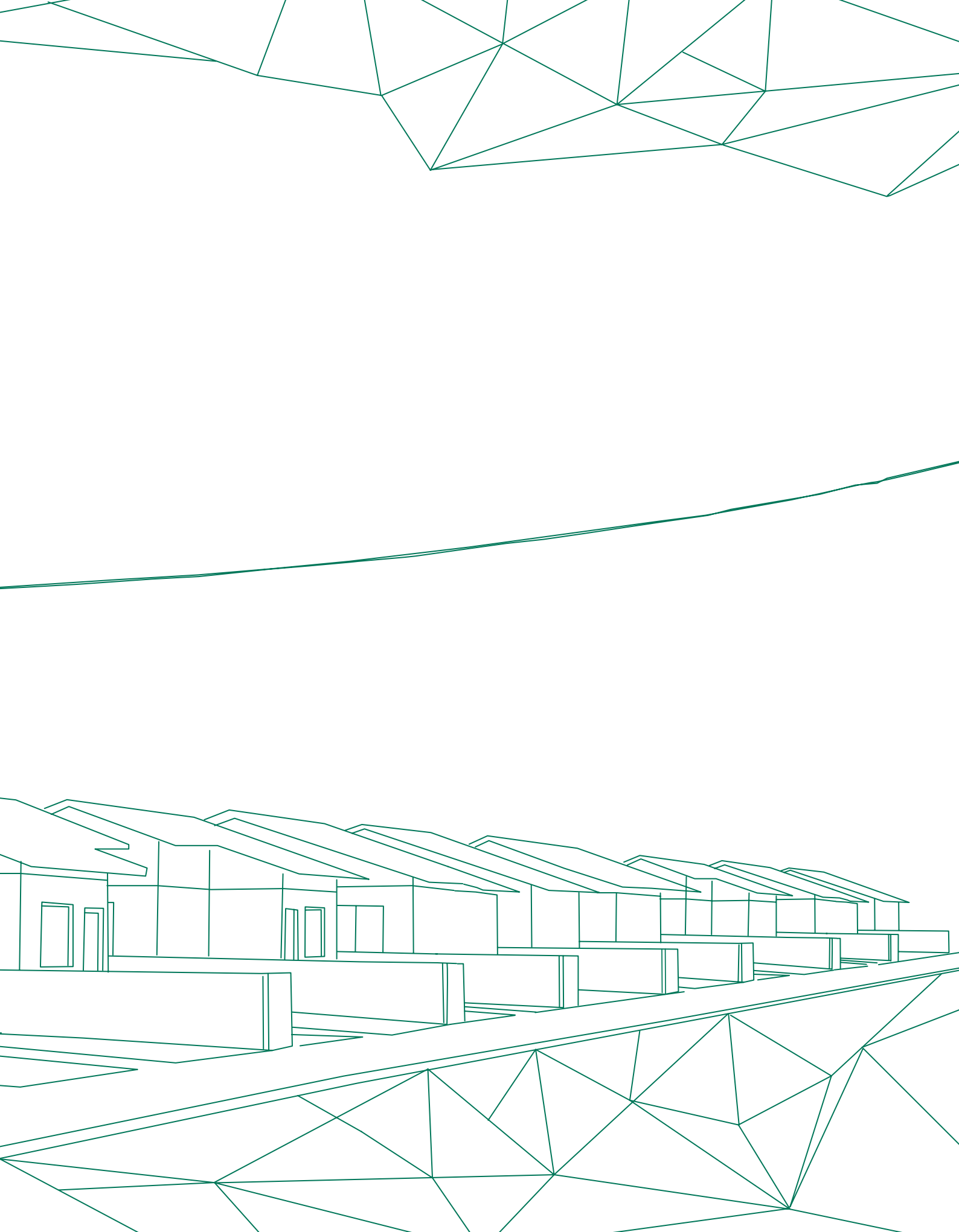
Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em administração Pública na mesma instituição. Doutor em Urbanismo pela Universidade de Grenoble, na França, e Pós-doutor pelo Instituto de geografia Alpina.

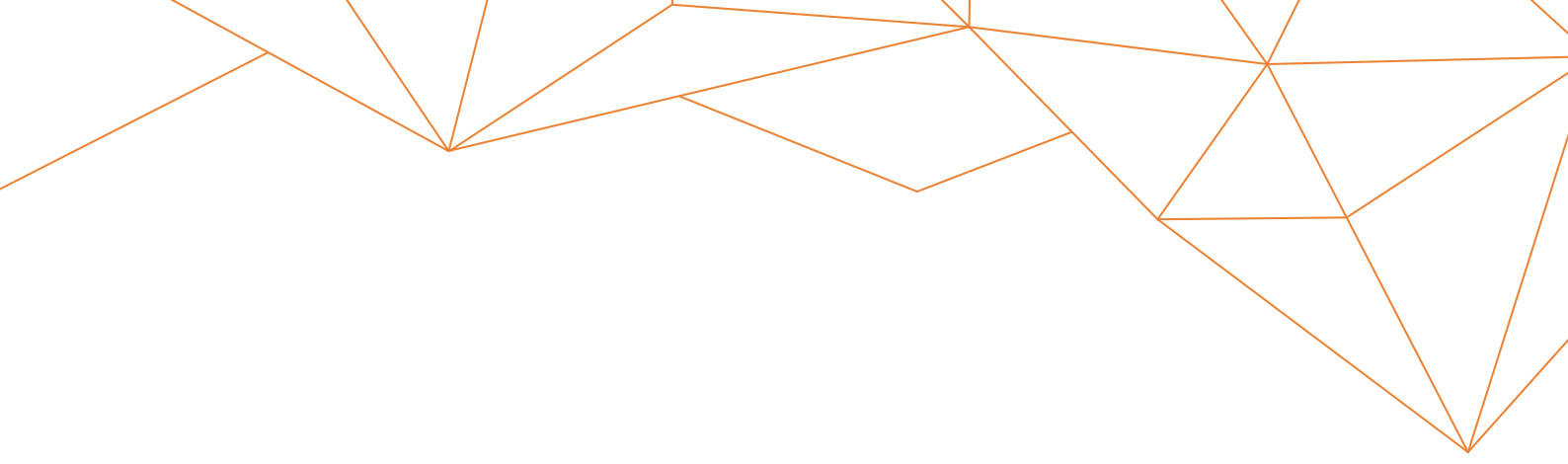
Atualmente é professor dos Programas de Pós-graduação em Geografia e em Urbanismo da UFSC. Foi Secretário Executivo da Associação Nacional de Planejamento Regional e Urbano, Conselheiro do Conselho do Fundo de Habitação de Interesse Social e professor convidado da Universidade do Quebec de Montreal e do Instituto de Urbanismo de Grenoble. Também é autor de vários livros e artigos científicos.

Roseli Zen Cerny

Professora de Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Estudos Especializados em Educação. Doutora em Educação-Currículo pela PUC/SP; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001), Coordenadora de Projetos Institucionais de EAD. Vice-Lider do Grupo de Pesquisa Itinera. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa COMUNIC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação a Distância, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, formação de professores, educação de adultos, tecnologias de comunicação na educação.







cidades.nute.ufsc.br



VENDA PROIBIDA



Secretaria
Nacional de Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA